O GRANDE DEBATE POLÍTICO IDEOLÓGICONO NO BRASIL

2015 - 2020 – 2021- 2022

Coletânea – Paulo Timm Org.

2015

INTRODUÇÃO

Carta aberta alternativa aos políticos ocidentais

Asia Teacher [*]



Caros políticos ocidentais!

Deixando de lado o habitual servilismo insensato, que aplaude contínuos esforços para levar liberdade e democracia ao Médio Oriente mediante ataques com mísseis, que tenta mudar o clima da Terra usando crendices, que promete uma fonte desconhecida de energia "verde", enquanto promove vacinas para nos salvar de uma morte certa decorrente de gripe, aqui está uma carta aberta alternativa.

Como cidadão britânico agora aposentado, tendo recentemente retornado ao Reino Unido depois de mais de uma década a viver e trabalhar na Ásia e no Extremo Oriente, estou atordoado com a estupidificação ao meu redor. Terei eu inadvertidamente caído no universo alternativo da toca do coelho da *Alice no*

País das Maravilhas ou haverá uma fábrica escondida em algum lugar a produzir políticos estúpidos?

Agora mais um primeiro-ministro britânico renuncia, após as renúncias de outros dois, depois de ter produzido uma economia em falência, inflação crescente, impostos a subirem, uma crise energética e uma libra em queda... Homens de barba usando vestidos exibem uma endoutrinada alegria e cabe a uma minoria em declínio explicar por que cenouras não crescem em árvores numa distopia ideológica socialmente concebida! Quanto às consequências das quais culpam russos ou chineses, isso depende com quem os EUA na altura se desentendem.

Enquanto vocês se sentam nas suas elitistas torres de marfim financiadas pelos contribuintes, vamos pormenorizar resumidamente o caos que produziram.

Será que achavam que o mundo exterior acreditava que vocês estavam tentando levar liberdade e democracia para o Médio Oriente e não tentando controlar os maiores produtores de petróleo do mundo que precisamente aconteceu terem abandonado o petrodólar? Quantos milhões perderam suas vidas nessa aventura fracassada?



Greta Thunberg Cordon

Quantos de vocês perderam a consciência com uma escolar sueca de 16 anos autista, que abandonou a escola com síndrome de Asperger, transtorno obsessivo compulsivo e mutismo seletivo, cuja mãe disse que tinha "olhos especiais" que podiam ver o carbono subindo de um planeta moribundo? Como uma auto-infligida crise energética se aproxima, e tanto a Grã-Bretanha quanto a Alemanha voltam a ligar as centrais a carvão, vocês ainda apoiam Greta mentalmente doente e seus moinhos de vento?

Como podem manter uma cara séria enquanto dizem a milhões que se não tivessem a vacina Covid estariam a transmitir a gripe que não tinham para os outros? Quanto dos lucros do golpe da vacina desapareceu nos bolsos das farmacêuticas, dos lobistas e nos vossos próprios bolsos? O país inteiro podia ouvir as caixas registadoras tocando enquanto as ações das farmacêuticas farmacêuticos que produziam vacinas subiam ao céu com contratos amigáveis concedidos a empresas favorecidas. Estão ouvindo o ex-secretário da Saúde britânico Matt Hancock que se demitiu depois de ser apanhado com a mão no saco?

Previsivelmente, à medida que a histeria fabricada passava e a atenção diminuía, o conselho do Serviço Nacional de Saúde britânico foi abrir nossas janelas e deixar o vírus sair. Aparentemente, estava escondido nas nossas casas o tempo todo? Além disso, a experiência de um "novo normal" confinado também falhou, juntamente com a tentativa de introduzir passaportes Covid à medida que centenas de milhares foram às ruas na Grã-Bretanha e em toda a Europa em manifestações de massa para protestar contra a implementação da prisão domiciliar virtual e da liberdade de movimento. Depois disso, o que vem a seguir, um bloqueio da mudança climática?

Seguindo em frente, temos a Rússia, que por coincidência é outro grande produtor de energia cercado por bases de mísseis da NATO e sujeito a sanções, à espera que a sua economia entre em colapso e dê origem a outra "mudança de regime". Por que é que isto produz uma sensação de *déjà vu?* Por quanto tempo vocês acreditavam que uma potência nuclear toleraria que uma agressiva NATO liderada pelos EUA avançasse em direção às suas fronteiras? A última vez que exércitos ocidentais se reuniram nas fronteiras russas foi em 1941 e isso não terminou bem.

Mas, oh, ironia, enquanto vocês torcem pelos mesmos Nazis contra os quais os vossos avós lutaram, difamam os russos que agora têm de lutar contra eles novamente. Quantos de vocês condenaram os oito anos anteriores de assassinatos étnicos russos na Crimeia e no Donbass por milícias Nazis que vocês ajudaram a armar e treinar, ficando de olhos fechados perante as consequências, sem lágrimas de crocodilo e comentários indignados quando civis russos estavam a ser mortos. Não se enganem, noutra era, a maioria de vocês estaria sentada no mesmo banco dos réus que os psicopatas anteriores em Nuremberga!

No último quarto de século, vocês são, sem dúvida, a classe política mais inútil, corrupta e destrutiva da história britânica. Numa geração vocês embruteceram a população britânica como uma idiocracia na vossa ansiedade *"Woke"* [NR] para remover as tradições culturais e valores de séculos. À medida que as estatísticas de suicídio aumentam, os problemas de saúde mental atingem um nível recorde e as drogas tornam-se uma escolha de estilo de vida para muitos bloquearem o horror da realidade, não foi uma utopia multicultural diversificada e de igualdade que vocês produziram, foi um pesadelo!

E vocês, os demagogos dos EUA e os comissários europeus liberal fascistas; em duas décadas na vossa busca ideologicamente distorcida pelo poder não só falharam em fazer do mundo um lugar mais seguro, como nos levaram à beira de um conflito nuclear. Entre vocês, conseguiram destruir as nossas economias, trouxeram o terrorismo para nossas ruas e criaram a pior crise energética desde a década de 1970 – enquanto se tornaram fabulosamente ricos. Sim, nós notámos. Quanto mais cedo vocês forem removidos do poder, mais cedo nós, as populações ocidentais e o mundo exterior, poderemos descansar da vossa incompetência e atividades assassinas!

Enquanto escrevo, na Inglaterra, do lado de fora da minha janela passa outro carro com tubos de escape removidos, a janela aberta emitindo ensurdecedores decibéis de “música” rap e na calçada uma scooter elétrica corre silenciosa carregando um homem careca de meia-idade com olhos sem expressão, de calções curtos e pernas tatuadas.

15/Agosto/2022

[NR] *Woke, wokismo:* Ideologia mistificatória promovida pelo Partido Democrata dos EUA, com o apoio de alguns movimentos sociais, destinada a dividir os trabalhadores através da promoção de políticas identitárias (feminismos, minorias étnicas e sexuais, deficientes, etc). Nos media corporativos o wokismo muitas vezes é apresentado como se fosse um movimento "de esquerda".

[*] Cidadão britânico, professor aposentado de Inglês e Ciências Sociais e Políticas.
O original encontra-se em thesaker.is/an-alternative-open-letter-to-western-politicians/
Este artigo encontra-se em resistir.info

CONJUNTURA NACIONAL

Agosto 2015-08-07

Coletânea para uso em sala de aula –

P.Timm org.

Vídeos:

Painel: convidados debatem a gravidade da crise política no Brasil – 09-agosto-2015

http://globotv.globo.com/globo-news/globo-news-painel/t/globonews-painel/v/painel-convidados-debatem-a-gravidade-da-crise-politica-no-brasil/4380351/

Painel: Riscos e cenários que se desenham com quadro político e econômico do Brasil

http://globotv.globo.com/globo-news/globo-news-painel/t/globonews-painel/v/painel-riscos-e-cenarios-que-se-desenham-com-quadro-politico-e-economico-do-brasil/4348151/

1 -A grande crise brasileira não é econômica nem ética, é política

Carlos Melo

2 - O Temível agosto

Paulo Timm

3 - O quê o povo precisa saber

Flavio Lyra

4. A nova marcha dos insensatos e a sua primeira vítima -

Mauro Santayana

5.É hora do PT e do PSDB mostrarem o futuro que podem ter

Marco Aurélio Nogueira

6. Quem deseja a corrupção?

Jorge Furtado

7.A falência do PT, a ascensão da direita e a esquerda órfã -

Rosana Pinheiro-Machado

8. Os homens sórdidos e o temporal que se avizinha

Jean Wyllys

9.O raio X da política e o fator Temer-

Luiz Nassif

10.O governo, seus zumbis e seus fantasmas

William Nozaki

11-Divisão no PSDB impede consensos para sair da crise: Eliane Cantanhede
http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,alguem,1739635

12 – Oposição quer novas eleições

13 - Lava Jato e o Partido dos Trabalhadores

Wanderley Guilherme dos Santos

14. Por que a Globo pulou fora do golpe? Porque sentiu que o povo caiu pra dentro em defesa da democracia. Maria Frô agosto

15 – Novíssima Republica – C.Lynch

*

1- A grande crise brasileira não é econômica nem ética, é política

Das crises brasileiras, a crise mãe é a política e a saída para todas elas está na política diz nesta entrevista o cientista politico Carlos Melo, professor do Insper

INFOMONEY.COM.BR|POR FRANCISCO PETROS &BULL; JOSÉ MARCIO MENDONÇA

2 - O TEMÍVEL AGOSTO

Paulo Timm



Golbery do Couto e Silva por Carlos Namba, um dos maiores fotojornalistas brasileiros.

http://veja.abril.com.br/blog/sobre-imagens/dedoc/carlos-namba/

Quando morei em Portugal causava-me estranheza a leitura de saborosas crônicas sobre as delícias de agosto. Por lá, hemisfério norte, o eixo da Terra inclina-se gentilmente ao Sol nesta época: Férias. As praças se enchem de gentes, todos envolvidos em cálida confraternização, em meio a concertos, espetáculos teatrais, happenings de toda ordem. Os jornais e a televisão repercutiam este estado de espírito veranil. Para mim, entretanto, o agosto é sempre perturbador. Não me livro de seus espectros em nossa História. E até na minha vida pessoal. Meu avô Afonso, um austero filho de português, homem de terras e de letras, sempre me dizia: " Se eu ultrapassar o agosto, vou no teu aniversário". Em 1953 não chegou ao meu setembro... E não veria, naturalmente, o suicídio de Getúlio Vargas no ano seguinte. Relembrando-o, volto sempre a este título: O Temível Agosto.

Nele estamos de novo . E mal começou e pior se anuncia...

A semana teve início com o ex-ministro Zé Dirceu de volta à prisão, em Curitiba, onde foi "recepcionado", não por correligionários, mas por ruidosa manifestação de opositores do Governo. Visivelmente amuado e envelhecido, distante do gesto grandiloqüente de sua prisão em 2013, o velho guerreiro, principal responsável pela flexibilização tática que levaria Lula à Presidência em 2003, ainda teria que digerir, entre quatro paredes, a protocolar Nota da Direção do PT, sem qualquer menção ao seu nome. Acabou-se! E com ele, uma era gestada no colo da serpente entorpecida.A "lenta, segura e gradual. Como me falou, acabrunhado, um fundador do PT: " O 'golpe' está dado". Ou, como disse, chorando, Brizola, em 1980, ao saber que perdera a histórica sigla do PTB: "O esbulho está consumado!" . (Na época, nenhuma voz solidária a ele da parte da esquerda tradicional) . Foi-se o caudilho, jogou-se a era trabalhista na lixeira da História, como jogamos Prestes e o Partidão, e sobreveio, auspiciosa, sob os auspício do General Golbery do Couto e Silva, artífice da abertura gradual, uma nova esquerda, agora também em apuros...O Império muda de tática, mas sempre contra-ataca: Canhoneiras no século XIX, Golpes militares sangrentos na Guerra Fria, "50 Tons de Cinza" nos dias atuais...

Já quarta feira, dia 05, isso seria notório na movimentação no Congresso Nacional. Casa cheia de parlamentares, visitantes e... problemas. Dentre os visitantes, o Ministro Chefe da Casa Civil, Aloizio Mercadante, tentou protagonizar alguma elasticidade à

crise, aliás vociferada, bem ao lado , na voz do próprio Vice Presidente Temer.

O Ministro lá compareceu para reencenar uma tentativa de pactuação nacional,*meante* tímida e inoportuna autocrítica sobre "alguns" erros do Governo. Em vão. A Oposição não quer conversa, quer o Poder... O Ministro não deve durar muito no cargo. Saiu do Congresso mais enfraquecido do que quando entrou, carregando sob os braços um Relatório da Consultoria do insuspeito Mailson da Nóbrega avaliando uma perda de 1% do PIB em decorrência da Operação Lava Jato. Parece que não entendeu que "uma coisa é uma coisa, outra coisa é outra coisa".

Michel Temer, no entanto, pisou com maior firmeza no tapete verde da Câmara. Caminha como quem anda, no dizer do cancioneiro gaúcho, " em direção de si mesmo"...Ali locutou desafiadoramente : " A crise é grave". (Dilma deve ter ficado roxa de raiva...) E conclamou a um mínimo de lealdade para com a nação. Também em vão. Talvez tenha sido mais escutado pela Oposição do que pela falida Base Aliada, hoje em flagrante debandada. No mesmo momento, o Presidente da Câmara, Eduardo Cunha, impunha mais uma derrota ao Governo, na questão da Emenda do aumento de salários dos servidores. Arrematou Cunha: *"Não sou eu que estou impondo derrotas ao Governo. É o Governo que não tem qualquer apoio parlamentar. E vai piorar..."* É a pauta-bomba em curso. Logo depois, as bancadas do PDT e do PTB anunciavam que já se consideravam independentes. Em breve entregarão os cargos no Governo. Dilma fica cada vez mais só.

Ó tempos...! Em que a voz de Roma era a voz do mundo e a voz em Roma era a de seu imperador...

Hoje, não há mais voz nem no mundo, nem no Brasil. Por sorte, tampouco imperadores ...

Mas diante da ausência de uma força aglutinadora no centro do Estado brasileiro, a crise política se agrava e carrega com ela a agudização da situação econômica. Pior, não há, diante da desagregação, um projeto alternativo, apenas um homem, que é uma sombra do Planalto: Michel Temer, insuficiente. Sequer há unanimidade da Oposição sobre a delicada questão do impeachment. Esperam demais do próximo 16 de agosto, anunciada retomada das ruas, de cuja conclamação vinham se

eximindo, por pudor ou prudência, na esperança de que o desfecho caísse do céu, mas agora a patrocinam. A ver. Governistas, de outra parte, falam demais, ora na reedição de 54 ou 64, ora na ascensão do fascismo, com uma vaga lembrança do ocaso de Weimar, Alemanha, em 1933, mas faltam-lhe argumentos mais precisos. E, sobretudo, capacidade de reação. A tentativa de cevar um confronto de classes, à bolivariana, não deu certo no Brasil. Aqui, a sociedade é mais complexa, mais institucionalizada e, sobretudo, "habemus o PMDB". Ou seja, o Governo nem acede aos correligionários que advogam a reação pela esquerda, nem consegue ampliar o arco de apoio. Isola-se. A pictórica assembléia com os Governadores, na semana passada, caiu no vazio. Já é passado remoto. Eu, particularmente, acho que nem estamos no ocaso do varguismo, como em meados do século passado, nem nos estertores da crise alemã, que projetou a fantasmagoria nazista. Na verdade, há momentos em que penso estarmos nos aproximando, com o alargamento do desemprego, às sangrentas rebeliões de 1848 nas principais cidades da Europa. Oxalá esteja errado! Mas agosto é agosto...do lado debaixo do Equador. Pecador. Perigoso...Temível...

3. O quê o povo precisa saber

Flavio Lyra (*). Brasília, 05 de agosto de 2015.

Aos intelectuais de esquerda cabe, mais do que nunca, nosmomentos de exacerbação das tensões sociais, como o atual, interpretar e fazer chegar ao povo e suas lideranças o verdadeiro significado das ocorrências que afetam o dia-a-dia da sociedade, de modo a evitar que as pessoas se transformem em instrumentos inconscientes das forças sociais minoritárias da elite capitalista, cujo objetivo é impedir, ou mesmo, fazer recuar, os processos da vida econômica, política e social que favorecem a maioria da população.

Urge conscientizar a população para evitar os julgamentos puramente baseados no senso comum, na ética individual e no Código Penal, sobre as ações e atitudes de atores públicos ou privados, desconsideradas as consequências que ditas ações acarretam aos interesses do Povo e da Nação.

Não importa se as ações são coordenadas ou não, se provêm de agentes internos ou externos, se são intencionais ou espontâneas, o fundamental é o impacto que isoladamente ou em conjunto produzem sobre a vida econômica e política e que colocam sob a ameaça aspectos essenciais ao desenvolvimento nacional.

Vive-se no momento um período de forte mobilização de grupos e organizações sociais vinculados à elite capitalista, cujo propósito fortalecer seu comando sobre o Estado e a vida econômica, política e cultural.

É preciso estar consciente de que a realidade de nossas sociedades é da existência de uma luta permanente, às vezes mais explícita, outras vezes mais subterrânea, entre as forças da elite capitalista e as forças populares. As primeiras buscando manter sua dominação econômica, política e ideológica e as forças populares visando livrar-se dessa dominação e afirmar sua hegemonia.

A crise atual é apenas um episódio dessa luta, no qual as forças vinculadas às elites buscam afastar do centro do poder as forças populares e bloquear o processo de ascensão das mesmas ao poder político, bem como reafirmar a ideologia econômica neoliberal, que passa por uma fase de descrédito em todo o mundo, depois da crise de 2008.

A reafirmação da ideologia econômica neoliberal é uma necessidade incontornável para a manutenção do capitalismo financeirizado dominante na economia internacional, cuja crise tem dado espaço à busca de alternativas compatíveis com maior autonomia dos Estados nacionais para conduzir seus processos de desenvolvimento e orientá-los para melhorar o bem-estar de suas populações.

No Brasil atual essa luta tem ocorrido com maior intensidade em algumas arenas, nas quais as forças da elite capitalista têm concentrado sua ofensiva:

Política Econômica:

a) através de ações práticas no exercício da política econômica,destinadas a aumentar a influência do mercado no processo decisório e na redução da ação governamental; e

b) através de ações ideológicas, realizadas por universidades, institutos privados e pela grande imprensa, destinadas a persuadir a sociedade de que a intervenção governamental é desnecessária e ineficiente em comparação com à ação privada comandada pelos mercados;

Ações Legislativas:

Segmentos conservadores no Legislativo Federal têm se articulado para aprovar medidas legais, que prejudicam os interesses da classe trabalhadora e que distorcem a representação política em favor do poder econômico e de interesses corporativos;

Ações judiciárias e policiais:

Setores organizados das burocracias estatais do Judiciário e Polícia Federal (procuradores, juízes e delegados da Polícia Federal), em articulação com a grande imprensa, têm direcionado as investigações sobre atos de corrupção para atingir o governo e o PT. Essas ações são adotadas sem qualquer consideração a seus efeitos negativos sobre a vida econômica do país, destacando-se os males que tem causado a setores-chave da economia nacional, como o complexo minero-industrial que gira em torno da Petrobras, as grandes empreiteiras nacionais responsáveis pela maior parte da formação de capital no pais.

A engenharia nacional, fortalecida na última década, corre riscos de desestruturação, assim como a Política de Defesa Nacional, pois as empresas que as executam estão sofrendo as consequências de um processo nefasto de caça às bruxas destinado prejudicar o governo e o PT, em nome do combate à corrupção.

Não se coloca em dúvida a necessidade coibir e penalizar a corrupção, mas a forma de fazê-lo deve ser controlada para evitar os excessos e o seu direcionamento contra os interesses do país e da população.

Atuação da grande imprensa:

A grande imprensa, de propriedade concentrada nas mãos de poucas famílias da elite capitalista, vem realizando campanhas permanentes contra o governo e o PT, com o propósito de prejudicar sua imagem junto à população, atribuindo-lhes a inteira responsabilidade por desvios éticos em relação ao uso de recursos públicos e má gestão na política econômica.

Os jornais diários das televisões e as entrevistas com especialistas são sempre aviesados em favor da visão de mundo que convém à elite capitalista (interna e internacional), em favor do livre mercado e da acumulação financeira, em detrimento da acumulação produtiva.

Raramente especialistas que adotam uma visão social-desenvolvimentista da sociedade são convidados a participar de programas de debate nas televisões, cabendo a instituições privadas e do mercado financeiro levar à população, através de seus dirigentes e funcionários, as interpretações pobres, monótonas e distorcidas sobre o que ocorre na vida econômica e política do país.

Meio sindical:

Nesta arena a disputa entre as centrais de trabalhadores exacerbou-se significativamente, observando-se uma clara divisão política entre a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e a Força Sindical. A primeira aliada do governo e do PT e a segunda explicitamente vinculada à defesa das posições políticas de interesse da elite patronal.

Meio Religioso:

Destaca-se neste caso a ação de alguns pastores evangélicos e de seus aliados no Poder Legislativo, que trabalham de modo articulado no combate à atuação do governo e ao PT, especialmente no que respeita a ações em favor das minorias.

Na arena da política econômica observa-se nitidamente o esforço que os representantes da elite capitalista realizam, na teoria e na prática, para consolidar o capitalismo comandado pelas grandes corporações financeiras, ao qual não interessa que o Estado tenha um papel ativo no campo das políticas sociais e na atividade econômica, em nome de uma pretensa e falsa noção de eficiência econômica.

A revalorizaçãoda política de metasde inflação como instrumento de controle da inflação e a adoção de uma política de reajuste fiscal direcionada a reduzir os gastos governamentais em nome do equilíbrio fiscal, são elementos primordiais dessa estratégia, que se apoia numa concepção de Estado mínimo.

Do discurso econômico da elite capitalista e de seus representantes, em nenhum momento se faz referência à redução dos juros da dívida públicae do aumento da tributação sobre os lucros e sobre o patrimônio como fontes para equilibrar as contas públicas.

Para essa concepção, a causa da maioria dos problemas que geram desequilíbrios e impedem o crescimento econômico reside no exagerado crescimento do gasto público. Assim pensam, porque acreditam que o setor público é uma fonte de ineficiência e que o setor privado, atuando livremente sob a indução dos mercados, e com encargos tributários reduzidos, pode melhorar a eficiência produtiva e estimular o crescimento econômico.

Desconhecem, assim, as falhas de mercado, especialmente, as associadas à monopolização das atividades produtivas e dos serviços tecnológicos e a incapacidade de atividades privadas de dar respostas adequadas ao atendimento de necessidades coletivas.

O caráter cada vez mais financeirizado do capitalismo, que prejudica a formação de capital produtivo em favor da acumulação financeira, não é levado em consideração para explicar o baixo crescimento econômico e a propensão à piora da concentração da renda contra a classe trabalhadora, não é considerada relevante.

Mais importante ainda, desconhecem os inconvenientes da especialização em atividades de baixas exigências tecnológicas, complementares às economias de industrialização avançada, um obstáculo de monta a consolidação de uma estrutura produtiva dinâmica do ponto de vista da competitividade e do crescimento.

Essa visão é um empecilho à construção de um parque industrial moderno capaz de competir em igualdade de condições no mercado internacional e de se autoreproduzir e expandir em bases tecnológicas sempre renovadas, e

principal causa do processo de desindustrialização que tem ocorrido, em detrimento do crescimento da renda e do emprego.

Esse tipo de política é o caminho para a integração-dependente na economia internacional, sob a liderança das grandes corporações privadas.

Não sem razão que, lado a lado, com a orientação de política econômica que já vem sendo seguida, estejam em preparação outras ações de semelhante teor liberalizante visando favorecer empresas estrangeiras em detrimento da industrialização do país: a) mudança no regime de partilha na exploração do PRE-SAL; b) redução do componente nacional na política de compras da PETROBRAS; c) redução da capacidade de financiamento do BNDES; e d) privatização de empresas estatais para gerar superávit fiscal para pagar os serviços da dívida.

O povo precisa ser informado de que todas essas ações, embora disfarçadas de bons propósitos, como é o caso do combate à corrupção, fazem parte do arsenal mobilizado pela elite capitalista, nacional e estrangeira, sob o comando do capital financeiro, para consolidar um sistema econômico adequado à manutenção de sua dominação política e a exploração econômica da população.

Por outro lado, resulta evidente que tem faltado às forças populares uma estratégia para ajudá-las a organizar-se e posicionar-se frente a ofensiva realizada pela elite capitalista, daí a dificuldade de oferecer resistência às ações dos adversários nas diversas arenas em que se desenvolve a luta.

(*) Economista da escola da UNICAMP. Ex-técnico do IPEA.

4. A nova marcha dos insensatos e a sua primeira vítima.

***Mauro Santayana* – www.maurosantayana.com – 31.07-2015**

Esperam-se, para o próximo dia 16 de agosto - mês do suicídio de Vargas e de tantas desgraças que já se abateram sobre o Brasil - novas manifestações pelo impeachment da Presidente da República, por parte de pessoas que acusam o governo de ser corrupto e comunista e de estar quebrando o país.
Se esses brasileiros, antes de ficar repetindo sempre os mesmos comentários dos portais e redes sociais, procurassem fontes internacionais em que o mercado financeiro normalmente confia para tomar suas decisões, como o FMI - Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial veriam que a história é bem diferente, e que se o PIB e a renda per capita caíram, e a dívida pública líquida praticamente dobrou, foi no governo Fernando Henrique Cardoso.

Segundo o Banco Mundial, (worldbank1 <http://data.worldbank.org/indicator/NY.GDP.MKTP.CD>) o PIB do Brasil, que era de 534 bilhões de dólares, em 1994, caiu para 504 bilhões de dólares,

quando Fernando Henrique Cardoso deixou o governo, oito anos depois. Para subir, extraordinariamente, destes 504 bilhões de dólares, em 2002, para dois trilhões, 346 bilhões de dólares, em 2014, último dado oficial levantado pelo Banco Mundial, crescendo mais de 400% em dólares, em apenas 11 anos, depois que o PT chegou ao poder.

E isso, apesar de o senhor Fernando Henrique Cardoso ter vendido mais de 100 bilhões de dólares em empresas brasileiras, muitas delas estratégicas, como a Telebrás, a Vale do Rio Doce e parte da Petrobras, com financiamento do BNDES e uso de "moedas podres", com o pretexto de sanear as finanças e aumentar o crescimento do país.

Com a renda per capita ocorreu a mesma coisa. No lugar de crescer em oito anos, a renda per capita da população brasileira, também segundo o Banco Mundial - (worldbank2 <http://data.worldbank.org/indicator/NY.GDP.PCAP.CD?page=2>) - caiu de 3.426 dólares, em 1994, no início do governo, para 2.810 dólares, no último ano do governo Fernando Henrique Cardoso, em 2002. E aumentou, também, em mais de 400%, de 2.810 dólares, para 11.208 dólares, também segundo o World Bank, depois que o PT chegou ao poder.

O salário mínimo, que em 1994, no final do governo Itamar Franco, valia 108 dólares, caiu 23%, para 81 dólares, no final do governo FHC e aumentou em três vezes, para mais de 250 dólares, agora.

As reservas monetárias internacionais - o dinheiro que o país possui em moeda forte - que eram de 31,746 bilhões de dólares, no final do governo Itamar Franco, cresceram em apenas algumas centenas de milhões de dólares por ano, para 37.832 bilhões de dólares - (worldbank3 <http://data.worldbank.org/indicator/FI.RES.TOTL.CD?page=2>) nos oito anos do governo FHC.

Nessa época, elas eram de fato, negativas, já que o Brasil, para chegar a esse montante, teve que fazer uma dívida de 40 bilhões de dólares com o FMI. Depois, elas se multiplicaram para 358,816 bilhões de dólares em 2013, e para 370,803 bilhões de dólares, em dados de ontem (Bacen <https://www.bcb.gov.br/?RP20150729>), transformando o Brasil de devedor em credor do FMI, depois do pagamento total da dívida com essa instituição em 2005, e de emprestarmos dinheiro para o Fundo Monetário Internacional, quando do pacote de ajuda à Grécia em 2008.

E, também, no terceiro maior credor individual externo dos EUA, segundo consta, para quem quiser conferir, do próprio site oficial do tesouro norte-americano (usa treasury <http://www.treasury.gov/ticdata/Publish/mfh.txt>).

O IED - Investimento Estrangeiro Direto, que foi de 16,590 bilhões de dólares, em 2002, no último ano do GovernoFernando Henrique Cardoso, também subiu mais de quase 400%, para 80,842 bilhões de dólares, em 2013, depois que o PT chegou ao poder, ainda segundo dados do Banco Mundial: (worldbank4 <http://data.worldbank.org/indicator/BX.KLT.DINV.CD.WD>), passando de aproximadamente 175 bilhões de dólares nos anos FHC (mais ou menos 100 bilhões em venda de empresas nacionais) para 440 bilhões de dólares entre 2002 e 2014.

A dívida pública líquida (o que o país deve, fora o que tem guardado no banco), que, apesar das privatizações, dobrou no Governo Fernando Henrique, para quase 60%, caiu para 35%, agora, 11 anos depois do PT chegar ao poder (aqui <http://www.fpabramo.org.br/fpadefato/?p=207>).

Quanto à questão fiscal, não custa nada lembrar que a média de déficit público, sem desvalorização cambial, dos anosFHC, foi de 5,53%, e com desvalorização cambial, de 6,59%, bem maior que os 3,13% da média dos anos que se seguiram à sua saída do poder; e que o superávit primário entre 1995 e 2002 foi de 1,5%, muito menor que os 2,98% da média de 2003 e 2013 - segundo Ipeadata e o Banco Central.
E, ao contrário do que muita gente pensa, o Brasil ocupa, hoje, apenas o quinquagésimo lugar do mundo, em dívida pública, em situação muito melhor do que os EUA, o Japão, a Zona do Euro, ou países como a Alemanha, a França, a Grã Bretanha - cujos jornais adoram ficar nos ditando regras e "conselhos" - ou o Canadá (economichelp <http://www.economicshelp.org/blog/774/economics/list-of-national-debt-by-country/>).

Também ao contrário do que muita gente pensa, a carga tributária no Brasil caiu ligeiramente, segundo Banco Mundial, de 2002, no final do governo FHC, para o último dado disponível, de dez anos depois (worldbank5 <http://data.worldbank.org/indicator/GC.TAX.TOTL.GD.ZS>), e não está entre as primeiras do mundo, assim como a dívida externa, que caiu mais de 10 pontos percentuais nos últimos dez anos, e é a segunda mais baixa, depois da China, entre os países do G20 (quandl <https://www.quandl.com/collections/economics/external-debt-as-share-of-gdp-by-country>).

Deve ter sido, também, por isso, que o General Villas Bôas, já desmentiu, como Comandante do Exército, neste ano, qualquer possibilidade de "intervenção militar" no país, como se pode ver aqui (O recado das armas <http://www.maurosantayana.com/2015/05/o-recado-das-armas-os-militares-e.html>).

A questão externa

A outra razão que contribui para que o governo do PT seja tachado de comunista, e muita gente saía às ruas, no domingo, é a política externa, e a lenda do "bolivarianismo" que teria adotado em suas relações com o continente sul-americano.
Não é possível, em pleno século XXI, que os brasileiros não percebam que, em matéria de política externa e economia, ou o Brasil se alia estrategicamente com os BRICS (Rússia, Índia, China e África do Sul), potências ascendentes como ele; e estende sua influência sobre suas áreas naturais de projeção, a África e a América Latina - incluídos países como Cuba e Venezuela, porque não temos como ficar escolhendo por simpatia ou tipo de regime - ou só nos restará nos inserir, de forma subalterna, no projeto de dominação europeu e anglo-americano?
Ou nos transformarmos, como o México, em uma nação de escravos, como se pode ver aqui (O México e a América do Sul

<http://www.maurosantayana.com/2014/12/o-mexico-e-america-do-sul.html>) que monta peças alheias, para mercados alheios, pelo módico preço de 12 reais por dia o salário mínimo?

Jogando, assim, no lixo, nossa condição de quinto maior país do mundo em território e população e sétima maior economia, e nos transformando, definitivamente, em mais uma colônia-capacho dos norte-americanos?

Ou alguém acha que os Estados Unidos e a União Europeia vão abrir, graciosamente, seus territórios e áreas sob seu controle, à nossa influência, política e econômica, quando eles já competem, descaradamente, conosco, nos países que estão em nossas fronteiras?

Do ponto de vista dessa direita maluca, que acusa o governo Dilma de financiar, para uma empresa brasileira, a compra de máquinas, insumos e serviços no Brasil, para fazer um porto em Cuba - a mesma empresa brasileira está fazendo o novo aeroporto de Miami, mas ninguém toca no assunto, como se pode ver aqui (A Odebrecht e o BNDES <http://www.maurosantayana.com/2015/07/a-odebrecht-e-o-bndes.html>)- muito mais grave, então, deve ter sido a decisão tomada pelo Regime Militar no Governo do General Ernesto Geisel.

Naquele momento, em 1975, no bojo da política de aproximação com a África inaugurada, no Governo Médici, pelo embaixador Mario Gibson Barbosa, o Brasil dos generais foi a primeira nação do mundo a reconhecer a independência de Angola.

Isso, quando estava no poder a guerrilha esquerdista do MPLA - Movimento Popular para a Libertação de Angola, comandado por Agostinho Neto, e já havia no país observadores militares cubanos, que, com uma tropa de 25.000 homens, lutariam e expulsariam, mais tarde, no final da década de 1980, o exército racista sul-africano, militarmente apoiado por mercenários norte-americanos, do território angolano depois da vitoriosa batalha de Cuito-Cuanavale.

Ao negar-se a meter-se em assuntos de outros países, como Cuba e Venezuela, em áreas como a dos “direitos humanos”, Dilma não faz mais do fez o Regime Militar brasileiro, com uma política externa pautada primeiro, pelo “interesse nacional”, ou do “Brasil Potência”, que estava voltada, como a do governo do PT, prioritariamente para a América do Sul, a África e a aproximação com os países árabes, que foi fundamental para que vencêssemos a crise do petróleo.

Também naquela época, o Brasil recusou-se a assinar qualquer tipo de Tratado de Não Proliferação Nuclear, preservando nosso direito a desenvolver armamento atômico, possibilidade essa que nos foi retirada definitivamente, com a assinatura de um acordo desse tipo no governo de Fernando Henrique Cardoso.

Se houvesse, hoje, um Golpe Militar no Brasil, a primeira consequência seria um boicote econômico por parte do BRICSe de toda a América Latina, reunida na UNASUL e na CELAC, com a perda da China, nosso maior parceiro comercial, da Rússia, que é um importantíssimo mercado para o agronegócio brasileiro, da Índia, que nos compra até mesmo aviões radares da Embraer, e da Àfrica do Sul, com quem estamos também intimamente ligados na área de defesa.

O mesmo ocorreria com relação à Europa e aos EUA, de quem receberíamos

apenas apoio extra-oficial, e isso se houvesse um radical do partido republicano na Casa Branca.
Os neo-anticomunistas brasileiros reclamam todos os dias de Cuba, um país com quem os EUA acabam de reatar relações diplomáticas, visitado por três milhões de turistas ocidentais todos os anos, em que qualquer visitante entra livremente e no qual opositores como Yoani Sanchez atacam, também, livremente, o governo, ganhando dinheiro com isso, sem ser incomodados.
Mas não deixam de comprar, hipocritamente, celulares e gadgets fabricados em Shenzen ou em Xangai, por empresas que contam, entre seus acionistas, com o próprio Partido Comunista.
Serão os "comunistas" chineses - para a neo-extrema-direita nacional - melhores que os "comunistas" cubanos ?

A questão política

A atividade política, no Brasil, sempre funcionou na base do “jeitinho” e da “negociação”.Mesmo quando interrompido o processo democrático, com a instalação de ditaduras - o que ocorreu algumas vezes em nossa história - a política sempre foi feita por meio da troca de favores entre membros dos Três Poderes, e, principalmente, de membros do Executivo e do Legislativo, já que, sem aprovação - mesmo que aparente - do Congresso, ninguém consegue administrar este país nem mudar a lei a seu favor, como foi feito com a aprovação da reeleição para prefeitos, governadores e Presidentes da República, obtida pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso.
Toda estrutura coletiva, seja ela uma jaula de zoológico, ou o Parlamento da Grã Bretanha, funciona na base da negociação.
Fora disso, só existe o recurso à violência, ou à bala, que coloca qualquer machão, por mais alto, feio e forte seja, na mesma posição de vulnerabilidade de qualquer outro ser humano.
O “toma-lá-dá-cá” nos acompanha há milhares de anos e qualquer um pode perceber isto, se parar para observar um grupo de primatas.
Ai daquele, entre os macacos, que se recusa a catar carrapatos nas costas alheias, a dividir o alimento, ou a participar das tarefas de caça, coleta ou vigilância.
Em seu longo e sábio aprendizado com a natureza, já entenderam eles, uma lição que, parece, há muito, esquecemos: a de que a sobrevivência do grupo depende da colaboração e do comportamento de cada um.
O problema ocorre quando nesse jogo, a cooperação e a solidariedade, são substituídas pelo egoísmo e o interesse de um indivíduo ou de um determinado grupo, e a negociação, dentro das regras usuais, é trocada por pura pilantragem ou o mero uso da ameaça e da pressão.
O corrupto, entre os primatas, é aquele que quer receber mais cafuné do que faz nos outros, o que rouba e esconde comida, quem, ao ver alguma coisa no solo da floresta ou da savana, olha para um lado e para o outro, e ao ter certeza de que não está sendo observado, engole, quase engasgando, o que foi encontrado.
O fascista é aquele que faz a mesma coisa, mas que se apropria do que pertence aos outros, pela imposição extremada do medo e da violência mais injusta.
Se não há futuro para os egoístas nos grupos de primatas, também não o há para os fascistas.

Uns e outros terminam sendo derrotados e expulsos, de bandos de chimpanzés, babuínos e gorilas, ou da sociedade humana, a dos "macacos nus", quando contra eles se une a maioria.
Já que a negociação é inerente à natureza humana, e que ela é sempre melhor do que a força, o que é preciso fazer para diminuir a corrupção, que não acabará nem com golpe nem por decreto?
Mudar o que for possível, para que, no processo de negociação, haja maior transparência, menos espaço para corruptos e corruptores, e um pouco mais de interesse pelo bem comum do que pelo de grupos e corporações, como ocorre hoje no Congresso.
O caminho para isso não é o impeachment, nem golpe, mas uma Reforma Política, que mude as coisas de fato e o faça permanentemente, e não apenas até as próximas eleições, quando, certamente, partidos e candidatos procurarão empresas para financiar suas campanhas, se elas estiverem dispostas ainda a financiá-los, como se pode ver aqui (A memória, os elefantes e o financiamento empresarial de campanha <http://www.maurosantayana.com/2015/07/a-memoria-os-elefantes-e-o-futuro-do.html>) - e espertalhões da índole de um Paulo Roberto Costa, de um Pedro Barusco, de um Alberto Youssef, voltarão a meter a mão em fortunas, não para fazer “política” mas em benefício próprio, e as mandarão para bancos como o HSBC e paraísos fiscais como os citados no livro "A Privataria Tucana".

5.É hora do PT e do PSDB mostrarem o futuro que podem ter

MARCO AURÉLIO NOGUEIRA - HTTP://POLITICA.ESTADAO.COM.BR/BLOGS/MARCO-AURELIO-NOGUEIRA/E-HORA-DO-PT-E-DO-PSDB-MOSTRAREM-O-FUTURO-QUE-PODEM-TER/

03 Agosto 2015 | 19:45
Quando se trata de partidos políticos, é sempre difícil detectar o que reflete opiniões pessoais e o que tem a ver com posicionamentos ou análises partidárias. Quando Lula ou FHC falam, por exemplo, não estão falando em nome do PT e do PSDB. Podem se sintonizar com posicionamentos dos partidos, mas não são seus porta-vozes. Ocorre o mesmo com os analistas políticos que se identificam com esta ou aquela legenda, na qual podem até mesmo militar: eles analisam fatos, processos e trajetórias por sua própria

conta e risco, e somente à custa de muita manipulação podem ser vistos como se estivessem contando a história oficial dos partidos ou antecipando seus passos futuros.

Lideranças partidárias não são necessariamente grandes lideranças. Podem falar somente para o público interno, sem chegar ao povo. Costumam, aliás, visar sempre ao público interno, que vê nos líderes a indicação dos rumos a seguir. Lideranças partidárias precisam de bases internas para se sustentar. Algumas se limitam a isso, olham para dentro e se legitimam a partir do interior. Outras usam o partido para viabilizar seus projetos pessoais. Pensam primeiro na própria pele, depois no partido.

Críticas a lideranças ou a militantes individuais não são críticas aos partidos. Quando um dirigente ou ex-dirigente partidário é, por exemplo, condenado por algum crime ou malfeito, isso não significa que o partido como um todo mereça ir ao pelourinho ou esteja a ser visto como alvo principal da condenação. Partidos são integrados por homens e mulheres, que erram, cometem deslizes e praticam crimes. Não quer dizer que o partido deva ser responsabilizado por isso, do mesmo modo que o partido não deve acobertá-los. Coisa fácil de dizer, difícil de acontecer.

Partidos são instituições que se diferenciam muito entre si. Há os de estrutura mais rígida e vertical, os de enraizamento social e os que operam mais como "fato cultural". O PT está entre os primeiros: tem estrutura burocrática, máquina pesada, milhões de filiados, eleitores e simpatizantes, uma "sociedade civil" ativa, composta por sindicatos, movimentos e associações várias. Tem sido assim que vem atuando em posição de força na sociedade brasileira, a ponto de estar agora no quarto mandato sucessivo na Presidência. Com o PSDB, a dinâmica tem sido outra: o partido não deita raízes na sociedade, não tem vida interna ativa, nem máquina particularmente estruturada. Caminha graças a um lote de lideranças que se reproduzem há anos. Sempre foi um partido de líderes, de poucos quadros e muitas ideias. Pagou um preço por isso, a ponto de se diluir como socialdemocracia.

Partidos sempre operam com idealizações de si próprios. Gramsci, por exemplo, criticava a "*boria di partito*": presunção partidária. Quando bem dimensionada, a idealização funciona como uma espécie de elixir, complementando a identidade do partido. Tanto o PSDB, quanto o PT (ou, em outra escala, o PCB original) — para ficar com partidos que fazem ou fizeram jus ao nome — idealizam ou idealizaram a si próprios. Partidos não costumam reconhecer seus erros e suas falhas. Quando fazem isso, crescem. Se os tucanos conseguirem fazer algo nesta direção, por exemplo, poderão ganhar força como partido, aproveitando-se da dificuldade que o PT tem de se autocriticar. Ao PT, por outro lado, resta somente o caminho da refundação e da autorreforma. A democracia brasileira necessita dos dois partidos, que não são tão diferentes entre si como julga a vã filosofia. Eles, porém, somente permanecerão vivos e ativos se escaparem da polarização primitiva e esquemática que os tem contaminado.

No último fim de semana, dois textos publicados nos jornais forneceram rico material para que se reflita sobre o PT e o PSDB. Ambos põem o dedo na ferida, falando abertamente de coisas que a maioria dos tucanos e petistas não admite. Põem as cartas na mesa e narram a realidade pela ótica do jogo partidário, com sua grandeza e sua miséria.

Numa entrevista concedida ao *Estado de S. Paulo*, o ex-governador gaúcho Tarso Genro cortou fundo na própria carne: “Este PT que está aí chegou ao fim de um ciclo”. Está sem rumo e sem eixo. O partido “sofreu dois baques muito fortes [mensalão e escândalos na Petrobrás], não se autorreformou, não capitaneou uma grande mudança pela reforma política nem uma grande luta popular para proibir o financiamento empresarial das campanhas. O PT se transformou num partido excessivamente executor de ordens de quem está no poder”. Seguindo por esse caminho num quadro em que se mantenha a política monetária e econômica do governo Dilma, “a base social do PT e do campo político da esquerda poderá chegar desesperançada em 2018, proporcionando uma saída conservadora para a crise”.

Tarso acredita que a melhor opção para escapar desta situação é a articulação de uma frente de esquerda de caráter programático, na qual o PT participe em igualdade de condições com outras correntes. É o mesmo que dizer que o partido esgotou seu estoque de ideias e propostas e que as opções que fez até agora em termos de política de alianças fracassaram e se tornaram prejudiciais. O ex-governador não jogou a toalha, nem descartou o PT como agente político. Na prática, porém, não parece mais acreditar que uma ressurreição seja possível. Em vez de buscar interlocução ampliada (com o conjunto dos democratas, por exemplo), ele acredita que o melhor a fazer é “empoderar” os movimentos e partidos que se remetem ao campo da esquerda. Ao que tudo indica, está disposto a pagar para ver. Pensa que, deste modo, o PT talvez consiga voltar ao leito natural ou pelo menos salvar o governo Dilma.

Tarso é um militante político. Tem estofo intelectual e experiência política, coisas que o credenciam como analista político e liderança. Talvez fale em nome de sua corrente, mas seguramente não fala pelo PT. Antes de tudo, é uma voz em busca de audiência. Idealiza situações, até mesmo porque aposta no acerto de suas propostas.

No campo oposto, o cientista político Sergio Fausto, superintendente executivo do Instituto FHC, publicou extenso, contundente e oportuno artigo na *Folha de S. Paulo* de domingo. Nele, reconstrói o processo brasileiro de democratização e faz um importante relato sobre a trajetória seguida pelo PSDB, desde os tempos áureos de Franco Montoro e Mario Covas — quando foi lançada a ideia de uma agremiação que abraçasse a causa da socialdemocracia e fosse alternativa ao “esquerdismo” do PT e ao “direitismo” do PMDB. A análise faz um *tour-de-force*, um voo panorâmico sobre a evolução da ideia peessedebista original, procurando mostrar como ela não conseguiu se traduzir como partido efetivo ainda que tenha integrado os governos de FHC e edificado um verdadeiro bunker no estado de São Paulo.

Sergio faz uma análise serena e crítica da trajetória do PSDB, mostrando características importantes de seu DNA como organização política, suas opções equivocadas e seus méritos programáticos, suas chances em relação ao futuro. Ajuda muito a que se desfaçam certos lugares-comuns que circulam entre os que se propõem a compreender os anos que se seguiram à Constituição de 1988, entre os que falam dos governos FHC e da competição entre PT e PSDB.

Ele não poupa críticas ao partido. Faz isso com equilíbrio. Admite que o partido pode ser visto como um sucesso político, tanto por sua trajetória passada (governos conquistados, votos, presença política) quanto pelas possibilidades

que se lhe abrem para o futuro, “num momento em que seu principal adversário vive uma crise existencial sem precedentes”. No entanto, faltam-lhe maior coerência programática e maior contundência oposicionista, fatos que geram frustrações e lançam interrogações sobre suas reais possibilidades.

Nos anos 1990, escreve, “o PSDB chegou à Presidência da República graças a uma combinação histórica singular de virtude e fortuna, que deu vida ao Plano Real”. Chegou ao ápice do poder precocemente: “Não era uma organização partidária forte e contava, no início do governo, com uma bancada parlamentar equivalente a cerca de dois terços dos representantes do PFL, seu parceiro de coalizão”. Suas principais lideranças (Covas e Jereissati, por exemplo) foram eleitas para os governos estaduais e se afastaram da vida partidária. Com isso, “a força do PSDB durante os governos FHC foi mais aparente do que real. O PSDB ampliou o seu número de representantes no Congresso, em grande parte por ser o partido do presidente da República, e beneficiou-se da popularidade do governo, enquanto essa existiu. Diferentemente do PT, não teve, porém, participação orgânica na gestão do Estado. Não fez parte do núcleo duro do governo, nem dentro do Palácio do Planalto, nem na Esplanada dos Ministérios, nem nas grandes empresas estatais. Foi também grande a distância entre o partido e programas inovadores, como o Comunidade Solidária, que abriu canais entre o governo e a sociedade civil não partidarizada”. O PSDB tornou-se, em suma, “sujeito passivo de apoio às mudanças que o governo buscava promover no Estado e na economia do país”. Ressentiu-se da falta de “corpo (maior presença na sociedade) e alma (maior convicção ideológica) para travar o debate público em favor das reformas”.

A agenda do período FHC também complicou a vida do partido. “Teve diante de si o desafio de lidar com os múltiplos e interdependentes problemas de uma crise do Estado e da economia que desorganizara o país progressivamente ao longo das duas décadas anteriores”. Privatizações, iniciativas de ajuste estrutural, a começar pela reforma da Previdência, racionalização do Estado, desmonte do nacional-desenvolvimentismo, reformas de natureza liberal, tudo teve alto custo político. Viu sua marca socialdemocrata ficar obscurecida, na esteira da própria evolução do governo FHC, que foi progressivamente perdendo a batalha da opinião pública. O PT cresceu e se tornou a principal força política do País, deixando o PSDB “em posição de clara inferioridade política e eleitoral por mais de uma década”.

No período Lula, o PSDB comeu o pão que o diabo amassou. “Errou ao buscar se desvencilhar da suposta maldita herança do governo FHC. Cometeu repetidas vezes o equívoco de abdicar de parte constitutiva de sua identidade, despolitizando o debate público e o embate eleitoral, na vã tentativa de vencê-lo com base nas ‘qualidades administrativas’ e nos currículos pessoais de seus candidatos”. A consequência foi trágica: o partido “acumulou nesse período um deficit de coerência programática que, embora reduzido na campanha eleitoral de 2014, permanece até hoje”.

Fausto, porém, acredita que o PSDB “está hoje em condições de se beneficiar da crise que atinge o seu principal rival”. A questão é se saberá assumir o papel de liderança que se espera do maior partido da oposição, “aglutinando em torno de si um conjunto de forças políticas e sociais que não apenas possam constituir uma nova maioria eleitoral e governativa, mas também recriar a confiança do país em si mesmo e no seu futuro”. Para tanto, unidade e

congruência partidárias serão bem-vindas, mas não bastarão. O futuro do PSDB depende da sua capacidade de “apresentar uma alternativa clara ao modelo de gestão política e econômica do lulo-petismo”. Trata-se de uma tarefa urgente, porque a vida segue e o capital político recebido pelos tucanos das urnas de 2014 “vem diminuindo pela ausência de maior sintonia entre as lideranças do partido e um comportamento mais consistente de suas bancadas no Congresso”. Além disso, com o enfraquecimento do governo, o desenrolar dramático da Lava Jato e o aguçamento da crise econômica, “o tempo da política se acelerou e a tolerância da sociedade em relação a posições ambíguas ou incongruentes se reduziu”.

O futuro também passa pela capacidade que o partido tiver de “criar canais de comunicação e diálogo com a sociedade”, coisa que o partido jamais conseguiu institucionalizar ao longo de sua história. Trata-se de evitar o isolamento dos aparatos partidários, renovar seus quadros e lideranças e incorporar à sua agenda os “novos temas civilizatórios, a começar pela ecologia e pela mudança climática”, definindo assim com mais clareza “o lugar do PSDB no mapa ideológico do país”.

A conclusão do texto privilegia o PSDB, mas soa como advertência para todos os partidos e lideranças que se põem da perspectiva da justiça e do progresso social: “o partido não pode esquecer que construiu a sua história no campo progressista e visceralmente democrático. O esquecimento de seu DNA pode parecer tentador diante das tendências conservadoras em alta na sociedade brasileira, mas representaria a descaracterização irremediável do partido e a sua transformação em uma sigla como outra qualquer”.

Quem deseja a corrupção?

Jorge Furtado

Eu imagino que todos queiram o melhor para o Brasil, que todos sejam contra a corrupção (menos quem suborna fiscais da receita ou esconde dinheiro na Suíça), todos queiram menos violência (menos quem vende armas e sistemas de segurança), melhor saúde pública (menos os serviços privados de saúde), melhor educação pública (menos os donos de escolas privadas), querem sanear a Petrobras (menos quem quer entregar o pré-sal às petroleiras americanas), enfim, todos desejam o que é melhor para o bem comum. A questão é: como conseguir isso? Não é com adjetivos e pontos de exclamação, nem com falácias, hipocrisia e falsas polêmicas.

O combate à corrupção – samba de uma nota só de uma oposição sem qualquer proposta para o país – deve ser permanente e impiedoso, o ladrão de dinheiro público é o pior dos bandidos, tira dinheiro dos hospitais, da educação e da segurança pública, prisão para eles é pouco, deve ter seus bens confiscados, deve ser impedido a todo custo de voltar a praticar seus crimes. Há muita corrupção em todos os governos, e não me parece que qualquer outro governo que já tivemos combateu mais a corrupção do que este. Quem

tem boa memória lembra da compra de votos para a reeleição de FHC, da roubalheira que foi a privataria, do engavetador da república, que impedia qualquer investigação, com a cumplicidade de uma imprensa dócil e governista, com raríssimas exceções.

Imagino que os meus amigos que ignoram ou menosprezam os avanços dos governos populares para a maioria da população (ver lista no final do texto) estejam mal informados, o que não é difícil, já que a cobertura política da grande imprensa brasileira se tornou quase totalmente inútil quando abandonou o jornalismo para fazer oposição (ela, que sempre foi ferozmente governista, apoiou a ditadura, apoiou Sarney, inventou Collor, apoiou incondicionalmente FHC), e muitos jornalistas que sobraram por lá, com honrosas exceções, defendem os interesses e os pontos de vista dos seus patrões.

Sugiro a estes meus amigos que procurem diversificar suas fontes de informação, para não se tornarem cúmplices de um golpe contra a democracia brasileira, mais um, tramado pela elite de sempre com o apoio dos jornais de sempre. Ia ser engraçado (na verdade, trágico para o país) se a Dilma, uma pessoa evidentemente honesta, sobre a qual não há qualquer acusação razoável, fosse empichada por um congresso corrupto, presidido por Renan Calheiros (que era o Ministro da Justiça e, portanto, chefe da Polícia Federal no governo FHC) e Eduardo Cunha (nada pode ser pior), ambos acusados há décadas por dúzias de falcatruas, e por juízes do TCU, também acusados por receber suborno, isto sob o clamor de uma imprensa cujos proprietários escondem dinheiro em contas na Suíça (ver HSBC) e subornam fiscais para não pagar impostos (ver Zelotes).

É a mesma imprensa que dá manchetes mentirosas, sem qualquer verificação, contra o governo e seus aliados, e cobre de tarjas pretas o nome de José Serra, citado nas investigações da Lava Jato. (Imagino o que esta imprensa diria de Dilma se ela construísse um aeroporto privado na fazenda de um tio ou financiasse, com dinheiro público, veículos de comunicação de propriedade de seus parentes, como fez Aécio Neves.) Enfim, aos mal informados, que repetem as manchetes que escutam, sugiro que se informem melhor.

Aos que sabem o que se passa mas fingem que não sabem, a oposição, que recebeu as mesmas doações suspeitas dos mesmos empresários presos, sugiro que tentem ganhar uma eleição. Nas últimas quatro eleições, em dois turnos, o PT ganhou todas, está oito a zero, um vareio maior que Alemanha e Brasil. Para ganhar uma eleição a oposição precisa ter alguma proposta para o país, o que parece não ser o caso.

Não sou filiado a nenhum partido, já votei em vários, e tenho muitas críticas ao PT, em quem voto (e provavelmente votarei outra vez) porque as opções a ele são bem piores. (O dr. Dráuzio Varela não é candidato, infelizmente). O PT cometeu toneladas de erros, tem muita corrupção no governo (sempre teve), mas é bizarro, trágico, que aqueles que sempre governaram o país e o transformaram na sociedade mais injusta do planeta, queiram dar um golpe contra um governo recém eleito pela maioria da população, um governo que

não engaveta investigações, onde corruptores vão para a cadeia (graças a uma lei promulgada pela Dilma em 2013, que pune também os corruptores), um governo cuja Polícia Federal desbaratou uma quadrilha que sangrava a Petrobrás, segundo o Ministério Público e vários delatores, desde 1997 (ainda no primeiro governo de FHC).

Acho que as pessoas que defendem um golpe contra o governo eleito se dividem em duas: as mal informadas e as mal intencionadas. Espero que os meus amigos, alguns que estão embarcando nesta corrente golpista, estejam entre os mal informados.

Afinal, o PT fracassou em que mesmo?

1. Produto Interno Bruto:
2002 – R$ 1,48 trilhões
2013 – R$ 4,84 trilhões

2. PIB per capita:
2002 – R$ 7,6 mil
2013 – R$ 24,1 mil

3. Dívida líquida do setor público:
2002 – 60% do PIB
2013 – 34% do PIB

4. Lucro do BNDES:
2002 – R$ 550 milhões
2013 – R$ 8,15 bilhões

5. Lucro do Banco do Brasil:
2002 – R$ 2 bilhões
2013 – R$ 15,8 bilhões

6. Lucro da Caixa Econômica Federal:
2002 – R$ 1,1 bilhões
2013 – R$ 6,7 bilhões

7. Produção de veículos:
2002 – 1,8 milhões
2013 – 3,7 milhões

8. Safra Agrícola:
002 – 97 milhões de toneladas
2013 – 188 milhões de toneladas

9. Investimento Estrangeiro Direto:
2002 – 16,6 bilhões de dólares
2013 – 64 bilhões de dólares

10. Reservas Internacionais:
2002 – 37 bilhões de dólares
2013 – 375,8 bilhões de dólares

11. Índice Bovespa:
2002 – 11.268 pontos
2013 – 51.507 pontos

12. Empregos Gerados:
Governo FHC – 627 mil/anoGovernos
Lula e Dilma – 1,79 milhões/ano

13. Taxa de Desemprego:
2002 – 12,2%
2013 – 5,4%

14. Valor de Mercado da Petrobras:
2002 – R$ 15,5 bilhões
2014 – R$ 104,9 bilhões

15. Lucro médio da Petrobras:
Governo FHC – R$ 4,2 bilhões/ano
Governos Lula e Dilma – R$ 25,6 bilhões/ano

16. Falências Requeridas em Média/ano:
Governo FHC – 25.587
Governos Lula e Dilma – 5.795

17. Salário Mínimo:
2002 – R$ 200 (1,42 cestas básicas)
2014 – R$ 724 (2,24 cestas básicas)

18. Dívida Externa em Relação às Reservas:
2002 – 557%
2014 – 81%

19. Posição entre as Economias do Mundo:
2002 – 13ª
2014 – 7ª

20. PROUNI – 1,2 milhões de bolsas

21. Salário Mínimo Convertido em Dólares:
2002 – 86,21
2014 – 305,00

22. Passagens Aéreas Vendidas:
2002 – 33 milhões
2013 – 100 milhões

23. Exportações:
2002 – 60,3 bilhões de dólares
2013 – 242 bilhões de dólares

24. Inflação Anual Média:
Governo FHC – 9,1%
Governos Lula e Dilma – 5,8%

25. PRONATEC – 6 Milhões de pessoas

26. Taxa Selic:
2002 – 18,9%
2015 – 14,25%

27. FIES – 1,3 milhões de pessoas com financiamento universitário

28. Minha Casa Minha Vida – 1,5 milhões de famílias beneficiadas

29. Luz Para Todos – 9,5 milhões de pessoas beneficiadas

30. Capacidade Energética:
2001 – 74.800 MW
2013 – 122.900 MW

31. Criação de 6.427 creches

32. Ciência Sem Fronteiras – 100 mil beneficiados

33. Mais Médicos (Aproximadamente 14 mil novos profissionais): 50 milhões de beneficiados

34. Brasil Sem Miséria – Retirou 22 milhões da extrema pobreza

35. Criação de Universidades Federais:
Governos Lula e Dilma – 18
Governo FHC – zero

36. Criação de Escolas Técnicas:
Governos Lula e Dilma – 214
Governo FHC – 0
De 1500 até 1994 – 140

37. Desigualdade Social:
Governo FHC – Queda de 2,2%
Governo PT – Queda de 11,4%

38. Produtividade:
Governo FHC – Aumento de 0,3%
Governos Lula e Dilma – Aumento de 13,2%

39. Taxa de Pobreza:
2002 – 34%
2012 – 15%

40. Taxa de Extrema Pobreza:
2003 – 15%
2012 – 5,2%

41. Índice de Desenvolvimento Humano:
2000 – 0,669
2005 – 0,699
2012 – 0,730

42. Mortalidade Infantil:
2002 – 25,3 em 1000 nascidos vivos
2012 – 12,9 em 1000 nascidos vivos

43. Gastos Públicos em Saúde:
2002 – R$ 28 bilhões
2013 – R$ 106 bilhões

44. Gastos Públicos em Educação:
2002 – R$ 17 bilhões
2013 – R$ 94 bilhões

45. Estudantes no Ensino Superior:
2003 – 583.800
2012 – 1.087.400

46. Risco Brasil (IPEA):
2002 – 1.446
2013 – 224

47. Operações da Polícia Federal:
Governo FHC – 48
Governo PT – 1.273 (15 mil presos)

48. Varas da Justiça Federal:
2003 – 100
2010 – 513
9. 38 milhões de pessoas ascenderam à Nova Classe Média (Classe C)

50. 42 milhões de pessoas saíram da miséria

7. A falência do PT, a ascensão da direita e a esquerda órfã

Rosana Pinheiro-Machado — publicado 20/05/2015

http://www.cartacapital.com.br/politica/a-falencia-do-pt-a-ascensao-da-direita-e-a-esquerda-orfa-7538.html

A inclusão pelo consumo incentivou o alinhamento aos valores neoliberais em uma sociedade de valores aristocráticos e uma democracia frágil

José Cruz/Agência Brasil

'Após apoiar Dilma para garantir as conquistas sociais, é preciso voltar para a crítica de um governo que se tornou indefensável'

Leia também

Com panelaço, programa do PSDB diz que Dilma mentiu

Terceirização aumentará ações na Justiça, diz presidente do TST

"O PSDB aceitou Telhada por votos?"

Duas em cada dez empresas se recusam a contratar homossexuais no Brasil

Eu sou de Porto Alegre, uma cidade em que a utopia petista viveu seu auge no final do milênio. Até os dias de hoje, o orçamento participativo é referência no mundo. Isso não ocorre porque a sua concepção era idealmente revolucionária, mas principalmente porque as coisas aconteciam na prática cotidiana.

Com o microfone na mão, sujeitos pobres, destituídos de agência, eram empoderados por meio da palavra e da participação. Tendo as suas origens nos movimentos sociais, o PT investiu em uma ampla estrutura de formação de atores políticos.

A política capilar de base objetivava romper com uma longa história de clientelismo, de vínculos fracos de capital social, que destituíam os mais pobres de autonomia e de aspiração social. O empoderamento dava-se por meio da qualificação do capital social, da descentralização do poder e, consequentemente, da ampliação da*capabilidade* política.
Os anos lulistas mudaram o rumo das coisas. Houve um deslocamento de ênfase na base: optou-se pelo empoderamento econômico em vez do político. Ao mesmo tempo em que os projetos de inclusão sociais resultaram em algumas das maiores conquistas de nossa história – como a redução da pobreza – o projeto de mobilidade social esvaziou a agenda política e ideológica.
O lulismo marca o “direito ao prazer”: políticas de inclusão financeira e inserção no mundo do consumo dos grupos de baixa renda. Eu considero o Programa Bolsa Família uma das maiores conquistas do Brasil, da mesma forma que penso que o prazer do consumo é um direito.
Meu argumento, portanto, exalta as conquistas históricas trazidas pelos programas sociais, mas ressente de que essa inclusão tem sido mais quantitativa do que qualitativa. Trata-se de um projeto que tem efeitos extraordinários a curto e médio prazo para resolver questões críticas, mas que no longo prazo se esgota diante da falta de uma agenda de política emancipadora.

A escolha pelo empoderamento econômico e não político tem consequências diretas no tipo de cidadão que se forma no Brasil. E não é por acaso que esse mesmo sujeito que ascendeu possa hoje levantar a bandeira irracional de ódio ao PT. A inclusão pelo consumo incentiva o alinhamento aos valores neoliberais. Isso tudo em meio a capitalismo cru, uma sociedade de valores aristocráticos e uma democracia frágil.

Hoje se pode comprar mais, de comida a refrigerador, mas quais são os valores desses grupos ascendentes? Os preconceitos de classe, cor e orientação sexual nunca estiveram tão assumidos. E essa violência de tendências fascistas parece se espalhar das elites às camadas mais populares. Há, portanto, carência de um projeto que valoriza os direitos humanos e

> fundamentais, estimula o pensamento crítico e fortalece os capitais políticos na base.
>
> O esvaziamento ideológico do PT não por acaso coincide com uma profunda crise ética. Figuras históricas aparecem nas listas de "mensalão" à Petrobras. Foi assim que o partido encontrou meios para sustentar a governabilidade. Sabemos que a farra tucana foi da mesma grandeza. Ainda que alguns petistas tenham dificuldade de entender, o foco da discussão não é quem roubou mais. O imperdoável é que o PT se elegeu com a bandeira ética.

O desgaste do PT se agrava no Governo Dilma. O projeto desenvolvimentista começa com o massacre dos povos indígenas, passa por Kátia Abreu e termina com austeridade fiscal. Nós lembramos bem que a presidenta prometeu que não haveria arrocho.

> Em meio à crise econômica, algumas das conquistas histórias dos projetos sociais demostram fragilidade. O impasse do Fies, por exemplo, tem causado humilhação e desalento aos estudantes de baixa renda. A terceirização marca o desgoverno do Partido dos (Semi-)Trabalhadores. Os petistas alegam que sua bancada votou contra. Mas ser refém da condição da governabilidade não é tão vexaminoso quanto? Um governo rendido ao PMDB.

Quais são as chances de uma volta às raízes? Muito poucas se olharmos para o fato de que não há novas lideranças no partido e a tentativa de resgatar Lula soa desesperada.

> A crise petista se arma diante de piores cenários pós-democratização. Ou seja, em pleno aumento do conservadorismo da extrema direita, que emerge das brechas da saturação. O sentimento irracional de ódio ao PT preenche vazios estruturais de descontentamento da população e conquista espaço para muito além das varandas gourmet.
>
> O fascismo tropical traz soluções simplistas que dão repostas àqueles que sentem que não têm mais para onde correr. O aumento do conservadorismo, portanto, encontra espaço justamente diante de um vácuo moral, ético e político deixado pelo PT.
> Qual é o papel da esquerda neste cenário? Ela está entre a cruz e a espada, no meio de uma polarização burra entre uma direita ensandecida e um PT desesperado. Uma parte da esquerda está presa a uma chantagem emocional que acusa a crítica ao partido como “um prato cheio para a direita”. Este argumento é manipulador, emburrecedor e reducionista, esvaziando a autocrítica – princípio que outrora norteava o PT.

Após apoiar a candidatura de Dilma Rousseff no segundo turno, como tentativa de, ao menos, garantir as conquistas históricas dos programas sociais, é preciso voltar para a crítica de um governo que se tornou indefensável.

> Ao mesmo tempo em que assistimos a falência do PT e o aumento da extrema direita, não há um projeto abrangente de esquerda. A esquerda órfã necessita

catar seus cacos quebrados, lamber as feridas, fazer autocrítica e pensar coletivamente. Em momentos de normalidade democrática, a diversidade do pensamento de esquerda enriquece, mas em momentos de crise ética e vácuo político, é preciso priorizar a unidade.

Partidos de esquerda, coletivos, intelectuais, ativistas e grupos independentes precisam concretizar uma frente ampla de esquerda que, como disse o professor Marcos Nobre recentemente em um evento na Unicamp, seja capaz de receber sem restrições todas as forças políticas interessadas em pensar coletivamente alternativas à esquerda para o Brasil – inclusive os petistas.

É preciso voltar à utopia e lista de tarefas urgentes a fazer é longa: reconquistar e reconstruir a base, politizar a pobreza (e não celebrar o consumo), descentralizar o poder e, por fim, empoderar atores políticos que possam conter a alavancada conservadora e lutar pela garantia dos direitos democráticos.

8.Os homens sórdidos e o temporal que se avizinha

Jean Wyllys — publicado 06/08/2015 22h27, última modificação 06/08/2015

http://www.cartacapital.com.br/politica/os-homens-sordidos-e-o-temporal-que-se-avizinha-964.html

Se Dilma cair, PMDB e PSDB não terão a solução mágica para a crise econômica que a população espera; esta reagirá violentamente e a grande mídia não conseguirá conter o "estouro de boiada"

inShare4

Lula Marques/ Agência PT

A aliança entre Eduardo Cunha (e asseclas de todos os partidos do baixo clero), PSDB e DEM já não é mais mal-disfarçada

A situação política em que estamos mergulhados é mesmo preocupante. Aqui naCâmara Federal a tensão que está no ar devido às conspirações, traições e acordos tardios é tão densa que pode ser cortada a faca. A aliança entre Eduardo Cunha (e asseclas de todos os partidos do baixo clero), PSDB e DEM já não é mais mal-disfarçada.

O caminho para o impeachment traçado por esta aliança envolve a reprovação das contas da Dilma pelo Tribunal de Contas da União (TCU) devido às tais "pedaladas fiscais"("pedaladas" semelhantes foram praticadas também por FHC quando presidente da República sem que isto lhe causasse qualquer dano à época).
Comenta-se pelos corredores da Câmara Federal que o TCU reprovará as contas da presidenta por unanimidade, já que, entre os ministros do tribunal, haveria pessoas ligadas a Renan Calheiros (PMDB-AL), simpatizantes dos tucanos e outras que, embora originalmente aliadas do governo, estariam pressionadas pelo clima antipetista que se instalou na opinião pública graças às opiniões e matérias contrárias ao PT publicadas exaustivamente na "grande mídia".
Com essa estratégia, buscarão evitar o caminho do impeachment via Tribunal Superior Eleitoral, já que, por este caminho, o vice-presidente Michel Temer cairia junto com Dilma. Os frutos dessa aliança seriam: 1) o PMDB deixar de ser o parasita do PT e assumir a presidência da República; 2) o PSDB varrer a concorrência petista (leia-se Lula) nas eleições de 2018.
Ontem, PDT e PTB abandonaram a base governista, mas três ou quatro deputados destes partidos votaram com o governo para poder garantir a presença dos seus parceiros nos ministérios concedidos por Dilma - e esta não pode, apesar disso, sequer tirar esses ministros nesse momento como retaliação ao abandono do navio em vias de naufrágio.

Por outro lado, todos os deputados do PSD (partido do Kassab, Ministro das Cidades) votaram e votam contra o governo. É provável que o PP - que tem mais de trinta deputados arrolados nas investigações da Lava-Jato acerca do esquema de corrupção na Petrobras - também deixe a base do governo entre hoje e a semana que vem.

Ontem e hoje, alguns deputados petistas esboçaram alguma reação mais contundente contra Cunha desde a tribuna do plenário. Porém, o líder do governo, Zé Guimarães, e o líder do PT na Câmara, Sibá Machado, por ainda apostarem numa recomposição da base governista que preserve um mínimo de governabilidade, silenciam o resto da bancada petista, que está a cada dia mais murcha, constrangida e humilhada, seja pelos inegáveis fatos que comprovam o envolvimento de lideranças do partido no esquema de corrupção da Petrobras, seja pela ofensiva antipetista da grande mídia em relação a esses fatos e a repercussão dessa ofensiva em muitos setores da população, inclusive entre os que se beneficiaram bastante dos governos petistas.
Com esse engessamento, a bancada do PT na Câmara Federal caminha para a câmara de gás com os próprios pés sem esboçar reação porque seus líderes acreditam em algum surto de lealdade tardio por parte do PMDB ou simplesmente em alguma intervenção divina que salve o governo em crise profunda.
Há, porém, um complicador para os planos da aliança entre o PMDB, o PSDB e o DEM: Janot será reconduzido ao Ministério Público Federal e certamente

apresentará denúncia consistente contra Eduardo Cunha *et caterva* - e isto poderá recolocá-lo nos noticiários, que, nesta semana, ocuparam-se de expor, com sensacionalismo, o envolvimento de Zé Dirceu com o "Petrolão". Porém, não há certeza de que os noticiários se ocuparão dos crimes de Eduardo Cunha, dado o grau de envolvimento da grande mídia na tarefa de destruir o PT publicamente a partir de cobertura seletiva e, assim, impedir que Lula se eleja em 2018.
Como pisciano e baiano - portanto, alguém atento aos recados dos mistérios do universo - pressinto o pior para todos e todas nós, torcendo para que eu esteja enganado: se Dilma cair, PMDB e PSDB não terão a solução mágica para a crise econômica que a maioria da população espera; esta reagirá violentamente e a grande mídia que agora insufla o antipetismo não conseguirá conter o chamado "estouro de boiada".
Só a dura repressão por parte das forças armadas e/ou polícias poderá fazer isso, o que resultará em graves consequências para os diretos humanos e instituições democráticas. A ultradireita se apresentará como "a solução", e o resto dessa história vocês podem inferir.

Nós, parlamentares do PSOL, somos oposição ao governo Dilma (que é também o governo do PMDB, não esqueçamos disso!): uma oposição à esquerda contra o ajuste fiscal que beneficia banqueiros e especuladores financeiros; contra os cortes nos recursos destinados à Saúde e à Educação e contra os acordos com fundamentalistas religiosos e latifundiários.
Mas somos contra o impeachment da presidenta Dilma, pois não acreditamos em nenhuma saída fora das regras democráticas, principalmente saída construída por pessoas que traíram o governo de que faziam parte ou que não se conformam de terem perdido as últimas quatro eleições; não acreditamos especialmente naquelas saídas que têm potencial para ampliar a crise política.
Não quero ser catastrófico nem parecer sombrio (embora haja hoje especialmente uma sombra em meu coração, não sei direito o porquê: apenas fruto dessa intuição). Fiquemos atentos de qualquer forma pra que não tenhamos que cantarolar aquela canção que diz "quando eu falava dessas cores mórbidas, quando eu falava desses homens sórdidos, quando eu falava desse temporal, você não escutou, você não quis acreditar".

9.O raio X da política e o fator Temer

HTTP://JORNALGGN.COM.BR/NOTICIA/O-RAIO-X-DA-POLITICA-E-O-FATOR-TEMER#.VCPLJ9D3GLI.FACEBOOK - 06/08/2015 - 22:40

Luis Nassif

O jogo político caminha para um desfecho, no qual a peça chave é o vice-presidente Michel Temer.

Nesse momento, o governo Dilma Rousseff está completamente paralisado, sem interlocução com os setores chave da governabilidade:

- Congresso.
- Grupos econômicos
- Setor financeiro
- Movimentos sociais
- Mídia
- Ministério Público Federal e Supremo

O que segura o governo são as dúvidas sobre o dia seguinte a uma eventual saída de Dilma, as consequências políticas, econômicas e sociais, os efeitos sobre a economia e sobre as manifestações de rua.

Uma estratégia de governabilidade exigiria um pacto cuja montagem é muito complexa para o núcleo estratégico da presidência. Mas a falta de ação de Dilma parallisa tudo.

Hoje em dia há os seguintes fatores de turbulência:

1. A base montada por Eduardo Cunha na Câmara e suas jogadas sem limites.
2. A novela interminável da Lava Jato, com a demora em completar os trabalhos, impedindo qualquer acordo político.
3. A falta de um discurso político eficiente para melhorar as expectativas em relação à economia e reverter a falta de credibilidade da presidente..
4. O bombardeio incessante da mídia, sem que o Planalto consiga esboçar uma estratégia sequer de contraposição.
5. A perda de controle sobre o Banco Central, permitindo essa combinação mortal de recessão, ajuste fiscal e política monetária restritiva.

Nesse caos institucional, Temer tem se destacado pelo trabalho discreto, responsável e eficiente. Dispõe da senhoridade necessária para apagar a fogueira do PMDB – aliado ao senador Renan Calheiros, que parece ter recuperado o bom senso depois de informado de que poderá ser poupado pela Lava Jato. Tem bom trânsito no meio jurídico e respeito do Ministério Público Federal e dos tribunais. Será poupado por parte da mídia.

Dentro do PSDB, uma gestão Temer seria muito mais adequada para as pretensões de José Serra e Geraldo Alckmin do que um eventual impeachment – que jogaria o país nas mãos irresponsáveis de Aécio Neves.

Dilma não tem muito tempo pela frente.

Há dois caminhos em curso: Temer com Dilma e Temer sem Dilma.

O caminho menos traumático seria institucionalizar o poder de Temer, conferindo-lhe o protagonismo político e jurídico, conduzindo uma mudança ministerial pactuada, preservando o papel institucional de Dilma, que passaria a se dedicar às políticas públicas.

Seria a maneira de segurar esse golpe paraguaio interminável, o terceiro turno que parece não ter fim.

***

Os únicos interessados em impeachment são os que ambicionam o controle do cofre.

Não interessa à economia, à população, pelo potencial de desestabilização existente. Além disso, qualquer tentativa de impeachment significaria um desrespeito à ordem jurídica, colocando em risco um custoso processo de amadurecimento político que se seguiu à redemocratização e à Constituição de 1988.

***

O aval de Temer poderia ser o ponto final no golpismo, permitindo algum espaço para que Dilma comece, finalmente, seu segundo governo.

Repito o que tenho dito: há inúmeros elementos de modernidade no ar, um país pronto para se soltar. Se Dilma decifrar o enigma do projeto nacional, levará barco até o fim. Se não decifrar, será devorado pela esfinge.

10.O governo, seus zumbis e seus fantasmas

WILLIAM NOZAKI

06/08/2015 HTTP://JORNALGGN.COM.BR/NOTICIA/O-GOVERNO-SEUS-ZUMBIS-E-SEUS-FANTASMAS-POR-WILLIAM-NOZAKI#.VCPKBWI3LUU.FACEBOOK

O governo e seus zumbis

Como se sabe, os zumbis são figuras catatônicas que vivem a perambular agindo de forma estranha e instintiva, trata-se de mortos-vivos que, abatidos por morte cerebral e desprovidos de oxigênio, saem de suas tumbas para perseguir mecanicamente e insistentemente quem quer que esteja no seu caminho.

No Brasil de hoje tudo se passa como se, atônito, o governo fosse cúmplice e vítima da ressuscitação dessas assombrações, trazendo de volta os piores zumbis da Nova República, encarnados sob a forma do peemedebismo, do neoliberalismo e tantas outras patologias que insistem em criar uma relação promíscua entre as esferas pública e privada.

Não é nenhuma novidade o modo como o governo Dilma encerra esse primeiro semestre em estado letárgico depois de ter cambaleado enfrentando

problemas relacionados a governabilidade; ao ajuste; a corrupção; a popularidade e ao avanço conservador e golpista.

Depois de escolher como representante da articulação política do governo o PMDB, Dilma ficou refém do triunvirato composto por Michel Temer, Renan Calheiros e Eduardo Cunha, o resultado: tornou-se mais suscetível aos ensaios de ruptura apresentados pelo peemedebismo, às vinganças de Calheiros e às bravatas e sandices de um Cunha agora tão perigoso quanto desesperado. A recente explicitação da ruptura pessoal de Cunha com o Executivo sinaliza o claro enfraquecimento do presidente do Congresso, mas dificilmente ele tomba sem deixar atrás de si um rastilho de podridão e pólvora.

Mais ainda, depois de terceirizar a direção da política econômica para a ala liberal do mercado o governo conseguiu a proeza de desagradar sua base social, refreando investimentos públicos, gastos sociais e produzindo ligeiro aumento do desemprego e da inflação, ao mesmo tempo em que não angariou apoio das elites empresariais e dos endinheirados. Como era de se esperar, o desaquecimento econômico produziu redução na arrecadação e o ajuste já precisa ser reajustado. Ainda que a redução da meta de superávit primário seja positiva, sua combinação com a elevação da taxa de juros só sinaliza para um período de maus agouros.

Para temperar esse quadro já adverso, os desdobramentos da Operação Lava Jato colocam mais água no caldeirão e mais lenha na fogueira. O julgamento e a punição de políticos corruptos e empresários corruptores é mais do que bem-vinda, mas ao se estruturar em torno de vazamentos seletivos de informações, presunções de culpa e delações premiadas a Operação concorre para deixar o conflito político ainda mais tenso, na medida em que instaura o clima de “deus nos acuda” entre políticos dispostos a qualquer medida para esconder seus canais obscuros e mecanismos escusos de financiamento de campanha, e, no mesmo compasso, aquece a temperatura do “salve-se quem puder” entre os empresários que, inseguros, tendem a diminuir seus planos de investimento, contribuindo para a piora na desaceleração econômica.

O resultado não poderia ser diferente, 70,9% consideram o governo péssimo ou ruim; 79,9% desaprovam a o desempenho pessoal de Dilma e 62,8% das pessoas são favoráveis ao impeachment da presidenta. Enquanto isso o Congresso Nacional promove o avanço de uma agenda conservadora que ameaça a Constituição de 1988 e setores da oposição discutem possibilidades e calendários para impedir e/ou inviabilizar o governo Dilma.

Mas, afinal, o que deu errado nesse perturbante semestre? As análises conjunturais tendem o culpar ora inabilidade pessoal da presidenta ora a falta de coordenação política do governo. Entretanto, como lembrou Renato Janine Ribeiro em artigo recente, mesmo que Dilma fosse boa negociadora (e sabemos que ela não o é) seria desejável se articular com um parlamento tão imerso em corrupção? Mais ainda, como tem notado André Singer em suas análises, mesmo que o governo dispusesse de uma boa agenda positiva (e sabemos que ele não a tem) seria possível dar continuidade ao modelo de concertação lulista em que ganhavam tanto empresários quanto trabalhadores?

O governo e seus fantasmas

Posta a questão nesses termos, parte das análises “progressistas” acontece com os sinais trocados. Dilma passa a ser criticada por aquilo que ela tem de positivo: sua resistência contra negociatas e articulações duvidosas que estão na origem da corrupção e do anti-republicanismo. Ao mesmo tempo, passa-se a demandar da presidenta como solução aquilo que ela tem de limitado: o retorno ao projeto lulista – hoje impraticável – em que se combine a melhora da renda dos de baixo e da riqueza dos de cima.

Sendo assim, para além de questões conjunturais, o problema enfrentado pelo governo Dilma é o esgotamento de um padrão de desenvolvimento e a ausência de uma alternativa para colocar no seu lugar. Ao invés de buscar no futuro uma alternativa para o lulismo, Dilma preferiu procurar no passado uma resposta para as questões atuais, o resultado: ao longo dos últimos anos o governo tem dialogado com atores sociais inexistentes, verdadeiros fantasmas, espíritos desencarnados que já não habitam entre nós. Vejamos dois exemplos: o fantasma do empresariado industrial desenvolvimentista e o fantasma da nova classe média.

Em seu início, o governo Dilma buscou promover um avanço da agenda industrialista adotando como diretriz o combate aos ganhos exorbitantes do sistema bancário e do mercado de capitais por meio da redução da taxa básica de juros. A perspectiva do velho desenvolvimentismo tende a tratar de maneira dicotômica o parque industrial-produtivo e o sistema bancário-financeiro, como se fossem oponentes. No entanto, depois de mais de duas décadas de câmbio valorizado e de juros elevados, não só as empresas exportadoras passaram a diversificar suas atividades tornando-se também importadoras, como o investimento produtivo passou a se imbricar de forma indissociável com a aplicação financeira. Isso significa que industriais e rentistas são rigorosamente a mesma figura.

Nesse cenário, a hipótese orientadora da política econômica mostrou-se problemática, o governo supôs que a redução dos juros – somada a outras medidas de ampliação do investimento público e de concessões e parcerias com a iniciativa privada – seria o suficiente para a retomada dos grandes investimentos empresariais produtivos, com isso subestimou o fato de que a diminuição da Selic impactaria negativamente os ganhos financeiros dessas mesmas empresas que, ao fim e ao cabo, preferiram utilizar os estímulos ao investimento concedidos pelo governo não para o avanço da produção, mas para a cobertura das perdas com as finanças promovida pela política monetária desse mesmo governo.

Noutras palavras, Dilma contava com um empresariado industrial desenvolvimentista que não existe mais, imaginou governar para um Roberto Simonsen quando tinha diante de si um Jorge Lemann.

Em equívoco análogo, ainda no começo do primeiro mandato, o governo também passou a adotar o discurso da existência de uma nova classe média. A redução da miséria e da pobreza, a ampliação do mercado formal de trabalho e a melhora na distribuição de renda provocaram um impacto positivo na estrutura social brasileira. Tratava-se de recompor o mercado de trabalho esgarçado pelos impactos do neoliberalismo da década de 1990. No entanto,

ao invés de se dedicar a compreender a nova estrutura ocupacional, marcada pelo trabalho imaterial, pela importância crescente do conhecimento e da tecnologia nos processos produtivos, pelo avanço do setor de serviços, em comparação com a agricultura e a indústria, o discurso oficial enveredou pela fórmula fácil de enquadrar a maior parte da população nessa categoria amorfa e problemática chamada “classe média”.

Ao definir o Brasil como um país de classe média o governo reduziu cidadãos a consumidores e abriu brechas para a construção de identidades que priorizam o mercado em detrimento do Estado e que preferem crer muito mais no poder individual da meritocracia do que no impacto coletivo das políticas públicas. Com isso não conseguiu perceber o que acontecia diante dos seus olhos: o surgimento de uma nova experiência da classe trabalhadora. Essa nova classe trabalhadora, ocupada no comércio e nos serviços, não se concentra mais na planta produtiva das fábricas, não se tratam mais de operários alinhados ombro a ombro, essa nova classe trabalhadora se encontra dentro dos ônibus, nas filas do banco, nos corredores dos shoppings, nas salas de espera dos aeroportos, sua sociabilidade passa menos pela vida fabril e muito mais pela vida urbana, na cidade.

A propósito, não foi outra a mensagem originária das Jornadas de Junho de 2013, quando para além dos direitos trabalhistas a população passou a demandar o direito à cidade. Uma vez mais o governo cedeu à interlocução com um fantasma, Dilma imaginou dialogar apenas com os trabalhadores organizados e sindicalizados ou com os descontentes do Serasa quando tinha diante de si uma nova multidão, com novas demandas e novos desejos.

Sem enxergar com clareza o novo perfil do empresariado nacional e a nova experiência da classe trabalhadora brasileira o governo continuará fadado a viver esse clima de assombração, correndo de zumbis e buscando apoio de fantasmas.

12 . Oposição defende novas eleições como solução para crise política

MARIANA HAUBERT
DE BRASÍLIA -06/08/2015 FSP

http://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/08/1665368-oposicao-defende-novas-eleicoes-como-solucao-para-crise-politica.shtml

OUVIR O TEXTO

Diante do agravamento da crise política por que passa o governo da presidente Dilma Rousseff, parlamentares da oposição defenderam nesta quinta-feira (6) a convocação de novas eleições como uma solução para recuperar a estabilidade política e econômica do país. Para eles, a pressão popular pode ser capaz de levar a uma renúncia de Dilma e do vice-presidente Michel Temer.

"O PSDB continua na defesa da soberania do voto popular, da necessidade de encontrar na nação e no nosso povo, através da legitimidade do voto, a escolha de um novo governo para que possamos tirar o país da crise", afirmou o líder do PSDB no Senado, Cássio Cunha Lima (PB).

A oposição aposta em duas possíveis hipóteses que podem levar ao fim do governo Dilma. Uma delas seria a cassação da chapa Dilma-Temer pelo TSE (Tribunal Superior Eleitoral), que analisa abusos durante as eleições de 2014, e a outra seria uma forte pressão social pela renúncia da dupla. Se o primeiro caso se confirmar, o tribunal teria que convocar novas eleições em três meses.

Entre os que apostam nesta saída, pelo TSE, está a ala do PSDB ligada ao senador Aécio Neves (MG), que acredita que ele poderia vencer o novo pleito graças ao recall do ano passado. O mineiro também seria beneficiado em caso de renúncia.

Em entrevista à imprensa, convocada para anunciar a estratégia, Cunha Lima rejeitou a tese de que novas eleições poderiam representar um golpe justamente porque a escolha do novo presidente teria a legitimidade das urnas. Os tucanos apostam que as manifestações marcadas para o dia 16 de agosto, em que o impeachment de Dilma será defendido nas ruas, podem ser aproveitadas para disseminar a tese de novas eleições.

O posicionamento da oposição também é uma forma de dizer "não" ao apelo feito por Temer nesta quarta-feira (5) em que pediu unidade "acima do governo e dos partidos políticos". Responsável pela articulação do governo com o Congresso, o peemedebista reconheceu o agravamento da crise política e disse que o país precisa de "alguém [que] tenha a capacidade de reunificar a todos".

"Concordamos com Michel Temer [vice-presidente da República] sobre a necessidade de encontrar alguém capaz de unir o país para sair da crise e ao mesmo tempo também tenho o convencimento da necessidade de que isso só se constrói através de eleições diretas, onde a sociedade, pelo voto soberano de cada brasileiro, garantirá a legitimidade que é indispensável para que possamos unificar o país em torno de um projeto de salvação nacional", afirmou Cunha Lima.

"A declaração de Temer, que é um constitucionalista, é o atestado de óbito desse governo. É determinante agora convocar novas eleições. Estamos em uma democracia e esse alguém ao qual ele se referiu não pode sair de conchavos de cúpulas político-partidárias ungido como salvador da pátria. Temer sabe bem que a única forma de reunificar é pelas urnas, ou não haverá credibilidade para nos tirar dessa crise", defendeu o líder do DEM no Senado, Ronaldo Caiado (GO).

Para ele, Dilma e Temer terão "espírito público" diante de uma situação de "total instabilidade, inquietabilidade e insegurança" para convocar novas eleições". Questionado sobre como a oposição poderia defender novas

eleições diante da possibilidade de não haver renúncia da cúpula do governo, Caiado afirmou que a pressão popular pode convencer o Planalto.

"Como cirurgião que sou, muitas vezes o paciente, quando você dá o diagnóstico, resiste. Daí em alguns dias ele vai e cede. No momento em que tivermos um 16 de agosto, mais uma sucessão de problemas que estamos vendo que são cada vez maiores, sucessão de desemprego e inflação desenfreada, eu diria para você que essa tese defendida não vai prevalecer [de permanência de Dilma e Temer no poder]", disse o democrata.

Os tucanos pedirão à população que abandone a tese do impeachment e defenda novas eleições nas manifestações contrárias ao governo marcadas para 16 de agosto.

"Estamos lançando um movimento para que as pessoas reflitam que a melhor saída para a gravidade da crise é a realização de novas eleições", disse o líder do PSDB na Câmara, Carlos Sampaio (SP).

Para os parlamentares, o impeachment de Dilma alçaria Temer à Presidência, mas ele continuaria sem legitimidade para comandar o país.

Lava Jato e o Partido dos Trabalhadores

Carta Capital 08-08-2015

Wanderley Guilherme dos Santos

A novidade política da Operação Lava Jato é a revelação de que o Partido dos Trabalhadores cedeu à tentação de patrocinar e se beneficiar das relações espúrias entre interesses de grupos privados e iniciativas públicas. Faz parte da história intestina de todas as sociedades acumulativas o vírus da predação, do suborno, do saque, da extorsão e da violência em busca de vantagens além dos méritos competitivos.

O Império inglês foi assim construído, incluindo associações clandestinas com piratas e corsários, no século XVIII, e escândalos internos sem fim desde o XIX; a riqueza das cidades hanseáticas e italianas que financiaram os jardins artísticos do Renascimento, seus pintores, arquitetos e escultores, essa riqueza foi obtida mediante fraude e corrupção de bandidos inescrupulosos e violentos, organizados em poderosas companhias de negócios. A grande arte flamenga e espanhola é rebento da generosa dissipação de recursos de ladrões e assassinos em versão marqueteira de mecenas. O extraordinário progresso material norte-americano a partir de meados do XIX colocou na galeria cívica do país os “robber barons”, sabidos e consabidos corruptos, genocidas, paradigmas das administrações libertinas e extorsivas das grandes cidades contemporâneas como Chicago, Nova York, Los Angeles ou Kansas City, sempre com a cobertura midiática de campanhas moralizadoras.

As fraudes eleitorais são discutidas tão abertamente quanto o financiamento de campanha e não é segredo que a vitória democrata de John Kennedy contra Richard Nixon nada teve de católica (acobertada pela patranha midiática de que Nixon perdeu por causa do último debate na televisão), com os Republicanos dando troco na roubalheira da Flórida que deu a vitória a Bush Junior sobre Al Gore. Tudo supervisionado pelas autoridades eleitorais. Ninguém chia, trata-se de assunto exclusivo entre eles: dos roubos econômicos aos roubos eleitorais. O vírus está lá, agora protegido nos portfólios do sistema financeiro mundial.

A história recente do Brasil não fica a dever. A começar pelas obras marcantes da ditadura, de onde brotaram progresso material, liquidação física dos opositores e mágicos milionários, de sucesso inexplicável. Da tolerância democrática de José Sarney restou a criminosa entrega da propriedade pública das comunicações a um prático monopólio de golpistas centenários, corruptor de jornalistas, escritores, artistas, políticos. O monopólio das comunicações é atualmente o único poder irresponsável no País, exercido com brutalidade e a ele se curvam os demais, inclusive o poder judiciário. Fonte de corrupção permanente, manteve como assunto inter pares os escândalos financeiros do governo Fenando Henrique Cardoso, as trapaças das privatizações e a meteórica transformação de bancários em banqueiros, tendo o BNDES como rampa de lançamento. Assim como guarda no porão do noticiário a ser mobilizado, caso necessário, os rastilhos da política tucana em Minas Gerais e em São Paulo. Todos, juízes, ministros, políticos, procuradores, cantores, atrizes, narradores de futebol, são todos terceirizados do Sistema Globo de Comunicação.

Nesse País, por surpreendentes acasos, todas as investigações envolvendo os companheiros da boa mesa, pecaram por vícios de origem e devidamente esquecidas. Menos a Lava Jato, que segue aparentemente de acordo com as rigorosas regras judiciais, de que dá testemunho o Ministro Teori Zavaski. Qual é a novidade?

A novidade não é o roubo nem as relações ilegítimas entre agentes privados e públicos. Todos os consultores, projetistas, jornalistas, escritórios de advocacia econômica, todos que fingem ultraje ao pudor sempre foram não só cientes como, no todo ou em parte, beneficiados pelo sistema virótico da sociedade acumulativa brasileira. Enriqueceram e vivem como parasitas do sistema nacional de corrupção. A novidade é que o Partido dos Trabalhadores entrou como sócio, apresentando como cacife os milhões de votos daqueles que nunca foram objeto de atenção. Candidatou-se ao suicídio.

A caça ao intruso foi imediata. A cada política em benefício dos miseráveis, mais se acentuava a perseguição ao novo jogador, insistindo em reclamar parte do botim tradicional da economia brasileira. A penetração do PT na associação das elites predadoras era encoberta pelo compromisso real de muitos de seus quadros com o destino dos carentes. E assim como os grandes capitães de indústria, pelo mundo a fora, os nossos também cobraram uma exploração extra, uma vantagem desmerecida, uma nova conta na Suiça em troca dos empregos criados, da produção aumentada, do salário menos vil.

Mas assim também como os operadores tradicionais, os petistas se entregaram à sedução da sociedade acumulativa: o roubo com perspectiva de impunidade.

A Lava Jato revelou a tragédia da vitória do capitalismo sobre a liderança dos trabalhadores. Os grandes empresários e as grandes empresas, ao fim e ao cabo, vão se safar, com os acordos de leniência e as delações premiadas, reservas que fazem parte de suas mochilas de sobrevivência. Serão nossos "robber barons" do futuro. Não assim a destroçada elite petista, à qual não resta senão acrescentar o opróbrio da traição à vergonha da confissão.

A vítima ensanguentada dessa caçada é o eleitorado petista. Muito além dos militantes, todos aqueles que saudaram e apoiaram a trajetória de crescimento de um partido que, claramente, era o deles. Os que suportaram os preconceitos, que resistiram às pressões e difamações e que viam nas políticas sociais o cumprimento de promessas nunca realizadas. Esses estão hoje expostos à brutalidade dos reacionários e fascistas, ao escárnio, aos xingamentos e ofensas. O eleitorado petista não é criminoso, criminosos são os fascistas que os perseguem nas ruas, nos lugares públicos, sem que as autoridades responsáveis tenham a decência de garantir-lhes a inocência.

Presidente Dilma Rousseff: é de sua responsabilidade e de seu Ministro da Justiça sair desse palácio de burocratas e meliantes suspeitos e garantir, e fazer governadores e prefeitos garantirem, por atos enérgicos, a integridade física e moral dos milhões de brasileiros inocentes que acreditaram na sinceridade dos membros do seu Partido. Os ladrões estão no seu Partido, não entre os eleitores que a elegeram.

Por que a Globo pulou fora do golpe? Porque sentiu que o povo caiu pra dentro em defesa da democracia.

http://www.revistaforum.com.br/mariafro/2015/08/09/por-que-globo-pulou-fora-golpe-porque-sentiu-que-o-povo-caiu-pra-dentro-em-defesa-da-democracia/

Por **Maria Frô**agosto 9, 2015 13:55



Veja também

- Luiz Carlos Bresser-Pereira propõe pacto nacionalista e desenvolvimentista 104.abr
- Nota pública do MST sobre a ameaça de morte a Stedile0 12.mar
- O raio gourmetizador de protestos reacionários da mídia e sua tentativa de minar o 13 de março 1 10.mar

O ABRAÇAÇO

Por Lelê Teles

Sucederá Dilma quem vencer as eleições em 2018, sentenciou J.R. Marinho.

Grandes merdas ele disse: uma obviedade, uma tautologia, um lugar-comum, uma ululância; uma bobagem, em suma.

Certo? Errado.

Até aqui o certo era o golpe, a abreviação do mandato da mandatária, o impeachment.

Mas com mil diabos.

Como dar um golpe sem o apoio da Globo? Quando digo Globo, quero dizer O Grande Irmãos, três cabras.

Sem a Globo, Joaquim Barbosa jamais teria a visibilidade repentina e a repentina invisibilidade posterior que teve.

A capa da revistaveja com o menino pobre foi só a confirmação de uma imagem já criada.

Sem o timbre da Globo, Merval seria um mero mortal.

Sem a Globo, Moro não teria tanta blindagem nem tanta coragem.

Sem a Globo, o helicóptero dos Perrella não tinha caído na esparrela e no esquecimento.

Sem a Globo, Aécio e um monte de gente já estava em cana.

Sem a conivência da Globo, Cunha já teria caído; derrubaram Severino por causa de uns salgadinhos.

E por que a Globo pulou fora?

Porque sentiu que o povo caiu pra dentro. Ou melhor, por três motivos:

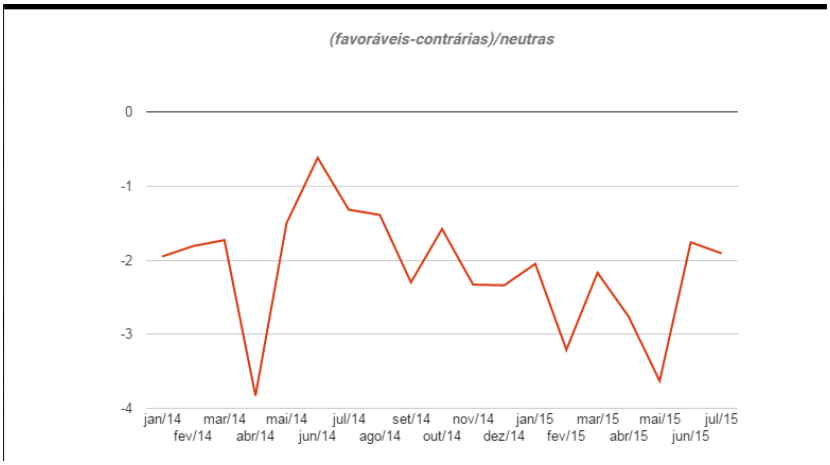


1 – Banqueiros e grandes empresários – o capital – chegaram a conclusão de que é melhor o país procurar um rumo seguro do que se perder de vez nas mãos de aventureiros irresponsáveis e incompetentes.

Com eles, perderão todos.

O Bradesco sacou seu Trabuco e atirou: "precisamos sair desse ciclo do quanto pior, melhor. Melhor para quem? Para o Brasil, não é. As pessoas precisam ter a grandeza de separar o ego pessoal do que é o melhor para o país".
2 – Imagem. A Globo (O Grande Irmãos) sabe que Dilma só sairá de lá se for arrancada a força, dentro da lei e da ordem não há nada a fazer. Mas como enfrentar 54 milhões de eleitores e passar impune?

O Manchetômetro já fez mal demais à imagem da platinada, a cada dia cresce a certeza de que O Grande Irmãos mente e manipula.



No gráfico do Manchetômetro o viés negativo de abordagem do Jornal Nacional, Folha de S. Paulo, O Globo e Estado de S. Paulo, nenhuma notícia neutra ou positiva sobre o governo Dilma.

Uma hora isso cansa.

É só observar, suas novelas despencam, Tom & Jerry dão surras seguidas em Fátima Bernardes, o Jornal Nacional agoniza em praça pública, colocaram Bonner para caminhar, câmeras em movimento, uma repórter negra para narrar o tempo e nada.

Uns dizem, mas deixaram de ver a Globo para ir pra internet. Cara, isso é uma meia verdade. Fátima Bernardes tá perdendo para um desenho animado, batidíssimo, de uma emissora concorrente e não para o Netflix.

Calma aí.

3 – Começou a reação contra o golpe, e tudo indica que ela vai se agigantar.

Saímos das cordas. Quem assistiu Rocky sabe do que tô falando. No filme, o gigante branco espancava o baixinho, massacrava Balboa.

Quase triturado, ele arrancou forças do fundo de seu âmago e passou a reagir; o resultado final todos sabem.

Veja agora o rockysmo, MST e CUT botaram o bloco na rua.



Após Jornada, governo se compromete a recompor orçamento da Reforma Agrária

De acordo com o ministro do Desenvolvimento Agrário, a redução no orçamento previsto em decreto de contingenciamento pode ser revista.

Cut Brasil
Ontem às 03:22 ·

Movimentos sinalizam urgência de o governo direcionar suas forças à esquerda



Rumo ao 20 de agosto, saída é organizar o povo contra o golpe e por reforma política

Movimentos sinalizam urgência de o governo direcionar suas forças à esquerda

CUT.ORG.BR | POR CUT NACIONAL



Intelectuais orgânicos e artistas do primeiro time reapareceram indignados: Jô Soares, Aldir Blanc, Fernando Morais, Maria Rita Khell, Viviane Moisé, Paulo Betti, Pedro Cardoso, Marieta Severo, Zé de Abreu, Jorge Furtado, Luis Fernando Veríssimo… e pela porta dos fundos vieram Gregório Duvivier, Tico Santa Cruz, Emicida…



Fotos: Lidyane Ponciano. Muita gente de pé, outros sentados no chão, o auditório do Crea lotado. Mais de 300 pessoas, militantes de diversas organizações sociais, participaram do lançamento da Frente Mineira pelo Brasil na noite de sexta-feira (7), em Belo Horizonte.

Cara, até o Barack Obama entrou dando uma voadora na repórter da Globo.

Parece uma reedição do Lula-lá.

O maravilhoso e correto programa do PT, com mudança de tom e a fala firme da presidenta "ninguém vai tirar a legitimidade dos meus 54 milhões de votos", sinaliza a mudança do Zeigeist.

O abraçaço ao Instituto Lula é mais um sinal.



Observe com atenção, está sendo construída uma nova narrativa.

Até pouco tempo nós, progressistas, estávamos sendo chacoalhados em cadeiras de rodas, acuados nas ruas, xingados nas redes sociais, achincalhados em restaurantes, casamentos, estádios…

Nunca mais vi uma estrela vermelha no peito de seo Ninguém.

O golpe parecia iminente.

Mas eles – O Grande Irmãos – esticaram a corda demais, nenhum funâmbulo se equilibra em cima dela.

Exageraram na crise política, anabolizaram exageradamente a crise econômica, deram corda a toda sorte de aloprados e perderam o controle sobre eles, atiram no próprio pé.

E já sentem os sinais do fracasso.

A caminhada frustrada do Pequeno Kim foi uma mostra disso. O panelaço gourmet definhou e o abraçaço é só o começo.

O Grande Irmãos viu que terá que arcar com as consequências de apoiar inconsequentes como o nosso Napoleão de Hospício, o Pequeno Kim, o descerebrado Cunha e o alucinado Moro.

Viram que é uma burrice trocar o lulismo pelo kataguirismo.

Os kataguiris já falam à boca grande que vão meter Lula, à força, dentro de uma jaula.

Acham que podem matar Cecil, o grande leão, e irem amanhã comprar pão na padaria.

Imagina Lula num camburão e uma multidão atrás abrindo as portas da viatura e libertando-o.

Por isso, a Globo recuou.

E porque são solidários, o bloco hegemônico da grande mídia tende a seguir O Grande Irmãos.

Hoje a Folha editorializou com as mesmas tintas da irmandade, condenou o golpe deu chineladas na bunda dos golpistas.

Agora é hora de multiplicarmos os abraçaços: abraçaços nas estatais, no Congresso, nos tribunais, nas nossas instituições democráticas… sairemos em defesa do nosso país.

O Grande Irmãos já sentiu o primeiro golpe, agora é usar a tática lango-lango, e golpear até o bicho cair.

Depois a gente abre o zíper e mija em cima da carcaça.

Palavra da salvação.

O impeachment e a novíssima República

Por Christian Edward Cyril Lynch, no blog Do Alto da Torre - 7 de agosto

Vejam o cenário. Na “sociedade civil”, a maior impopularidade presidencial desde o Hermes da Fonseca. Dólar disparado. Desemprego em maré montante. Os mais pobres, tornados indiferentes à sorte da Dilma.Do lado do mercado, os industriais fluminenses e paulistas clamam por paz e

governabilidade para pôr fim à crise. Ou seja, compram a tese de que a causa principal da crise econômica é política.

Do lado do governo... O Dirceu preso de novo. O Lula afirmativo por frente e negativo, exausto, por trás. Na Casa Civil, o ministro que é braço direito da presidência pede arrego aos tucanos e é esnobado. Os ministros dos partidos que rompem do governo ficam nas pastas. A Dilma cada vez mais catatônica, muda, desprestigiada, impotente. A costumeira inépcia governamental ajuntada à paulatina desagregação que marcha ao colapso. Nenhum dos expedientes costumeiros parece surtir nenhum efeito para reverter a marcha dos acontecimentos. No Jaburu, o suposto coordenador do governo, o vice Temer, reconhece a gravidade da crise e pede cavalheirescamente a paz e a concórdia, posando de estadista sóbrio e ponderado, para cujas mãos a presidência do Brasil poderá passar segura.

No congresso, sob a batuta de Cunha e Renan, o presidencialismo de coalizão arruinado, com os partidos deixando de temer represálias do governo, votando sandices só pra desmoralizar o Executivo. Votação de 400 votos contra 10! Até o PT abandonando a Dilma no ajuste fiscal, com o líder do governo não controlando mais nada nem ninguém. Parecem dizer – este governo não é de esquerda, não nos representa. Partidos clientes, como o PDT e o PTB, rompem com o governo, e este... Apatetado. Enquanto isso, o Cunha limpa a pauta da votação das contas para colocar as do governo Dilma em julgamento e manda fazer a triagem dos pedidos de impeachment adequadamente embasados. Vai esperar o 16 de Agosto, para ver as ruas do país se encherem contra o governo, o PT, etc, e gritarem pelo impeachment.

E depois dessa, já sabemos o resto do script que tentarão seguir, que é o mesmo de 1992. Dando certo, convocarão outras manifestações, até que, pela unânime aclamação dos povos, o governo colapsado virá abaixo, impedido ou por renúncia. Depois, será o “governo de união nacional” em torno do Temer, em coalizão do PMDB com a direita, os tucanos emplacados em cargos centrais, e tal. Em três meses, a poeira assentada. E depois, quem sabe, o parlamentarismo, para garantir o ascendente do Legislativo – leia-se, da classe política – contra o Judiciário e o Ministério Público, de um lado, e a polícia federal, de outro.

Será a novíssima República – e que república!

****

Christian Edward Cyril Lynch é professor assistente do Departamento de Direito Público da Universidade Federal Fluminense (UFF) e pesquisador bolsista da Fundação Casa de Rui Barbosa (FCRB). Reside atualmente na cidade do Rio de Janeiro. Seu eletrônico é clynch3@hotmail.com.

2020

1. Como a esquerda brasileira morreu – Vladimir Safatle 2019-

https://piaui.folha.uol.com.br/materia/dentro-do-pesadelo-2/

Sobre críticas mordazes e prognósticos pessimistas: um debate com Vladimir Safatle 2020 -

http://www.esquerdadiario.com.br/Sobre-criticas-mordazes-e-prognosticos-pessimistas-um-debate-com-Vladimir-Safatle?fbclid=IwAR0d4D5GbrZcTsVZA1NH057k89SCSF6rg0fGVJmxIcazllYVMlnX0TbPg_E

2. ENTREVISTA ANTONIO RISERIO *2019 -*

3. http://www.ihu.unisinos.br/159-noticias/entrevistas/594102-repensar-o-brasil-e-uma-tarefa-fundamental-entrevista-especial-com-antonio-riserio

4.A HORA DOS INTELECTUAIS. Luiz Werneck Vianna 2018 -

http://www.ihu.unisinos.br/188-noticias/noticias-2018/584366-a-hora-dos-intelectuais

5.O PT NÃO DEFENDE A CAUSA DA ESQUERDA. NEM A DO PAÍS Ruy Fausto – Entrevista 2017

https://epoca.globo.com/politica/noticia/2017/07/ruy-fausto-o-pt-nao-defende-causa-da-esquerda-nem-do-pais.html

6. D.Aarão – Entevista

https://www.brasil247.com/brasil/as-milicias-bolsonaristas-nao-vao-aceitar-a-derrota-e-as-esquerdas-precisam-se-precaver-diz-historiador

7.Dentro do Pesadelo - O governo Bolsonaro e a calamidade brasileira

FERNANDO DE BARROS E SILVA PIAUI - **EDIÇÃO 164** | MAIO_2020

https://piaui.folha.uol.com.br/materia/dentro-do-pesadelo-2/

1.COMO A ESQUERDA BRASILEIRA MORREU

Vladimir Safatle 12 Fevereiro 2020

- http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/596214-como-a-esquerda-brasileira-morreu-artigo-de-vladimir-safatle

"É um sintoma de que o grupo não é mais capaz de impor outro horizonte econômico-político e só conhece um horizonte de atuação, o 'populismo'", escreve Vladimir Safatle, filósofo e professor na USP, em artigo publicado por **El País**, 10-02-2020.

Eis o artigo.

Este é um artigo que gostaria de não ter escrito e não tenho prazer algum em fazer enunciações como a que dá corpo ao título. No entanto, talvez não haja nada mais adequado a falar a respeito da situação política brasileira atual, depois de um ano de Governo **Jair Bolsonaro** e a consolidação de seu apoio entre algo em torno um terço dos eleitores. Aqueles que acreditavam em alguma forma de colapso do Governo e de sua base precisam rever suas análises.

O que vimos foi, na verdade, outro tipo de fenômeno, a saber, a inoperância completa do que um dia foi chamado de "a esquerda brasileira" enquanto força opositora. Não que se trate de afirmar que ela está diante do seu fim puro e simples. Melhor seria dizer que um longo ciclo que se confunde com sua própria história termina agora. O pior que pode acontecer nesses casos é "não tomar ciência de seu próprio fim" repetindo assim uma situação que lembra certo sonho descrito uma vez por **Freud** na qual um pai morto continua a agir como se estivesse vivo. A angústia do sonho vinha do fato do pai estar morto e nada querer saber disto. Se a esquerda brasileira não quiser ver sua morte definitiva como destino, seria importante se perguntar sobre qual é esse ciclo que termina, o que ele representou, quais seus limites.

Signos não faltaram para tal diagnóstico terminal. Contrariamente ao discurso de que o **Governo Bolsonaro** estaria paralisado, vimos ao contrário a aprovação de medidas até pouco tempo impensáveis, como a reforma previdenciária, isso sem nenhuma resistência digna deste nome. Ou seja, a maior derrota da história da classe trabalhadora brasileira foi feita sem que anotassem sequer o número da placa do carro responsável pelo

atropelamento. Uma reforma da mesma natureza, mas menos brutal, está a tentar ser imposta na **França**. O resultado é uma sequência de greves e manifestações de vão já para o seu terceiro mês. Na verdade, o que vimos no **Brasil** foi o contrário, a saber, governos estaduais pretensamente de esquerda a aplicarem reformas estruturalmente semelhantes. Como se fosse o caso de dizer que, no final, governo e oposição comungam da mesma cartilha, sendo distinta apenas a forma e a intensidade de sua implementação. Fato que já havíamos visto com o segundo **Governo Dilma** e sua guinada neoliberal capitaneada por **Joaquim Levy**.

Isso é apenas um sintoma de que a esquerda brasileira não é mais capaz de impor outro horizonte econômico-político. Durante todo o ano de 2019, diante de um Governo cujas políticas visam a retomada, em chave autoritária, dos processos de concentração de renda, de acumulação primitiva e de extrativismo colonial, não foram poucos aqueles que esperaram da esquerda brasileira (todos os partidos e instituições inclusas) a expressão de outro tipo de política. A esquerda governa estados, municípios grandes e pequenos, mas de nenhum deles saiu um conjunto de políticas que fosse capaz de indicar a viabilidade de rupturas estruturais com o modelo neoliberal que nos é imposto agora. Houve época que a esquerda, mesmo governando apenas municípios, conseguia obrigar o país a discutir pautas sobre políticas sociais inovadoras, partilha de poder e modificação de processos produtivos. Não há sequer sobra disto agora.

Talvez seja o caso de insistir neste ponto porque, como dizia Maquiavel**,** o povo prefere um governo ruim a governo nenhum. Não são as qualidades do Governo **Bolsonaro** que dão a ele certa adesão popular. É o vazio, é o fato de não haver nenhuma outra alternativa realmente crível neste momento. E a razão disso é simples: a esquerda brasileira morreu, ela tocou seu limite e demonstrou não ser capaz de ultrapassá-lo. Isso vale tanto para partidos, sindicatos quanto para a classe intelectual (na qual me incluo). Nossas ações até agora não se demonstraram à altura dos desafios efetivos. O melhor a fazer seria começar a se perguntar pela razão de tal situação.

Coloquemos uma hipótese de trabalho: a **esquerda brasileira** conhece apenas um horizonte de atuação, este que atualmente chamaríamos de "**populismo de esquerda**". Foi ele que se esgotou sem que a esquerda nacional tenha se demonstrado capaz de passar para outra fase ou mesmo de imaginar o que poderia ser "outra fase". Entende-se por populismo de esquerda um modelo de construção de hegemonia baseado na emergência política do povo contra as oligarquias tradicionais detentoras do poder. Este povo é, na verdade, produzido através da convergência de múltiplas demandas sociais distintas e normalmente reprimidas. Demandas contra a espoliação de setores sociais, contra a opressão racial, contra os legados do colonialismo: todas elas devem convergir em uma figura que seja capaz de representar e vocalizar esta emergência de um novo sujeito político.

No entanto, o caráter nacionalista do **populismo** permite também a inclusão de setores descontentes da oligarquia, grupos da burguesia nacional dispostos a ter um papel "mais ativo" nas dinâmicas de globalização. Assim, o "povo", neste caso, nasce como uma monstruosa entidade meio burguesia, meio proletariado. Uma mistura de **JBS Friboi** com **MST**.

Este é o modelo que a esquerda nacional tentou implementar em sua primeira tentativa de governar o Brasil: a que termina com o golpe militar contra o

Governo João Goulart. Na ocasião, um dos personagens mais lúcidos de então, Carlos Marighella, faz um diagnóstico preciso: a esquerda havia apostado na conciliação com setores da burguesia nacional e com setores "nacionalistas" das forças armadas dentro de governos populistas de esquerda. Ela colocou toda sua capacidade de mobilização a reboque de uma política que parecia impor mudanças seguras e graduais. Ao final, tudo o que ela conseguiu foi estar despreparada para o golpe, sem capacidade alguma de reação efetiva diante dos retrocessos que se seguiriam.

A lição de **Marighella** não foi ouvida. Tanto que a esquerda brasileira fará o mesmo erro com o final da ditadura militar e com o advento da Nova República. A história será simplesmente a mesma: o movimento em direção a um jogo de alianças entre demandas sociais e interesses de oligarquias locais descontentes tendo em vista mudanças "graduais e seguras" que serão varridas do mapa na primeira reação bem articulada da direita nacional.

Nesse sentido, nossa história segue os passos da história argentina: outro campo de ensaio do populismo de esquerda. Mas há um diferença substancial aqui. Depois da experiência ditatorial, a **Argentina** soube criar um linha de contenção de impulsos golpistas. Hoje, quase mil pessoas ainda se encontram nas cadeias argentinas por crimes da ditadura. No Brasil, ninguém foi preso. A resposta argentina produziu uma linha de contenção, inexistente entre nós, que permitiu ao peronismo ter ressurreições periódicas. Dificilmente, essa será a história brasileira daqui para frente, pois o risco de deriva militar é real entre nós.

Mas há ainda um outro fator decisivo. O colapso do **lulismo** não foi seguido apenas de um golpe parlamentar apoiado em práticas criminosas de setores do poder judiciário. Ele foi seguido da criação de uma espécie de antídoto à reemergência do corpo político populista. O que vimos, e agora isto está cada vez mais claro, foi a emergência de um corpo fascista. Mas o corpo político fascista é normalmente a versão terrorista e invertida de um corpo político anterior, marcado pela emergência do povo e pelas promessas de transformação social. Dessa forma, ele acaba por bloquear sua ressurgência. Já se disse que todo fascismo nasce de uma revolução abortada. Nada mais justo.

Theodor Adorno um dia descreveu o líder fascista como uma mistura de King Kong e barbeiro de subúrbio (certamente pensando no **Chaplin** de **O grande ditador**). Essa articulação entre contrários é fundamental. A pretensa onipotência do líder fascista deve andar juntamente com sua fragilidade. O líder fascista deve ser "alguém como nós", com a mesma falta de cerimônia, a mesma simplicidade e irritação que nós. A identificação é feita com as fraquezas, não com os ideais. Ele deve ser alguém que come miojo em banquetes presidenciais, que se veste de maneira desajeitada como alguém do povo. Ele deve a todo momento dizer que está a combater as elites que sempre governaram esse país (que agora serão os artistas, as universidades, os "cosmopolitas" e "globalistas"). Ele deve mostrar que não é alguém da elite política, que na verdade tal elite o detesta. Pois se trata de criar um antídoto para toda forma de tentativa de recuperar a produção do povo como processo de emergência de dinâmicas de transformação social.

Dessa forma, tudo se passa como se **Bolsonaro** fosse uma versão militarizada de seu oposto, a saber, Lula. Não se trata com isso de afirmar que estamos presos em uma polaridade. Ao contrário, trata-se de dizer que tudo foi feito

para anular a polaridade real, criando um duplo imaginário. Nunca entenderemos nada das regressões fascistas se não compreendermos estas lógicas dos duplos políticos. Se há algo que nos falta é exatamente polaridade. Temos pouca polaridade e muita duplicidade.

O fato é que tal dinâmica demonstrou-se eficaz. Ela quebrou os processos de incorporações **populistas** que foram, até agora, a alma da esquerda brasileira. Por isso, o que vemos agora é uma esquerda sem capacidade de ação, pois atordoada com o fato de a direita brasileira ter, enfim, produzido a sua figura com capacidade de incorporação do povo, agora sem o erro de apostar em um egresso da elite político-econômica (Collor) ou em alguém sem vínculos orgânicos com o militarismo fascista (**Jânio**).

Numa situação como essa, a esquerda nacional ainda paga o preço de ter sido formada para a coalizão e para a negociação. Esse é seu **DNA**, desde a política de alinhamento do **PCB** aos ditames anti-revolucionários do Soviete Supremo. Por isso, ela não sabe o que fazer quando precisa mudar o jogo e caminhar para o extremo. Sua inteligência não age nesse sentido, suas estruturas não agem nesse sentido, sua classe política não age nesse sentido. Seus movimentos de revolta perdem-se no ar por não ter nenhuma sustentação ou coordenação de médio e longo prazo. Foi assim que ela morreu. Se ela quiser voltar a viver, toda essa história tem que chegar a um fim. Ela deverá tomar ciência de seu fim.

Leia mais

- “A capacidade de constituição de novos horizontes da esquerda brasileira, hoje, é nula”. Entrevista com Vladimir Safatle
- O que faria a esquerda despertar? Vladimir Safatle comenta a política brasileira
- "Está explodindo uma bomba-relógio que ninguém quis ver". Entrevista com Vladimir Safatle
- “Quando você não acerta suas contas com a história, a história te assombra”. Entrevista com Vladimir Safatle
- "O Brasil sofre de transtorno bipolar", Entrevista com Vladimir Safatle
- “A esquerda não volta ao poder se não fizer uma renovação total. É um processo de 8 a 12 anos”, afirma brasilianista
- Repensar o Brasil é uma tarefa fundamental. Entrevista especial com Antonio Risério
- Junho de 2013 – Cinco Anos depois.Demanda de uma radicalização democrática nunca realizada. Revista IHU On-Line, Nº. 524
- Lula faz campanha sem propostas concretas e não faz autocrítica, aponta Le Monde
- A esquerda e o governo: suas ideias e lições históricas
- Movimentos negros repetem lógica do racismo científico, diz antropólogo
- A hora dos intelectuais
- Melancolia, fragmentação e a crise da práxis. Desafios da esquerda brasileira. Entrevista especial com Sabrina Fernandes

- Nem coerentes, nem lógicas, as lutas de Junho de 2013 sobrevivem à revelia da compreensão da esquerda. Entrevista especial com Giuseppe Cocco
- A política moderna é bipolar e opera entre democracia e autocracia. Entrevista especial com Roberto Dutra
- "A crise econômica e a desigualdade são fundamentais para entender a origem da extrema direita". Entrevista com Farid Kahhat
- "O PT não defende a causa da esquerda. Nem a do país". Entrevista com Ruy Fausto
- O processo de renovação da esquerda é atravancado pela 'renovada' hegemonia do PT. Entrevista especial com Pablo Ortellado
- Esquerda, o primeiro tijolo é a igualdade

2. Sobre críticas mordazes e prognósticos pessimistas: um debate com Vladimir Safatle

http://www.esquerdadiario.com.br/Sobre-criticas-mordazes-e-prognosticos-pessimistas-um-debate-com-Vladimir-Safatle?fbclid=IwAR0d4D5GbrZcTsVZA1NH057k89SCSF6rg0fGVJmxIcazllYVMlnX0TbPg_E

Simone Ishibashi

Um artigo elaborado por Vladimir Safatle tem causado polêmica. Com título provocativo, "Como a esquerda morreu" publicado no jornal El País, o filósofo decreta o fim da esquerda. Fazemos coro com os que dizem que Safatle sempre merece ser lido. Mas não acriticamente, visto que a tese central do artigo aponta elementos corretos, e outros nem tanto. Mas sua carência mais evidente reside na ausência de uma saída à altura dos problemas que a nota aponta. Em outras palavras, Safatle oferece um texto em que a crítica mordaz combina-se à prognósticos pessimistas, e desemboca na proposição - algo subliminar - de uma saída equivocada. Vê-se então que nem sempre a agudeza para formular problemas e críticas, coincide com a mesma amplitude de visão para definir uma via certeira de resolvê-los.

Uma primeira questão que chama a atenção é o pessimismo. Em uma tacada Safatle, além de decretar a morte indiferenciada da esquerda em geral - muito embora depois trace uma linha de continuidade entre o PCB pré-golpe de 1964 e o PT atual, - ainda coloca quase como se estivéssemos vivenciando um regime fascista. O *timing* não é dos melhores, já que seu texto vem a público justamente em meio à maior greve dos petroleiros desde 1995. Greve de um setor enormemente estratégico, que já superou 15 dias, e que numa ação simbólica tem distribuído gás à população pela metade do preço. Esta

importante mobilização dos petroleiros vem sendo ignorada solenemente pela mídia, sendo também uma ausência no texto de Safatle. Evidentemente que uma greve não é por si só capaz de reverter uma tradição de passividade de organizações políticas construída anos a fio, e tampouco está definido de antemão até onde pode chegar. Mas poderia ser o início de um novo momento, e certamente mostra que a suposta "vitória do fascismo" tem seus limites.
Para resumir parte das teses críticas de Safatle vaticina que após um ano de governo Bolsonaro o que se nota é que a esquerda "mais que falhou, morreu". Que a reforma da previdência como ponto culminante do ataque à classe trabalhadora, não suscitou uma resposta como a que se deu na França, onde uma importante greve criou uma enorme crise para Macron. Aqui ao contrário disso, o que houve foi a aplicação por parte dos "governos de esquerda" em estados e municípios os mesmos ataques. Isso deriva, na opinião de Safatle, do horizonte "populista" ao qual se restringe a esquerda brasileira, cujo caráter nacionalista permitiria a unidade com setores da burguesia nacional. Nisso, para Safatle, PCB (com exceção de Marighela, a quem voltamos adiante) e o PT convergiriam.

O PCB cometeria esse erro pavimentando o caminho para o golpe de 1964. Já o PT inicia essa mesma trajetória na transição ao final da ditadura, anistiando militares torturadores. Desde então, o colapso do lulismo cedeu lugar à "emergência do fascismo". A ultradireita recém nascida como aprofundamento do golpe de 2016 seria um duplo invertido do populismo encarnado pelo líder do PT. A diferença entre a duplicidade e a polaridade é ressaltada por Safatle para defender que há na realidade brasileira excesso do primeiro, e ausência do segundo. Assim, a partir desta conjunção de fatores a "esquerda brasileira" estaria sem capacidade de ação.

A análise de Safatle reveste-se, quando tomam-se apenas aos elementos críticos, de inegável veracidade. Decerto, que as estratégias encarnadas pelo PCB, e posteriormente pelo PT, são cada qual à sua maneira uma negação das potencialidades transformadoras da classe trabalhadora. Um balanço pormenorizado do PT teria que abarcar seu processo de "transformismo" de sua fundação até a ascensão de um primeiro governo social-liberal cujas intenções eram claras já na Carta ao Povo Brasileiro que pavimentou o caminho para a ascensão de Lula. Uma vez no poder Lula acenou com algumas concessões quando a economia internacional assim possibilitou, mas sempre se orgulhou de ter feito um governo em que "jamais os banqueiros ganharam tanto". Esmiuçar esse processo transcende os limites deste artigo.

Aqui cabe apenas ressaltar que a impotência de tal projeto, efetivamente tornou-se ainda mais explícita com a escolha do PT de dialogar com os que conspiravam pelo golpe institucional de 2016, em detrimento do chamado a mobilização dos trabalhadores. O pavor da mobilização independente dos trabalhadores e das massas é patente na *intelligentsia* petista, como demonstra inclusive seu balanço das jornadas de junho de 2013, retratadas com horror como a porta de entrada para a extrema-direita. Tal avaliação é extremamente interessada e autocomplacente, já que anula justamente a responsabilidade que o PT teve para a ascensão da direita e da ultradireita.

O amor pela institucionalidade capitalista que o PT sempre teve, mesmo quando prendia-se Lula em meio à iminência das eleições de 2018, ou ainda a paralisia da burocracia sindical que auxiliou em momentos cruciais a organização do consenso sob o qual se assenta o poder das classes detentoras, quando deveria ser um instrumento de organização da classe trabalhadora, negando-se a unir as amplas e potentes fileiras dos trabalhadores do país, são exemplos desta estratégia que deve ser não apenas criticada, como superada em termos práticos e teóricos. Dessa maneira, não podemos mais que concordar com a falência dessa estratégia, que aliás só pôde ser identificada novamente com algo de "esquerda" pelo surgimento de uma ultradireita escancarada, em especial em sua verborragia, que esquerdizou o PT ao ponto de transformá-lo em "comunista" para dar a si própria um sentido de existência.

O PCB, por outro lado, antes do golpe de 1964 também marcou-se pelas vacilações, que cobraram um alto preço em vidas de trabalhadores e do povo, ceifadas pela ditadura militar. A Rebelião dos Marinheiros de 1963, importante levante de marinheiros de baixa patente que culminou na ocupação do Sindicato dos Metalúrgicos da Guanabara de 25 a 27 de março motivado por demandas de melhoria das condições de trabalho, foi posta a perder pelas vacilações da direção do PCB. A exemplo de sua política nacional marcada pelo seguidismo a Jango, e à ala da burguesia nacional que este representava, o PCB impediu que se desenvolvesse uma aliança entre os marinheiros sublevados, os trabalhadores e camponeses organizados nas Ligas Camponesas, tal como debatemos extensamente aqui. Na atualidade, o PCB apresenta-se como uma agremiação com pouca influência para além da academia, e a declarada ausência de "centralismo teórico" serve apenas de cobertura para que ganhem terreno entre suas fileiras lamentáveis figuras que buscam reviver o stalinismo.

Seja como for, a crítica de Safatle ao PT ao colocar um paralelo com o posicionamento que Marighela assume contra o PCB após 1964, única reivindicação pela positiva em todo texto, ainda que indireta e sem compromisso por parte do autor, pode levar a que se substitua uma estratégia errada, por outra. Menos pacifista, decerto, mas nem por isso igualmente equivocada. Nas palavras de Safatle *"(...) um dos personagens mais lúcidos de então, Carlos Marighella, faz um diagnóstico preciso: a esquerda havia apostado na conciliação com setores da burguesia nacional e com setores "nacionalistas" das forças armadas dentro de governos populistas de esquerda".*

Carlos Marighela, inspirado em Che Guevara, Fidel Castro e Mao Tsé Tung, apesar de criticar a colaboração de classe do PCB, propõe uma estratégia que não supera os problemas que aponta. Não é o objetivo deste artigo esmiuçar as experiências da revolução cubana ou chinesa, ou de Marighela. Mas é preciso ressaltar que ainda que seja certo que o pacifismo e o reformismo são irmãos, isso não significa que não haja também um reformismo armado, ou que a luta armada não possa se opor à estratégia revolucionaria. A superação da política de colaboração de classe não depende apenas dos métodos empregados, se parlamentares ou em armas, mas também dos objetivos políticos que se almeja alcançar.

Para concretizar esta questão pode-se retomar que os objetivos políticos do Movimento 26 de Julho de Che Guevara não eram inicialmente a revolução socialista, mas derrubar a ditadura de Fulgêncio Batista e restituir a Constituinte cubana de 1940, impondo certos limites à ingerência imperialista estadunidense, sem romper necessariamente com aquele. Objetivos políticos reformistas, portanto. Porém, a dinâmica de enfrentamentos entre os trabalhadores e camponeses de um lado, e o imperialismo por outro explode esta frente, e obriga o avanço contra a propriedade privada.

No escrito de Marighela *A crise brasileira* de 1966 ele diz que o combate à ditadura deveria englobar uma ampla aliança de todas as forças contrárias a elas. Em suas palavras *"depende da unidade com a esquerda o êxito da unidade com as forças do centro opostas à ditadura, desde as que obedecem ao comando de Jango, às que são lideradas por Jânio, Kubitschek e outros"*. O problema aqui não é a unidade de ação, ou seja de combate, com setores dirigidos por Jango, Jânio ou Kubitscheck contra a ditadura, desde que os trabalhadores mantivessem sua independência política. O problema reside em que na opinião de Marighela esta unidade de ação deveria se dar sob o objetivo estratégico de concretizar *"as forças básicas da revolução antimperialista e antifeudal, nacional e democrática"*. Ou seja, a partir de um programa político e estratégico que poderia ser tomado por alas da burguesia igualmente referenciadas em Jânio, Jango e Kubitschek, abrindo brechas para anular justamente a independência política dos trabalhadores.
Assim, se é verdade que o pacifismo e gradualismo semeados pelo PT devem ser superados, também é igualmente verdadeiro e nada menos importante que se elabore sob qual estratégia e um programa claro sobre como isso deve se dar. Mas Safatle ao colocar todo o relevo no problema da colaboração de classes de um ponto de vista centralmente orientado aos métodos de luta, ou dos acordos como o da transição pactuada da democracia para a ditadura, termina abrindo brechas para o embelezamento do reformismo armado como se esse fosse a superação do reformismo desarmado.

Retomando o exemplo nomeado pelo próprio Safatle. Na França a importante greve protagonizada por setores dos serviços mais estratégicos dentre a classe trabalhadora, com destaque para os transportes, conseguiram sustentar contra a vontade das direções sindicais uma greve que atravessou as festas de final de ano. Naquela ocasião a CGT queria desarmar a mobilização dos trabalhadores, e chamou uma trégua, propondo uma retomada apenas para o dia 9 de janeiro. Mas os trabalhadores criaram uma coordenação que representava, votava e organizava as ações a partir da base, o que fez com a greve se sustentasse, e se transformasse em um grande problema para Macron. Dentre os trabalhadores que se destacaram está Anasse Kazib, ferroviário e membro do portal *Revolution Permanent*, que conseguiu impor ser a voz da greve contra a burocracia sindical, e conta aqui a importância de uma estratégia clara para levar adiante qualquer luta seriamente, não apenas contra a reforma da previdência, mas no calor da qual se debatia entre os trabalhadores a necessidade de construir uma nova sociedade.
E isso exige uma crítica dura e profunda, mas ao mesmo tempo o abandono de todo o ceticismo, não em relação aos objetivos e modus operandi da esquerda que prima apenas pela atuação parlamentar e sindical, mas sobretudo em

relação à classe trabalhadora. Porque não podemos deixar de notar que a morte decretada por Safatle à esquerda, e o quadro de ascensão fascista que pinta sugerindo uma vitória da regressão sem brechas alimenta apenas o ceticismo. Enfim, suas posições tão ácidas - e corretas - contra o PT, combinam-se a uma lacuna nada menor, ao não apontar como objetivo a construção resoluta de uma alternativa política ao próprio PT.

Não deveríamos, por exemplo, estar hoje colocando nossas forças para que a já citada luta dos petroleiros rompa o cerco imposto não só pela grande mídia, mas também pelas próprias direções burocráticas, e seja vencedora impondo uma primeira derrota a Bolsonaro? Portanto, não se trata aqui de clamar que a esquerda brasileira em "geral" está morta ou viva. Mas de tirar as lições das estratégias já provadas pela história, para superar heranças que seguem sendo um peso morto, de modo a criar condições para que se abra o caminho a novas alternativas políticas revolucionárias. Tais alternativas podem avançar em base às experiências e disposição de lutas que os trabalhadores, mesmo em uma situação nacional desfavorável. Superar o ceticismo é tão fundamental quando criticar agudamente.

Por: **João Vitor Santos | Edição: Patricia Fachin |** 29 Janeiro 2020

A tarefa mais urgente para nós, brasileiros, diante de uma das maiores crises políticas que o país enfrenta, é "**repensar o Brasil**", diz o antropólogo Antonio Risério à **IHU On-Line**. Isso significa, explica, "rever com serenidade e lucidez — com conhecimento, acima de tudo — a experiência nacional brasileira. Esta é uma tarefa básica, fundamental. Temos de nos conhecer, em vez de ficar repetindo clichês esquerdistas falsificadores de nossa trajetória no tempo".

Na entrevista a seguir, concedida por e-mail, **Risério** denuncia a substituição de uma **historiografia nacional** baseada em mitos e mistificações, que tentou definir uma "**identidade nacional**" a partir da colonização portuguesa, por uma nova historiografia encampada pela esquerda brasileira nos anos 1970, em que "o **colonizador português** era o mal — e o bem se encarnara, aqui, em **pretos e índios**". Segundo ele, em sua revisão historiográfica, a esquerda brasileira "se empenhou mal" e "não tratou de realmente encarar, em toda a sua complexidade, a experiência nacional". Ao contrário, afirma, ela "optou pelo maniqueísmo, pela visão do **Brasil** como um filme de bandido e mocinho. Então, repetiu a velha história oficial, só que invertendo tudo. Passamos a ter então, basicamente, as figuras do **negro** sempre luminosamente libertário, do **índio** ecofeliz e do **português** genocida", afirma.

3.ENTREVISTA ANTONIO RISERIO

http://www.ihu.unisinos.br/159-noticias/entrevistas/594102-repensar-o-brasil-e-uma-tarefa-fundamental-entrevista-especial-com-antonio-riserio

A entrevista foi publicada, originalmente, aqui no ***Instituto Humanitas Unisinos -IHU****, no dia 06-11-2019.*

Nesta entrevista, o antropólogo também reflete sobre a crise política brasileira, que tem origem nos "partidocratas", e assinala que ela é fortalecida pela "polarização extremista entre o autoritarismo de esquerda e o autoritarismo de direita, ambos populistas". Na avaliação dele, a crise da representatividade política, denunciada pela sociedade nas manifestações de Junho de 2013, já se manifestava na reabertura democrática, porque "de Sarney aos governos petistas, a sociedade foi percebendo gradualmente que as eleições iam se convertendo num rito vazio e que ela, sociedade, não contava para nada na hora da formulação e execução das políticas públicas nacionais".

Antonio Risério (Foto: Divulgação)

Antonio Risério é poeta, ensaísta e escritor. Cursou mestrado em Sociologia com especialização em Antropologia na Universidade Federal da Bahia - UFBA. É autor de, entre outras obras, **A casa no Brasil** (Rio de Janeiro: Topbooks, 2019), **A Cidade no Brasil** (São Paulo: Editora 34, 2012), **A utopia brasileira e os movimentos negros** (São Paulo: Editora 34, 2007), **Adorável comunista** (Rio de Janeiro: Versal, 2002) e **O poético e o político e outros escritos** (Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988).

Confira a entrevista.

IHU On-Line - O Brasil de hoje, especialmente o campo da esquerda, compreendeu as transformações que ocorreram desde 2013? Quais os desafios para apreender essas transformações em suas complexidades?
Antonio Risério - O problema inicial é que os políticos profissionais, **partidocratas**, parecem não entender ou não querer entender o próprio **2013**. Tivemos uma coisa fundamental ali, que foi a exposição pública da crise da representação **partidocrata**. Na verdade, de **Sarney** aos **governos petistas**, a sociedade foi percebendo gradualmente que as eleições iam se convertendo num rito vazio e que ela, sociedade, não contava para nada na

hora da formulação e execução das políticas públicas nacionais. Ou seja, o próprio sistema político se encarregou de **corroer a representatividade** e **fragilizar a democracia**. Isso foi escancarado na reeleição de **Dilma Rousseff**, que foi eleita dizendo uma coisa e, assim que recebeu o resultado das urnas, passou a fazer outra. A população viu então com clareza que o jogo era cínico, manipulador.
2013, ao colocar em questão o **sistema político**, com a sociedade afirmando que os partidos não a representavam, abriu a possibilidade de virar a página e de que a gente entrasse no capítulo inaugural de uma **nova cultura política** e um **novo**
...

[Mensagem cortada] Exibir toda a mensagem

Responder Encaminhar

2021

ABRIL ABRIS 2021/22

Outro abril para não ser esquecido

Coletânea – P.Timm org . 2021

(uso exclusivo em sala de aula)

Indice

Introdução: Pano de fundo

Brasil: o país do futuro, distópico?

https://jornalggn.com.br/a-grande-crise/brasil-o-pais-do-futuro-distopico-por-jorge-alexandre-neves/

por Jorge Alexandre Neves – 12 maio 2020

1. Som e a fúria em Brasília. Por Fernando Gabeira

By Chumbo Gordo -https://www.chumbogordo.com.br/38518-o-som-e-a-furia-em-brasilia-por-fernando-gabeira/?utm_campaign=shareaholic&utm_medium=facebook&utm_source=socialnetwork&fbclid=IwAR070ZB99gfGOKx-b5qdMCuR46fXOM5Vp6mn83iOHs_po-7_t8REYMSEBnk

2.Fora de si com CPI , Bolsonaro mostra o que tem dentro de si

Josias de Souza - 13/04/2021

https://noticias.uol.com.br/colunas/josias-de-souza/2021/04/13/fora-de-si-com-cpi-bolsonaro-volta-a-demonstrar-tudo-o-que-tem-por-dentro.htm

3.Sete homens sem destino

Weiller Diniz - abril 10, 2021, 8:10

https://osdivergentes.com.br/outras-palavras/sete-homens-sem-destino/?fbclid=IwAR3t5VQbMssNPZRw9RTT1xQyTgmGDUJKujW5jdHJ4_Y5CoVUuALBpxXz7n4

4. "Mentes autocráticas buscam a via tortuosa"

(Celso de Mello)

Carolina Brígido - Colunista do UOL 16/04/2021 - https://noticias.uol.com.br/colunas/carolina-brigido/2021/04/16/celso-amorim-bolsonaro.htm?utm_campaign=resumo-do-dia&fbclid=IwAR2ODLQnqo9_BMUjtW-2YWJXM2TyDXPOG9Wg6M-aJiFVsdl8lzaRzdbfPw4

5.Lula renasceu messiânico e ninguém barra Bolsonaro e sua sanha matadora?

Mario Sergio Conti – www.folhauol.com.br

6.Dois anos de desgoverno – a ascensão do neofascismo. Michael Löwy – 10 fev 2021

http://www.ihu.unisinos.br/606674-dois-anos-de-desgoverno-a-ascensao-do-neofascismo-artigo-de-michael-loewy?fbclid=IwAR3aUyt_rIjGf4g0puPDzWuwYTknrJdbwXqoKl35hXY2mF0GoV_qHuJrFDg

7.Brasil: Um quintal de aberrações

Theófilo Silva09/03/2021

11h54https://jornaldebrasilia.com.br/blogs-e-colunas/quinto-ato/brasil-um-quintal-de-aberracoes/#.YEi6GVpkhvQ.facebook

. 8.CELSO ROCHA BARROS

https://www1.folha.uol.com.br/colunas/celso-rocha-de-barros/2021/04/cpi-da-covid-tem-que-ser-inicio-do-julgamento-de-nuremberg-que-bolsonarismo-merece.shtml

9. A boiada, a cachorrada, as hemorroidas e os vagabundos, um ano depois

https://www.jornalistaspelademocracia.com/politica/a-boiada-a-cachorrada-as-hemorroidas-e-os-vagabundos-um-ano-depois/

- Moisés Mendes - Jornalistas pela Democracia **21.4.21**

10. TUTELA OU DITADURA MILITAR?

Paulo Timm – Abril 2021

INTRODUÇÃO

Brasil: o país do futuro, distópico?

https://jornalggn.com.br/a-grande-crise/brasil-o-pais-do-futuro-distopico-por-jorge-alexandre-neves/

por Jorge Alexandre Neves – 12 maio 2020

Nos últimos dias, uma série de artigos e reflexões transmitidas por diversas mídias levantou uma questão que está cada dia mais visível, qual seja, a intenção do presidente Bolsonaro de dar um golpe definitivo sobre o estado democrático de direito

Na minha última coluna aqui do GGN intitulada “Como um sapo na panela” (1), chamei a atenção dos leitores para o fato de que a democracia brasileira vem sendo destruída aos poucos, de tiquinho em tiquinho. Em outra coluna intitulada “o preço do ódio” (2), ressaltei que a destruição do estado democrático de direito tem sido perpetrada, principalmente, pelo estamento jurídico que desrespeita a legislação. Em ambos os artigos, ressaltei o dia 16 de março como o marco do golpe de estado de 2016, assim como 31 de março foi o marco do golpe de estado de 1964 (acho que março já pode substituir agosto como o mês da desgraça, no Brasil). Todavia, em particular no que diz respeito ao golpe de 2016, o processo que levou ao seu desenlace começou muito antes.

Na verdade, em 2008 escrevi pela primeira vez um documento (de circulação interna à UFMG) sobre o processo de deterioração do estado de direito, no Brasil, que já destacava o empoderamento anormal da burocracia como o principal fator de corrosão das instituições. Em março de 2010, quando tomei posse como diretor da nossa Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, proferi um discurso que ressaltava ser a falta de respeito às leis por parte de órgãos de controle do Estado o maior problema da gestão pública, no Brasil.

Portanto, a substituição do Leviatã pelo Beemote tem se dado há muitos anos, entre nós. Esse lento processo é que explica o comportamento generalizado de “sapo na panela”, por parte dos principais atores políticos. O comportamento desleixado em relação às leis produziu a limpeza do terreno onde o Beemote se instalou de mala e cuia.

Nos últimos dias, uma série de artigos e reflexões transmitidas por diversas mídias levantou uma questão que está cada dia mais visível, qual seja, a intenção do presidente Bolsonaro de dar um golpe definitivo sobre o estado democrático de direito. No final da semana passada, na CBN, a jornalista Maria Cristina Fernandes tentou nos tranquilizar ao mostrar evidências da falta de apoio do comando das forças armadas para um autogolpe presidencial. No sábado, o jornalista Mário Sérgio Conti escreveu um artigo bastante incisivo, e até agressivo, sobre as intenções presidenciais de autogolpe (3). Agora no início desta semana, o ex-ministro José Dirceu voltou a tratar da possibilidade de autogolpe (4).

Embora tenham visões contrárias sobre a disposição das forças armadas em apoiar um autogolpe do presidente Bolsonaro, curiosamente, tanto Maria Cristina Fernandes quanto José Dirceu focam suas atenções nos militares. Por outro lado, Mário Sérgio Conti faz uma análise mais ampla – e, ao meu ver, mais compatível com a complexidade da realidade que vivemos – sobre a possibilidade de autogolpe do presidente. Ele enfoca, ao meu ver de forma adequada, a inapetência das elites nacionais em pôr limites aos desejos autocráticos do presidente da República.

No que se refere ao estamento jurídico, vimos duas atitudes recentes de subserviência ao poder executivo: a) a conivência do presidente do STF com a, digamos, “marcha do ultraje”, aquela na qual o presidente Bolsonaro conduziu um grupo de empresários para fazer pressão sobre o judiciário e; b) a decisão do presidente do STJ – aquele pelo qual o presidente disse ter sentido um amor à primeira vista – de suspender a liminar que obrigava o presidente Bolsonaro a divulgar seus exames da Covid-19, tendo o referido ministro do Superior Tribunal de Justiça adiantado seu voto, mesmo antes do Tribunal ser provocado, em uma entrevista ao site Jota, num claro desrespeito à Lei Orgânica da Magistratura (mais um membro do estamento jurídico que faz pouco caso do arcabouço legal).

Quanto ao estamento militar, este nunca esteve tão satisfeito. Finalmente, sentou à mesa do “banquete dos chantagistas”. Como bem ressaltou José Dirceu em seu artigo, se encheu de privilégios no atual governo, bem como conseguiu que seus projetos estratégicos fossem poupados da tesoura orçamentária do ministério da economia. Dele é que não virá, mesmo, qualquer resistência a um autogolpe do presidente. Como eu já disse antes, basta que seja omisso.

Quanto ao estamento político, apesar de mordidas e sopros trocados com o presidente Bolsonaro, tem com este uma afinidade ideológica que é notória: desde a redemocratização, o país jamais teve um congresso de perfil tão conservador. O movimento recente de cooptação do centrão por parte do presidente reduziu ainda mais a probabilidade de que venha do estamento político uma resistência mais forte aos anseios autocráticos do chefe do executivo.

Finalmente, a plutocracia, como bem lembra Mário Sérgio Conti, está feliz com um governo que se dispõe a aprovar leis que atendem todas as suas demandas. Em outros tempos, talvez reagisse de outra forma, nem que fosse pela vergonha que sentiria da imagem enxovalhada que o atual presidente e seu governo de bufões, aloprados e ladrões criaram do Brasil diante do mundo civilizado. Porém, aqui há um elemento relativamente novo que nos remete ao título desta coluna: a plutocracia brasileira não tem mais qualquer identidade com o país!

É verdade que nossa elite econômica sempre teve pouca identificação com o Brasil real (5). Todavia, mais recentemente, essa falta de identidade tendeu ao paroxismo, a partir do processo de globalização. A maior parte dos plutocratas brasileiros – como é o caso do rei das cervejas, citado por Mário Sérgio Conti, em seu artigo – não vive mais no Brasil. Esse distanciamento físico – e o fato de que muitos deles obtêm outras nacionalidades – faz com que esses muito ricos não se sintam realmente brasileiros. Uma imagem nacional manchada, portanto, não lhes atinge a alma. Ao mesmo tempo, esse distanciamento físico cria, hoje, uma situação que nos lembra uma ficção distópica, como o filme Elysium, no qual há dois mundos: o da terra, onde vivem as pobres pessoas comuns, sob o controle de um Estado totalitário, e um outro, um mundo artificial, que orbita a terra, onde vivem os privilegiados cercados de todo tipo de maravilhas.

Em algumas de minhas colunas recentes, ressaltei a degradação social que o Brasil vem sofrendo desde 2015, com uma forte aceleração a partir do golpe estamental de 2016. Com a pandemia da Covid-19 e o aprofundamento da crise econômica (que, ressalte-se, teve início em 2015 e nunca foi superada), a situação do país está se tornando dramática. Essa conjuntura exigiria ações rápidas de um governo com reais interesses em promover o desenvolvimento nacional e melhorar a vida de seu povo. Obviamente, não é o caso do governo Bolsonaro.

Os cães de guarda da elite nacional, os membros da classe média tradicional, assistem de suas varandas, onde produzem com suas panelas uma zoada arrependida contra o pior governo da história do país, a destruição definitiva das instituições e do regime democrático de direito. Terá valido a pena? Talvez, afinal, agora seus filhos e netos não terão mais que competir nas universidades, nos concursos públicos e no mercado de trabalho com os jovens pobres, visto que estes voltaram a precisar se preocupar mesmo é em (6) não morrer de velhice antes dos cinquenta, de bala antes dos trinta e de fome um pouco por dia. Ao vencedor, as batatas!

Jorge Alexandre Barbosa Neves *– Ph.D, University of Wisconsin – Madison, 1997. Pesquisador PQ do CNPq. Pesquisador Visitante University of Texas – Austin. Professor Titular do Departamento de Sociologia – UFMG – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas*

1. https://jornalggn.com.br/artigos/como-um-sapo-na-panela-por-jorge-alexandre-neves/.
2. https://jornalggn.com.br/artigos/o-preco-do-odio-por-jorge-alexandre-neves/.

3. https://www1.folha.uol.com.br/colunas/mariosergioconti/2020/05/esperar-que-a-elite-detenha-bolsonaro-e-aceitar-um-golpe-e-milhares-de-mortes.shtml.
4. https://nocaute.blog.br/2020/05/11/nao-tenhamos-ilusoes-as-forcas-armadas-apoiarao-sim-um-autogolpe-de-bolsonaro/.
5. Brasil real no sentido proposto por Ariano Suassuna.
6. Inspirado em João Cabral de Melo Neto.

1.Som e a fúria em Brasília. Por Fernando Gabeira

By Chumbo Gordo -https://www.chumbogordo.com.br/38518-o-som-e-a-furia-em-brasilia-por-fernando-gabeira/?utm_campaign=shareaholic&utm_medium=facebook&utm_source=socialnetwork&fbclid=IwAR070ZB99gfGOKx-b5qdMCuR46fXOM5Vp6mn83iOHs_po-7_t8REYMSEBnk

-

…duas lições importantes sobre a política no Brasil. Acusados tentam sempre ampliar as investigações para desaparecerem nela, e quase sempre alegam que todos estão errados. No caso, a ideia é pôr a limitada estrutura do Senado a investigar todo o Brasil e, simultaneamente, tentar cassar membros do Poder Judiciário.

ARTIGO PUBLICADO ORIGINALMENTE EM O ESTADO DE S. PAULO *E NO SITE DO AUTOR,*

www.gabeira.com.br, EDIÇÃO DE 16 DE ABRIL DE 2021

Não é fácil entender a política brasileira, mas quem se detiver, esta semana, nos dois mais intrincados nós a serem desatados em Brasília talvez chegue a algumas conclusões interessantes. Os dois nós são a CPI da pandemia e a inadequação do Orçamento da União.

No primeiro, o governo é acusado de omissão no processo de combate ao vírus que já nos custou mais de 360 mil vidas e poderá custar 600 mil até julho, segundo prognósticos da Universidade de Washington. Acusações e mesmo investigações sobre a atuação de Bolsonaro na pandemia não são novas. Há processos no Tribunal Internacional de Haia e inquéritos como o das mortes em Manaus, em que Eduardo Pazuello é o principal investigado.

Bolsonaro é acusado de negacionismo e, realmente, tem negado a importância da pandemia desde o início. Era previsível que surgisse uma CPI sobre o tema no Congresso, uma vez que os parlamentares estavam de quarentena, mas não mortos.

Eleito com apoio de Bolsonaro, o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, bloqueou a instalação da CPI. Quando, numa entrevista, perguntei a razão do bloqueio, ele respondeu com os argumentos usais de que é preciso união, foco no combate à doença. Na verdade, usou o argumento da própria pandemia para negar direitos legais, algo que muitos governos autoritários tentam fazer no mundo.

A reação de Bolsonaro à CPI foi uma nova forma de demonstrar seu negacionismo. Ele sabe que CPI, além do número legal de assinaturas, precisa de fato determinado. Na conversa gravada com o senador Kajuru, ele pede que a investigação seja estendida aos prefeitos e governadores. É preciso investigar tudo, diz ele. E nós sabemos que essa é a senha para não investigar nada.

A proposta é quase tão absurda quanto chamar a covid-19 de gripezinha ou insinuar que a vacina transforma gente em jacaré. O Senado teria de usar seus recursos limitados para investigar todo o Brasil, sabendo que 11 Estados já fazem essa investigação e em dois, Rio de Janeiro e Santa Catarina, os governadores investigados já foram afastados do cargo.

Com um governo negacionista como o de Bolsonaro despontamos para o atraso…

Isso tudo sem contar o fato de que a Polícia Federal trabalha no tema em nove Estados e já recuperou em torno de R$ 7 milhões desviados, até com incursões em gabinetes de governador, como no caso de Helder Barbalho, no Pará.

Bolsonaro convidou o Senado à dispersão de esforços para se proteger. E não satisfeito em lançar mão de Estados e municípios como escudo, quer que se abram processos contra ministros do Supremo.

São duas lições importantes sobre a política no Brasil. Acusados tentam sempre ampliar as investigações para desaparecerem nela, e quase sempre alegam que todos estão errados. No caso, a ideia é pôr a limitada estrutura do Senado a investigar todo o Brasil e, simultaneamente, tentar cassar membros do Poder Judiciário.

Em outras palavras, a melhor maneira de investigar a omissão criminosa de Bolsonaro é uma ofuscante e laboriosa atividade cujo resultado pode ser nulo. É uma nova pirueta do negacionismo. Não houve pandemia, muito menos responsáveis pela mortandade. A CPI seria apenas, como em *Macbeth*, uma história, contada por idiotas, cheia de som e fúria, significando nada.

O nó do Orçamento também é interessante, por mostrar que se tornou um instrumento tão precário que não serve nem para um desgoverno como esse que existe hoje no Brasil. Negociações medíocres entre governo e Congresso acabaram fazendo a balança pender para alguns ministérios e, sobretudo, para o lado dos parlamentares.

Não se sabe onde vai parar parte do dinheiro da Previdência, do seguro-desemprego, do financiamento da agricultura familiar. O próprio Paulo Guedes afirma que com esse Orçamento é impossível prosseguir e teme até o impeachment de Bolsonaro. Como sempre, a conta está um pouco mais alta: R$ 33 bilhões.

O que é esclarecedor sobre o Brasil são as soluções discutidas nos bastidores. Aí, sim, o observador conhecerá um pouco da nossa cultura, seguindo o debate. Uma das propostas para livrar Bolsonaro de processo é uma viagem ao exterior. O Orçamento seria assinado por Arthur Lira, que já está queimado mesmo e serviria de escudo para o presidente.

Também muito didática é a troca de ideias entre Guedes e os parlamentares. O ministro propõe que sejam cortados os R$ 33 bilhões e se façam ajustes lá na frente. Os parlamentares propõem que sejam mantidos e se façam ajustes lá na frente. Uma ausência tão completa de planejamento é também uma espécie de negação do governo. O Orçamento é apenas para tocar os assuntos correntes.

O problema é que essa ausência de governo real assusta até o mercado. Hoje apenas por ser uma dispendiosa ausência. Logo o próprio mercado sentirá falta de um governo com projetos de renovação pós-pandemia.

Nos Estados Unidos discute-se uma nova relação entre governo e forças produtivas, trabalha-se com a consciência de um desastre climático, aprofunda-se a experiência digital. O Brasil costuma levar alguns anos para se sintonizar com o mundo. Quase sempre foi assim, mas com um governo negacionista certamente despontamos para o atraso.

2.Fora de si com CPI , Bolsonaro mostra o que tem dentro de si

Josias de Souza - 13/04/2021

https://noticias.uol.com.br/colunas/josias-de-souza/2021/04/13/fora-de-si-com-cpi-bolsonaro-volta-a-demonstrar-tudo-o-que-tem-por-dentro.htm

Atenção, se você tem a alma sensível evite esse comentário. Ele contém um vocabulário chulo. Recomenda-se retirar da frente do computador os menores de 18 anos. E os maiores também. A primeira CPI do atual governo deixou Bolsonaro transtornado. Fora de si, o presidente voltou a exibir o que tem por dentro. Não é boa coisa. As manifestações do inquilino do Planalto oferecem ao país um espetáculo de rara falta de compostura.

Num intervalo de menos de uma semana, Bolsonaro insultou excelências do Judiciário, do Legislativo e do estado que fornece oito em cada dez doses de vacinas anti-covid espetadas nos braços dos brasileiros.

O presidente declarou que o ministro Luís Roberto Barroso é um sujeito que "não tem moral" e faz "politicalha" no Supremo Tribunal Federal. Chamou de "pilantra" o governador João Doria, de São Paulo. Tachou de "canalhada" os signatários do requerimento de convocação da CPI da Covid. E ameaçou "sair na porrada" com o autor do pedido de CPI, o senador Randolfe Rodrigues, a quem chamou de "bosta".

Por muito menos, Bolsonaro transformou a Polícia Federal em polícia política. O doutor André Mendonça, atual advogado-geral da União, banalizou o uso da Lei de Segurança Nacional em processos contra supostos ofensores da honra presidencial. Mostrou a ferramenta da ditadura, por exemplo, para um sociólogo e um empresário do Tocantins que se expressaram por meio de dois *outdoors*. Num, Bolsonaro foi comparado a um "pequi roído". Noutro, foi chamado de mentiroso. Gravíssimas ofensas ao monarca e à segurança do reino! Coisa digna de processo.

Com Bolsonaro nada —ou muito pouco— acontece. A grossa maioria dos ofendidos reage às ofensas com respostas protocolares. É como se

igualassem o presidente a seres inimputáveis como as crianças e os índios isolados. Ah, é apenas mais uma do Bolsonaro... A inação estimula a reincidência. Com seu linguajar de sarjeta, o presidente fornece material para a atuação da sua milícia virtual das redes sociais.

O contrário do antibolsonarismo primário é um pró-bolsonarismo inocente, que aceita todas as presunções de Bolsonaro a seu próprio respeito. Em matéria de pandemia, isso inclui concordar com a tese segundo a qual investigar o governo federal numa CPI da Covid é quase um crime de lesa pátria, pois o Brasil "está dando o exemplo" no combate ao coronavírus. Bolsonaro considera-se perseguido pela imprensa, por um pedaço do Congresso e pelo Supremo Tribunal Federal.

Embora seja falsa, a versão do complô vem sendo digerida como se fosse a mais conveniente para o país. A essa altura, muita gente acha que é mais reconfortante enxergar Bolsonaro como vítima e uma conspiração de jornalistas inescrupulosos, parlamentares insensatos e magistrados venais para converter um presidente modelo num gestor desastroso.

A alternativa seria o país admitir que trata com uma condescendência inédita a pretensão de um presidente precário, com aparência de "pequi roído", de ser tratado como um mito, que só deve prestar contas à sua própria noção de superioridade, não a uma *cepêizinha* qualquer.

3.Sete homens sem destino

Weiller Diniz - abril 10, 2021, 8:10

https://osdivergentes.com.br/outras-palavras/sete-homens-sem-destino/?fbclid=IwAR3t5VQbMssNPZRw9RTT1xQyTgmGDUJKujW5jdHJ4_Y5CoVUuALBpxXz7n4



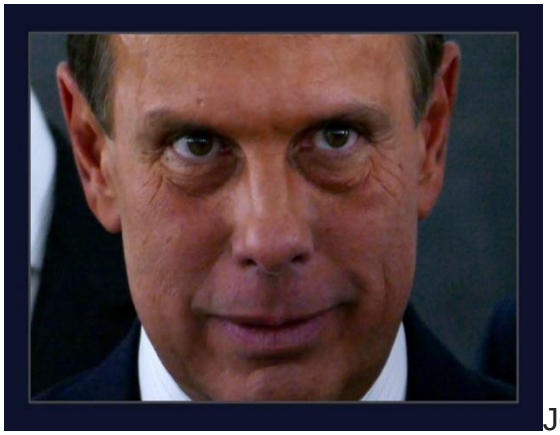
Seis atores políticos se agruparam para ensaiar uma peça em defesa da democracia. Um sétimo personagem teria se recusado a entrar em cena. Não subscreveu o roteiro alegando discordâncias dos diretores que lhe pagam um polpudo cachê mensal. O elenco reunido sugere uma dramaturgia da exclusão, script improvisado, cenário mal iluminado e diálogos desconexos. O cast reduzido e o conteúdo chamam atenção mais pelas ausências e omissões do que pelas assinaturas e afirmações. Vários democratas foram ignorados para a avant première e alguns dos protagonistas não são democratas na vida real, apenas dublês prospectando audições para pantomimas futuras.


Ciro Gomes – Foto Orlando Brito

No texto, os vilões autoritários não são identificados, não há uma vírgula sobre a defesa da vida, bem supremo da humanidade, e não se propõe nada para encurtar o longa metragem genocida que também gangrena a democracia. Participam do mise-en-scène (“Manifesto pela consciência Democrática”) Ciro

Gomes, João Dória, Eduardo Leite, João Amoedo, Luciano Huck e Luiz Henrique Mandetta.

Chamuscado, quem evitou as luzes abrasivas do palco foi Sérgio Moro. Ele é da trupe do filme noir, de tramoias obscuras, trapaças sombrias, responsáveis por um serial killer estar no Planalto batendo todos os recordes de mortes por Covid-19. Graças a seus enredos transgressores, onde atuou como pistoleiro político, a turnê democrática corre riscos.

 João Dória – Foto Orlando Brito

As locações facciosas de Moro foram censuradas: condução coercitiva sem prévia intimação, monitoramentos de advogados, divulgação de áudios ilegais, atuação ilícita para evitar a soltura de Lula, suspensão do sigilo da delação de Antônio Palocci na eleição, prisões preventivas abusivas e a investidura no cargo de ministro, decorrente da sua sentença condenatória.

Antes Moro operou outras claquetes delinquentes. No artigo sobre a operação “Mãos limpas”, relativizou a presunção da inocência, defendeu a publicidade opressiva, invocou uma “legitimidade” fictícia da Justiça e propôs deslegitimar a classe política, indistintamente. No tablado de Bolsonaro encenou a licença para matar e a prova ilícita, de boa fé. São as lentes fascistas e justiceiras, no pior estilo western. Suas interpretações sempre desfocaram a democracia.

Os 1534 caracteres do texto revelam algumas peculiaridades. No primeiro parágrafo assevera: “a Democracia brasileira é ameaçada”. Os mocinhos mantiveram no anonimato o bandido de tão gravosa intimidação. “A Democracia é o melhor dos sistemas políticos que a humanidade foi capaz de criar. Liberdade de expressão, respeito aos direitos individuais, justiça para

todos, direito ao voto e ao protesto. Tudo isso só acontece em regimes democráticos. Fora da Democracia o que existe é o excesso, o abuso, a transgressão, o intimidamento, a ameaça e a submissão arbitrária do indivíduo ao Estado.” Por fim, o manifesto convoca os brasileiros que “apreciam” a liberdade para a união pela defesa da consciência democrática.

 Ex-ministro da Saúde, Luiz Henrique Mandetta – Foto Orlando Brito

Apreciar é um verbo para filmes e peças, mas excêntrico para conjugar com liberdade. As expressões “excesso”, “abuso” e “transgressão” podem explicar a preferência de Moro pelos bastidores do espetáculo. O manifesto é mais um desdobramento da elegibilidade do ex-presidente Lula. Ela tem obrigado vários atores a reverem seus papéis e esconder os figurinos usados para a trama macabra atual. É um ensaio para a terceira via, que já fracassou em bilheterias pretéritas. Além das deslembranças dos principais responsáveis pelo cine-catástrofe do momento, o manifesto é também atrasado. As ameaças democráticas vêm de temporadas passadas.

O capitão ensaiou a ruptura de maneira despudorada em 5 oportunidades no ano passado. Os monólogos autoritários desavergonharam-se em 19/4/2020, em frente ao quartel general do exército. O canastrão, em um teste inicial, disse que não negociaria “nada” e repeliu a “velha política”. Se referia ao centrão, elenco de fominhas refestelados nos camarotes da nova política. No dia 3/5 afirmou no Planalto ter as Forças Armadas. Em 22/5, o contra regra Augusto Heleno ameaçou: “O Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República alerta as autoridades constituídas que tal atitude é evidente tentativa de comprometer a harmonia entre os poderes e poderá ter consequências imprevisíveis para a estabilidade nacional”.



Depois de capitular diante do veto a Alexandre Ramagem na PF, em 28/5/2020, vociferou: “Acabou, porra”. Em 27/5, Eduardo Bolsonaro gravou que a ruptura não era “se”, mas “quando”. Em 17/6 a bravata atingiu o ápice ao se insurgir contra a quebra do sigilo de aliados: “Eles estão abusando… está chegando a hora de tudo ser colocado no devido lugar”. O capitão se referia aos protagonistas do STF, onde perde todas. No mesmo dia, Flávio Bolsonaro recusou “radicalizar”. No dia seguinte Fabrício Queiroz foi enjaulado. O gênero pornográfico das “rachadinhas” forçou o recuo, silenciou os corneteiros da quartelada e o golpe saiu de cartaz até ser relançado recentemente, abrindo uma crise militar. Ela redundou no rompimento do capitão com o Alto Comando das Forças Armadas, que recusou a dublagem na película golpista.

No passado estes mesmos astros do manifesto democrático não davam tanta audiência às trilhas golpistas. Dois deles foram vedetes do fiasco no ministério de Bolsonaro: Sérgio Moro (MJ) e Luiz Henrique Mandetta (MS). Os dois governadores tucanos, que agora legendam o libelo, coadjuvaram em vídeos eleitorais com o capitão. Outros dois, João Amoedo e Luciano Huck, são figurantes na cena política, mas macacas de auditório de Bolsonaro desde sempre. Apenas Ciro Gomes é oposição original, embora na panorâmica eleitoral que elegeu o malfeitor e antidemocrático, o cearense tenha optado por se esconder em outras salas de exibição mais refrigeradas. Em algum lugar do passado ele preferiu passar a meia noite em Paris.

 Eduardo Leite

Alguns querem esquecer o verão passado, mas são cúmplices das mãos que balançaram o berço em 2018. Nos 27 anos de quase absoluta vadiagem, o capitão ficou famoso por falas e enredos autoritários. Foi cortado do exército por ameaças de explodir quartéis. Concedeu entrevistas admitindo golpes, pregou o “fuzilamento” de adversários e faz da apologia a ditaduras e carniceiros um seriado de terror: “Eu louvo o AI-5”; “O erro da ditadura foi torturar e não matar”; “Pela memória do coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, o pavor de Dilma Rousseff, pelo exército de Caxias, pelas Forças Armadas, pelo Brasil acima de tudo e por Deus acima de tudo, o meu voto é sim”; “Desaparecidos do Araguaia? Quem procura osso é cachorro”; “No período da ditadura, deviam ter fuzilado uns 30 mil corruptos, a começar pelo presidente Fernando Henrique”; “Pinochet devia ter matado mais gente.”

Os homens do panfleto aplaudiram, contribuíram ou assistiram a montagem dos episódios ditatoriais. Até os assistentes atuando no escurinho do cinema, na Lava Jato, reconheceram suas atuações medíocres. A procuradora Jerusa Viecili enviou o alerta a Deltan Dallagnol: “Temos que entender que a FT (força tarefa) ajudou a eleger Bozo, e que, se ele atropelar a democracia, a LJ (Lava Jato) será lembrada como apoiadora”.

Além da reprise do triller, a procuradora reconheceu: “Agora, com a ‘comemoração da ditadura’…estamos em silêncio nas redes sociais. Não prezamos a democracia? concordamos, como os defensores de bozo, que ditadura foram os 13 anos de governo PT? a LJ (Lava Jato) teria se desenvolvido numa ditadura?”. Viecili parece ser carne e osso e não só personagem. Ela, única a reconhecer os diálogos, se desculpou com Lula pelo deboche na morte da ex-primeira-dama: “Errei”.

 João Amoedo

O libreto da trupe, portanto, não é uma narrativa da defesa conceitual da Democracia. São efeitos especiais políticos, biombo para tentar reagrupar ambições do campo da direita ou daqueles maquiados de centro direita. Representam os personagens de Luigi Pirandello que, recusados pelo criador, buscam outros autores para novos scripts e melhores projeções. A defesa da democracia é imperativo da cidadania, sempre será necessária, mas quando é circunstancial ou casuística adquire tons burlescos. Nas sondagens eleitorais recentes, os 7 homens do centro, ainda não encontraram um destino. Somados, eles se igualam ou ficam abaixo dos dois nomes que lideram as pesquisas. Até aqui, a plateia não se empolgou com eles.

O manifesto é ainda um curta metragem voluntarioso. Os signatários têm pouca ou nenhuma influência no enredo de suas legendas. Os tucanos, com dois governadores assinando o documento, se bicam para enfraquecer Aécio Neves. João Dória perdeu dois duelos pela expulsão do mineiro e, recentemente, amargou a recondução de Bruno Araújo ao comando do PSDB. O DEM, de Mandetta, tem ministros no governo e o presidente da sigla fortaleceu Bolsonaro ao derrotar o candidato de Rodrigo Maia na Câmara. O prestígio de Amoedo envelheceu no Novo, de posturas tão arcaicas que lembram o cinema mudo, em preto e branco. Huck se inclina pelos estúdios televisivos, onde a claque é dócil e previsível. Ele não tem partido (especula-se o Cidadania) e Ciro Gomes depende de Carlos Lupi.

Iluminando a retrospectiva dessas legendas em votações de interesse do governo no Congresso, um zoom revelador. Os campeões de fidelidade a Bolsonaro, após o PSL (97%) e Patriotas (94%), estão no DEM (93%), Novo

(92%), PSDB (92%) e Cidadania (87%). Os percentuais referem-se aos votos convergentes com a orientação do líder do governo. Exceto o PDT, as legendas do manifesto apresentaram altas taxas de lealdade ao governo nas votações decupadas pelo site “Congresso em foco”, divulgadas no final de 2020. O divórcio entre os caubóis do filme “Sete homens e um destino” e os colonos da base partidária, torna a ambição dos primeiros em uma refilmagem de “sonho de uma noite de verão”.

4. "Mentes autocráticas buscam a via tortuosa"

(Celso de Mello)

Carolina Brígido - Colunista do UOL 16/04/2021 - https://noticias.uol.com.br/colunas/carolina-brigido/2021/04/16/celso-amorim-bolsonaro.htm?utm_campaign=resumo-do-dia&fbclid=IwAR2ODLQnqo9_BMUjtW-2YWJXM2TyDXPOG9Wg6M-aJiFVsdl8lzaRzdbfPw4

Aposentado do STF (Supremo Tribunal Federal) em outubro passado, o ministro Celso de Mello criticou o presidente Jair Bolsonaro em declaração à coluna. "Mentes autocráticas infensas às limitações validamente impostas pela Constituição sempre buscam o caminho perigoso, ilegítimo, tortuoso e anômalo do cesarismo governamental, transformando-o em prática costumeira de Estado, como se pudessem - porque não podem - transgredir a 'rule of law' [Estado de Direito]".

Quando era decano do STF, Celso de Mello fazia a defesa institucional da Corte com frequência. Também não poupava ataques ao presidente da República - especialmente em episódios de conflito do Palácio do Planalto com a Corte. Na declaração à coluna, Celso de Mello mostrou que mantém o mesmo posicionamento ideológico de quando ocupava uma cadeira no tribunal. "Bolsonaro, para não subverter o princípio democrático, deve pautar-se, rigidamente, pela advertência feita no Século I a.C., por Marco Túlio Cícero, grande tribuno, pensador, advogado, senador, autor de importantes obras e cônsul da República Romana, cuja lição, plena de sabedoria, guarda

permanente e necessária atualidade: 'Somos servos da lei para que possamos ser livres'", afirmou.

Ainda ao falar sobre Bolsonaro, o ministro aposentado ponderou que "a fiel observância das leis e do texto constitucional qualifica-se como requisito essencial à preservação da ordem democrática , além de traduzir pressuposto indispensável de respeito às liberdades fundamentais do cidadão, sob pena de perpetração de crime de responsabilidade". Celso de Mello alertou, ainda, para o fato de que "em uma república democrática, os poderes das autoridades e dos agentes públicos são necessária e essencialmente limitados".

O antigo decano completou: "Em um regime democrático não há poderes absolutos. Daí o caráter fundamental de que se reveste, no âmbito do Estado Democrático de Direito, o dogma da separação de poderes. Subverte o sentido democrático das instituições da República o dirigente político que se revela incapaz de adotar esse procedimento e de ser fiel aos valores superiormente consagrados pela Lei Fundamental do Estado".

Ao repetir declaração já dada em público anteriormente, o ministro aposentado disse que "o presidente da República pode muito, mas não pode tudo". Segundo Celso de Mello, Bolsonaro está sujeito à Constituição "como qualquer outro cidadão deste país".

5.Lula renasceu messiânico e ninguém barra Bolsonaro e sua sanha matadora?

Mario Sergio Conti – www.folhauol.com.br

Brasil parece exasperado com o espantoso número de cadáveres, com a risada bárbara e triunfante do presidente

WWW1.FOLHA.UOL.COM.BR

"Com a estada sem fim do Brasil no inferno, algumas palavras perderam o sentido. Genocídio, por exemplo. Como significava massacre de um número enorme de pessoas, ela implicava uma ação urgente caso se visse um genocida em ação: a de impedir que ele continuasse a matar.

Não mais. Há por certo que ache que Bolsonaro, por ações e omissões, seja culpado de milhares de mortes. Mas como ninguém age para que pare de matar, o genocídio deixa de ser grave. Vira quase o equivalente a equívoco — uma ação bem-intencionada, no máximo ineficaz.

Seria melhor então deixar o preciosismo vocabular de lado e chamar Bolsonaro de tolinho? E como se caracterizaria sua política sanitária nesse ano de peste? Empenhada, salvadora de vidas, racional? São perguntas descabidas: 348 mil mortos não é brincadeira.

Como esses mortos eram gente de sangue e sonhos, há que se ser realista e admitir que, como ninguém quer que o presidente saia, pouco importa chamá-lo de genocida. “Ninguém” não é força de expressão: a nação inteira capitulou diante da hecatombe.

A leseira que tudo domina está enraizada nas classes sociais. Velhas lontras e novas capivaras do patronato acabam de bater palmas para o Errado do Cerrado, que pela enésima vez mentiu ao prometer vacinas que não tem, porque as boicotou no passado, e as menospreza no presente.

Do outro lado da contradição dialética, há a inação de sindicatos, partidos e organizações da sociedade civil. A paralisia de trabalhadores, funcionários e estudantes, nas periferias e campos, é perpetuada pelo medo da peste. Não há greves, protestos, saques. Até as panelas andam quietas.

Como se queria demonstrar: na base, no meio e no pico da sociedade, ninguém faz nada para barrar a sanha matadora de Bolsonaro, impedi-lo de exercer o poder. Em vez de ação, há palavras, palavras, palavras à la Macbeth —cheias de som e fúria, significando nada.

Daí não custa nada acrescentar outra palavra ao léxico do desespero, uma palavra que define essa inatividade aflitiva, essa agonia coletiva: exasperação. O Brasil parece exasperado com o espantoso número de cadáveres, com a risada bárbara e triunfante de Bolsonaro todo santo dia.

Um dos poucos alentos nessa exasperação foi o discurso de Lula quando o Supremo permitiu que voltasse à política. Sua reaparição teve o condão de

desanuviar a fricção contínua provocada pela Bolsonada. O que ele fez seria pouco em tempos normais. Mas não são tempos normais.

O ex-presidente demonstrou que em larga medida a política visa o bem comum; que dá para fazê-la sem rancor boçal; que a peste pode ser enfrentada com razão e compaixão; que ele perdoa os que o perseguiram. Teve um comportamento presidencial e patriarcal. Por isso se destacou.

Destacou-se de seus antecessores. Sarney emudeceu; Collor, FHC e Temer sempre falam com intenções abertamente subalternas; Dilma é confusa.

Já Lula, que perdeu a mulher, o irmão e o neto, passou de derrotado a vitorioso sem desdizer seu interesse primordial: o Brasil pobre. Seu atributo mais evidente é o carisma, atração que um corpo exerce sobre outros. No seu caso, o corpo se concentra na voz. É o maior orador em um século, superando os tenores da direita (Lacerda) e do centro (Brizola). E agora seu carisma tem um tom messiânico.

O Lula ressurreto tem algo de dom Sebastião, o rei que sumiu na batalha de Alcácer-Quibir, no século 16, e deu origem ao mito de que voltaria para tirar Portugal da decadência. Como o Brasil também está decadente, o retorno de Lula é associado à sua presidência, tempo em que o país progredia.

Não é de hoje que o discurso messiânico tem força aqui: é desde a pregação escatológica de Antônio Conselheiro em Canudos. É uma arenga ambígua porque se apoia no desespero dos pobres e dos explorados para atacar o poder; mas não os organiza em estruturas autônomas, racionais e radicais. O messianismo precisa, óbvio, de um messias.

Lula vem pregando a volta a um passado mítico, no qual todos se deram bem. É uma ilusão, ainda que com um grão de verdade. O Brasil era melhor; mas é inviável a repetição daqueles tempos —que aliás geraram o lamaçal de hoje.

Lula prega o diálogo de todas as forças políticas, o que é positivo, dado o sectarismo do atual presidente. Mas fazer isso sem agir para tentar destronar o exasperante Bolsonaro seria coonestar com o genocídio —seria se entregar aos usos e costumes da ratatuia que o enredou."



6.Dois anos de desgoverno – a ascensão do neofascismo. Michael Löwy – 10 fev 2021

http://www.ihu.unisinos.br/606674-dois-anos-de-desgoverno-a-ascensao-do-neofascismo-artigo-de-michael-loewy?fbclid=IwAR3aUyt_rIjGf4g0puPDzWuwYTknrJdbwXqoKl35hXY2mF0GoV_qHuJrFDg

O governo de **Jair Bolsonaro**, embora tenha algumas semelhanças com os movimentos neofascistas da Europa, apresenta várias características específicas, escreve Michael Löwy, diretor de pesquisas do **Centre National de la Recherche Scientifique** (França), em artigo publicado por **A Terra é Redonda**, 09-02-2021.

Eis o artigo.

Jair M. Bolsonaro não é um caso único. Assistimos nos últimos anos a um espetacular ascenso, no mundo inteiro, de governos de extrema direita, autoritários e reacionários, em muitos casos com traços neofascistas: **Shinzo Abe** (Japão) – substituído recentemente por seu braço direito – **Modi** (Índia), **Trump** (USA) – perdeu a presidência mas continua sendo uma força política pesada – Orban (Hungria), Erdogan (Turquia) são os exemplos mais conhecidos. A isto devemos acrescentar os vários partidos neofascistas com base de massas, candidatos ao poder, sobretudo na Europa: o Rassemblement National da família Le Pen na França, a Lega de **Salvini** na Itália, o **AfD** na Alemanha, o **FPÖ** na Áustria, etc.

O neofascismo não é a repetição do fascismo dos anos **1930**: é um fenômeno novo, com características do **século 21**. Por exemplo, não assume a forma de uma ditadura policial, mas respeita algumas formas democráticas: eleições, pluralismo partidário, liberdade de imprensa, existência de um Parlamento, etc. Naturalmente, trata, na medida do possível, de limitar ao máximo estas liberdades democráticas, com medidas autoritárias e repressivas. Tampouco se apoia em tropas de choque armadas, como eram as **SA alemãs** ou o **Fascio italiano**. Certo, se mobilizaram para apoiar **Donald Trump** vários grupos para-militares de caráter neofascista, mas nunca chegaram a tomar um caráter de massas. O mesmo vale para os grupos de milicianos que gravitam em torno de **Bolsonaro** e seus filhos.

Jair M. Bolsonaro não é um caso único. Assistimos nos últimos anos a um espetacular ascenso, no mundo inteiro, de governos de extrema direita, autoritários e reacionários, em muitos casos com traços neofascistas - Michael Löwy

Mas a **diferença mais importante** entre os anos **1930** e **hoje** se situa no **terreno econômico**: os governos neofascistas desenvolvem uma política econômica tipicamente **neoliberal**, longe do **modelo nacionalista-corporatista** dos fascismos clássicos.

A **esquerda** como um todo, com apenas algumas exceções, tem severamente subestimado esse perigo. Não viu a "onda marrom" vindo e, portanto, não viu a necessidade de tomar a iniciativa de uma mobilização antifascista. Para algumas correntes da esquerda que veem a **extrema-direita** como nada mais do que um efeito colateral da crise e do desemprego, são essas as causas que devem ser atacadas, e não o fenômeno fascista propriamente dito. Tal raciocínio tipicamente economicista desarmou a esquerda diante da ofensiva ideológica racista, xenofóbica e nacionalista do neofascismo.

Trata-se de um erro, partilhado por muitos na esquerda, supor que o **neofascismo** se fundamenta essencialmente na "classe média". Nenhum grupo social é imune à praga marrom. As ideias **neofascistas**, em particular o **racismo**, contaminaram uma parte significativa não só da pequena burguesia e dos desempregados, mas também da **classe trabalhadora.** Isto é particularmente notável no caso dos **Estados Unidos**, onde **Donald Trump** conseguiu o apoio da grande maioria dos brancos no pais, de todas as classes sociais. Mas vale também para o nosso **Trump** tropical, **Jair Bolsonaro**.

A esquerda como um todo, com apenas algumas exceções, tem severamente subestimado esse perigo. Não viu a "onda marrom" vindo e, portanto, não viu a necessidade de tomar a iniciativa de uma mobilização antifascista - Michael Löwy

O principal tema de agitação da maioria destes regimes ou partidos é o racismo, a xenofobia, o ódio ao imigrante: mexicano nos Estados Unidos, negro ou árabe na Europa, etc. Essas ideias não têm relação nenhuma com a realidade da imigração: o voto para Le Pen, por exemplo, foi particularmente alto em certas áreas rurais que nunca viram um único imigrante.

A análise “clássica” de esquerda sobre o **fascismo** o explica essencialmente como um instrumento do grande capital para esmagar a revolução e o movimento dos trabalhadores. Com base nessa premissa, algumas pessoas da esquerda argumentam que já que hoje o movimento dos trabalhadores está muito enfraquecido e a ameaça revolucionária não existe, o grande capital não teria interesse em apoiar movimentos da extrema-direita, de modo que o risco de uma ofensiva marrom não existiria. Esta é, uma vez mais, uma leitura economicista que não leva em conta a autonomia do fenômeno político. Os eleitores podem, na verdade, escolher um partido que não tem o apoio da grande burguesia. Além disso, esse estreito argumento econômico parece ignorar o fato de que o grande capital pode acomodar-se em todos os tipos de regimes políticos sem muito exame de consciência.

Os movimentos neofascistas na Europa

Na **Europa atual** (em **2021**) existem atualmente poucos governos de tipo neofascista: a **Hungria** de **Orban** é o principal exemplo. Mas existe um grande numero de **partidos** com apoio de massas, que em alguns países são candidatos sérios ao poder.

Uma tentativa de tipologia da **extrema-direita europeia** atual teria de distinguir pelo menos três tipos diferentes:

(**1**) Partidos de caráter diretamente **fascista** e/ou **neonazista**: por exemplo, o **Aurora Dourada**, da Grécia (recentemente dissolvida) ; o **Setor Direit**o, da Ucrânia; o **Partido Nacional Democrata,** na Alemanha; e várias outras forças menores e menos influentes.

(**2**) Partidos neofascistas, isto é, com raízes e fortes componentes fascistas, mas que não podem ser identificados com o padrão fascista clássico. É o caso, em diferentes formas, do **Rassemblement Nacional**, da França; do **FPÖ**, da Áustria; e do **Vlaams Belang**, da Bélgica, entre outros.

(**3**) Partidos de extrema-direita que não possuem origens fascistas mas compartilham do seu racismo, **xenofobia**, retórica **anti-imigrante** e **islamofobia**. Exemplos são a **italiana Lega Nord**, o suíço **UDC** (União Democrática do Centro), o britânico **Ukip** (Partido de Independência do Reino Unido), o holandês **Partido da Liberdade**, o norueguês **Partido Progressista**, o **Partido dos Verdadeiros**

Finlandeses (True Finns) e o **Partido do Povo Dinamarquês**. Os **Democratas Suecos** são um caso intermediário, com origens claramente fascistas (e neonazistas), mas que têm feito grandes esforços, desde os anos 1990, para apresentar uma imagem mais "moderada".

Como em todas as tipologias, a realidade é mais complexa, e algumas dessas formações políticas parecem tomar parte de vários tipos diferentes. É preciso também levar em conta que isso não é uma estrutura estática, mas sim em constante movimento. Alguns desses partidos parecem mover de um tipo a outro.

Os **movimentos neofascistas** na **Europa Oriental** – as antigas "Democracias Populares" – como o partido húngaro **Jobbik**, o **Partido da Grande Romênia** e o **Atak**, da Bulgária, assim como partidos similares nas Repúblicas Balcânicas, Ucrânia, ex-Iugoslávia etc., têm algumas características comuns que são, em certa medida, distintas dos seus equivalentes no Ocidente: (**a**) o bode expiatório é menos o imigrante estrangeiro do que as minorias nacionais tradicionais: judeus e ciganos; (**b**) diretamente conectado a esses partidos ou tolerado por eles, gangues racistas violentas atacam, e algumas vezes matam, o povo Roma [cigano]; (**c**) raivosamente anticomunistas, eles se consideram herdeiros dos movimentos nacionalista e/ou fascista dos anos 1930, que frequentemente colaboraram com o **Terceiro Reic**h. O fracasso desastroso da assim chamada "transição" (para o capitalismo), sob a liderança de partidos liberais e/ou social-democratas, criaram condições favoráveis para o surgimento de tendências de extrema-direita.

Um conceito equivocado: "populismo"

O conceito de "**populismo**" (ou "populismo de direita") empregado por certos cientistas políticos, mídia e até mesmo por parte da esquerda é totalmente inadequado para explicar a natureza dos movimentos neofascistas na Europa, servindo apenas para semear confusão.

Na **América Latina** dos anos **1930** até os anos **1960**, o termo **populismo** correspondia a algo bem específico: **governos nacionais-populares** ou movimentos ao redor de figuras carismáticas – **Vargas**, **Perón**, **Cárdenas** –, com amplo apoio popular e uma retórica anti-imperialista. Entretanto, o seu uso francês (ou europeu) a partir dos anos **1990** é totalmente equivoco. Um dos primeiros a usar o termo para caracterizar o movimento de **Le Pen** foi o cientista

político **P.-A. Taguieff**, que definiu populismo como “um estilo retórico que está diretamente ligado com o apelo ao povo”.[1]

Outros cientistas sociais se referem ao **populismo** como “uma posição política que toma o lado do povo contra as elites” – uma caracterização que serve para quase todo partido político ou movimento! Quando aplicado ao **Rassemblement Nacional** ou outros partidos europeus da extrema-direita, esse pseudoconceito transforma-se em um eufemismo enganoso que ajuda – seja deliberadamente ou não – a legitimá-los, tornando-os mais aceitáveis ou mesmo atraentes – quem não é a favor do povo contra as elites? – enquanto cuidadosamente se evitam os termos perturbadores racismo, xenofobia, neofascismo.[2]

O conceito de “populismo” (ou “populismo de direita”) empregado por certos cientistas políticos, mídia e até mesmo por parte da esquerda é totalmente inadequado para explicar a natureza dos movimentos neofascistas na Europa - Michael Löwy

Dois anos de desgoverno – a ascensão do neofascismo. Artigo de Michael Löwy

10 Fevereiro 2021 - http://www.ihu.unisinos.br/606674-dois-anos-de-desgoverno-a-ascensao-do-neofascismo-artigo-de-michael-loewy?fbclid=IwAR3aUyt_rIjGf4g0puPDzWuwYTknrJdbwXqoKl35hXY2mF0GoV_qHuJrFDg
“Populismo” também é usado deliberadamente de uma forma mistificadora por ideólogos neoliberais e pela mídia na Europa, a fim de fazer um amálgama entre a extrema-direita, por exemplo, na França, e **Rassemblement National** (RN) da família **Le Pen**, e a esquerda radical, a **France Insoumise de Jean-Luc Melanchon**, caracterizados como “populismo de direita” e “populismo de esquerda”.

Jean-Yves Camus, respeitado cientista político francês, explicava que partidos como o **RN** poderiam ser chamados de “populistas” enquanto eles “fingem substituir a democracia representante pela democracia direta” e opõem o “senso comum popular” contra as “elites naturalmente pervertidas” (Jean-Yves Camus. **Extrêmes droites mutantes en Europe**. Le Monde Diplomatique, p. 18-19, mar. 2014.) . Esse é um argumento muito equivocado, já que o apelo à democracia direta, a crítica da representação parlamentar e das elites políticas é muito mais presente entre os anarquistas e outras correntes políticas de extrema-esquerda do que entre a extrema-direita, cujo projeto político enfatiza o autoritarismo. Felizmente, **Camus**, que é um dos melhores especialistas sobre a extrema-direita francesa e europeia, recentemente corrigiu seu ponto de vista, argumentando, em 2014, que se deve evitar o emprego do termo “populismo”, que tem sido usado “a fim de desacreditar qualquer crítica do consenso ideológico neoliberal, qualquer questionamento sobre a bipolarização do debate político europeu entre os liberais conservadores, qualquer expressão

nas urnas do sentimento popular de desafio do mau funcionamento da democracia representativa".[3].

O caso brasileiro: o neofascismo de Bolsonaro

Jair Bolsonaro não é nem **Hitler** nem **Mussolini**, apesar de adotar algumas posturas mussolinianas. Certo, um de seus ministros teve a infeliz ideia de citar Göbbels, mas teve que se demitir…

Tampouco é uma nova versão de **Plinio Salgado** e seus "galinhas verdes" integralistas, admiradores do fascismo europeu. Se trata de um fenômeno novo, com características próprias.

O que **Bolsonaro** tem em comum com o **fascismo clássico** é o **autoritarismo**, a preferência por formas ditatoriais de governo, o culto do Chefe ("Mito") Salvador da Pátria, o **ódio à esquerda** e ao **movimento operário**. Mas não dispõe de condições de estabelecer uma ditadura, um regime fascista. Seu desejo, abertamente evocado por seus filhos, seria de impor um novo **AI-5**, dissolvendo o **Superior Tribunal Federa**l [**STF**] e colocando fora da lei sindicatos e partidos de oposição. Mas lhe falta para isto o apoio tanto das classes dominantes quanto das **Forças Armadas**, pouco interessadas, no momento, por uma nova aventura ditatorial.

O autoritarismo de **Bolsonaro** se manifesta, entre outras, no seu "tratamento" da **epidemia**, tentando impor, contra o **Congresso**, contra os governos dos estados, e contra seus próprios ministros, uma politica cega de recusa das medidas sanitárias mínimas, indispensáveis para tentar limitar as dramáticas consequências da crise (confinamento, vacinação, etc.). Sua atitude tem também traços de social-darwinismo (típico do fascismo): a sobrevivência dos mais fortes. Se milhares de pessoas vulneráveis – idosos, pessoas de saúde frágil – vierem a falecer, é o preço a pagar: "O Brasil não pode parar"!

Outro aspecto especifico do neofascismo bolsonarista é o obscurantismo, o desprezo pela ciência, em aliança com seus apoiadores incondicionais, os setores mais retrógrados do neopentecostalismo evangélico - Michael Löwy

Outro aspecto especifico do neofascismo bolsonarista é o **obscurantismo**, o **desprezo pela ciência**, em aliança com seus apoiadores incondicionais, os setores mais retrógrados do **neopentecostalismo evangélico**. Esta atitude, digna do terraplanismo, não tem equivalente em outros regimes autoritários, mesmo os que têm por ideologia o fundamentalismo religioso. **Max Weber** distinguia religião, baseada em princípios éticos, e magia, a crença nos poderes sobrenaturais do sacerdote. No caso de **Bolsonaro** e seus amigos pastores neopentecostais (Malafaia, **Edir Macedo**, etc.) se trata mesmo de magia ou de superstição: parar a epidemia com "orações" e "jejuns"…

Embora **Bolsonaro** não tenha conseguido impor o conjunto de seu programa mortífero, ele contribui de forma notável para fazer do Brasil o segundo país mais atingido (depois dos Estados Unidos de Trump), em número de mortes, em escala internacional.

Como se sabe, o grande modelo político para **Bolsonaro** é **Donald Trump**. Certo, **Bolsonaro** não representa uma potência imperialista como os Estados Unidos! Além disso ele não conta com o apoio de um grande partido conservador, como é o caso do **Partido Republicano** norte-americano, que controla metade do **Congresso** e do **Senado**. Mas eles têm vários elementos em comum, além do estilo grosseiro, vulgar, machista e provocador:

(**I**) O **ódio à esquerda**. **Trump** denuncia todos seus adversários, mesmo os mais moderados, como responsáveis de uma conspiração para impor o "socialismo" nos Estados Unidos. Para **Bolsonaro** o o anticomunismo é uma verdadeira obsessão, num clima de ódio exacerbado fora de qualquer contexto internacional (a Guerra Fria já acabou há trinta anos). Seu maior desejo seria "matar 30 mil comunistas" para "limpar o Brasil", sendo que o termo "comunismo" se refere a qualquer força politica moderadamente progressista (como o **PT**).

(**II**) A **ideologia repressiv**a, o culto da violência policial, a defesa da pena de morte, e o estimulo à difusão massiva das armas de fogo. A impunidade dos policiais responsáveis pela morte de inúmeros inocentes, geralmente de cor negra, é um princípio fundamental para ambos. **Bolsonaro** há anos era um dos líderes da "bancada da bala" no Congresso Nacional e sua relação com bandos paramilitares – entre os quais se recrutaram os assassinos de Marielle Franco – é conhecida. Quanto à **Trump**, o lobby das armas (**National Rifle Association**) é um de seus principais sustentáculos.

(**III**) A **retórica nacionalist**a, "America First", "O Brasil acima de tudo", sem que se coloque em questão a globalização capitalista neoliberal. Uma característica essencial do neofascismo de **Bolsonaro** é que, apesar de seu discurso ultranacionalista e patrioteiro, é completamente subordinado ao imperialismo americano, do ponto de vista econômico, diplomático, político e militar. Isto se manifestou também na reação ao coronavírus, quando se viu **Bolsonaro** e seus ministros imitarem **Donald Trump**, culpando…os chineses pela epidemia.

(**IV)** O **negacionismo climático**. Enquanto **Trump** se retirava dos acordos de Paris e destruía todos os controles e obstáculos à desenfreada exploração do carvão, do petróleo e do gás, em aliança estreita com a oligarquia fóssil, **Bolsonaro** aproveitou a crise do Covid 19 para (nas palavras de seu Ministro do Meio Ambiente) "deixar passar a boiada" na Amazônia. Resultado: os maiores incêndios na Amazônia nas últimas décadas e uma feroz ofensiva do agronegócio contra a floresta e seus defensores indígenas – estes "inimigos do progresso" segundo **Bolsonaro**.

Com a derrota eleitoral de **Trump**, **Bolsonaro** perdeu seu principal apoio internacional, e suas veleidades autoritárias e ditatoriais se veem prejudicadas.

É difícil imaginar um golpe tipo **AI-5** no Brasil atual sem a luz verde do império americano, o que poderia ter sido o caso na época de **Trump**, mas não com a nova administração americana (que defende outras modalidades de política imperialista).

O governo de **Jair Bolsonaro**, embora tenha algumas semelhanças com os movimentos neofascistas da Europa, apresenta várias características específicas. Vejamos algumas das principais diferenças, que fazem do **bolsonarismo** um **fenômeno sui-generi**s:

(**1**) Enquanto na Europa existe, em vários países, uma continuidade política e ideológica entre movimentos neofascistas atuais e o fascismo clássico dos anos 1930, isso não ocorre no **Brasil**. O **fascismo brasileiro**, o **integralismo**, chegou a ter bastante peso nos anos **1930**, inclusive influenciando o golpe do **Estado Novo**, em 1938. Mas o bolsonarismo tem pouca relação com essa matriz antiga; sua principal referência é bem mais a **ditadura militar** (1964-1985) brasileira, com seu clima de "caça aos comunistas". Como se sabe, o ídolo politico de **Bolsonaro** é o Coronel Brilhante Ustra, responsável do **DOI-CODI** em São Paulo, onde foram torturados ou assassinados inúmeros militantes da resistência contra a ditadura.

(**2**) Não existem no Brasil, como na Europa, partidos de massas neofascistas. **Bolsonaro**, embora tenha uma base popular significativa, nunca foi capaz de organizar um grande partido; para se eleger, se afiliou ao pequeno **PSL** (**Partido Social Libera**l), com o qual acabou rompendo pouco depois.

(**3**) Contrariamente à Europa (e aos Estados Unidos, com Trump), o **neofascismo no Brasil não fez do racismo sua principal bandeira**. Temas racistas não estiveram ausentes da campanha eleitoral de **Bolsonaro**, mas de forma alguma era esse o seu assunto principal. Um partido brasileiro que tentasse fazer do racismo seu programa fundamental nunca teria 25% dos votos como em vários países da Europa, ou 45% como nos Estados Unidos…

(**4**) O **tema da luta contra a corrupção** está presente entre os neofascistas da Europa, mas de forma relativamente marginal. No Brasil é uma velha tradição, desde os anos **1940**, dos **conservadores**: levanta-se a bandeira do combate à corrupção para justificar o poder das oligarquias tradicionais e, segundo o caso, legitimar golpes militares. Na campanha de **Bolsonaro** foi um tema essencial, falsamente apresentando o **Partido dos Trabalhadores** (**PT**) como o único responsável pela corrupção.

(**5**) A homofobia não é um tema de campanha frequente na extrema-direita europeia, como algumas exceções. O Brasil tem uma longa **tradição de cultura homofóbica**, mas isto nunca foi assunto de luta politica. Com o neofascismo de **Bolsonaro**, em aliança com as **Igrejas neopentecostais**, se tornou, pela primeira vez na história, um dos temas principais de sua campanha eleitoral, denunciando o **PT**, num verdadeiro diluvio de fake news, como instigador de um programa visando "a transformar as crianças brasileiras em gays".

Enfraquecido pelo vários escândalos políticos e financeiros envolvendo sua família, pela catástrofe sanitária e pela derrota de seu protetor internacional (**Trump**), **Bolsonaro** consegue se manter no poder graças ao **apoio das classes dominantes brasileiras** – o **agronegócio**, a **oligarquia industrial** e **financeira** – e da **classe política corrupta** e **oportunista** que controla a **Câmara dos deputados** e o **Senado**. Para a burguesia brasileira, o essencial é o programa neoliberal – redução dos impostos, arrocho salarial, cortes dos gastos públicos, privatizações, etc. – representado pelo ministro Guedes. Além disso, ele ainda conta com o apoio de parcela importante da população brasileira, motivada pelo neopentecostalismo reacionário, ou pelo ódio ao **PT**.

O movimento antifascista só será eficaz e crível se for motivado por forças situadas fora do consenso neoliberal dominante - Michael Löwy

O combate da esquerda e das forças populares brasileiras contra o **neofascismo** ainda esta no começo; será preciso mais do que algumas passeatas ou alguns simpáticos protestos de caçarolas para derrotar esta formação política teratológica. Certo, mais cedo ou mais tarde o povo brasileiro vai se libertar deste pesadelo neofascista. Mas qual será o preço a pagar até lá?

Não há nenhuma receita mágica para combater a extrema-direita neofascista. Devemos nos inspirar – com uma distância crítica apropriada – nas tradições antifascistas do passado, mas também devemos saber como inovar, a fim de responder às novas formas desse fenômeno. O movimento antifascista só será eficaz e crível se for motivado por forças situadas fora do consenso neoliberal dominante.

O sistema capitalista, sobretudo nos períodos de crise, produz e reproduz fenômenos como o **fascismo**, o **racismo**, os **golpes de Estado** e as **ditaduras militares**. A raiz desses fenômenos é sistêmica e a alternativa tem de ser radical, antissistêmica. Isto é, um **socialismo libertário e ecológico** que supere os limites dos movimentos socialistas do século passado – o compromisso socialdemocrata com o sistema e a degeneração burocrática do chamado "socialismo real" –, mas recupera as tradições revolucionárias brasileiras, de **Zumbi dos Palmares** e **Tiradentes** à **Carlos Marighella** e **Chico Mendes**.

Notas

[1] P.-A. Taguieff, **Le populisme et la science politique**, Vingtième siècle, 1997. p. 8.

[2] Ver o interessante livro de Annie Collovald. **Le "populisme du FN", un dangereux contresens**. Broissieux: Editions du Croquant, 2004. p. 53 e 113. (Col. Raisons d'agir.)

[3] Jean-Yves Camus. **Extrêmes droites mutantes en Europe**. Le Monde Diplomatique, p. 18-19, mar. 2014.

Nesta semana, o Youtuber Felipe Neto, personalidade mais influente da internet brasileira, foi intimado para depor à PF por “Crimes contra a Segurança Nacional” por ter chamado o presidente Bolsonaro de genocida durante uma live. O Youtuber foi imediatamente às redes, causando um frisson que levou várias outras celebridades – como a cantora Teresa Cristina – a chamar Bolsonaro de genocida.

A investigação, suspensa poucos dias depois pela 38ª Vara Criminal do Rio, foi iniciada por delegado da polícia civil que já havia indiciado o artista carioca Diadorim por uma performance publicada no Instagram em que segurava a cabeça de Bolsonaro. Está claro que a ação do delegado é mais uma iniciativa da esfera bolsonarista – não se sabe até que ponto articuladas pelo núcleo duro do presidente – em reação à prisão do deputado Daniel Silveira pelo STF.

Mas Bolsonaro não precisaria olhar tão longe para encontrar quem o chame de genocida. Descansam na mesa do presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira, pelo menos sete pedidos de impeachment que atribuem a mesma qualidade ao ex-capitão. Como há 74 pedidos contra Bolsonaro, recordista absoluto na república brasileira, isso significa quase 10% do total.

O 62º pedido de impeachment contra Jair Bolsonaro, por exemplo, cita "genocídio" como causa principal. "É genocídio, ele entregou a nação brasileira, abriu as portas para o vírus. Ele cruzou os braços, não quis combater", disse o autor à nossa repórter.

Já o pedido de impeachment da Coalizão Negra por Direitos – o 53º a ser protocolado – também argumenta sobre o “genocídio”. “No contexto da pandemia, a atuação do presidente da República gerou provas explícitas de práticas genocidas”, diz um dos autores.

“Genocídio” também é a razão apontada por diversas denúncias protocoladas no Tribunal Penal Internacional em Haia contra o presidente. Em dezembro do ano passado, a procuradoria do Tribunal Penal Internacional (TPI), em Haia, revelou que está “examinando” a denúncia feita pela Comissão Arns por conta das ações contra povos indígenas, que o acusava de “incitar o genocídio” e “promover ataques sistemáticos contra os povos indígenas”. Outra queixa assinada por 60 organizações de profissionais de saúde e movimentos sociais denuncia Bolsonaro por “falhas graves e mortais” na resposta à pandemia de coronavírus no país. O documento pede a sua condenação por genocídio por

se ter recusado a proteger as minorias no país. Detalhe: a queixa foi escrita quando o país tinha 87 mil mortos. Hoje, nos aproximamos dos 300 mil. No total, Bolsonaro é alvo de cinco denúncias no TPI, a mais recente protocolada pelos caciques Raoni Metuktire e Almir Suruí.

Nesse contexto, o que surpreende não é que alguns jornalistas e formadores de opinião usem o termo "genocida" para falar de Bolsonaro – cuja condução na pandemia transformou o país em uma ameaça internacional e só causou mais vexame com uma nova troca de Ministro da Saúde no momento em que o país concentra 1/5 das mortes no mundo.

Mas, sim, que apenas 54% da população acredite que a condução da pandemia por Bolsonaro seja ruim ou péssima, segundo o Datafolha. Para 22%, a condução do governo da pandemia é boa ou ótima.

Sinal de que a "esfera pública alternativa", termo cunhado pelo filósofo Marcos Nobre para designar a verdadeira máquina criada por Bolsonaro para espalhar desinformação sobre quase tudo, inclusive sobre a Covid-19, continua de vento em popa.

Natalia Viana, co-diretora da Agência Pública

Copyright © 2021 Agência Pública, Todos os direitos reservados.
Lista de e-mails da Agência Pública.

Nosso endereço:

Agência Pública

Rua Vitorino Carmilo, 453 - casa 2

São Paulo, SP 01153000

Brazil

7.Brasil: Um quintal de aberrações

Theófilo Silva09/03/2021 11h54

https://jornaldebrasilia.com.br/blogs-e-colunas/quinto-ato/brasil-um-quintal-de-aberracoes/#.YEi6GVpkhvQ.facebook

Seria Bolsonaro "Vilão por necessidade ou louco por compulsão celeste"? Isso para usar essa pergunta feita pelo bardo, em Rei Lear

As pessoas têm me perguntado, já que Shakespeare imita a vida e tem palavras para tudo, qual de seus personagens pareceria com o nosso atual presidente, tal o nível de insanidade, sadismo, crueldade e covardia ostentada por ele. Seria Bolsonaro "Vilão por necessidade ou louco por compulsão celeste"? Isso para usar essa pergunta feita pelo bardo, em Rei Lear.

O Mal precisa ser combatido, venha ele de onde vier. Todos nós, homens de bem, temos a obrigação moral de enfrentar os perversos. E nesse momento dificílimo que estamos enfrentando, o perverso que nos cerca chama-se Jair Bolsonaro, o Presidente que transformou o Brasil num pária mundial, um "Quintal de aberrações", pois está matando deliberadamente o povo brasileiro, aproveitando o surto de peste que acometeu a humanidade. Sem contar a roubalheira generalizada que tomou conta do país. Claro que esse trabalho horroroso não é somente dele, embora ele o lidere. Conta com a participação de seus filhos, dos generais que tomaram conta do poder executivo, e uma colaboração efetiva do poder legislativo e dos tribunais superiores. Como somos um povinho frouxo e complacente, incapaz de reagir, estamos morrendo nas ruas, já que não temos mais hospitais que nos acolham.

Respondendo a pergunta dos meus amigos, diria que Jair Bolsonaro é uma figura tão medíocre, tão desprovido de talentos, que fica até difícil

arranjar um personagem que possa ser comparado a ele. Os personagens de Shakespeare são dotados de imenso brilho individual, mesmo os coadjuvantes. E Bolsonaro não tem personalidade. Mas, como o que implica aqui é o quesito perversidade, sadismo, depravação da alma, fica mais fácil definir com quem esse Capitão Cloroquina, que semeia ódio e discórdia, oriundo da esgotosfera das redes sociais, se parece.

Diria que Ricardo III e Rei João seriam as personagens que mais se assemelham a esse monstro das trevas. Tanto Ricardo III quanto King John, o Rei João, são incapazes de sentir compaixão. Aliás, não sentem nada, apenas se comprazem com o poder e o usam para praticar o mal e aniquilar tudo ao seu redor. Eram psicopatas, na verdade. Ricardo III resume essa maldade, quando diz para si mesmo, em seu monólogo inicial: "Resolvi portar-me como vilão e odiar os frívolos prazeres destes tempos. Urdi conspirações, induções perigosas, vali-me de absurdas profecias, libelos e sonhos para criar ódio mortal… E se o rei Eduardo for tão leal e justo quanto eu sutil, falso e traiçoeiro…". Ricardo leva seu irmão à morte e manda degolar os dois jovens príncipes adolescentes, herdeiros do trono. Já o Rei João sem Terra é considerado o pior rei da história da Inglaterra.

Luxurioso, irresponsável, cruel jogou a Inglaterra no caos em guerras internas, e era um covarde que se escondia por trás de uma penca de aduladores. Seu desastrado governo serviu para que os senhores do castelo, os barões, o obrigassem a assinar a Magna Carta, o primeiro simulacro de constituição, em 1216.

Sei que, nesse momento, muitos de nós pensamos como Hamlet: "Oh, se esta sólida, completamente sólida carne pudesse se derreter, se evaporar e transformar-se em orvalho… Ó Deus! Ó Deus! Como me parecem sem graça, antiquados e vãos todos os usos deste mundo! Que mundo é este? É um jardim que não foi limpo, onde tudo cresce à vontade; um quintal de aberrações…". O sofrimento é tão grande para aqueles que perderam seus empregos, seu negócio, cônjuges, seus pais, avós, filhos, irmãos, amigos, vizinhos, enfim, que tiveram suas vidas devastadas, que só lhes resta, em seus pensamentos, sumir, evaporar-se. Pedir a Deus para levá-los sem sofrimento, como faz o jovem Hamlet, na Dinamarca corrompida, governada pelo assassino Claudius, seu tio perverso.

Mas, em vez disso, podemos também lutar contra os agressores, nos armarmos de coragem, e enfrentar o tirano, como fez Malcolm, em Macbeth, dizendo: "Dai palavras à dor, a desgraça quando não fala

sussurra no fundo do coração, que não aguenta mais até que o parte". Portanto, "Vamos enfrentar esse sanguinário homicida". Fora Bolsonaro!

A boiada, a cachorrada, as hemorroidas e os vagabundos, um ano depois

https://www.jornalistaspelademocracia.com/politica/a-boiada-a-cachorrada-as-hemorroidas-e-os-vagabundos-um-ano-depois/

- Moisés Mendes Jornalistas pela Democracia **21.4.21**

Completa um ano amanhã a famosa reunião ministerial da boiada de Ricardo Salles, das hemorroidas de Bolsonaro, do Programa Pró-Brasil de Braga Netto e da última troca de olhares entre Sergio Moro e seu chefe.

Há reuniões definidoras de governos e projetos de poder. A ditadura mostrou a cara e apostou na longevidade naquela reunião de 13 de dezembro de 1968, quando o AI-5 foi considerado pronto e parido.

A reunião reveladora do que era o governo Bolsonaro aconteceu naquele dia 22 de abril. Todos tinham suspeitas das liturgias grotescas do sujeito nos encontros ministeriais. Mas poucos podem ter imaginado tanta bizarrice.

Os militares de 1968 revelaram lá naquele dia 13, na formatação da repressão, que tinham métodos, que eram formais até no improviso, esquemáticos e com noção de futuro.

Bolsonaro revelou-se, no dia 22 de abril, como um sujeito sem método algum, preocupado apenas com a blindagem dele e dos filhos. Havia excesso de presente e ausência de futuro na reunião ministerial do dia 22 de abril.

Aquele foi um encontro raro. Teve muitas cenas chocantes e essa foi uma delas: pela primeira vez na República um civil (Paulo Guedes) chamou um general e ministro (Braga Netto) de despreparado.

Aquela foi uma reunião de arromba. Ficamos sabendo que Weintraub era autorizado a chamar os ministros do Supremo de vagabundos, que os generais pensavam ter ali um plano desenvolvimentista para o país, que Sergio Moro era um estorvo, que Salles agia com autorização como destruidor (esse sim com método) da Amazônia, que Hamilton Mourão não abria a boca e que Bolsonaro só queria proteger os filhos com a ajuda de Augusto Heleno, porque o ex-juiz escalado para a tarefa era um imprestável.

Depois daquela reunião, Bolsonaro ofereceu cloroquina a uma ema, Sara Winter ameaçou comandar a invasão do Supremo, Celso de Mello passou

um pito em Heleno, o genocídio virou a principal política de governo, Moro caiu, Abraham Weintraub arrumou emprego em Washington, Bolsonaro não conseguiu criar um partido, a famiglia ficou sem Trump, prenderam Queiroz, Bolsonaro demitiu todo o alto comando das Forças Armadas como quem troca o guardinha do Alvorada, Braga Netto teve uma queda de pressão e saiu da Casa Civil e foi para a Defesa, Kajuru grampeou Bolsonaro e Ricardo Salles continuou passando a boiada e a cachorrada.

Só o que mudou mesmo, desde aquela reunião, é que os 'bandidos' do Supremo decidiram enfrentar Bolsonaro, a extrema direita e o lavajatismo e que foi criada a CPI do Genocídio.

O resto é igual, com o acréscimo de detalhes, como o aluguel do Centrão por Bolsonaro e pelos militares e a compra da casa de R$ 6 milhões por Flavio Bolsonaro.

Daquela reunião, sobraram poucas coisas. O Programa Pró-Brasil de Braga Netto foi evaporado ainda no computador, a Polícia Federal abriu um inquérito para saber se Bolsonaro manipula a Polícia Federal e Moro foi demitido e arrumou emprego na consultoria que tenta salvar empresas que ele quebrou na Lava-Jato. E Bolsonaro nunca mais fez reuniões ministeriais como aquela.

Aquela reunião ministerial avisou que, se quisesse, o Brasil acabaria com Bolsonaro em poucos meses. Se a pandemia se agravasse, se a economia fosse destruída, se não houvesse emprego, se o botijão de gás dobrasse de preço, se o povo passasse fome e se faltasse oxigênio nos hospitais, claro que ficaria mais fácil. Ficaria?

O vídeo daquela reunião de 22 de abril nos ofereceu subsídios para abreviar o sofrimento do país e devolver Bolsonaro ao mundo dos milicianos. Estava ali o caráter de um governo que funcionava como uma gangue.

Naquela reunião, Bolsonaro aprimorou-se como aberração política e humana e denunciou a seu modo o temor de ser derrubado. "O que os caras querem é a nossa hemorroida", disse o sujeito.

Bolsonaro está aí, altivo, os filhos continuam soltos, Queiroz está impune e os militares estão conformados.

Até agora, Bolsonaro preservou as hemorroidas, livrou-se dos subalternos vacilantes civis e fardados e até retornou com vigor ao cercado do Alvorada.

As confusões e os conflitos seriam geridos, mesmo sem qualquer método, se os problemas fossem apenas esses. Bolsonaro sabe se virar.

Mas, um ano depois daquela reunião, Lula está de volta, e agora Bolsonaro o compara a Jesus. Esse talvez seja o único grande problema

de Bolsonaro.

10.TUTELA OU DITADURA MILITAR?

Paulo Timm – Abril 2021

FINANCIAL TIMES DIZ QUE BOLSONARO NUNCA ESTEVE TÃO ISOLADO

https://www.brasil247.com/midia/financial-times-bolsonaro-nunca-esteve-tao-isolado-como-agora

Na semana passada, ele (Lehmann) apareceu no programa The Noite com Danilo Gentili e anunciou uma nova "brecha de riqueza" - a qual ele afirma que pode transformar qualquer pessoa em um milionário dentro de 3-4 meses. Lemann fez um apelo aos brasileiros para que todos entrem nessa incrível oportunidade antes que os grandes bancos acabem com ela de uma vez por todas.

https://www.wealthmaster.us/br-oglobo-lemann/?user=179.109.198.97&camp=1e209317-3a17-4b6f-aa43-f4e907560881&device=DESKTOP&brand=Immediate%20Edge&ts=251fca48-f4cf-4cf2-836b-72482fd3766c&cep=nF9fU5tP1LJJTraES20ZMd1D4Z6w_wcyiDMyLbvGqdJZj5wmQt44zFZYieFDBYDKOmMNXVPX8AnIRhXDX5usFT1EOlJpEwC6r2ZZE0JjokmI4EU_5Mg6T27QOszDChjjcJUui-MQofhbQ8LAfPtt1qd5t3c6hiVJ53DafqxLTny6soW3T25hVEULKT9EnFEtxFV0vyeTg3mDe9PbNbhJgC8O4fynlWv_XxeMp34ygdLjGjiMKTVDfakSbGMEVbKhKMGkZFyUJ0UumuSQDT59mauWzRA4MBjt0Vkb4cIBgUnIN0iXbB92WfShiprZgRqKSfNcLo8BjszxHrDGtHX7WMqfnrQhbHYIiXeDIm0aJtUU5YoVuTJit8qBWbk2lqgDD-XuB_iHA70-juvhHaqsNNRa5LRIXjpzm7zIEjlXrReEJPGTDfOKaPQwhTmxDg1_h48Enq_WjozAduGox1vjs82qYYm_BQgaYuAe1TyiTibe6-qQ21r4krCikX6F4zv77JXCqurYx8uIwkdwEiUb38qXIEF393nuTnbggA5smnWomp-BAjjFU5v6lEtLBK5k&lptoken=161c176e56d802ad01c5&bingclickid=&adid=84181503991339&campaign=BR&matchtype=p&kwd=quando&term=quando+foi+escrita+a+b%C3%ADblia+e+em+que+l%C3%ADngua%3F&ref=https%3A%2F%2Fbr.search.yahoo.com%2F

*

Os últimos acontecimentos no Brasil envolvendo a substituição da alta cúpula militar do país, trazem à tona a discussão sobre os riscos de golpe militar e o futuro do Presidente Bolsonaro. Tem havido um consenso, com raras exceções, tanto na Mídia Corporativa quanto na Oposição, de que o Presidente tentou um golpe de Estado com apoio militar e que não teve sucesso, ficando, em consequência, num processo galopante de isolamento político. Paradoxalmente, as esquerdas em geral, combinam este discurso com o de advertência para o risco iminente de golpe. Ora, se o Presidente está isolado, como e com quem daria um golpe? Daí a ansiedade das esquerdas na tentativa de avaliar melhor o respaldo político de Bolsonaro na caserna.

Este suposto isolamento de BOLSONARO tem repercutido na imprensa internacional. O Financial Times é um exemplo desta tendência. Importante registrar que essas matérias são muito pautadas pela visão da jorn. Eliane Cantanhede/Globonews-ESP, de Brasília, muito próxima de

fontes militares de alta patente. Ela, aliás, frisa a divisão profunda entre a alta cúpula militar, institucionalista, e a oficialidade baixa e praças, bolsonarista, apostando, sempre, na tese do alinhamento constitucional das Forças Armadas. Curiosamente, esse importante detalhe não aparece nas matérias internacionais com clareza. . Muito cuidado com essa visão do ISOLAMENTO de Bolsonaro. Ontem mesmo, ele apareceu, acintosamente, ao lado do MINISTRO DA DEFESA, fardado, dizendo as mesmas bobagens de sempre. Bolsonaro, perdeu sim, a cúpula institucional das FFAA , como perdeu os liberais do MANIFESTO PELA DEMOCRACIA, e grande parte de classe média mais ilustrada e da Mídia Corporativa. Mas consolida-se, cada vez mais, no seu bunker executivo. Controla a PGR, a PF, o MJ, fez os dois Presidentes da Câmara e Senado, tem todo o comando das FFAA na mão, fará o segundo e terceiro Ministros "terrivelmente evangélicos" do STF, tem grande ascendência sobre as PMs do país inteiro. Por último, ainda tem grande respaldo da opinião pública. Ele, talvez, tenha perdido as condições de dar um golpe com as FFAAs, como gostaria, e isso muda muito a conjuntura. Até aqui, lutávamos contra esta hipótese de GOLPE Bolso-militar. Saímos agora, da verticalidade do Golpe para a horizontalidade das eleições em 2022, nas quais ele ainda é forte candidato com grande apoio de militares e evangélicos. Um Presidente que derruba numa pernada todo o comando militar jamais está fraco, mas ingressou numa outra ordem de contradições. "Los generales caídos", que o respaldaram no processo eleitoral de 2018, não fizeram qualquer reconhecimento deste erro – de resto, inserido na histórica tutela militar - e vão, apenas, engrossar , com seu gesto, o time dos inimigos do Presidente. Daqui a pouco estarão de pijama e perderão qualquer capacidade de mobilização militar. Mas confirmaram uma certa indisposição da Força para respaldar ambições ditatoriais de Bolsonaro. Isso em nada altera o que chamo de tutela militar. Todos os Presidentes, enfim, têm inimigos entre os militares. Vargas tinha, Jango teve, Lula nem se fala, Dilma também. Bolso consolidou-se e se elegeu , como diz o Cel. R1 MARCELO PIMENTEL pelo Partido Militar e teve apoio unânime da caserna, na expectativa dos militares que pudesse resgatar algum sentido positivo no Golpe de 64, afastando, uma vez mais o “perigo vermelho”. Agora não terá mais unanimidade, mas ainda terá muita força no estamento militar. Ele, enfim, enfraqueceu-se, talvez, para dar o golpe, mas continua forte no comando embora desgovernado do país. Apesar de TUDO. Dos mais de 300 mil mortos. Dos 14 milhões de desempregados. Da retomada da inflação...

Aqui, vale a pena avaliar esta contradição de um Presidente simultaneamente forte e enfraquecido, não mais sob a ótica da perspectiva de golpe mas da tutela militar a que o Brasil se sujeitou desde a Redemocratização.

Ontem, por exemplo, vi um documentário da TV CULTURA da Fundação Anchieta, SP, intitulado “O céu é do Condor”, que recomendo, e me dou conta como ainda estamos atrasados no enfrentamento com o entulho autoritário.

Como fizemos, aqui, uma Constituinte, ficamos com a impressão de que, com ela, havíamos consolidado um novo pacto institucional para a redemocratização. Os chilenos recém agora, depois de praticamente 30 anos, nos quais conseguiram estigmatizar e criminalizar os militares, avançam no processo constituinte com maior desenvoltura da sociedade civil organizada atuando por cima dos próprios partidos de esquerda.. A nossa Constituinte, convocada no bojo de uma transição negociada sobrepôs-se a um retrocesso tático dos militares, no qual estes sempre se mantiveram como uma sombra sobre a redemocratização. Isso começou justo na definição de quem deveria substituir Tancredo Neves no dia 21 de abril de 1985. Os militares vetaram aquele que pela Constituição deveria ter assumido o comando do país, Ulysses Guimarães, convocando novas eleições ou a própria Constituinte, e exigiram a posse do insuspeito José Sarney. O Partido Militar, enfim, se retirava do proscênio mas mantinha seu poder de veto à democracia nascente. Em 2018 foi a vez do Chefe do Exército, General Villas Boas, intimidar o Supremo impedindo Lula de concorrer à Presidência. No ínterim, entre 1985 e 2018, tergiversaram sobre o caráter do Golpe de 1964, encontrando, afinal, na dicção do então Presidente do STF, Dias Toffoli, a denominação “Movimento de 64”, escapando sempre do enfrentamento com a “Verdade”.

A tarefa, agora, é situar melhor o risco militar não pela iminência do golpe, com ou sem Bolsonaro, o que é, também, uma possibilidade, mas pelo conceito de tutela do Partido Militar sobre a vida pública do Brasil. Isso vem desde a Proclamação da República e passou por distintas etapas. Por um largo tempo, que coincidiu com a Era Vargas, os militares, inspirados no positivismo dos fundadores da República, tiveram um papel progressista oferecendo, através de suas instituições técnicas, como mostrou Luciano Martins em suas teses, projetos que vertebraram a mudança do país de um fazendão escravocrata para uma economia industrial próspera: VALE DO RIO DOCE, CSN, PETROBRÁS, Brasília. Essa ideologia desenvolvimentista guardava, de resto, um forte componente de afirmação da soberania nacional, até que Guerra Fria, depois de 1947, começou a colocar este princípio a serviço da defesa do mundo ocidental sob o amparo dos americanos. Instituições de formação militar e organismos de promoção da ideologia de segurança internacional como o IPES e IBAD, estes submetidos, ainda em 1963, à Comissão Parlamentar de Inquérito, influenciaram fortemente a vida política do Brasil - https://comissaodaverdade.pe.gov.br/index.php/comissao-parlamentar-de-inquerito-cpi-ibad-e-ipes;isad?sf_culture=en . Disseminaram-se nos anos 47 a 61 levando à crescente cisão das Forças

Armadas e contribuíram para influenciar a classe média através da divulgação massiva de filmes e documentários propagandísticos: - http://cinemaeditadura.com.br/ipes-catalogo/ . .

O Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES) foi fundado por empresários nacionais e internacionais, tecnocratas de alto escalão e militares da alta em agosto de 1961 a partir da fusão dos princípios da Encíclica Mater et Magistra, do Papa João XXIII, sobre a recente evolução da questão social à luz da Doutrina Cristã, e da Aliança para o Progresso oferecendo-se, portanto, como um veículo de difusão de ideias modernizantes.

"O Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES), fundado em 29 de novembro de 1961 por Augusto Trajano de Azevedo Antunes (ligado à Caemi Mineração) e Antônio Gallotti (ligado à Light S.A.), foi um dos principais conspiradores contra o presidente João Goulart, participando ativamente das articulações que culminaram no Golpe Militar de 1964 – https://pt.wikipedia.org/wiki/Instituto_de_Pesquisas_e_Estudos_Sociais

Em 1964 as Forças Armadas, enfim, reeditam a Proclamação da República com sinal contrário. Aderem à Guerra Fria, subordinando-se aos interesses americanos, mas, guarda, parcialmente, o caráter desenvolvimentista da Era Vargas (mesmo com o expurgo de centenas de oficiais de suas fileiras como mostra o filme "Os militares que disseram não"), através do impulso a projetos de grande envergadura na área de transportes, energia e comunicações. A curta passagem de Roberto Campos como czar da Economia entre 1964 e meados de 66, dando lugar ao pragmático Delfim Neto, o comprova. Em 1979, porém, com o Governo Figueiredo, à beira do colapso do regime militar, tensionado pela incapacidade de enfrentar a Crise do Petróleo, as Forças Armadas, já totalmente hegemonizadas pelo pensamento americano, capitulam diante da crise econômica e começam o lento trânsito, ainda não totalmente consumado, de aceitação da extensão da Doutrina de Segurança para o Plano Econômico mediante inclinação aos princípios neoliberais que seriam consagrados como Consenso de Washington em 1989. Naquela década 79-89 começam a predominar nos organismos financeiros internacionais, estimulados pelos Governo M.Tatcher e R.Reagem as agendas neoliberais.

Hoje, as FFAA, através de seus institutos formadores e cadeias de comando, se encontram distantes da Mensagem da Proclamação da República, francamente nacional e positivista, voltada para a construção do Brasil. São totalmente influenciadas por duas tendências ideológicas complementares. O Neoliberalismo e a Guerra Híbrida, uma atualização da Guerra Fria agora voltada à neutralização da China. Só resistem, ainda, à adesão ao paradigma cultural neopentecostal da Ministra Damares. O sistema ocidental, na verdade, vem condensando nestas duas vertentes uma cultura que vai mais além da economia, para se converter num estilo de vida com grande influência sobre os valores individuais e individualizados tais como liberdade, empreendedorismo e

eficiência que não apenas afeta as FFAA, como o conjunto da sociedade. Esta cultura procura forçar a integração de todo o cidadão ao sistema convertendo-o, psicologicamente, desde o "colaborador" das empresas onde trabalham até o "novo investidor" nos vários circuitos da vida pública. Ninguém mais estuda com vistas a saber mais mas "investe na sua educação" para ter um lugar mais privilegiado no sistema. Tampouco cuida de si e de sua saúde física e mental com vistas à uma vida mais saudável mas com vistas à investir na sua capacidade de competir melhor no mercado. O ideal, também, será transformar todo trabalhador, como quer Paulo Guedes, num responsável pelo seu futuro convertendo-o num responsável por fundos de investimento que lhe garantirão uma renda quando parar de trabalhar. Adeus direitos sociais à educação, à saúde e à aposentadoria. Neste cenário, os militares, como parte da sociedade líquida, acabam, também, mesmo salvaguardando seus privilégios, à nova ideologia. Mais sensíveis aos símbolos icônicos da Nação com a bandeiro e o Hino Nacional são incapazes de a perceber como um conjunto heterogêneo, multiétnico, multicultural de pessoas.

Tais considerações são necessárias para se compreender, portanto, que, há tempos, estamos sob tutela autoritária dos militares distantes dos interesses nacionais e populares, amparados no que um coronel dissidente denomina PARTIDO MILITAR. Neste contexto, a recente questão militar pouco agrega à vida política do país sendo um pé de página da triste trajetória de Bolsonaro, por ora contido em ímpetos que pretendem levar a tutela orgânica do estamento militar à sua ambição pessoal, exacerbada por uma ideologia, como a de Trump, que vai além do Neoliberalismo e da Guerra Híbrida, embora destas vertentes se alimente para empoderar-se e influenciar fanáticos seguidores.

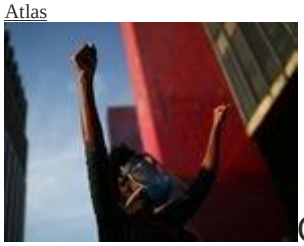
O que Lula deu e Bolsonaro abocanhou

Estudos nos BIFs, o grupo de emergentes formado por Brasil, Índia e Filipinas que guinou ao autoritarismo, dão as chaves para entender as chamadas "classes ingratas" que escolhem a extrema direita

ROSANA PINHEIRO-MACHADO - **21 JUN 2021 - 12:50 BRT** - **HTTPS://BRASIL.ELPAIS.COM/OPINIAO/2021-06-21/O-QUE-LULA-DEU-E-BOLSONARO-ABOCANHOU.HTML**

'As ruas contra Bolsonaro começam a ficar mais fortes', por CAROLINA BOTELHO

 Bolsonaro tem alta na popularidade e só Lula o venceria no 2º turno em 2022, mostra pesquisa Atlas

 Ganhar as ruas até 2022

Volta e meia aparecem análises que denunciam as “classes ingratas” — a “nova classe média” que aderiu ao bolsonarismo. É o sujeito que, durante os anos petistas, comprou uma moto e abriu um negócio. Ele trocou o piso de sua casa com o crédito que a esposa passou a receber por causa do Bolsa Família. O filho se casou e a avó, que tinha carnê nas Casas Bahia, deu de presente uma televisão paga em 12 prestações. Esse cara, que alguns chamam de pobre e outros de classe C, teve sua vida material melhorada nos governos do PT, mas apertou no 17 sem dó nem piedade—e com alguma convicção.

Esse fenômeno, que é descrito como ingratidão e contradição no debate político, permanecerá aceso até 2022, especialmente quando Lula e Bolsonaro se confrontarem. Para melhor compreendê-lo, é importante calibrar algumas das lentes através das quais o enxergamos.

Muito do que eu e minha colega Tatiana Vargas-Maia viemos pensando juntas diz respeito à importância de se deslocar (sem abandonar, evidentemente) do espelhamento do Norte global para entender dinâmicas que são muito características do Sul. É comum que muitos analistas descrevam as supostas classes ingratas recorrendo ao modelo de ascensão da extrema direita em países ricos, onde uma classe empobrecida se ressente do presente e sente falta do passado.

Em uma revisão de literatura recente sobre as emoções que descreviam os eleitores de extrema direita, encontrei 53 artigos que falavam de ressentimento; 32 de raiva; 27 de nostalgia, e

22 de ódio. Por mais importantes que sejam para descrever a adesão e o engajamento (não raro violento) bolsonarista, esses sentimentos não nos dão a dimensão completa do contexto brasileiro. São categorias que foram mobilizadas para descrever a ira do trabalhador médio norte-americano que perdeu seu trabalho numa fábrica e que perdeu poder de compra, especialmente após a recessão.

O trabalhador informal brasileiro não sentia falta do desmonte de um Estado de bem-estar social e não necessariamente perdeu seu emprego por conta da crise, pois provavelmente nunca o teve. Ao contrário: nas últimas décadas, especialmente nos governos petistas, ele viu um horizonte de crescimento econômico e melhoria de vida. Isso nos sugere que talvez devemos olhar mais para as experiências do próprio Sul global, especialmente as economias emergentes, para entender as classes precarizadas em um contexto de crescimento econômico, como foi o Brasil na era petista.

Olhando para o que cunhamos de “BIFs”— o grupo de emergentes Brasil, Índia e Filipinas que guinou ao autoritarismo — a estrutura se repete: o fruto mais imediato do crescimento econômico é o surgimento das classes aspiracionais.

Em nossa nova pesquisa sobre subjetividade política dos trabalhadores plataformizados nos BIFs (com a antropóloga Cristina Marins), tentamos entender por que esses estratos tendem a se identificar com Bolsonaro, Modi e Duterte.

Celebrados mundialmente, os BIFs eram grandes promessas democráticas do século XX. Esses países incentivaram o empreendedorismo e consumo como parte central do modelo de desenvolvimento. Isso não necessariamente é um problema, mas se torna mais complicado quando não sanamos as contradições e feridas profundas relacionadas à violência da desigualdade.

A propaganda governamental desses países falava que agora era a hora de brilhar. Basta lembrar do subtítulo do famoso relatório da nova classe média, lançado durante o

governo Dilma: “O lado brilhante da pirâmide social''. Ou mesmo o slogan de Modi “dias bons estão chegando”. Nesse futuro promissor, os BIFs, portanto, não produziram classes entristecidas e melancólicas, mas classes aspiracionais. Em sintonia com o desempenho econômico, essas pessoas se viam (de forma real ou imaginada) subindo na escada da mobilidade — e não descendo, como as classes empobrecidas dos países desenvolvidos.

Dito isso, alguns pontos podem nos ajudar a pensar estes setores, que são um dos pilares do bolsonarismo, e de modo bastante semelhante do modismo e do dutertismo.

Em primeiro lugar, estamos todos de acordo que a raiva e o ressentimento são dimensões fundamentais do bolsonarismo, mas elas não se sustentam sozinhas. Outra parte estruturante das emoções —que tendemos a ignorar— é tudo aquilo que vem da aspiração individual como projeto. O trabalho duro e o sonho de mudar de vida e se dar bem. E o quanto as posses e a propriedade privada são vistas como coroamento. É claro que, no Brasil, a fé e as igrejas neopentecostais são um arcabouço perfeito para alavancar esse projeto.

Esse sonho nada tem a ver com conseguir ter carteira assinada. Deseja-se trabalhar 18 horas no Uber para, em 5 anos, ter uma frota para poder explorar outros por mais 18 horas. A pessoa que faz docinho e salgadinho “para fora” passa a ser cada vez mais pressionada a vender no Instagram e no Ifood, e a ter likes e seguidores por meio de uma plataforma que é moldada pela recompensa do mérito individual.

Em segundo lugar, por mais que achemos insano, Bolsonaro — ao não fazer nada pela situação do emprego do país— fala para essas pessoas. Ao dizer que é tudo culpa do sistema e das leis trabalhistas, ele se reconecta com uma lógica atroz do vencedor individual, que só não vence porque tem muita lei atravancando o caminho. Quando Lula diz, no discurso de primeiro de Maio, que irá aumentar a proteção social e o emprego formal (o que para nós é correto), ele não fala para milhões de precarizados do século XX, infelizmente. E a ironia

é que foi Lula quem mais entendeu e se conectou com esse perfil há poucos anos atrás.

Socialmente, sempre pensamos no trabalho informal e no desemprego por meio de categorias negativas como falta. Não está errado, evidentemente. Mas o que Bolsonaro e Duterte, em particular, fazem muito bem é manipular essa lógica e falar pelo aspecto positivo: você é o cara, o problema é todo o resto, deixa de mimimi. E nesse aspecto faz todo o sentido, para alguns estratos, a postura negacionista e relapsa de ambos os líderes durante a pandemia. Então, é preciso mesmo destruir todo o sistema para que o mérito desses indivíduos possa finalmente ser valorizado.

Em terceiro lugar, é claro que, em debates acadêmicos ou políticos, podemos discutir consciência de classe. Mas a acusação de "pobre de direita" não faz sentido algum para o sujeito que se acha um muito melhor do que o vizinho vagabundo (sic) mais pobre que ele. Para muitos, nada dá mais horror do que se identificar com o "pelado" ou "o Zé ninguém".

É um padrão histórico e sociológico que, em sociedades racistas, estratificadas e que estigmatizam a pobreza, a disputa por status entre a base da pirâmide leve grande parte daqueles que estão acima da linha da pobreza a se identificarem com os de cima, votando na extrema direita numa coalizão de classes que visa a barrar políticas distributivas. O trabalho da cientista política Pavithra Suryanarayan traz evidências sólidas de como isso se mantém na Índia há décadas. Em tempos de fomento de classes aspiracionais, Ravinder Kaur nos mostra, com brilhante capacidade etnográfica, que as classes aspiracionais que ganharam alguma melhora educacional e prosperidade são famintas por mudança e temem perder o recém alcançado status de "não ser pobre".

No Brasil, muitos pesquisadores estudam esse fenômeno há tempos. Laura Carvalho é um dos nomes que sempre apontou a necessidade de se olhar com atenção para as dinâmicas econômicas desses setores "atachados" da pirâmide. Meu ponto aqui é também é preciso olhar para a dimensão subjetiva

que vem da distinção de classe proporcionada pela mobilidade.

Por fim, não posso terminar esta coluna sem comentar que não é animador tentar entender a lógica dos que se identificam com um genocida. Mas estou convencida que essa tarefa ingrata continua sendo uma prioridade. Mais do que dizer que nas manifestações de bolsonaristas só tinha *tiozão* de Harley-Davidson (pois isso nos faz bem), seria também interessante olhar a quantidade de moto de entregador de *delivery* que estava lá. Sim, ela mesmo, a moto comprada na era Lula.

Rosana Pinheiro-Machado *é antropóloga e professora de desenvolvimento internacional da Universidade de Bath, no Reino Unido. É autora de 'Amanhã vai ser maior' (Planeta).*

Inscreva-se aqui para receber a newsletter diária do EL PAÍS Brasil: reportagens, análises, entrevistas exclusivas e as principais informações do dia no seu e-mail, de segunda a sexta. Inscreva-se também para receber nossa newsletter semanal aos sábados, com os destaques da cobertura na semana.

JULHO 2021

Brasil, país-planeta (ou Saudades do futuro)

"O nosso problema nunca foi uma suposta mania de grandeza. Aliás, nem tem cabimento falar nisso. O Brasil é grande – objetivamente falando. Nem precisamos, portanto, ter mania de ser o que já somos. Isso tudo a título de introdução. Eis o que eu realmente queria dizer: ao Brasil está reservado um destino planetário e, por isso, não podemos pensar apenas em nós mesmos e nossos vizinhos próximos" escreve o economista

26 de julho de 2021, 08:51 h

PAULO NOGUEIRA BATISTA

Ultimamente, tenho pensado muito – não só com a cabeça, mas também com o coração – no papel planetário do Brasil. Isso pode parecer estranho, quando se considera o ponto baixíssimo em que nos encontramos, dentro e fora de casa. Reconheço que é mesmo estranho. Mas nosso país, leitor, tem que pensar grande. Não pode cuidar apenas de si mesmo e da sua vizinhança imediata.

Estou exagerando? Não creio. O Brasil teve, ou começou a ter, em tempo não muito distante, exatamente esse papel planetário. Eu mesmo participei disso, no âmbito do FMI, do G20 e dos BRICS, e sei do que estou falando. O que vou escrever, hoje, está ancorado não apenas em desejos ou projetos, mas também em vivências. Convido o leitor a passar ao largo da nossa conjuntura deplorável e voltar os olhos para o futuro. Também do futuro se pode ter saudades

Megalomania e nanomania

Bem sei que toda vez que o Brasil procura se comportar à altura da sua dimensão e do seu potencial, ergue-se, sinistro, o coro das vozes discordantes, céticas ou derrotistas. Denuncia-se, muito mais dentro do que fora do país, não raro com agressividade, a suposta megalomania de projetos nacionais brasileiros.

Ora, ora, francamente! Megalomania? Ao contrário! O brasileiro sofre de nanomania, como notou o chanceler Celso Amorim. Exatamente isso: nanomania, mania de ser pequeno, termo que talvez tenha sido cunhado

pelo próprio ex (e, espero, futuro) Ministro das Relações Exteriores do Brasil.

O nosso problema nunca foi uma suposta mania de grandeza. Aliás, nem tem cabimento falar nisso. O Brasil é grande – objetivamente falando. Nem precisamos, portanto, ter mania de ser o que já somos.

O que nos falta, claro, é a dimensão subjetiva da grandeza, a autoconfiança que transforma a grandeza objetiva, factual em uma realidade completa. Mas a base objetiva e factual é de uma abundância clamorosa.

Permita, leitor, que eu me repita um pouco, antes de entrar propriamente no assunto deste artigo. É que a repetição costuma ser um recurso absolutamente essencial. Já dizia Nelson Rodrigues que tudo aquilo que não é repetido, com insistência, com determinação e com descaro, permanece rigorosamente inédito. Seguindo essa recomendação, tenho então apontado incansável e obsessivamente para o óbvio ululante: o Brasil é um dos gigantes do mundo. Temos o quinto maior território, a sexta maior população e a oitava economia do planeta. O Brasil faz parte de um grupo de apenas cinco países, junto com os Estados Unidos, a China, a Índia e a Rússia, que integram as listas das dez maiores nações em termos de PIB, extensão geográfica e habitantes. Não foi por outra razão que batizei o meu livro mais recente de “O Brasil não cabe no quintal de ninguém”

Esses dados de tão óbvios nem precisariam ser mencionados, muito menos insistentemente. Nem seria necessário que um economista brasileiro escrevesse um livro com esse título. É a nossa nanomania que

torna a insistência inescapável, ou pelo menos desculpável.

Isso tudo a título de introdução. Eis o que eu realmente queria dizer: ao Brasil está reservado um destino planetário e, por isso, não podemos pensar apenas em nós mesmos e nossos vizinhos próximos. Messiânico? Que seja. Mas tento explicar.

Europa, Estados Unidos, China

Começo pelo quadro mundial. Há um vácuo escandaloso no planeta. Nenhuma das principais potências, apesar dos seus méritos, consegue oferecer uma visão de mundo convincente.

A Europa, por exemplo, é uma maravilha. Que continente! Quanta cultura, história, beleza e variedade! E, no entanto, envelheceu. Não tem mais o mesmo vigor, nem a mesma criatividade. Enquanto em países como o Brasil tudo está por se fazer, na Europa o peso do passado esmaga as gerações presentes. Preconceituosa e fechada, repliée sur soi même, a Europa sequer se interessa, realmente, pelo resto do mundo. Defensiva e agarrada a suas conquistas e seus privilégios, pouco oferece, pouco inventa em benefício dos outros. Eu mesmo vi como no FMI e no G20, os europeus, em bloco, resistiam tenazmente à reforma das instituições internacionais.

Os Estados Unidos são inegavelmente uma grande nação, que já deu e ainda dará muito para o desenvolvimento da civilização. Sem ter cultura e história tão antigas e tão ricas quanto às da Europa, os americanos compartilham com os europeus valores, tradições, princípios. E, também, alguns receios fundamentais. Temem o fim da hegemonia duramente conquistada no século 20. Lidam mal com a perda gradual de expressão

econômica e demográfica, em face da ascensão dos países de economia emergente, especialmente a China. No meu convívio com os americanos, no FMI e no G20, pude notar como é difícil, às vezes impossível, trabalhar em cooperação com eles. Mesmo quando há acordo nos temas em discussão! Prevalece do lado americano uma atitude arrogante e uma certa mania de se autodesignar líder mundial e pretender, com frequência, impor seus pontos-de-vista.

Isso muda com Biden? Ele está se esmerando em recuperar a coesão interna do país, erodida por décadas de políticas econômicas e sociais de cunho neoliberal e pelos tumultos ocasionados por seu antecessor imediato. Tem plena consciência de que atacar as desigualdades, injustiças e ineficiências que se acumularam nos últimos 40 anos é condição sine qua non para enfrentar o desafio representado pela China. Ao fazer esse esforço interno, Biden rompe com políticas regressivas e manda uma mensagem positiva para o mundo.

Infelizmente, a essa altura, já ficou claro que uma coisa é a sua política interna, inovadora e louvável, e outra a sua política externa, marcada pelos vícios e egoísmos arraigados da potência imperial. Solidariedade, justiça e desenvolvimento para dentro. Imperialismo, hostilidade ou indiferença para fora. É isso mesmo? Não quero ser injusto nem preconceituoso, mas a política internacional de Biden não escapa por enquanto dos trilhos tradicionais. Até gostaria de poder dizer o contrário. Mas como? Para citar apenas um exemplo: até agora Biden não deu um passo sequer para relaxar a absurda política de embargo em relação a Cuba, intensificada no período Trump.

E a China? Ela tem condições de ocupar o vácuo deixado pelas potências

tradicionais? De oferecer uma mensagem nova para o mundo? Os chineses, assim como os europeus e americanos, têm qualidades – e não são poucas. São notáveis a sua disciplina, capacidade de trabalho, dedicação, sentido de coletividade e patriotismo. Os chineses se orgulham, com toda razão, do sucesso estrondoso do país ao longo das mesmas quatro décadas em que grande parte do Ocidente empacou no atoleiro neoliberal. A China, diga-se de passagem, nunca comprou o "Consenso de Washington" que tanto sucesso fez aqui na América Latina.

A coesão que falta aos Estados Unidos sobra na China (talvez seja até excessiva). E repare, leitor, que as qualidades dos chineses se fizeram sentir com toda a força na forma rápida, disciplinada e eficaz com que enfrentaram o desafio da Covid-19 – um contraste impressionante com as hesitações, irracionalidades e incompetências que se viram, e ainda se veem, no Ocidente.

E, no entanto, apesar de algumas iniciativas de impacto, notadamente a Rota da Seda, como ainda é estreita e pouco criativa a agenda internacional da China! Tanto no FMI, como no G20 e nos BRICS, pude observar como os chineses concentram seus esforços em poucos pontos-chave, que julgam do seu interesse, e deixam o resto mais ou menos em segundo plano. Isso deve mudar, acredito, mas não de uma hora para outra.

Nos anos mais recentes, com Xi Jinping no comando, perdeu-se um aspecto que me parecia importante – um certo cuidado, uma certa humildade no trato com outros países. O sucesso talvez tenha subido um pouco à cabeça. Nota-se agora certa arrogância, certo chauvinismo. A China, ainda mais do que antes, tem dificuldade em despertar a confiança

de outros países e, em especial, dos seus vizinhos. Não tem liderança e hegemonia asseguradas nem mesmo no Leste da Ásia. Há muita inveja, intriga e propaganda anti-China, sem dúvida, mas os chineses também fomentam as reações negativas a eles no exterior.

O papel planetário do Brasil

Mas era do Brasil que queria falar. Como fica então o nosso país nesse quadro internacional? Pois bem, prepare-se, querido leitor, para uma declaração bombástica: o Brasil destina-se por sua própria história e formação a exercer um papel singular, a trazer uma mensagem de esperança, generosidade e união para o planeta inteiro.

O texto já está ficando longo demais e preciso tentar ser mais direto. Por circunstâncias da vida, coube-me viver grande parte do tempo no exterior. E cedo pude perceber as grandes qualidades do brasileiro em comparação com outros povos – vivacidade, alegria, cordialidade, afetuosidade, doçura, criatividade, capacidade de inventar e improvisar, entre outras. Desde 2015, e sobretudo desde 2019, fomos jogados na negação disso tudo. O brasileiro já nem se reconhece mais. Mas não é em alguns poucos anos que se consegue destruir o espírito de um povo. E é justamente desse espírito que o planeta está precisando, urgentemente, para fazer face a suas crises econômicas, sociais, climáticas e de saúde pública.

A nossa história nos prepara para exercer naturalmente um papel planetário. O Brasil é um país universal na sua própria origem e formação. Para cá confluíram os povos originários, oriundos da Ásia, os portugueses, os africanos, outros povos europeus, italianos, espanhóis, alemães etc. A maior população japonesa fora do Japão está no Brasil. A

população brasileira de origem libanesa é maior do que a população inteira do Líbano. Salvador é a maior cidade negra fora da África, superada em número de habitantes por apenas quatro ou cinco cidades do outro lado do Atlântico Sul. O Brasil, em suma, contém o planeta dentro de si mesmo.

Quase diria: não é só que o Brasil não cabe no quintal de ninguém, mas é o mundo que cabe no nosso quintal. Mas isso já seria arrogância, algo que o brasileiro sabe bem evitar. Não é que o mundo cabe no nosso quintal. Ele está dentro de nós, na nossa história, na nossa formação, no nosso sangue. O mundo nos constituiu.

Nem preciso frisar que esse papel internacional do Brasil depende da retomada de um projeto nacional de desenvolvimento, que começa com o resgate do próprio povo brasileiro, resgate que precisa ser consubstanciado na geração de empregos e oportunidades e na luta contra a desigualdade, a pobreza e a injustiça dentro do País, como procurei ressaltar em artigo recente nesta coluna ("Lula lá", 28 de junho de 2021,). Esse resgate tem que tomar a forma de uma verdadeira ofensiva, um movimento em marcha forçada, concentrado no tempo e apoiado em nossas experiências bem-sucedidas na área social.

Mas o ponto que queria frisar hoje é que o nosso projeto nacional de desenvolvimento, não poderá ser apenas nacional, estreito e egoísta. Nacional, sim, mas não apenas nacional. Brasileiro, sim, mas não fechado e excludente. O projeto brasileiro haverá de ser nacional e universal ao mesmo tempo. É o nosso destino.

Estou usando aqui a palavra destino cum grano salis. O Brasil pode perfeitamente continuar infiel a esse destino. E deixar, assim, uma imensa

lacuna no planeta.

A nossa vivência

A quem duvide disso tudo e queira desqualificar o que estou dizendo como mero delírio, utopia ou devaneio tenho apenas o seguinte a dizer: o Brasil já mostrou, na prática, insisto, que tem condições de caminhar nessa direção. Foi o que vimos há pouco tempo, durante o governo Lula e, em menor medida, no governo Dilma. O Brasil já foi, como disse na época Chico Buarque, um país que não falava grosso com a Bolívia e nem piava fino com os Estados Unidos. Tratava todos com cuidado e consideração. Mais do que isso: começou a atuar em todos os quadrantes do mundo, trazendo sempre uma palavra de paz, justiça e congraçamento. Eu morava no exterior durante a maior parte desse tempo e posso testemunhar da influência crescente do Brasil e do respeito e da simpatia que suscitávamos.

Mais do que testemunha fui, em determinadas áreas, participante ativo dessa ascensão brasileira, no âmbito do FMI, do G20 e dos BRICS. Tínhamos energia, leitor, para nos preocuparmos até com temas remotamente ligados a interesses imediatos do País. Por exemplo: a Islândia estava sendo injustiçada por outros europeus? Lá estávamos nós para ajudar os islandeses a se defender no FMI. A Grécia era massacrada pela Alemanha e outros europeus? Lá estávamos nós para denunciar e criticar, em detalhe, os absurdos do ajustamento econômico imposto aos gregos. Os países pequenos e frágeis precisavam de uma atenção especial? Lá estávamos nós para construir iniciativas e mecanismos de atuação em defesa desses países dentro do FMI. Os países de língua portuguesa, da África e da Ásia, estavam abandonados e negligenciados?

Lá estávamos nós para tentar auxiliá-los e, se possível, trazê-los para dentro do nosso grupo no FMI.

Nos grandes temas então, de interesse imediato e estratégico do Brasil, a atuação brasileira subia aos mais altos níveis de governo, ao ministro da Fazenda, ao ministro das Relações Exteriores e ao Presidente ou à Presidenta da República. Por exemplo: o G7, composto apenas pelos principais países desenvolvidos, se mostrava estreito demais para enfrentar os desafios da crise internacional? Lá estávamos nós para ajudar, e em certos momentos, liderar o movimento para transformar o G20 em foro de líderes e colocá-lo no lugar do G7 como principal instância de cooperação internacional. O Banco Mundial e outros bancos multilaterais mostravam-se intrusivos, lentos e defasados? Lá estávamos nós, junto com os outros BRICS, para criar um banco multilateral, o Novo Banco de Desenvolvimento, desenhado para inaugurar um novo padrão de financiamento do desenvolvimento, focado na sustentabilidade social e ambiental e fundado no respeito aos países em desenvolvimento e às suas estratégias nacionais. O FMI resistia a reformas em sua governança? Lá estávamos nós, de novo com os BRICS, para criar um fundo monetário próprio capaz de atuar de forma independente.

Mencionei apenas exemplos da minha esfera de atuação imediata. O Brasil fez muito mais no campo internacional. Muitas das nossas iniciativas ainda não frutificaram ou ficaram pelo caminho depois que o Brasil mergulhou na sua crise política e econômica. Estávamos apenas começando e cometemos, certamente, muitos erros. Mas ninguém estranhava que o Brasil estivesse presente e atuante em quase todas as grandes questões internacionais. É o que se espera de um país-gigante

como o nosso.

É verdade, também, que a súbita ascensão do Brasil contrariou interesses e despertou inquietações e ciúmes em algumas partes do mundo desenvolvido, notadamente nos Estados Unidos, ainda que isso nem sempre se manifestasse claramente. E essas inquietações deram lugar a ações externas que explicam, em parte, as nossas desgraças atuais – como ficou claro nas informações que têm vindo à tona no passado mais recente. Temos que proteger melhor os nossos flancos e a nossa retaguarda da próxima vez.

Retomar o papel planetário do Brasil é retomar um projeto de gerações anteriores de brasileiros que souberam pensar grande. Celso Furtado, por exemplo, o patrono da cátedra que estou conduzindo na UFRJ, encerrou conferência pronunciada na USP em 2000, com o seguinte apelo aos jovens brasileiros:

"Temos que preparar a nova geração para enfrentar grandes desafios, pois se trata de, por um lado, preservar a herança histórica da unidade nacional, e, por outro, continuar a construção de uma sociedade democrática aberta às relações externas. (...) Numa palavra, podemos afirmar que o Brasil só sobreviverá como nação se se transformar numa sociedade mais justa e preservar a sua independência política. Assim, o sonho de construir um país capaz de influir no destino da humanidade não se terá desvanecido".

Sobrevivemos!

Vou terminando este texto que me saiu longo demais. Espero que o leitor tenha chegado até aqui. Apesar de todos os argumentos e explicações, o

artigo talvez tenha ficado, mesmo, meio delirante. Paciência. Não é, afinal, pelo delírio que se chega ao fundo das coisas? E nem me parece tanto delírio assim reconhecer que o Brasil tem condições, dimensão e experiência para atuar de forma decisiva, positiva e solidária nas grandes questões que preocupam o mundo hoje – na crise ambiental, no combate à miséria e à fome, no combate a pandemias presentes e futuras.

Entendo perfeitamente que afirmações como as que fiz possam despertar desconfiança e ceticismo. Sofremos e estamos sofrendo muito, eu sei. A destruição foi grande – e ela continua. Mas, como disse Nietzsche, o que não nos mata nos torna mais fortes. Sobrevivemos e estamos nos preparando para dar a volta por cima. Em retrospecto, nossos tormentos recentes e atuais serão lembrados, acredito, como a provação que tivemos que atravessar para nos preparar melhor e de forma mais profunda para o papel planetário a que estamos destinados.

Releio o que escrevi. Está muito emotivo. Carreguei demais nas tintas? Acho que não. Mas veremos.

***

Uma versão resumida deste artigo foi publicada na revista “Carta Capital” em 23 de julho de 2021.

O autor é titular da cátedra Celso Furtado do Colégio de Altos Estudos da UFRJ. Foi vice-presidente do Novo Banco de Desenvolvimento, estabelecido pelos BRICS em Xangai, de 2015 a 2017 e diretor executivo no FMI pelo Brasil e mais dez países em Washington, de 2007 a 2015. Lançou no final de 2019, pela editora LeYa, o livro O Brasil não cabe no quintal de ninguém: bastidores da vida de um economista brasileiro no FMI e nos BRICS e outros textos sobre nacionalismo e nosso complexo de vira-lata. A segunda edição, atualizada e ampliada, começou a circular em março de 2021.

“BATALHADORES DO BRASIL…”

HTTPS://PIAUI.FOLHA.UOL.COM.BR/MATERIA/BATALHADORES-DO-BRASIL/

Só a reencarnação de Getúlio Vargas pode derrotar Bolsonaro

MIGUEL LAGO – VER. PIAUI 1 MAIO 2021

Adecisão do Supremo Tribunal Federal de devolver os direitos políticos ao ex-presidente Lula no momento em que o país enfrenta o pior pico da pandemia provocou uma antecipação caótica da corrida eleitoral. A popularidade de Jair Bolsonaro vem caindo, com o presidente sendo pressionado por todos os lados, enquanto Lula marcha livre e se aproxima do autoproclamado “centro”, que, por sua vez, se vê na obrigação de escolher um candidato dentre os nomes que vêm sendo aventados. As pesquisas apontam Lula na liderança, no primeiro e no segundo turno, e identificam a existência de um eleitorado importante que não deseja votar nem em Lula nem em Bolsonaro, o que indica que há espaço para uma terceira candidatura. Alguns analistas consideram que, diante do derretimento do incumbente, essa terceira candidatura poderia figurar no segundo turno contra Lula. Confesso que, apesar de estarmos ainda muito longe da eleição, se tivesse que apostar, colocaria minhas fichas no cavalo Bolsonaro.

Seu favoritismo deve-se em parte à miopia de seus adversários que, repetindo o que fizeram em 2018, insistem em menosprezá-lo. Nenhum deles parece ter captado a tremenda inovação política que irrompeu. Achar que a “velha política” será capaz de derrotar a “nova política” não passa de um sonho de uma noite de verão. Em que pese o desempenho desastroso do governo, o morticínio inigualável na pandemia e o desemprego nas alturas, a popularidade de nenhum outro político resistiu a tantas crises. Como Bolsonaro é uma esfinge, o primeiro passo para enfrentá-lo é desvendá-lo.

Existem três leituras equivocadas para explicar a vitória eleitoral do Mito que, no entanto, têm servido de base para as estratégias políticas da oposição: a afetiva, a materialista e a instrumental. A leitura afetiva irradia sobretudo no campo das esquerdas. Consiste em achar que o eleitorado vota segundo sua “memória eleitoral”. Ou seja: pela lembrança de um passado em que a vida era melhor. Nesse aspecto, Lula seria um candidato imbatível, dado que nenhum outro político vivo governou num período de tamanha prosperidade. Logo, a vitória de Bolsonaro em 2018 só se explicaria pela ausência forçada da candidatura de Lula, aliada à normalização do candidato de extrema direita pelo establishment. Agora, com Lula livre, bastaria “normalizá-lo” diante do establishment, uma tarefa facilitada pela catastrófica gestão de Bolsonaro, e assim Lula estaria desimpedido para obter uma vitória retumbante.

A leitura materialista vigora especialmente no campo autoproclamado de “centro”. Entende que o comportamento do eleitor decorre de fatores materiais, em particular a situação econômica. De acordo com essa interpretação, a eleição de Bolsonaro em 2018 foi uma punição ao partido que governou o país por treze anos e tornou-se diretamente responsável por uma tremenda crise econômica, aliada a escândalos faraônicos de corrupção. Logo, uma vitória de Bolsonaro em 2022 dependeria apenas da sua performance governamental, que, por enquanto, é nula. Neste cenário, ao candidato do “centro”, caberia apresentar credenciais de bom desempenho em outras administrações para derrotar o incumbente “incompetente”. Essa leitura já foi desafiada no ano passado, quando previu que Bolsonaro não resistiria à brutal queda do PIB, além da maior crise sanitária dos últimos cem anos e da cobertura crítica da imprensa. No entanto, ele terminou o ano com popularidade recorde, na casa dos 40%, o que os “materialistas” atribuem apenas à implementação de um auxílio emergencial para dezenas de milhões de pessoas.

Finalmente, a leitura instrumental é aquela que explica a notável resiliência de Bolsonaro exclusivamente por meio de sua extraordinária habilidade de se comunicar nas redes sociais. Ou seja: seu governo é um desastre econômico, social e sanitário, mas seu triunfo digital é imbatível. A tese se baseia em fatos concretos. De fato, o poder computacional da extrema direita, financiado por caixa dois, teve papel relevante na vitória eleitoral de 2018. É fato também que, uma vez alçado ao poder, Bolsonaro consegue governar mediante a propagação massiva de *fake news*, orquestrada pelo “gabinete do ódio” e disciplinadamente difundida pela sua milícia digital. A abordagem instrumental entende que, para a oposição, bastaria constituir equipes muito eficientes em comunicação de redes sociais para competir à altura com o presidente em 2022.

As três leituras são pertinentes, pois se escoram no saldo calamitoso do governo, mas são insuficientes. Todas elas esnobam a inteligência e o mérito de Bolsonaro e esterilizam o eleitorado, que entra em cena como um agente tutelado, vítima de *fake news*, de assistencialismo eleitoreiro, de uma cultura conservadora, de elites manipuladoras…

Em seu discurso do dia 10 de março, no Sindicato dos Metalúrgicos do abc em São Bernardo do Campo, Lula apelou às três leituras – e é sintomático da difusão do tripé interpretativo que tenha recebido tantos elogios por sua fala. No pronunciamento e nas entrevistas subsequentes, o ex-presidente pareceu ensaiar os três caminhos. O primeiro seria “O Brasil feliz de novo”, slogan usado na campanha petista em 2018, que aposta exclusivamente na memória eleitoral. A ideia é contrastar os anos dourados da Presidência de Lula com os anos difíceis de Bolsonaro. Ademais, Lula, agora, do alto de seus 75 anos, pode encarnar a figura do senhor sábio e experiente, a imagem paterna de autoridade para colocar ordem no caos, mimetizando François Mitterrand, na sua reeleição à Presidência da França em 1988.

O segundo caminho, que contempla a leitura materialista, se resume em “Mais uma Carta aos Brasileiros”, jogando luz sobre um Lula pragmático

que compõe com as forças conservadoras para acalmar os ânimos do antipetismo e do “conservadorismo intrínseco” do povo brasileiro. Faz parte dessa estratégia o balão de ensaio da chapa Lula-Santos Cruz, Lula-Kátia Abreu ou Lula e algum empresário. A terceira estratégia é a do “Lulacrador”, uma tentativa de inovar taticamente, transformando Lula em um personagem de rede social. Ao ganhar maior presença nessas mídias, o petista poderia contrapor-se a Bolsonaro. É uma tarefa hercúlea, dado que o presidente faz muito mais do que “bom uso” das redes: ele está moldado e integrado a elas como nenhum outro político brasileiro.

Mais uma vez, diga-se: cada uma dessas estratégias é válida e pode gerar dividendos eleitorais, mas nem mesmo as três reunidas serão suficientes para vencer a extrema direita. Todas elas são autorreferentes: estão centradas em Lula, na sua história e no seu papel, e nenhuma delas foca no drama social dos dias de hoje, muito menos no incumbente que se deseja derrotar. Pois, como se verá a seguir, o candidato da extrema direita tem antídotos para neutralizar as três leituras.

Bolsonaro é quem dita o ritmo da política, pela força do cargo que ocupa e, também, pela aliança umbilical que firmou com grande parte do eleitorado brasileiro – o que é um dado inédito na Nova República. Lula e Fernando Henrique Cardoso – e até mesmo a Dilma Rousseff de 2011 – registraram taxas de aprovação muito mais altas, tornando-se figuras quase consensuais em dados momentos de seus mandatos. Mas nenhum deles, nem mesmo Lula, foi depositário de um amor cego e inabalável de parcela significativa da população. Essa resiliência extraordinária, acompanhada de uma estratégia inteligente de comunicação, faz de Bolsonaro o regente da orquestra, o diretor da peça: aquele que atribui papéis, escreve as falas, e determina quem entra e quem sai do palco. Ele nomeia seus inimigos e os obriga a fazer oposição nos seus termos. Seus opositores podem até escolher as palavras, mas o conteúdo de seus discursos é definido pela gramática desenhada por Bolsonaro. Seus constantes ataques verbais às instituições e os ensaios de golpe obrigam seus opositores a adotar um discurso de defesa do estado democrático de direito. Sua verborragia alucinada força que todos defendam a moderação e a razão. Bolsonaro nos obriga a chamá-lo de fascista, de golpista, de negacionista, de burro, de genocida… todo dia temos um novo adjetivo para ele.

O resultado é que, além de delimitar o campo semântico dos adversários, Bolsonaro coloca-se na posição da vítima, de alguém que é perseguido pelos defensores do Iluminismo – algo abstrato e alheio à realidade da população brasileira –, de alguém que é impedido de exercer o bom governo. As instituições, afinal, só existem para constrangê-lo e manietá-lo. Bolsonaro encurrala seus adversários, forçando-os a praticar um discurso elitista e condescendente que se comunica com pouca gente. O que é estado de direito para quem está acostumado com as violências diárias das grandes cidades? O que são racionalidade, evidências

científicas para quem tem que levantar todo dia cedo para garantir o sustento da família? O discurso iluminista não gera empatia e afeto, ele afasta a população. Enquanto os opositores estiverem presos a ele, Bolsonaro sabe que será o único a dialogar com os anseios da maioria do eleitorado.

A liberdade de expressão e de imprensa, o respeito à ciência e a proteção das liberdades individuais são alguns dos pilares de um governo democrático. São requisitos mínimos, e não valores aspiracionais. No entanto, os presidenciáveis da direita e do centro parecem ter sido obrigados pelo presidente a restringir seu campo semântico ao elogio à ciência, à imprensa, às evidências, às instituições, à razão, ao diálogo e à eficiência. É um discurso que reanima uma parte das elites, mas é infértil para além delas. Os opositores de esquerda tropeçam na mesma armadilha, condenados a uma pobreza discursiva similar, acrescida por lampejos do tipo "retrocesso de direitos" e críticas à política "neoliberal" do empresário Paulo Guedes. Na prática, Bolsonaro consegue neutralizar a diversidade existente entre seus adversários (que vão da extrema esquerda à direita conservadora), fazendo com que todos se pareçam entre si, como se fossem a reencarnação de um udenismo estridente e antipopular. Quanto mais as oposições insistem em se contrapor ao presidente com base nesses valores, mais encarnam esse inimigo enunciado e denunciado por ele: uma elite aprisionada pelo politicamente correto, corrupta, globalista, esquerdista, afastada da nação, dos valores, da realidade do povo e que se julga moralmente superior.

A gestão da pandemia é uma calamidade, mas ilustra bem essa estratégia. Bolsonaro decidiu que não daria nenhuma resposta à Covid-19, a "gripezinha" que não passava de "conversinha". Os governadores, responsáveis por parte significativa do sistema hospitalar do sus, sabiam que, se nada fosse feito, teriam que arcar com o colapso dos hospitais. Desesperados e atordoados, começaram a aplicar restrições à circulação. Bolsonaro reservou para si a narrativa de criticar essas medidas impopulares e de se solidarizar com os trabalhadores afetados pela crise econômica. Conseguiu, assim, desresponsabilizar-se politicamente pela resposta à Covid-19, operando o que na ciência política se chama *blame shifting* – transferência da culpa. Ele consegue se descolar da situação dramática em que os brasileiros se encontram, aparecendo não como o vilão, e sim como o defensor dos vitimados (aquele que tenta advogar pelos interesses da população, mas é sempre impedido de fazê-lo). Tal deslocamento de responsabilidade torna mais difícil a aplicação eficaz da "memória afetiva". Não há dúvida de que se vivia melhor nos tempos de Lula do que nos tempos de Bolsonaro, mas a razão poderia ser o fato de que "não deixam o homem trabalhar". E, diante disso, abre-se uma possibilidade: "Será que não vale dar mais uma chance para esse líder tão sincero que nos defendeu desde o início dessa crise?" A leitura afetiva é, portanto, extremamente arriscada, e se for hegemônica em qualquer discurso de oposição, poderá custar a eleição.
Bolsonaro é sim, como ele afirma, a nova política. Ele desafia a leitura

materialista sobre a qual liberais e sociais-democratas basearam suas disputas nos últimos quarenta anos. Nesse tempo, a política se reduziu à gestão da coisa pública, como se governos fossem síndicos de condomínio. A nova política resgata a verdadeira dimensão do político: uma arena de produção de desejos, de formulação de demandas, de construção de identidades, de ampliação de expectativas, da disputa por visões de mundo. Bolsonaro desafiou o excessivo materialismo dos cientistas políticos, que consideravam sua eleição quase impossível, e desafiou toda a literatura existente sobre responsabilização e performance de governo.

Não há paralelo na nossa história de um governo tão incompetente, composto de ministros tão inábeis e tão despreparados. O PIB caiu brutalmente, caminhamos para a catástrofe dos 400 mil mortos e pode-se perguntar: Por que raios praticamente nenhum governo local – embora tivessem a autonomia desde 2020 – decretou um verdadeiro e completo *lockdown*, única medida que se provou até agora efetiva? Por uma razão puramente política: Bolsonaro aumentou o custo político para qualquer prefeito ou governador que ouse fazer a coisa certa. Arrisco-me a dizer que nenhum dos atuais presidenciáveis conseguiria segurar sua popularidade se, no comando do país, tivesse um desempenho tão ruinoso quanto o do ex-capitão – nem mesmo Lula. Isso porque Bolsonaro construiu uma aliança sólida com o eleitorado, que vai além da relação representado-representante.

Bolsonaro é o primeiro presidente da hiperconectividade. Sua eleição se deu pela sua extraordinária capacidade em apreender a dimensão online, não como um instrumento de divulgação – como faz a velha política – e sim como o novo ambiente em que parte da humanidade habita e age. O equívoco da leitura instrumental é atribuir seu sucesso a uma simples "boa estratégia de redes". Vai muito além disso. Bolsonaro é o sujeito hiperconectado por excelência. Sua linguagem e seus processos de mobilização estão plenamente imbricados na arquitetura de comunicação das redes sociais; seus adversários são estrangeiros à infosfera. Bolsonaro é um perfil, e todas suas atividades na dimensão offline são pensadas, estruturadas e realizadas a fim de gerar dividendos na arena digital. Os decretos, projetos de lei, pronunciamentos, manifestações, alianças, tudo é pensado para contar uma história no universo online – e só os políticos antiquados acham que o universo online não passa de uma bobagem virtual, quando, cada vez mais, é a própria realidade.

Para Bolsonaro, o mundo analógico só serve como um estúdio para alimentar as redes sociais. A arquitetura de informação das plataformas de mídias sociais privilegia conteúdos inflamatórios, posturas radicais, frases de efeito e posicionamentos claros, sem nuances ou ambiguidades. O presidente mantém o radicalismo não só na fala, mas também nos seus atos e, há de se convir, passou dois anos de mandato sem conceder muito ao establishment político brasileiro – que estava, aliás, louco para

abraçá-lo depois de sua vitória. À diferença de todos os residentes do Palácio da Alvorada desde a redemocratização, ele fez poucas nomeações de partidos políticos. A grande maioria dos ministros é ora uma escolha ideológica do presidente, ora dos três grandes lobbies que ajudaram a elegê-lo: ruralistas, evangélicos e militares.

Mas para ser um presidente-perfil não basta fazer discursos e frases de efeito para sustentar a relevância e o engajamento na rede. É necessário construir canais de comunicação. Entenda-se como "canal de comunicação" uma relação direta entre o produtor de informação e o receptor de informação, e uma fidelização contínua deste. Desde o início da década passada, a estratégia de Bolsonaro tem sido, primeiro, captar novas audiências por meio de canais maiores, depois convertê-las politicamente e fidelizá-las em seus canais próprios. Em seguida, manter as novas audiências engajadas diariamente e testá-las com atos e pronunciamentos. O passo seguinte é semear a dúvida sobre a seriedade de outros canais, a ponto de afastar sua audiência convertida de qualquer outra fonte de informação que não seja a do próprio sistema de informação bolsonarista.

Essa estratégia foi exemplarmente adotada para converter o lavajatismo em bolsonarismo. Primeiro, o ex-capitão se expôs ao lavajatismo nas grandes manifestações de 2015 e 2016 – que, naquela época, confiavam profundamente na imprensa e na Justiça. Na sequência, engajou parte desse segmento em seus canais. Durante as eleições de 2018, adotou uma virulência antipetista e manteve engajada essa base lavajatista – que votou em peso nele já no primeiro turno. Em seguida, trouxe o maior ídolo do movimento, o então juiz Sergio Moro, para dentro do governo, fidelizando de vez essa audiência. Fritou Moro ao longo de um ano e meio, fez tudo para despertar a desconfiança na grande mídia e no Judiciário e desmontou as investigações da Operação Lava Jato. Hoje, grande parte do lavajatismo já não consome notícias de grandes veículos, quer fechar o STF, desdenha de Moro e nem lembra mais do discurso anticorrupção. A estratégia é tão eficaz que aguentou até essa guinada de grandes proporções.

Note-se que, para manter a nova audiência integralmente conectada e altamente engajada, é necessário criar um enredo em que o protagonista Bolsonaro luta contra adversários muito poderosos, e todo aquele que se coloca no seu caminho torna-se *persona non grata* para a audiência. Além disso, é preciso aliar esse enredo a dois procedimentos táticos clássicos do ativismo: a urgência e o medo de perder. É importante mostrar fragilidade, mostrar que sem a mobilização intensa esse governo, alvo constante dos "poderosos", pode cair a qualquer momento. Nesse sentido, quanto mais reações por parte dos adversários, melhor para Bolsonaro. Isso o ajuda a manter seu público conectado e engajado. Eis aí a razão pela qual sua audiência está sempre tão disponível a se transferir do universo digital e aparecer na vida real, nas ruas, em manifestações para defender uma intervenção militar ou o fechamento do STF. Eles têm

urgência. Eles não podem esperar. Porque eles têm medo de perder o poder amanhã. (A taxa de engajamento digital vem caindo nos últimos meses, mas ainda se mantém em patamares suficientemente altos para cumprir sua função mobilizadora.)

A ruptura de Bolsonaro com a tradição política vai além. Ela não é só uma questão de forma, mas também de conteúdo. A cadeia de significantes composta por discursos e atos do presidente comunica uma nova cosmovisão. Ele é um hiperliberal (uma versão vulgar e radicalizada do liberalismo), que deseja defender a "liberdade das pessoas" – entendida aqui como liberdade de fazer o que der na telha – sem que haja qualquer limitação aos impulsos do indivíduo. A imagem de indivíduo, nesse caso, foi claramente inculcada por publicidades de carro e de cerveja: é sempre homem, sempre branco, sempre hétero. E ele não tem freios, limites, tudo está à sua disposição, basta querer. E se ele não obtém o objeto de seu desejo não é por falta de competência, é simplesmente porque alguém o impediu. Nesse mundo, não existe esforço, apenas gozo. A maior força de Bolsonaro no governo é garantir que deixará – sempre – que os indivíduos possam gozar a seu bel-prazer. Bolsonaro deseja uma sociedade pré-hobbesiana, aquela que não precisa de nada nem ninguém. Uma sociedade onde os mais fortes mandam e podem recorrer a qualquer recurso para fazer valer o gozo de seus impulsos.

Aliado a essa luta pela "liberação do indivíduo" está o discurso pré-milenarista dispensacionalista. Baseado em uma interpretação extremamente superficial do *Apocalipse* de São João – que, em si, é um livro de exegese difícil –, prevê que a salvação dos bons depende de anos de grandes testes, provas e sacrifícios. O sujeito para quem essa cosmovisão se dirige é o "cidadão de bem", aquele que pertence a uma comunidade virtuosa e que será arrebatado. No caso das igrejas neopentecostais, existe a Igreja (comunidade de fiéis) e o Mundo (tudo o que está fora da Igreja e que é do demônio). No caso dos militares, existem os militares e os civis, onde não há dúvida sobre quem são os virtuosos. No caso dos condomínios da Barra da Tijuca, a lei se aplica para quem está fora dele, como bem apontou o urbanista Roberto Andrés em excelente ensaio publicado na **piauí** de fevereiro [*Vivendas do Alvorada*]. Todos aqueles que tentarem se interpor entre o "cidadão de bem" e a realização de seus desejos é o inimigo. São as feministas, os movimentos negros, os sindicatos, os processos legais, o Código de Trânsito, o professor que reprova, qualquer construção coletiva que funcione como freio. A simples existência do inimigo é um cerceamento a essa liberdade. Portanto, o inimigo deve ser desconstituído, exterminado, eliminado. Embora o tratamento conferido aos inimigos seja o mesmo que o nazifascismo atribuía aos seus – "inimigo total, guerra total" – e embora o bolsonarismo seja na essência racista e violento, devemos evitar estabelecer uma equivalência entre ambos. O nazismo e o fascismo são construções coletivas – abomináveis, sim, mas ainda assim construções coletivas. O bolsonarismo é a desconstrução de qualquer forma de coletividade.

Com tudo isso, Bolsonaro inaugurou um novo modo de governar: o

governo da suspensão. Sua função é dupla: exime-se de qualquer ação organizada e anula os instrumentos de organização coletiva que possam frear o ímpeto dos “cidadãos de bem”. Por essa razão, não se estabelece nenhuma medida restritiva para combater um vírus, desmonta-se a estrutura de combate ao desmatamento da Amazônia, abandona-se a luta contra as desigualdades, entre tantos outros. Por isso, faz todo sentido que, neste momento, a nova prioridade nacional do Ministério da Educação seja o *homeschooling* – a educação domiciliar que, infensa à esfera pública, poderá imunizar os filhos dos “cidadãos de bem” da influência desse sistema educacional comandado por “comunistas e pedófilos”.

A subtração de governo tem uma vantagem tática adicional: deixa os opositores perdidos. Afinal, o vocabulário da oposição é o de criticar ou propor alternativas àquilo que é realizado pelo governo. Mas o que a oposição deve fazer quando o governo se recusa a realizar? Como se opor a isso? Denunciando que nada se faz e pedindo realizações? Esse modo de governo joga a responsabilidade de governar no colo da oposição, que, obviamente, não tem os meios para fazê-lo. É um pouco como se a oposição fosse obrigada a se comportar como governo e, assim, permitisse que o governo se comporte como oposição. Se fosse jogador de futebol, Bolsonaro seria aquele que, em vez de buscar o gol, senta-se em cima da bola. Os adversários, ávidos para prosseguir a partida, tentam recuperar a bola, mas só conseguem fazê-lo empurrando o jogador ou distribuindo tantas patadas na bola que terão cometido falta no atleta. A estratégia funcionou por um ano durante a pandemia: Bolsonaro subtraiu a si mesmo, obrigando seus opositores a pedirem por medidas mais restritivas e impopulares. O repertório narrativo de governo ficou com os opositores, e os resultados foram desastrosos. Bolsonaro, quanto a ele, ficou com o repertório da “liberação dos cidadãos de bem”, do líder que luta por eles e se preocupa com a dura realidade do cotidiano. Por isso, apesar da montanha de mortos, a popularidade de Bolsonaro ainda resiste.

A verdade é que, neutralizando as leituras da oposição e governando pela ausência de governo, Bolsonaro continuará sendo eleitoralmente muito consistente enquanto as outras forças políticas (de direita, centro e esquerda) não reconhecerem o caráter revolucionário de sua empreitada. É preciso entender que Bolsonaro não é um presidente, mas o líder de uma revolução, que se expressa no domínio exemplar do universo digital, na condução eficiente de seus seguidores e na formulação de uma cosmovisão que conjuga pré-milenarismo com anarcocapitalismo. Bolsonaro é a vanguarda da primeira verdadeira revolução de nossa história – ainda que a vanguarda, aqui, seja um inédito retrocesso civilizatório. Para reverter esse cenário, devemos recorrer ao antídoto contrarrevolucionário mais eficaz: o populismo. Só um verdadeiro populista como o conservador Getúlio Vargas poderia deter o revolucionário Jair Bolsonaro.

Opopulismo é um conceito importante, frequentemente empregado de maneira leviana. Basta um político ser ligeiramente demagógico e já é batizado de populista. Rafael Correa, o ex-presidente do Equador, tem uma boa definição: “Populista é o termo empregado pelas elites quando elas não entendem o que está acontecendo.” O populista é apresentado como tudo aquilo que se afasta da racionalidade, da temperança, da honestidade, da austeridade fiscal, da qualidade técnica – em suma, a antítese do bom governo. Jornalistas, empresários, políticos, intelectuais não são os únicos a não compreender o fenômeno. A própria literatura de ciência política costuma falhar em entendê-lo. Simplifica-o, considerando apenas uma plataforma vaga e puramente retórica. O pensador argentino Ernesto Laclau, uma das mentes mais brilhantes da teoria política contemporânea, atribuiu essa falta de compreensão à limitação dos instrumentos de análise existentes. Para enxergar o conceito com nitidez, seria necessário fabricar lentes novas e mais potentes. Em outras palavras, criar uma nova ferramenta analítica. Laclau e a belga Chantal Mouffe se inspiraram na semiótica para chegar lá. Eles inverteram a lógica materialista segundo a qual o campo discursivo da política nada mais é do que o reflexo dos interesses de classes sociais. Para eles, o discurso político é o que, a um só tempo, cria e nutre as identidades políticas. Não há um “social” a preceder o “político”. Ambos estão constantemente em construção, num processo doloroso e conflituoso, que não cessa de transformar o tecido social em um emaranhado de identidades políticas que disputam entre si. Como se pode então constituir um horizonte totalizante capaz de englobar as diferenças sem anulá-las? Eis a tarefa do populismo: articular esse antagonismo preponderante num conjunto em que as diferenças, em vez de se anularem, sejam equivalentes. Em termos vulgares, é como eleger um “adversário comum” contra o qual todas as identidades, embora diversas e múltiplas, se opõem conjuntamente sem se descaracterizarem.

Em geral, o populismo expele as elites para, em oposição a elas, criar a totalidade “povo” – que, na realidade, é composta de diferentes identidades antagônicas entre si. O lema *We are the 99%* (Somos os 99%), criado pelo movimento Occupy Wall Street, é tipicamente populista: exclui apenas os super ricos da sociedade americana (1%), reunindo do outro lado as enormes diferenças (entre negros e brancos, homens e mulheres, classes subalternizadas e classes médias, nacionais e imigrantes) que, neste caso, se equivalem. A diversidade não se anula para sempre, e, portanto, existe tensão constante entre equivalência e diferença. O populismo, assim, viabiliza a construção de sujeitos populares e plurais – e permite que convivam. É fundamental notar que o populismo, tal como definido aqui, não prega a eliminação do adversário, nem transforma o conflito, embora constante, em violência organizada. Nesse sentido, o populismo é o contrário da revolução, que precisa exterminar o inimigo, fazer uso da violência organizada e aniquilar as diferenças.

O populismo não é nem demagogia nem ideologia – é uma lógica política.

É um fenômeno complexo e mal compreendido pela tradição liberal (que não consegue apreender a noção de antagonismo) e pela marxista (que reduz o antagonismo ao conflito entre classes). Ambas reduzem a dimensão do político a um reflexo da perspectiva econômica. O populismo, pelo contrário, é constitutivo do político, e talvez seja a única forma de democratizar sociedades profundamente desiguais de maneira pacífica e participativa.

O discurso populista de Getúlio Vargas construiu o "povo brasileiro". Ele conseguiu habilmente estabelecer equivalências a partir do caldeirão de diferenças – regionalismos múltiplos, trabalhadores urbanos, burguesia industrial, mulheres, negros, imigrantes europeus, entre outros. A partir dos anos 1930, o mito da raça cósmica, a fábula da democracia racial, conjugava reconhecimento a símbolos afro-brasileiros antes criminalizados – capoeira e candomblé – com a repressão às suas manifestações genuínas, nos ataques recorrentes de agentes do Estado aos terreiros. O governo tornou o samba – antes estigmatizado – um gênero oficial, enquanto privilegiou compositores e intérpretes brancos. A Nossa Senhora Aparecida, a Virgem Maria negra, tornou-se padroeira oficial do Brasil, mas, nos quase vinte anos em que esteve no poder, Getúlio Vargas jamais nomeou um ministro negro (à diferença do que aconteceu no Império e na República Velha).

A mesma ambiguidade se refletia no universo dos trabalhadores urbanos. Criou e expandiu os direitos trabalhistas, mas aumentou o custo de qualquer autonomia sindical e, para acalmar a burguesia industrial, desfechou uma duríssima repressão a qualquer manifestação orgânica. A contradição acabou por permitir a expansão de direitos a grupos subalternizados e a construção de novas elites empresariais, sem que houvesse uma ruptura drástica com a sociedade racista, classista, patrimonial e essencialmente agrária que habita este território desde os primórdios da colônia portuguesa. Getúlio fez a ponte entre o velho e o novo. E o velho só viria a vencer essa disputa em definitivo mediante o golpe de Estado em 1964. A verve populista está presente em todos os Getúlios – no chefe de um regime de exceção (1930-33), no presidente constitucional (1934 -37), no ditador impiedoso do Estado Novo (1937-45), mas está, especialmente, naquele que retorna do autoexílio e é reconduzido ao Catete nos "braços do povo" (1951-54).

O Brasil do pós-guerra vivia transições importantes. O país já não era o mesmo que Getúlio encontrara em 1930 e era, em parte, produto dos quinze anos do autoritarismo getulista: um país mais industrializado, com uma identidade nacional clara, uma população cada vez mais urbana. O ditador já não era mais querido pelas elites, pelo Exército, ou pela imprensa, mas a admiração dos trabalhadores persistia. Essa base política foi responsável pelo queremismo, movimento que desejava eleger Getúlio presidente em 1945. Durante todo o governo de Eurico Dutra (1946-50), o queremismo, já desarticulado, deixava seus rastros nas ruas e nos sons das nossas cidades. O "Ele Voltará!" pichado nos muros das

cidades ecoava nas marchinhas de Carnaval, como *Ai, Gegê,/que saudades que nós temos de você*. Getúlio poderia ter sido o candidato consensual, que apenas apostava nas suas realizações passadas, na lembrança dos bons tempos em que o custo de vida era menor. Mas Getúlio decidiu realizar um deslocamento narrativo. Estabeleceu um adversário claro – "os poderosos", aqueles que o afastaram do poder e não queriam a sua volta – e colocou-se como o candidato do "povo".

Na entrevista concedida a Samuel Wainer em 1949, na qual Getúlio lança as bases de sua candidatura, o jornalista lhe atribui a seguinte afirmação: "Eu voltarei. Mas não como líder de partidos, e sim como líder de massas." Insistia na imagem de que havia sido "excomungado" do jogo democrático pelos "poderosos", sem nunca defini-los com clareza. Ao se analisar os slogans daquela campanha, fica clara sua intenção: "Princesa Isabel libertou os escravos em 1888, Getúlio libertará o povo brasileiro em 1950." A imprensa e o patronato temiam a constituição de uma república sindicalista, medo alimentado cuidadosamente por Getúlio e que se delineava como horizonte possível para os trabalhadores. (Em discurso aos trabalhadores num Primeiro de Maio, disse: "Hoje, estais com o governo. Amanhã sereis governo".) Ao longo desse período, todos os atos eram destinados ao "povo brasileiro" e "aos trabalhadores", a começar por seus discursos, sempre cerimoniosamente dirigidos aos "trabalhadores do Brasil". Na carta-testamento, os "poderosos" são os responsáveis pela sua morte e o fizeram por ódio ao "povo/trabalhadores". O suicídio desmantelará o golpe que estava em curso e garantirá uma sobrevida ao populismo getulista por dez anos, período de emergência de novas identidades políticas, construídas sob o antagonismo entre "poderosos" e "trabalhadores". Uma democracia nascente, de alta intensidade, devidamente eliminada por duas décadas de repressão, que mudariam o rumo do país.

Opopulismo democrático, esse antídoto capaz de derrotar Bolsonaro, deve se inspirar em Getúlio. Deve incorporar valores e vocabulário cristãos, sem abrir mão da ética republicana. Deve articular novas identidades e novas demandas sociais, sem abrir mão das antigas. Deve brotar de todos os fragilizados vitimados pelos fortes: sejam eles humanos ou não humanos (os animais vitimados pelos incêndios no Pantanal, os biomas destruídos pelo desmatamento). Deve emergir daqueles que, despossuídos de sua dignidade, sequer são nomeados pelos opressores, que estão presentes em diferentes momentos da história, eternizados em canções, romances e epístolas. Deve, em suma, reunir os "descamisados" dos discursos de Evita Perón, os "proletários" do Império Romano, os "últimos" do cristianismo.

O Populismo dos Últimos poderá derrotar o Bolsonarismo. O primeiro passo é redefinir a política a partir de uma renovada dicotomia "povo *versus* elites". Não pode ser uma reedição do conflito "trabalhadores *versus* poderosos" de Getúlio, como Lula sugeriu no discurso de 10 de março. O trabalhador ao qual o ex-presidente se refere

é o trabalhador do Getúlio: chefe de família, católico e com emprego estável. Esse trabalhador é minoritário hoje, do ponto de vista sociológico, demográfico e simbólico. O processo de desindustrialização, a inserção do país no mercado global como produtor de commodities, as mutações das relações de trabalho e as inevitáveis flexibilizações na legislação trabalhista tornaram o trabalhador getulista uma minoria pouco representativa da população economicamente ativa. Ainda mais importante, a aspiração da população mudou. Já deixamos de ser um país uniformemente católico, somos cada vez mais evangélicos. Embora a Consolidação das Leis do Trabalho ainda seja um objeto de desejo, bem como a estabilidade de um emprego público, cresce o número de brasileiros que preferem abrir seu próprio negócio – seja devido à escassez de vagas de CLT ou de concursos públicos, seja pela vontade de ter autonomia, horário flexível e não ter um chefe.

A população economicamente ativa é cada vez mais caracterizada por empreendedores, autônomos em situação precária: são membros do *emprecariado*, termo cunhado pela equipe do *GregNews*, o programa satírico do humorista Gregorio Duvivier. O *emprecariado* é formado pelos motoristas e entregadores de aplicativos, os ambulantes, os trabalhadores informais, o pequeno agricultor, os garimpeiros e tantos outros. Na última década, ganharam força outros conflitos sociais, que ultrapassam o antagonismo tradicional entre capital e trabalho e aglutinam outras demandas sociais. Nunca os movimentos negro, feminista, indigenista e LGBTQIA+ estiveram tão fortes e articulados. Como então formular uma dicotomia que organize esse “povo” a partir de tantas identidades diversas? Quais significantes vazios devem ser formulados a fim de reunir e conjugar essas diferenças numa cadeia de equivalência?

Nesse ponto, vale observar e aprender com estratégias exitosas da extrema direita. O bolsonarismo conseguiu algo extraordinário: percebeu a dissolução do conflito do nível macro (capital e trabalho, povo e elites) e apostou no conflito da esfera do nível micro (indivíduo forte e indivíduo fragilizado e suas interações sociais). A extrema direita, ao contrário da direita tradicional, aparentemente leu Michel Foucault. Entendeu que o poder não está concentrado nas instituições políticas: está distribuído e presente em todas as interações sociais. O discurso de Bolsonaro é dirigido a todo aquele que tem poder, ainda que seja um poder dentro de uma situação subalternizada. É o dono da birosca que tem poder sobre o garçom, o pastor do bairro que tem poder sobre o fiel, o marido que tem poder sobre a esposa, o guarda da esquina que tem poder sobre o infrator, o motorista que tem poder sobre o pedestre e o ciclista, o cafetão que tem poder sobre a prostituta, entre tantos outros. Bolsonaro assobia para quem tem poder e sua mensagem é clara: não tenha medo de exercê-lo. Não haverá limites para a realização de qualquer impulso, desde que circunscrito nessa microrrelação. O trabalhador poderá descontar no corpo de sua esposa toda a opressão vivida na cidade, o garimpeiro poderá desmatar sem se preocupar em ser multado, o motorista está autorizado a desrespeitar as regras de trânsito impunemente, o homofóbico está liberado para ser violento com o outro por sua orientação sexual. A senhora de classe média que não deseja

pagar hora extra para a empregada doméstica deveria poder fazê-lo livremente. O militar aposentado, que joga suas peladas no Aterro do Flamengo, poderá fazer piadas preconceituosas à vontade. O discurso bolsonarista opera na fronteira entre o indivíduo e as construções sociais que limitam os seus micropoderes no dia a dia. O governo de suspensão, aquele que trabalha para que nada seja feito, é dirigido a essas pessoas. Para que em toda interação em que haja desequilíbrio de poder, o mais fragilizado não possa recorrer às tradicionais construções sociais – o direito, as instituições –, enquanto o forte possa exercer seu poder sem freios. O bolsonarismo é pornográfico, é a promessa de um gozo pleno, sem coito interrompido, para todos aqueles que detêm algum nível de poder no país.

Não adianta lutar contra o bolsonarismo à base apenas de críticas e de oposição às suas políticas de governo, sempre mais orientadas para desfazer do que para fazer. É preciso deslocar-se ao nível das microinterações sociais e estabelecer uma nova fronteira, alternativa à explorada pela extrema direita. Aquele que é incensado sobre seu pequeno poder cotidiano – sobretudo o homem branco e hétero – deve ser lembrado das inúmeras interações sociais em que ele mesmo ocupa a posição de “fragilizado”. A nova fronteira deve ser estabelecida entre quem se esforça para superar as dificuldades da vida e quem simplesmente se aproveita do trabalho e do esforço alheios. Um é o *batalhador.* O outro é o *encostado*.
Em um país tremendamente desigual e violento, a grande maioria da população precisa superar-se constantemente para sobreviver. A mãe solteira que passa o dia fora de casa, perde horas no trânsito e cria os filhos em um bairro violento é uma batalhadora. E todos aqueles que criam essas dificuldades do cotidiano são uns encostados: o dono de empresa de ônibus que não melhora a frota, os donos de carros que congestionam o trânsito, o patrão que desconta o dia em que a mãe teve que cuidar do filho doente em casa. Encostado é o homem que se aproveita do tumulto do transporte coletivo para assediá-la, o traficante ou miliciano que entra na casa dos outros sem ser convidado, o guarda da esquina que manda descer do ônibus por causa da cor da pele. Os gays, trans, as negras e negros deste país são todos batalhadores. Sobrevivem ao racismo, ao machismo, à homofobia estruturais de nossa sociedade. E sobrevivem porque são batalhadores. Eis aí a cadeia de equivalência que falta para a articulação do populismo democrático, o Populismo dos Últimos.

O batalhador é um significante vazio que engloba os empreendedores precarizados, os trabalhadores informais, as mulheres, os negros, a população LGBTQIA+, os indígenas e também os trabalhadores formais. Trata-se de um termo que se refere ao esforço diário de cada um para superar suas circunstâncias. O esforço diário de uma mulher para superar o machismo, o esforço diário de um motorista de aplicativo para pagar o gás do carro, o esforço diário dos indígenas para preservar sua cultura e seu ambiente. O Brasil é um país difícil que só cria obstáculos. Só se

sobrevive por aqui à base de muita luta, mui-ta batalha. Da mesma maneira, dentro das classes médias, existem batalhadores. Os empreendedores que inovam, os profissionais que pesquisam e buscam melhorar o conhecimento, os educadores que ensinam nas condições mais adversas, os profissionais de saúde que salvam vidas nos hospitais lotados por causa dos *encostados* de Brasília, e tantos outros. O encostado é todo aquele que goza de algum privilégio, que tira proveito da fragilidade do outro. O encostado é o que quer sempre levar vantagem, que quer ter direito ao gozo sem nunca ter que suar a testa. Ele geralmente cria obstáculos, lucra com as dificuldades impostas aos outros. O encostado é o rentista, o locador, o marido que abandonou a família, o funcionário público que se dedica a atividades de cunho privado, o policial abusador, o político corrupto. A categoria dos encostados não faz referência a classes sociais, mas a comportamentos em microrrelações de poder. Não se trata de se opor aos burgueses, apenas aos burgueses improdutivos. Não se trata de ser contra os militares, apenas aqueles que ficam ocupando cargos de civis para aumentar seu salário. Não se trata de ser contra os empresários, apenas aqueles que querem sonegar impostos, furar a fila da vacina. A oposição ao *encostado* faz com que todas as outras diversas identidades acima mencionadas se equivalham na figura do batalhador. Assim como a dicotomia "forte *versus* fragilizado" promovida por Bolsonaro é fluida – o forte em uma microrrelação pode ser o fragilizado em outra – a de "batalhador *versus* encostado" também o é.

Não há melhor exemplo de encostado do que a família Bolsonaro, do que os militares que ocuparam um quarto dos cargos comissionados de Brasília, do que os políticos do Centrão, do que os empresários que vivem de dízimo alheio. O bolsonarismo é integralmente feito de encostados: de gente que não gosta de trabalhar, que não produz nada de realmente útil para a sociedade, mas lucra nas costas dos outros. Bolsonaro é um milionário que nem herdou nem criou empregos na vida. Ficou rico com sucessivos mandatos parlamentares durante os quais usou todos os privilégios que lhe foram dados e explorou todas as brechas para sugar recursos públicos em benefício pessoal e de sua família.

O Populismo dos Últimos não pode se limitar a estabelecer essa dicotomia e usá-la apenas em suas falas. Precisa delinear um novo programa, uma nova visão de desenvolvimento capaz de contrapor-se ao cancelamento do futuro. No éthos securitário do getulismo, o trabalho formal era a porta de entrada para acessar direitos: renda estável, aposentadoria, acesso gratuito aos serviços de saúde, crédito. Hoje, diante da instabilidade do mercado de trabalho, da fragmentação das fontes de renda, das ameaças existenciais (mudanças climáticas, catástrofes naturais, pandemias) que pairam sobre a humanidade, e sobretudo sobre os mais fragilizados, é necessário criar o éthos da *cuidadania*. Para que possam ter êxito em sua batalha cotidiana, os batalhadores precisam ter um mínimo de cuidado, de proteção. Saber que, se não puderem trabalhar por um mês, terão alguma renda. Se forem afetados por uma doença, não precisarão recorrer a uma clínica de péssima qualidade, mas terão uma saúde pública

verdadeiramente universal. Para que possam empreender, os batalhadores precisam saber que, se tropeçarem, não cairão no abismo. É necessário garantir a *cuidadania* para todos: que todos sejam devidamente cuidados de maneira igual quando estiverem em situação de vulnerabilidade. As conquistas do passado – como a CLT, o décimo terceiro salário, a Previdência nacional, o seguro-desemprego, o seguro–saúde coletivo, o acesso fácil ao crédito – são insuficientes para enfrentar os desafios que o futuro reserva. A gama de direitos que pode garantir o cuidado necessário é da ordem da universalidade e da gratuidade: renda universal, saúde universal, mobilidade universalizada…

Com base na *cuidadania*, pode-se constituir um projeto de desenvolvimento para o país que coloque os fragilizados – inclusive os não humanos – no pelotão da frente. O Brasil só deixará de ser uma imensa República Dominicana quando priorizar o que temos de mais frágil e mais potente – nossa imensa floresta de pé, nossos biomas preservados, mitigando o aquecimento global e prestando serviços ambientais para o mundo. Nosso projeto de desenvolvimento deve encampar de fato a profecia segundo a qual os últimos serão os primeiros. Pois, só os últimos – as mães solteiras, os entregadores de aplicativo, os indígenas que preservam nossa floresta, a flora e fauna que insistem em se renovar apesar do fogo e do mercúrio – poderão viabilizar e renovar o projeto de Getúlio Vargas de constituir um Brasil soberano e independente.

Na **piauí** de abril, em um excelente artigo, *Engolindo os miúdos*, o jornalista Fernando de Barros e Silva disse que Lula em 2022 se parecia a Getúlio de 1950 e relembrou a eterna marchinha do *Bota o retrato do velho outra vez*. As semelhanças entre os dois personagens e suas circunstâncias são inegáveis. Getúlio estava autoexilado e afastado da política após ter sido vítima de um golpe de Estado impetrado por generais fascistas, seus principais sócios no Estado Novo. Lula foi também traído por grande parte da classe política brasileira, pelo empresariado, setores que seu governo engordou de maneira obscena. Esteve preso e foi afastado da vida política do país. Em seu discurso do dia 10 de março, Lula dizia não ter ressentimento de ninguém. Na famosa entrevista de 1949, Getúlio perguntava: “Perdoar o quê? Todo mundo sabe que eu não guardo ódios nem rancores contra ninguém, nem tenho contas a ajustar com quem quer que seja.”

O Brasil de então era também governado por um militar oligofrênico, que adotara uma política subserviente aos Estados Unidos e jogara no lixo tudo aquilo que fora construído nos quinze anos anteriores. Dutra destruiu em quatro anos o que Getúlio construíra em quinze. Bolsonaro vem tentando destruir em um mandato de quatro anos tudo o que o Estado brasileiro construiu nos últimos 199 anos. A imprensa da época guarda semelhanças com a atual. Era tremendamente antigetulista e tinha medo dos populistas de polos opostos: Adhemar de Barros, então governador de São Paulo, e o próprio Getúlio. O establishment político, então como agora, buscava desesperadamente um candidato de “centro” para se opor

a Adhemar e a Getúlio – embora uma aliança entre UDN e PSD jamais pudesse resultar em um candidato de centro, e sim em uma direita antipopular.

Embora existam semelhanças entre 2022 e 1950, nenhum presidenciável de hoje está perto de reencarnar Getúlio Vargas. Nenhum possui o mesmo sentido da História que o Velhinho tinha. Os pré-candidatos João Doria, João Amoêdo, Luiz Henrique Mandetta, Danilo Gentili e Sergio Moro são, cada um à sua maneira, variações de um udenismo radical e antipopular. Jamais poderiam assumir essa responsabilidade. Luciano Huck, Alexandre Kalil, Guilherme Boulos e Ciro Gomes teriam potencial para eventualmente vestir os sapatos de Gegê, mas precisam se afastar urgentemente do discurso iluminista ao qual Bolsonaro os condenou. Não no sentido de negar os valores básicos da civilização, apenas não fazer deles o centro de seus discursos. Dentre todos, Lula é o que estaria em melhores condições para incorporar o discurso do Populismo dos Últimos, pois sua história de vida é a de um batalhador. Um retirante, filho de analfabetos, que lutou para sobreviver, conseguiu ter um emprego estável como operário. Empreendeu civicamente, tornou-se um extraordinário líder sindical. Na sequência, montou um dos maiores partidos políticos do país. Perdeu três eleições presidenciais, mas não desistiu. Ganhou duas e elegeu sua sucessora. Foi preso, impedido de concorrer, desceu aos infernos, e agora começa a renascer. Lula encarna muito mais o batalhador do que o trabalhador getulista. Assim como Bolsonaro encarna muito mais o encostado do que o patrão ou o “poderoso”.

Para incorporar esse discurso, no entanto, Lula precisaria operar uma mudança radical: ver que o “povo brasileiro” está por reconstituir-se, que o Brasil de hoje é muito diferente daquele de 2002. Precisaria abandonar de vez os encostados que sugaram as conquistas de seus governos (empresários ineficientes que prosperaram à base da “bolsa empresário”, políticos corruptos que engordaram com o mensalão e o petrolão) e admitir que ele próprio errou – nos escândalos de corrupção, na escolha da sucessora, na construção de Belo Monte, entre tantos outros erros. Mas, acima de tudo, para ser o líder do Populismo dos Últimos e o antídoto contrarrevolucionário a Bolsonaro, à imagem e semelhança de Getúlio, Lula deveria retornar “não como líder de partidos, e sim como líder de massas”.

MIGUEL LAGO **Cientista político, é cofundador da rede Meu Rio e diretor da ONG Nossas**

Vladimir Safatle: Uma revolução molecular assombra a América Latina

http://www.fundacaoastrojildo.com.br/2015/2021/05/21/vladimir-safatle-uma-revolucao-

molecular-assombra-a-america-latina/

A região está diante de insurreições que colocam em questão todos os níveis das estruturas de reprodução da vida social. Tal dinâmica chegará ao Brasil, mas em um cenário muito mais dramático

O termo veio pelas mãos de Álvaro Uribe, ex-presidente da Colômbia e líder efetivo da direita linha dura que hoje Governa o país. Diante das inéditas manifestações que tomaram as ruas da Colômbia, fazendo o Governo abandonar um projeto de reforma tributária que mais uma vez passava para os mais pobres os custos da pandemia, não lhe ocorreu ideia melhor do que conclamar os seus à luta contra uma "revolução molecular dissipada" que estava a tomar conta do país. No que, há de se reconhecer, Uribe tinha razão. Normalmente, são os políticos de direita que entendem primeiro o que se passa.

A América Latina, ou ao menos uma parte substantiva do continente, está a passar por um conjunto de levante populares cuja força vem de articulações inéditas entre recusa radical da ordem econômica neoliberal, sublevações que tensionam, ao mesmo tempo, todos os níveis de violência que compõem nosso tecido social e modelos de organização insurrecional de larga extensão. As imagens de lutas contra a reforma tributária que tem à frente sujeitos trans em afirmação de sua dignidade social ou desempregados a fazer barricadas juntamente com feministas explicam bem o que "revolução molecular" significa nesse contexto. Ela significa que estamos diante de insurreições não centralizadas em um linha de comando e que criam situações que podem reverberar, em um só movimento, tanto a luta contra disciplinas naturalizadas na colonização dos corpos e na definição de seus pretensos lugares quanto contra macroestruturas de espoliação do trabalho. São sublevações que operam transversalmente, colocando em questão, de forma não hierárquica, todos os níveis das estruturas de reprodução da vida social.

De fato, o século XXI começou assim. Engana-se quem acredita que o século XXI começou em 11 de setembro de 2001, com o atentado contra o World Trade Center. Essa é a maneira como alguns gostariam de contá-lo. Pois seria a forma de colocar o século sob o signo do medo, da "ameaça terrorista" que nunca passa, que se torna uma forma normal de governo. Colocar nosso século sob o signo paranoico da fronteira ameaçada, da identidade invadida. Como se nossa demanda política fundamental fosse, em uma retração de horizontes, segurança e proteção policial.

Na verdade, o século XXI começou em uma pequena cidade da Tunísia chamada Sidi Bouzid, no dia 17 de dezembro de 2010. Ou seja, começou longe dos holofotes, longe dos centros do capitalismo global. Ele começou na periferia. Nesse dia, um vendedor ambulante, Mohamed Bouazizi decidiu ir reclamar com o governador regional e exigir a devolução de seu carrinho de venda de frutas, que fora confiscado pela polícia. Vítima constante de extorsões policiais, Bouazizi foi à sede do Governo com uma cópia da lei em punho. No que ele foi recebido por uma policial que rasgou a cópia na sua frente e lhe deu um tapa na cara. Bouazizi então tacou fogo em seu próprio corpo. Depois disso, a Tunísia entrou em convulsão, o Governo de Ben Ali caiu, levando insurreições em quase todos os país árabes. Começava assim o século XXI: com um corpo imolado por não aceitar submeter-se ao poder. Começava assim a Primavera Árabe. Com um ato que dizia: melhor a morte do que a sujeição, com uma conjunção toda particular entre uma *ação restrita* (reclamar por ter seu carrinho de venda de frutas apreendido) e uma *reação agonística* (imolar-se) que reverbera por todos os poros do tecido social.

Apoie a produção de notícias como esta. Assine o EL PAÍS por 30 dias por 1 US$CLIQUE AQUI

Desde então o mundo verá uma sequência de insurreições durante 10 anos. Occupy, Plaza del Sol, Istambul, Brasil, Gillets Jaunes, Tel-Aviv, Santiago: são apenas alguns lugares por onde esse processo passou. E na Tunísia já se via o que o mundo conheceria nos próximos 10 anos: sublevações múltiplas, que ocorrem ao mesmo tempo, que recusam centralismo e que articulavam, na mesma série, mulheres egípcias que se afirmavam com seios a mostra nas redes sociais e greves gerais. A maioria dessas insurreições irá se debater com as dificuldades de movimentos que levantam contra si as reações mais brutais, que se deparam com a organização dos setores mais arcaicos da sociedade na tentativa de preservar o poder tal como sempre foi. Mas há um momento em que a repetição acaba por gerar uma mudança qualitativa. Dez anos depois, ela ocorreu e foi possível de ser vista no último domingo, no Chile.

No último domingo, o Chile elegeu uma nova Assembleia Constituinte. Depois de manifestações massivas em outubro de 2019 que fizeram as ruas chilenas queimarem até o Governo parar de matar sua própria população e aceitar convocar um processo constitucional, o Chile elegeu 155 deputados constituintes, dos quais 65 são independentes, ou seja, não vinculados a estrutura partidária alguma, mas unidos, como os 24 constituintes da Lista del Pueblo, por um “Estado ambiental,

igualitário e participativo"; 79 constituintes são mulheres, sendo a única Assembleia Constituinte da história mundial a ter maioria de mulheres; 18 são povos originários, sendo que todos estão presentes (desde os Rapanui da Ilha da Páscoa até os Mapuches). A direita, que ansiava alcançar ao menos um terço para poder barrar as modificações constitucionais, terá apenas 37 deputados.

O caráter absolutamente único do processo chileno encontra-se no fato de ele se produzir como *institucionalização insurrecional*. Ele foi resultado de uma insurreição que exigiu imediatamente uma nova institucionalidade. Os islandeses tentaram isso, quando a crise econômica produziu profundas mobilizações populares que terminaram por produzir uma nova constituição. No entanto, o Parlamento não reconheceu a nova carta, abortando o processo.

Tal excepcionalidade andina deve ser compreendida à luz do que foi a via chilena para o socialismo. O Governo de Salvador Allende (1970-1973) procurou realizar um programa marxista através de uma mutação progressiva da vida social que preservava largas partes da estrutura da democracia liberal. Muitos criticaram tal estratégia depois do golpe, mas há de se lembrar de suas razões. Era a maneira dos chilenos e chilenas impedirem a militarização da vida social, como normalmente ocorreu em todos os processos revolucionários até agora. Havia uma questão real que o Chile procurou resolver inovando.

De certa forma, esse processo interrompido retoma agora 47 anos depois. Desde as revoltas estudantis no Governo Bachelet, o Chile viu lideranças estudantis se tornarem deputados e deputadas para arrancar do Congresso uma reforma que tornava gratuito o sistema público de ensino. Agora, eles fizeram o movimento inédito de só saírem das ruas com uma constituinte nas mãos, o que os tunisianos só conseguiram anos depois da formação do primeiro Governo pós-ditadura. Ao acoplar os dois processos, o Chile permitiu que o entusiasmo insurrecional comandasse o processo constitucional, institucionalizando sua revolução molecular.

O espectador que vê tudo isso do Brasil pergunta-se o que ocorre conosco. No entanto, erram aqueles que pensam que tal dinâmica não chegará no Brasil. Ocorre que ela encontrará uma situação muito mais dramática. Pois o Brasil é o país no qual as forças da reação organizaram-se de forma insurrecional. São setores expressivos da população que foram e irão às ruas pedir golpe militar e defender o fascismo de quem nos governa. Dentro da lógica da contrarrevolução preventiva, o Brasil, à diferença de outros países latino-americanos, foi capaz de mobilizar as dinâmicas de

um fascismo popular. Por isso, o cenário tendencial entre nós é o de uma insurreição contra outra insurreição. Uma revolução fascista contra uma revolução molecular dissipada. Melhor seria estarmos preparados para tanto.

Vladimir Safatle *é professor titular do Departamento de Filosofia da Universidade de São Paulo.* **Fonte:** El País - https://brasil.elpais.com/opiniao/2021-05-19/uma-revolucao-molecular-dissipada.htm

Nacionalismo e bolsonarismo

20/09/2021 - https://aterraeredonda.com.br/nacionalismo-e-bolsonarismo/?doing_wp_cron=1632159060.7722830772399902343750

Antonio Davi

David Hockney, "Um salto para Bradford", 1987.

Por **ANTÔNIO DAVID***

Reforço social na função normativa do ideário nacionalista sob o bolsonarismo abriu uma nova conjuntura no Brasil. Quais são os riscos?

Quando Roberto Schwarz escreveu “As ideias fora do lugar” (1973), mais do que uma tese sobre as ideias liberais no Brasil, ele propôs uma hipótese abrangente e ambiciosa sobre o complicado tema da recepção e, com ela, um programa de pesquisa, e é uma lástima que o debate posterior tenha girado em torno de mal-entendidos. Ele próprio tratou de os desfazer quase quatro décadas depois, e não há dúvida de que “Por que ideias fora do lugar?” (2012) é menos hermético do que o ensaio de 1973 e, por isso, mais convidativo ao leitor não tarimbado em linguagem filosófica.

A hipótese não é complicada: 1) ideias funcionam diferentemente de acordo com o contexto e as circunstâncias; 2) nos contextos em que surgem, ideias podem descrever a realidade, mesmo que superficialmente; 3) mas, quando importadas, essas mesmas ideias podem já não descrever a nova realidade à qual são confrontadas – nesse caso, outras ideias devem ser buscadas para esse fim; 4) isso não impede, todavia, que essas ideias (importadas) possam cumprir outras funções que não a descrição verossímil (que vão desde o ornamento retórico e o puro cinismo até a utopia e o objetivo político real) – *nesse sentido*, as ideias sempre estão no seu lugar; 5) é a crença ou a percepção de que tais ideias (importadas) descrevem a realidade local quando não o fazem o que explica o sentimento de que elas estejam fora do lugar – *nesse sentido*, elas estão mesmo fora do lugar, ou, em termos mais rigorosos, seu emprego é fora do lugar; 6) finalmente, as funções

não se equivalem e não têm o mesmo peso.

Sobre esse último aspecto, Schwarz escreve: "[…] não vivemos num mundo abstrato, e o funcionamento europeu do liberalismo, com sua dimensão realista, se impõe, decretando que os demais funcionamentos são despropositados. As relações de hegemonia existem, e desconhecê-las, se não for num movimento de superação crítica, é por sua vez uma resposta fora do lugar" (Schwarz, 2012, p. 171)[1].

Como se vê, procurei reconstruir o argumento em termos genéricos, nos quais vejo o eco do esquecido *Fundamentos empíricos da explicação sociológica* (1959), de Florestan Fernandes, cuja obra parece para muitos hoje superada. Mas isso é outra história. Se Schwarz fala de ideias europeias, especificamente, é porque o escopo de sua investigação é delimitado: ele tratou de examinar as ideias liberais originadas na Europa e sua recepção oitocentista no Brasil e seu destino posterior. Não é demais lembrar que, no contexto em que o ensaio foi escrito, a Europa ocidental já não era, como nos oitocentos, a única fonte de ideias tidas por essas bandas como novas e avançadas, e provavelmente já não fosse a fonte predileta, tendo sido ou em vias de ser superada pelos Estados Unidos. Por isso, insisto: mais do que a tese específica, interessa reter da proposta a hipótese geral e o programa que lhe acompanham. Desse ângulo, a questão aparece para nós hoje muito mais rica (e complexa) do que em 1973, dada a multiplicação de fontes de ideias tanto no debate acadêmico como no debate público: Índia, México, África do Sul… (Se emprego nomes de países e continentes, é por pura economia, afinal, cada um desses nomes esconde contextos internos variados).

Nesses termos, não é difícil de se ver que a hipótese vem acompanhada de um programa de investigação, que consiste em examinar, no contexto, as variadas funções que as ideias desempenham, pondo em contraste o contexto de origem e o novo. A promessa é de que o contraste entre as partes garante ganhos de compreensão a respeito das partes e do todo. Se quisermos colocar a questão em termos mais familiares aos historiadores, podemos seguir a "lógica histórica" de Edward P. Thompson: o interrogado é a realidade local, o conteúdo da interrogação são as ideias, o que se visa é o processo histórico.

No caso brasileiro, trata-se de investigar a recepção, aqui, de ideias outras que não as liberais. É o caso das ideias nacionalistas – como chamarei a família conceitual "nação", "nacionalismo", "pátria", "patriotismo", "patrimônio" e "povo". Neste ensaio, quero discutir superficialmente a questão. Uma investigação acadêmica deveria repassar um vasta e rica bibliografia, o que não farei. Como se trata aqui de um ensaio, lançarei hipóteses sem maior preocupação.

De cara, uma questão sempre me intrigou: salvo engano, as ideias nacionalistas, com algumas exceções, não só não foram percebidas entre nós como estando fora do lugar como, bem ao contrário, nada parecia

haver de estranho nelas – o oposto, portanto, do sentimento que as ideias liberais evocaram. Tudo se passa como se as ideias nacionalistas descrevessem de uma maneira tão verossímil a realidade – ainda que por vezes não uma realidade acabada, mas uma realidade em vias de – que soaria um total despropósito o só ato de levantar a questão. É certo que houve controvérsias e disputas em torno de quem é o povo e quem é a nação, mas justamente porque põem em litígio qual é a melhor descrição, elas *pressupõem* uma função descritiva e, com isso, apenas confirmam que, por aqui, não floresceu a percepção de que tais ideias não descrevem *de modo algum* a realidade.

Não surpreende que a percepção e o sentimento de que somos, todos os brasileiros, um povo e uma nação tenha vingado. Ressalto: não me refiro a outras funções que as ideias nacionalistas desde sempre cumpriram no Brasil, mas à convicção, bem partilhada, de que tais ideias efetivamente descrevem a realidade brasileira. A quase ausência do aludido sentimento de deslocamento implica então que as ideias nacionalistas cumprem por aqui uma função descritiva? A não ser que concebamos “povo” e “nação” como um conjunto de indivíduos que partilham de uma mesma cidadania *formal*, ou, dando asas à imaginação, como um conjunto de indivíduos que em comum têm esse ou aquele traço de caráter, a resposta deve ser não.

Para o estabelecimento da função descritiva das ideias nacionalistas, cabe de antemão afastar aquele que por muito tempo foi considerado (e aqui e ali ainda se considera) um requisito: a ancestralidade. Ao estudar a gênese das ideias nacionalistas na Europa do século XIX, quando tais ideias ganharam a forma com a qual as conhecemos, o historiador Patrick Geary observa uma construção ideológica pela qual se buscou estabelecer linhas diretas entre povos no mundo contemporâneo e povos na antiguidade, o que só foi possível porque estes foram encarados como “distintos e estáveis, unidades socioculturais objetivamente identificáveis”. Todavia, explica Geary, os povos da Europa “sempre foram muito mais fluidos, complexos e dinâmicos do que imaginam os nacionalistas modernos”, de modo que nomes dos povos “podem soar familiares após mil anos, mas as realidades sociais, culturais e políticas encobertas por esses nomes eram radicalmente diferentes do que são hoje”. Trata-se de um uso político da história com repercussões políticas no presente. É o caso das reivindicações políticas sobre territórios, o que se faz com base na noção ideológica de “aquisição primária” (Geary, 2005, p. 22-4). A mais significativa dessas repercussões, base para todas as demais, é a própria ideia de nação. Geray é assertivo a esse respeito: “o nacionalismo pode fabricar a própria nação” (Geary, 2005, p. 30).

Assim, apesar de o par ancestralidade-descendência atravessar o imaginário nacionalista – antes do século XIX, unindo elites estamentais contemporâneas e ancestrais e deixando de fora os subalternos, e, no século XIX, unindo todas as camadas sociais em um único “povo” (Geary, 2005, p. 31-2) –, o nacionalismo não o descreve, pois não há uma

realidade a ser descrita. Da ótica desse par conceitual, o nacionalismo, em sintonia com o que ensina Foucault, cumpre sobretudo uma função normativa – a de impor a nação a um conjunto de indivíduos – de fundo biológico. Revelador da caducidade desse par é o fato de, na Europa de hoje, parte da extrema-direita – sobretudo a que tem em suas bases filhos de imigrantes – tê-los deixado de lado, dando lugar às "tradições culturais" e aos "valores".

Afastada a ancestralidade, para uma tentativa de captura da função descritiva das ideias nacionalistas, recorrerei a *Comunidades imaginadas* (1983), de Benedict Anderson, um clássico nos estudos contemporâneos sobre o nacionalismo. É bastante conhecida a tese da nação como "comunidade política imaginada", ainda que seu complemento por vezes passe despercebido: "imaginada como sendo intrinsecamente limitada e, ao mesmo tempo, soberana" (Anderson, 1991, p. 32). De todo modo, o mais comum entre os intérpretes do nacionalismo que recorrem a Anderson é tomar as três noções ("imaginada", "intrinsecamente limitada" e "soberana") como as componentes elementares da nação, o que levou muitos a enfatizar, talvez em demasia, a nação como representação, deixando de lado sua materialidade. Na contramão dessa tendência, penso que, para a conformação da realidade descrita pelo nacionalismo, as três são insuficientes quando separadas da noção de "comunidade". É sobre esta que quero me deter.

Ao justificar o emprego de "comunidade", Anderson escreve: "[a nação] é imaginada como uma *comunidade* porque, *independentemente da desigualdade e da exploração efetivas que possam existir dentro dela*, a nação sempre é concebida como uma profunda camaradagem horizontal" (Anderson, 1991, p. 34, o destaque é meu)[2]. A passagem tem sua dificuldade. Ela dá a entender que a dita camaradagem ou, como aparecerá na sequência, a "fraternidade" terá lugar com ou sem desigualdade e exploração, e, havendo essas duas, sob qualquer configuração concreta: assim, mesmo em contextos marcadas pela desigualdade e exploração extremas, a "fraternidade" estaria presente. Não nos é familiar?

Apenas esse trecho sugere que, desde que esteja presente a "fraternidade", independentemente do que isso signifique e pelas razões que houver, toda e qualquer formação histórica seria descrita de maneira verossímil pelo conceito de "nação". Assim, apesar de a "fraternidade" sob a extrema desigualdade e a "fraternidade" sob a absoluta igualdade nada terem de comum a não ser o nome – este não passaria de uma casca oca, vazia –, sua mera presença seria suficiente para atestar que as ideias nacionalistas descrevem a realidade, inclusive em países profundamente desiguais.

Ainda que empobrecedora, essa é sem dúvida uma leitura possível da tese veiculada por Anderson, mas não é a única. Para uma outra leitura, ajuda em particular a passagem a seguir, na qual Anderson aborda o

“modelo” de Estado nacional que, segundo ele, estava pronto para ser copiado por outros no começo do século XIX:

“Mas, exatamente por ser um modelo conhecido na época, ele *impunha certos ‘padrões’ que impossibilitavam desvios muito acentuados*. Mesmo a pequena nobreza atrasada e reacionária da Hungria e da Polônia tinha dificuldade em não armar um vasto espetáculo de ‘convites’ aos seus compatriotas oprimidos (mesmo que fosse só para a cozinha). Digamos que era a lógica da ‘peruanização’ de San Martín que estava em funcionamento. Se os ‘húngaros’ mereciam um Estado nacional, *isso então significava os húngaros, todos eles*; significava um Estado em que o locus último da soberania *tinha de ser a coletividade que falava e lia húngaro*; *e significava também, no devido tempo, o fim da servidão, o fomento da educação popular, a ampliação do direito de voto, e assim por diante.* Dessa maneira, o caráter ‘populista’ dos primeiros nacionalismos europeus, mesmo quando liderados demagogicamente pelos grupos sociais mais retrógrados, foi mais profundo do que os americanos: *a servidão tinha de sumir, a escravidão legal era inimaginável – quando menos porque o modelo conceitual assim o exigia irretorquivelmente*” (Anderson, 1991, p. 125-6, os destaques são meus).

Se levarmos a sério a passagem, inclusive o “assim por diante”, a coisa muda de figura. Com base nela, considero que quando Anderson estabelece como requisito da nação a existência de uma “camaradagem horizontal” “independentemente da desigualdade e da exploração efetivas que possam existir dentro dela”, ele estabelece as condições para que faça sentido se falar em nação e, por extensão, em nacionalismo – ou seja, para que nação e nacionalismo cumpram alguma função, qualquer que seja –, não as condições para que ambas cumpram uma função especificamente descritiva. Para que as ideias nacionalistas descrevam uma realidade, como depreendo da passagem, é necessário que se observem certos “padrões”, os quais não permitem “desvios muito acentuados”, e que *em última instância implicam na universalização de direitos*. Nesses termos, a “fraternidade” parece ganhar um conteúdo próprio, específico, à luz do qual podemos suspeitar por que tenha sido justamente ela a esquecida entre as três ideias revolucionárias irmãs (ao mesmo tempo em que a igualdade era reduzida a sua dimensão formal).

Sabemos que a universalização de direitos e a conquista de uma situação de relativo bem-estar das camadas subalternas em países da Europa ocidental e em alguns casos fora dessa região foi resultado muito mais de um longo processo de lutas de trabalhadores e seus aliados do que um benefício concedido por aqueles situados no topo estamental. É provável que as ideias nacionalistas tenham ocupado a função de arma política dos subalternos, até poderem cumprir uma função descritiva da realidade, o que, como sabemos, deu-se de maneira descontínua historicamente. Mas é igualmente certo que o o Anderson chama de modelo nacionalista teve peso, assim como teve peso o aparecimento, no século XX, do Estado do bem-estar social, *criando um novo referencial ou padrão de direitos*

individuais, sociais e humanos, em que o fim da servidão e o direito de voto já não eram suficientes.

Dito isso, para que as ideias nacionalistas descrevam uma realidade histórica, é necessário, além da soberania e da limitação territorial, a existência não de qualquer "camaradagem horizontal" ou "fraternidade" (Anderson) ou "comunhão de interesses" (Geary), mas daquela que *só pode ter lugar onde haja direitos universais* – e, não menos importante, *onde os direitos sejam efetivos*, não apenas previstos em lei. Não gastarei tinta para justificar e explicar que tal não é o caso brasileiro. Em vista dos direitos e do relativo bem-estar que os subalternos usufruem em algumas partes do mundo *há algumas décadas* – bem ou mal, apesar do neoliberalismo, o Estado do bem-estar social ainda existe em alguns países –, não deveriam parecer despropositadas as ideias nacionalistas entre nós quando contrastadas com essas mesmas ideias naquelas partes? A pergunta pressupõe que estas deveriam se impor sobre aquelas, atestando-lhes o desacerto, mas não é o que ocorre. E como há ainda o risco de *a pergunta* soar despropositada, é preciso ver que, nesse caso, o despropósito é revelador da familiaridade que temos com uma ideia de "povo", de "nação" e de "pátria" que convive bem com uma abissal desigualdade, com níveis de pobreza alarmantes e com a violência cotidiana. No limite, pode-se "amar a pátria", "ter orgulho de ser brasileiro" e endereçar "carta à nação" e, ao mesmo tempo, nutrir desprezo e ódio por parte (majoritária) do "povo"[3]. A incoerência, apesar de patente, não é sentida nem percebida. Como explicá-lo?

Minha hipótese é de que semelhante percepção e sentimento são possíveis porque, diferentemente das ideias do liberalismo, que *por si mesmas* impõem um programa político – tal é a vocação de todo liberalismo, político ou econômico –, as ideias nacionalistas só impuseram aqueles "padrões" de que Anderson fala por razões que têm menos a ver com as ideias *em si* do que com o contexto histórico em que elas surgiram e se desenvolveram e com a maneira como indivíduos e grupos as mobilizaram segundo tradições e condições locais. Em alguns casos, tais ideias deram um conteúdo tal à "fraternidade" que se tornaram ao fim e ao cabo descritivas. Penso ser esse o caso da experiência do *Front Populaire* na França dos anos 1930, para ficar em um exemplo apenas. Todavia, ideias nacionalistas não são *por si mesmas* vocacionadas a nenhum programa político. Isso permite que se possa falar em "povo", "nação" e "pátria", e que se possa ser "nacionalista" e "patriota" sob um chão histórico profundamente desigual e explorador e sem que se plante qualquer germe de mudança. Em sentido inverso, também possibilita que as esquerdas adotem a semântica nacionalista com a esperança de a ela colar um programa de mudanças. Em suma, a ausência de pressões *vindas dessas ideias* possibilitou que elas circulassem por aqui sem causar maiores ruídos quanto a sua função. Algo semelhante pode ter ocorrido nos Estados Unidos[4].

Mas isso não é tudo. Ao tratar das ideias liberais, Schwarz sustenta, como

mostrei acima, que o funcionamento europeu do liberalismo, “com sua dimensão realista, se impõe, decretando que os demais funcionamentos são despropositados”. Se o mesmo não ocorre com as ideias nacionalistas, se todas as formas assumidas pelas ideias nacionalistas parecem realistas, onde então localizar a hegemonia? Nesse caso, a hegemonia não está com os europeus, onde, como creio, a despeito de todas as contradições e tensões, as ideias nacionalistas ainda descrevem a realidade; ela parece estar dispersa: diferentes tipos de funcionamento, fusionando tradições locais com ideias de circulação internacional, parecem ser de igual maneira propositados. Em termos menos abstratos, se olharmos para as ideias nacionalistas no Brasil atual, da esquerda à direita, tais ideias e seu emprego parecem todas propositadas. Se olharmos para outros países, possivelmente veremos o mesmo. Se assim é, seria supérfluo falar em hegemonia. Esta teria se esvanecido. Não creio, contudo, que seja esse o caso.

Se nos perguntarmos que funções cumprem as ideias nacionalistas no Brasil, diferentes funções estão no páreo, muitas delas em baixa se olharmos para seu percurso histórico. Assim, creio que as ideias nacionalistas tomadas como projeto político, no sentido de se levar adiante algo como um “projeto de nação”, é algo que está em baixa, como parece estar em baixa a nação e o nacionalismo como mero ornamento – é sintomático que “descendente de italiano” já tenha virado piada. Outras funções podem ter lugar. Todavia, com Marilena Chaui, considero haver uma função por excelência que as ideias nacionalistas cumprem entre nós, uma função a um só tempo ideológica e normativa:

“Mesmo que não contássemos com pesquisas, cada um de nós experimenta no cotidiano a forte presença de uma representação homogênea que os brasileiros possuem do país e de si mesmos. Essa representação permite, em certos momentos, crer na unidade, na identidade e na indivisibilidade da nação e do povo brasileiros, e, em outros momentos, conceber a divisão social e a divisão política sob a forma dos amigos da nação e dos inimigos a combater, combate que engendrará ou conservará a unidade, a identidade e a indivisibilidade nacionais” (Chaui, 2013b, p. 149).

A imagem de um povo coeso, uno, indiviso e em perigo apenas confirma o que essa mesma imagem tenta a todo custo afastar: como todo e qualquer “povo”, também nós somos divididos, isto é, somos atravessados por tensões sociais e conflitos políticos. E como o Brasil é um dos países mais desiguais do mundo, o atravessamento é agudo por aqui. *Para lidar com isso que somos*, a ideologia nacionalista lança mão de uma imagem do que parecemos ser, de como nos vemos e de como representamos a nós mesmos. A imagem em questão, de que são emblemáticos bordões como “povo pacífico e ordeiro” e “cidadão de bem”, garante que as divisões sejam representadas quase como uma patologia. Especialmente emblemático é o bordão “meu partido é o Brasil”: em um só movimento nega-se o que se afirma (a indivisão) e afirma-se o que se nega (a

divisão) porque a divisão é simplesmente *pressuposta*. Reconheço que uma tal imagem parece excessiva, como notou certa vez Paulo Arantes, e de fato ela é excessiva e vulgar, o que não impede que ela exista como tal e que, como ela, indivíduos e grupos que dela se alimentam e reciprocamente a alimentam de volta sejam igualmente excessivos em seus pensamentos, discursos e ações. O excesso é, aliás, adequado em um contexto no qual a violência é o ar que se respira.

É certo que essa função convive com outras, e é compreensível se na experiência individual ela não pareça predominar. Todavia, é essa função que, conformando uma série de mecanismos de controle social, garante a relativa estabilidade e continuidade do que em si mesmo é instável porque violento. Em poucas palavras, no Brasil as ideias nacionalistas cumprem centralmente a função de classificar para regrar, enquadrar, sujeitar, criminalizar e incriminar. Tal é a base de nossa *identidade nacional*, ainda que, na superfície, esta se apresente de maneira muito mais amigável, sem uma tal base – o que é favorecido por discursos padronizados, experiências prosaicas e, sobretudo, pela ingênua crença de que a identidade, resumindo-se ao prosaico, seria fruto apenas e tão somente de escolhas inofensivas[5]. Na contramão, e até para dar a gênese desse senso comum, Chaui vê nas ideias nacionalistas uma "forma autoritária de pensar" com profundo enraizamento social (Chaui, 2013a, p. 35), e, na mesma direção, mostra que a "fraternidade" a que Anderson faz alusão opera, aqui, através do tripé carência, favor e privilégio[6].

Como "forma autoritária de pensar", as ideias nacionalistas são partilhadas, mas não igualmente por todas as partes, e aqui penso residir a hegemonia: primeiro porque fusionam o local a ideias de circulação internacional, e o circuito internacional possui assimetrias, inclusive materiais, de que as ditas ideias são uma expressão – tal é a "dupla inscrição" das ideias nacionalistas entre nós (Schwarz, 2012, p. 168-9)[7]; segundo, e remetendo-me especificamente ao Brasil, porque a esquerda não pode partilhar da ideia de que a divisão social seja uma patologia, sob pena de deixar de ser esquerda. (Essa especificidade talvez explique por que soe estranho para nós que as lutas emancipatórias em outros países sejam atravessadas pelo nacionalismo, como no caso catalão). É certo que o emprego de noções como "povo" e "nação" não necessariamente leva à negação da divisão e do conflito, mas tampouco favorece entre nós sua afirmação (opostamente do que ocorre em outras partes, como em Cuba[8]); já o uso sistemático e ostensivo do discurso nacionalista ou do "verde-amarelismo" (Chaui) pela direita alimenta a negação, e, mais do que as ideias em si, é o uso que se faz de ideias em contextos específicos e os resultados desse uso o que importa. O ponto é que, ainda que a esquerda historicamente as dispute, as ideias nacionalistas tendem, no Brasil, como em muitos outros países, a ser hegemonizadas pela direita.

A questão do nacionalismo na esquerda deu e ainda dá o que falar, embora bem menos do que no passado[9]. Hoje, mesmo agrupamentos trotskistas, que no passado rejeitavam as ideias nacionalistas mais por

decoro dogmático do que por uma leitura da realidade, parecem tê-las adotado. O esforço de todos, claro, é converter as ideias nacionalistas em arma política: ressignificar a “nação” e o “povo” para tornar real a mal prometida fraternidade, isto é, universalizar direitos e o bem-estar. Independentemente de ser essa uma boa ou má estratégia – o que considero incerto –, o que mereceria ser melhor examinado é o fato de predominar largamente na esquerda, e não é de hoje, a percepção de que as ideias nacionalistas descrevem a realidade brasileira: há um povo, há uma nação.

Essa percepção entre as esquerdas não é nova, mas parece ter se fortalecido nos últimos anos. Uma hipótese (não exclusiva) que penso merecer consideração, e que poderia embasar novas pesquisas, é que a emergência da identidade como categoria central de reflexão desencadeada pelo pós-estruturalismo nos anos 1970, e que ganhou um reforço extraordinário nas duas últimas décadas – e a viva adesão das esquerdas –, implicou em uma mudança de fundo na maneira pela qual a realidade é sentida, percebida e pensada, de que é índice uma “argumentação essencialista”:

“O problema é que ‘nação’, ‘raça’ e ‘identidade’ são usados analiticamente, por bastante tempo, mais ou menos como eles são usados na prática, de uma maneira implícita ou explicitamente reificada, de uma maneira que implica ou afirma que ‘nações’, ‘raças’ e ‘identidades’ ‘existem’ e que pessoas ‘têm’ uma ‘nacionalidade’, uma ‘raça’, uma ‘identidade’” (Brubaker e Cooper, 2000, p. 274)**[10]**.

Desconfio que a maior adesão das esquerdas às ideias nacionalistas, não apenas por aqui, seja um efeito dessa mudança, ainda que não exclusivamente dela. Trata-se de uma tendência global com repercussões imediatas no Brasil, mas especialmente favorecidas, aqui, *no contexto* dos governos Lula e Dilma.

Por isso, a reflexão sobre a emergência do bolsonarismo como reação ao momento aberto em 2002 não pode deixar de capturar e explorar os curto-circuitos conceituais nela envolvidos: numa mão, o bolsonarismo acusa as esquerdas de não nacionalistas, quando na verdade elas o são; em outra, acusa as esquerdas de identitárias, quando ele próprio, bolsonarismo, não é menos identitário do que as esquerdas. Nesse quesito, o bolsonarismo não inova em relação a seus pares da extrema-direita internacional, apenas atesta com maior nitidez, dado o chão social em que atua, o conteúdo não superficial das ideias que veicula.

7 de setembro

Como todos os anos, o 07 de setembro é uma ocasião para um uso político da história que a perverte e falseia, uma pseudo-história que, no entanto, costumamos encarar com desdém e até alguma graça, como se se tratasse de uma comédia. Não por acaso é este o momento oportuno

para os militares aparecerem publicamente, com gestos discursivos ritualizados e que já agora parecem inofensivos. Neste ano de 2021, contudo, anunciou-se que ocorreria algo além da velha e ridícula ostentação retórica da identidade nacional. Falou-se até de insubordinação nos quartéis e de adesão em massa de militares aos atos convocados por Bolsonaro em seu "ultimato". O que efetivamente teve lugar, deixo para outros analisarem. Apenas registro que Bolsonaro não dividiu a sociedade nesse 07 de setembro; a sociedade brasileira é dividida e o que se passou nesse dia foi expressão da divisão, que o bolsonarismo, como mais nova expressão da velha ideologia nacionalista da indivisão, luta para camuflar.

Ainda considero improvável que haja golpe no curto prazo, embora eu não tenha dúvida de que esse seja o desejo de alguns; improvável ou não, é inegável que os espíritos estão sendo insuflados e que e o sentimento golpista tende a crescer no contexto eleitoral de 2022 e, a depender dos resultados, tenderá a crescer ainda mais a partir de 2023. Sobretudo, independentemente do que acontecer nos próximos meses, a atual circulação de discursos e afetos golpistas deixará marcas no médio e no longo prazo. Nada impede que os piores efeitos do golpismo em marcha apareçam apenas no futuro distante, com outros atores, o que não é menos preocupante. Em suma, não é preciso ser historiador para saber que o que hoje parece improvável pode se tornar provável amanhã. E não é preciso ser analista político para saber que, qualquer que seja o tempo e a forma do golpismo, o discurso golpista se voltará contra os "inimigos da nação".

O ponto é que há sinais contundentes de um reforço na função normativa do ideário nacionalista, um reforço tal que parece visar não a norma, mas a exceção. Por essa razão, somos tentados a ler este reforço como tendo origem na aspiração a ditador de Bolsonaro, quando na verdade tudo indica tratar-se de um reforço *social*, que transcende em muito um indivíduo apenas, por mais relevante que seja o papel desse indivíduo na atual conjuntura e por mais real que seja essa sua aspiração[11]. Quais serão os desdobramentos desse reforço? Justamente porque não há fatalismo em história, enxergar nas instituições a garantia de que não haverá golpe ou um recrudescimento do autoritarismo é uma atitude no mínimo imprudente. *Não há garantia*. Os sistemas político e jurídico, aos quais uno a mídia, possuem autonomia apenas relativa em relação à sociedade, e a sociedade brasileira, porque recortada por desigualdades sobre desigualdades, é especialmente dinâmica[12].

Há maior prova de dinamismo do que a ascensão de Bolsonaro? Há apenas dez anos um parlamentar isolado e folclórico – lugar no qual ele permaneceu por mais de duas décadas –, ele viu uma brecha política *com lastro social* e foi oportunista o suficiente para ocupá-la e se tornar o que é hoje: expressão – vale reiterar, não insubstituível – de uma parcela *considerável* da sociedade brasileira, da qual parte *não desprezível* é fascista ou tem inclinações fascistas. Nessa nova

conjuntura, torna-se ainda mais arriscado transitar no campo minado das imagens essencializadas de “um povo” e de “uma nação”, em nome de quem tudo é permitido e quaisquer ações se convertem em dever.

***Antônio David** *é historiador e professor na Escola de Comunicação e Artes da USP*.

Versão modificada do texto publicado no *Boletim do GMARX*, Ano 2, nº. 30.

Referências

Anderson, B. *Comunidades Imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. Tradução Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

Brubaker, R., & Cooper, F. (2019). “Para além da ‘identidade’”. *Antropolítica,* nº 45, 2018, p. 266-324. Disponível em <**https://periodicos.uff.br/antropolitica/article/view/42005**>.

Chaui, M. (2013a). *Contra a servidão voluntária*. Homero Santiago (org). Belo Horizonte: Autêntica Editora | Editora Fundação Perseu Abramo, 2013.

_____ (2013b). *Manifestações ideológicas do autoritarismo brasileiro*. André Rocha (org). Belo Horizonte: Autêntica Editora | Editora Fundação Perseu Abramo, 2013.

Geary, P. *O mito das nações. A invenção do nacionalismo*. Tradução Fábio Pinto. São Paulo: Conrad, 2005.

Gonçalves, J. F. (2017), “Revolução, voltas e revesas. Temporalidade e poder em Cuba”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 32, nº 93, 2017. Disponível em <**https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/jmvmQNJZd4zDFFBhQLCfpYQ/?lang=pt**>.

Gonçalves, J. R. S. “O mal-estar no patrimônio: identidade, tempo e destruição”. *Estudos Históricos*, vol. 28, nº 55, jan.-jun. 2015, p. 211-28. Disponível em <**https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/55761**>.

Guimarães, A. S. A. “Democracia racial também foi bandeira de luta de negros, diz professor da USP”. *Folha de S. Paulo*, 24 jul. 2021. Disponível em <**https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2021/07/democracia-racial-tambem-foi-bandeira-de-luta-de-negros-diz-professor-da-usp.shtml**>.

_____. “Depois da democracia racial”. *Tempo Social*, vol. 18, no 2, nov. 2006, 269-87. Disponível em <**https://www.revistas.usp.br/ts/article/view/12525**>.

Schwarz, R. (2012). “Por que ‘ideias fora do lugar’?”. In: *Martinha versus Lucrécia: ensaios e entrevistas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012, p. 165-72.

Thompson, E. P. “Algumas observações sobre classe e ‘falsa consciência’”. In: *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Antônio Luigi Negro e Sérgio Silva (Org.). 2ª edição. Campinas: Editora da UNICAMP, 2012, p. 269-81.

Vesentini, Carlos Alberto; de Decca, Edgar Salvadori. “A revolução do vencedor”. *Contraponto*, ano 1, nº 1, nov. 1976, p. 60-71.

Notas

[1]Vale a ressalva: pode ocorrer tanto de, nos contextos em que surgem, ideias não descreverem a realidade, o que não impede que cumpram outras funções, como de ideias importadas descreverem a realidade no novo

contexto – é o que se espera da pesquisa em humanidades –, o que igualmente não impede que cumpram outras funções além da função descritiva, como é comum ocorrer quando transitam do debate acadêmico para o debate público. É preciso então ver caso a caso. Exemplo da primeira situação é o conceito de "democracia racial": surgido no Brasil no contexto do Estado Novo, há um amplo consenso hoje entre acadêmicos, no movimento negro e em outros âmbitos de que o conceito nunca descreveu a realidade brasileira, antes cumpriu uma função ideológica de mascaramento da realidade. Todavia, o sociólogo Antônio Sérgio Guimarães sustenta que, até o golpe de 1964, o conceito cumpriu outras funções além da reconhecida função de "mito" ou "ilusão". Ele dá destaque ao estabelecimento de um "compromisso político" ou "compromisso democrático" (ainda que limitado), com efeitos práticos em termos de "integração do negro à sociedade de classes" – a expressão, por ele empregada, é de Florestan Fernandes –, e cujos pressupostos teriam sido em parte rompidos pelo regime militar. Finalmente, segundo Guimarães, o conceito teria sido ainda apropriado como bandeira de luta dos movimentos antirracistas no Brasil, aspecto menos ressaltado no artigo aqui referido e mais em entrevista à Folha de S. Paulo. Cf. Guimarães, 2016; Guimarães, 2021.

[2]Tratando da identidade nacional antes do século XIX, Geary oferece indiretamente os contornos do nacionalismo oitocentista: "Nem mesmo uma identidade nacional comum unia o abastado e o necessitado, o senhor e o camponês, em uma forte comunhão de interesses" (Geary, 2005, p. 31). A "forte comunhão de interesses" que atravessa toda a sociedade, de cima a baixo, parece afim à noção de "camaradagem horizontal".

[3]Não é demais a ressalva de que o problema aqui discutido não se *reduz* a antagonismos de classe, embora este seja um componente central.

[4]O fato de direitos terem sido conquistados ao longo de décadas com base na décima quarta emenda – cujo conteúdo comumente é evocado para se justificar a *existência* de um "povo" e de uma "nação" –, apenas confirma que a cidadania formal é insuficiente e que *seu conteúdo efetivamente muda* quando direitos são conquistados. Com ela, muda também a própria percepção de "povo" e "nação". Ainda assim, considero que também nos Estados Unidos as ideias nacionalistas não descrevem a realidade, haja vista a naturalidade com que por lá são encaradas a pobreza, a desigualdade e formas de violência cotidiana.

[5]Tratando de identidade, Foucault declara: "a identidade é uma das primeiras produções do poder, desse tipo de poder que conhecemos em nossa sociedade. Eu acredito muito, com efeito, na importância constitutiva das formas jurídico-político-policiais de nossa sociedade. Será que o sujeito, idêntico a si mesmo, com sua historicidade própria, sua gênese, suas continuidades, os efeitos de sua infância prolongados até o último dia de sua vida etc., não seria o produto de certo tipo de poder que se exerce sobre nós nas formas jurídicas e nas formas policiais recentes? É necessário lembrar que o poder não é um conjunto de mecanismos de negação, de recusa, de exclusão. Mas, efetivamente, ele produz. Possivelmente produz até os próprios indivíduos" (Foucault apud Gonçalves, 2015, p. 213). Ainda que considere fértil a acepção foucaultiana, prefiro pensar, com Sartre, que o indivíduo é produto de uma síntese entre o poder que o subjuga (em um dado contexto e sob dadas circunstâncias) e as escolhas que faz, sempre atravessadas por esse poder e por sua história de vida.

[6]Chaui abordou o assunto de maneira sistemática e exaustiva em vários textos, reunidos na coletâneas aqui referidas. Nestes trabalhos, tendo-se baseado em pesquisas de cientistas sociais e historiadores no campo dos estudos subalternos e da História Social do Trabalho, em particular no trabalho sumarizado no artigo de Vesentini e de Decca, a autora acentua a produção *social* da ideologia da indivisão, dando ênfase ao autoritarismo no seio da própria sociedade. Cf. Chaui, 2013a; Idem, 2013b; Vesentini & de Decca, 1976.

[7]Com o pano de fundo que Anderson e Chaui oferecem, torna-se irônico o uso que fazemos das ideias nacionalistas em face do uso que se faz dessas mesmas ideias em países onde fazer parte do "povo" e da "nação" garante aos indivíduos um status, em termos de dignidade social, que não se verifica por aqui. Ao mesmo tempo, longe de ser um uso pitoresco, mas *expressão de uma tendência global*, o nacionalismo entre nós ironiza de volta esses usos propositados, revelando-lhes a superficialidade e a precariedade, uma tal precariedade que na Europa ocidental a extrema-direita nacionalista segue crescendo e acumulando vitórias. Sobre as duas ironias, cf. Schwarz, 2016, p. 169.

[8]Uma das razões pelas quais tenho reservas à sofisticada e competente leitura realizada por João Felipe Gonçalves acerca do nacionalismo em Cuba é o fato de a ideologia do regime cubano reconhecer e explorar a divisão de classes e de, por conseguinte, fazer um uso (paradoxal) das noções de "povo" e de "nação" que *explicitamente* envolve a divisão – na ideologia do regime, esta não é *pressuposta*, mas *posta*. Cf. Gonçalves, 2017.

[9]Um momento marcante do debate nas esquerdas na história recente do Brasil, e que na ocasião gerou acirradas controvérsias, foi o estabelecimento da "estratégia democrático-popular" no âmbito do Partido dos Trabalhadores (PT) no início dos anos 1990, a partir do qual o sujeito privilegiado desloca-se gradativamente da "classe" ao "povo", até completar-se no contexto da campanha presidencial de 2002. A "Carta ao Povo Brasileiro" (2002) simbolizou de maneira emblemática esse ponto de chegada.

[10]Como Brubaker e Cooper não falam de "classe", cabe notar que ainda nos anos 1970, na contramão da tendência do momento, Thompson criticou a essencialização do conceito de "classe", com frequência tomada

numa chave anistórica. Cf. Thompson, 2012.

[11]Acredito que pesquisas etnográficas que por ventura tenham sido ou estejam sendo realizadas no universo do bolsonarismo venham a ser particularmente reveladoras quando publicadas.

[12]Ademais, porque sua autonomia é apenas relativa em relação à sociedade (na qual a democracia não é predominantemente tida como um valor absoluto e universal) e porque em seu interior há interesses específicos (idem), os sistemas político e jurídico e a mídia não são imunes a atuar como vetores do golpismo e do autoritarismo – o caso de monta mais recente foi impeachment de 2016, de escandaloso casuísmo. Trocando em miúdos, se hoje predomina a oposição a Bolsonaro nessas entidades, *nada garante* que amanhã não predomine nelas o golpismo. Eis mais uma razão para que tenhamos uma atitude cética diante do argumento, recorrentemente veiculado, da "solidez das instituições".

2022

Os desafios do continente latino-americano

14/04/2022 - https://aterraeredonda.com.br/os-desafios-do-continente-latino-americano/

Por **JOSÉ LUÍS FIORI***

Prevalece a consciência de que as políticas neoliberais não conseguem atender à necessidade de um desenvolvimento econômico acelerado, nem muito menos a urgência da eliminação da miséria e redução da desigualdade social

> "Qualquer país ou povo que se comporte bem, pode contar com nossa amizade cordial. Se a nação demonstra que ela sabe agir com razoável eficiência e decência nos assuntos sociais e políticos, se ela sabe manter a ordem e paga suas dívidas, ela não precisa ter medo da interferência dos Estados Unidos. Um mau comportamento crônico, ou uma impotência que resulte no afrouxamento dos laços de civilidade social, podem requerer, na América ou em qualquer outro lugar do mundo, a intervenção de alguma nação civilizada, e no caso do Hemisfério Ocidental, a adesão dos Estados Unidos à Doutrina Monroe, pode forçar os Estados Unidos a exercer um poder policial internacional, mesmo que seja relutantemente" (Theodor Roosevelt, discurso feito no Congresso Americano, em 6 de dezembro de 1904. In: Pratt, W. J. *A History of United States Foreign Policy*, p. 417).

Ao começar a terceira década do século XXI, a esquerda e as forças progressistas estão sendo chamadas de volta ao governo de vários países importantes da América Latina. O caso mais recente é o do Chile, com a vitória e a posse do jovem presidente Gabriel Boric – no dia 11 de março de 2022 – liderando uma coalizão de forças que reúne todos os velhos partidos e as novas organizações da esquerda chilenas. Algo sem precedentes na história de uma país que se caracteriza por sua extraordinária inventividade política, desde os tempos do seu governo de Frente Popular, na década de 1930.

Mas antes de Boric, as forças progressistas latino-americanas já haviam vencido as eleições e assumido o governo no México, Argentina, Bolívia, Peru e em Honduras. **E o mais provável é que essa tendência se confirme no Brasil, e até mesmo na Colômbia, nas próximas eleições presidenciais de 2022, num momento em que cresce em todo o continente latino-americano a consciência de que as políticas neoliberais não conseguem atender à necessidade de um desenvolvimento econômico acelerado**, nem muito menos a urgência da eliminação da miséria e redução da desigualdade social. É um momento também em que se aguça a consciência de que o velho modelo nacional-desenvolvimentista esgotou seu potencial, depois de completar a agenda da Segunda Revolução Industrial e perder o apoio norte-americano no final dos anos 1970.

Assim mesmo, não existe uma resposta fácil, nem uma solução simples para a atual crise da América Latina. Nesse contexto, a América Latina precisa se repensar radicalmente para poder redefinir sua estratégia de desenvolvimento, tendo clara sua localização geográfica e sua posição hierárquica dentro do "hemisfério ocidental", onde a potência dominante foi sempre os Estados Unidos, apoiados pela Grã-Bretanha, desde o momento da formulação da Doutrina Monroe, em 1823.

Depois da Segunda Guerra Mundial e até a década de 1970, os Estados Unidos patrocinaram na sua "zona de influência" um projeto de tipo "desenvolvimentista" que prometia rápido crescimento econômico e modernização social, como caminho de superação do subdesenvolvimento latino-americano. Mas depois da sua crise dos anos 1970, e em particular na década de 1980, os norte-americanos mudaram sua estratégia econômica internacional e abandonaram definitivamente seu projeto e patrocínio desenvolvimentista.

Desde então, passaram a defender, *urbe et orbi,* um programa econômico de reformas e políticas neoliberais conhecido pelo nome de "Consenso de Washington", que se transformou no núcleo de sua retórica vitoriosa depois do fim da Guerra Fria**. Um programa que combinava a defesa do livre-mercado com a desregulação financeira e a desestatização das economias que haviam seguido o programa desenvolvimentista coordenado pelo Estado**. Isto aconteceu nas décadas de 1980 e 1990 do século passado, quando o neoliberalismo se transformou no pensamento hegemônico de quase todos os partidos e governos da América Latina, incluindo os partidos socialistas e social-democratas. Mais à frente, na segunda década do século XXI, os Estados Unidos radicalizaram ainda mais suas propostas globalitárias voltadas

para sua periferia latina e mundial, agora já com viés golpista e autoritário, e sem nenhum tipo de horizonte social ou promessa de um futuro com maior grau de maior justiça e igualdade.

O fracasso dessa nova rodada ultraliberal é que explica em grande medida a volta da esquerda ao governo de alguns dos principais países do continente latino-americano. Uma boa hora para reler, analisar e repensar a história de longo prazo da esquerda e de suas experiências de governo na América Latina.

De forma muito sintética, pode-se afirmar que tudo começou com a proposta revolucionária do Plano Ayala, apresentado em 1911 pelo líder camponês da Revolução Mexicana, Emiliano Zapata. Zapata propunha a coletivização da propriedade da terra e sua devolução à comunidade dos índios e camponeses mexicanos. Zapata foi derrotado e morto, mas seu programa agrário foi retomado alguns anos depois pelo presidente Lázaro Cárdenas, um militar nacionalista que governou o México entre **1936 e 1940** e criou o Partido Revolucionário Institucional (PRI), que governou o país durante quase todo o século XX.

O governo de Cárdenas fez a reforma agrária, estatizou as empresas estrangeiras produtoras de petróleo, criou os primeiros bancos estatais de desenvolvimento industrial e de comércio exterior da América Latina, investiu em infraestrutura, fez políticas de industrialização e proteção do mercado interno mexicano, criou uma legislação trabalhista, tomou medidas de proteção social dos trabalhadores e exercitou uma política externa independente e anti-imperialista.

O fundamental dessa história, no entanto, para a esquerda latino-americana, é que esse programa de políticas públicas do governo de Cárdenas se transformou, depois dele, numa espécie de denominador comum de vários governos – “nacional-populares” ou “nacional-progressistas” – como foi o caso de Perón, na Argentina; de Vargas, no Brasil; de Velasco Ibarra, no Equador; e de Paz Estensoro, na Bolívia. Nenhum deles era socialista, comunista ou social-democrata, nem mesmo de esquerda; e no caso argentino, +teve até mesmo um forte componente direitista, mas suas propostas políticas e posições no campo da política externa se transformaram numa espécie de paradigma básico que acabou sendo adotado e apoiado por quase toda a esquerda reformista latino-americana, pelo menos até 1980.

Em grandes linhas, foram esses mesmos ideais e objetivos que inspiraram a revolução camponesa boliviana de 1952; o governo democrático de Jacobo Arbenz, na Guatemala, entre 1951 e 1954; a primeira fase da revolução cubana, entre 1959 e 1962; o governo militar reformista do general Velasco Alvarado, no Peru, entre 1968 e 1975; e o próprio governo de Salvador Allende, no Chile, entre 1970 e 1973. No caso de Cuba, entretanto, a invasão de 1961 e as sanções americanas apressaram a opção socialista, levando o governo de Fidel Castro à coletivização da terra e a estatização e planejamento central da economia. O mesmo modelo que orientaria, mais tarde, a primeira fase da

revolução sandinista da Nicarágua, de 1979, e o próprio “socialismo do século XXI”, proposto originalmente pelo ex-presidente da Venezuela, Hugo Chávez.

Hoje, entretanto, o continente latino-americano soma muitos desses desafios e projetos do passado que ainda não foram realizados, com uma nova agenda de problemas impostos pelas transformações econômicas e geopolíticas do sistema internacional, depois do fim da Guerra Fria, mas em particular nas duas primeiras décadas do século XXI, quando a China se transformou na segunda maior potência econômica do mundo e passou a ter papel econômico central como grande compradora das economias exportadoras latino-americanas, e quando a Rússia voltou a ocupar seu lugar como segunda maior potência militar do mundo, com uma presença cada vez mais ativa como fornecedora de armamento e suporte logístico e militar para vários governos da América Latina.

Nesse novo contexto mundial e latino-americano, uma coisa segue sendo verdadeira: a viabilidade futura de uma alternativa latino-americana mais autônoma e soberana seguirá dependendo muitíssimo das escolhas feitas pelo Brasil, que está neste momento tão ou mais dividido que o resto do continente, entre duas grandes alternativas político-ideológicas e econômicas que transcendem a conjuntura política imediata e devem se manter presentes e polarizadas mesmo depois que o Brasil supere os estragos mais dramáticos produzidos pelos seu atual governo de extrema direita.

De um lado, do ponto de vista econômico, está a proposta liberal apoiada pelos “mercados” e pelos grandes investidores financeiros nacionais internacionais. Se o Brasil seguir este caminho, deverá se manter na sua condição secular de uma sociedade periférica e desigual, exportadora de matérias-primas, alimentos e *commodities*, tendo como seu melhor horizonte transformar-se numa “periferia de luxo” das grandes potências compradoras do mundo.

Há, no entanto, a proposta, a capacidade e a possibilidade de construir um caminho diferente e novo dentro da América do Sul: o Brasil assumindo a posição de “locomotiva continental” aproveitando-se de sua autossuficiência energética e alimentar, e de sua excelente dotação de recursos naturais estratégicos para construir uma economia sustentável, com uma nova indústria de alto valor agregado articulada diretamente com seu próprio setor produtor de alimentos e *commodities* de alta produtividade, e tendo como objetivo estratégico central a construção de uma sociedade mais homogênea, igualitária, soberana e democrática. Tendo claro que nada disto será possível sem a intervenção e a orientação estratégica de um Estado fortalecido por um amplo apoio da sociedade brasileira.

Por outro lado, do ponto de vista de sua inserção estratégica e militar no novo contexto geopolítico mundial, o Brasil pode seguir sendo um país vassalo dos Estados Unidos, encarregado pelos norte-americanos da tutela militar de seus vizinhos. Ou pode assumir de uma vez por todas o comando de sua própria soberania, devolvendo os militares às suas funções constitucionais e levando à frente uma política externa que tenha como objetivo central aumentar a capacidade de decisão autônoma do país, através de uma política hábil e

determinada de complementaridade e competitividade crescente com os Estados Unidos.

De qualquer forma, uma coisa é certa: tanto na aponta para um caminho muito mais longo e árduo do que o caminho “natural” dos mercados e da subordinação estratégica aos EUA. Por isso mesmo, a construção deste caminho alternativo soberano, sustentável, igualitário e democrático supõe a existência de uma coalizão de poder suficientemente forte e com capacidade de sustentar, por um tempo prolongado, um projeto claro de afirmação geopolítica com a construção simultânea de uma nova hegemonia ideológica, no Brasil e na América Latina.

***José Luís Fiori** *é professor do Programa de pós-graduação em Economia Política Internacional da UFRJ. Autor, entre outros livros, de* O Poder global e a nova geopolítica das nações *(Boitempo)*

Luiz Carlos Azedo: Mitos e heróis na cena eleitoral brasileira

Correio Braziliense – https://gilvanmelo.blogspot.com/2022/04/luiz-carlos-azedo-mitos-e-herois-na.html

Moro virou um político, sujeito aos ritos e armadilhas do jogo democrático. Filiou-se ao Podemos, trocou-o pelo União Brasil, sem garantia de legenda. Agora ensaia voltar à disputa pela Presidência

O mito de que o brasileiro é um “homem cordial” vem de um senso comum, desconstruído por Sérgio Buarque de Holanda em sua obra seminal Raízes do Brasil. A expressão cordial é um “tipo ideal” que não indica apenas bons modos e gentileza, vem da palavra latina “cordis”, que significa coração. Segundo Buarque, o brasileiro precisa viver nos outros, um artificio psicológico incorporado ao nosso processo civilizatório. A cordialidade muitas vezes é mera aparência, “detém-se na parte exterior, epidérmica, do indivíduo, podendo mesmo servir, quando necessário, de peça de resistência.” Mais atual impossível.

A apropriação afetiva do outro apontada por Buarque, em grande parte, é responsável pela “fulanização” da política brasileira, apesar de termos instituições seculares bastante consolidadas, alguma das quais com origem na chegada de D. João VI e sua Corte ao Brasil, como o Supremo Tribunal Federal (STF). O exercício efetivo do poder central em todo o território nacional, por exemplo, deve-se ao Judiciário, muito mais do que às Forças Armadas, cujo protagonismo político, na República, por duas vezes, se deu em duradoura contraposição ao Estado democrático de direito, na Revolução de 1930 e no golpe militar de 1964.

Não por acaso, graças à política de conciliação da segunda metade do Império, também temos um Congresso forte, embora nossos partidos políticos, contraditoriamente, sejam fracos, por causa da “fulanização”da política e da construção de acordos interpessoais de natureza fisiológica, corporativa e/ou patrimonialista. De certa maneira, as redes sociais potencializaram essa

“fulanização” da política e desnudaram a outra face do “homem cordial”, que agora protagoniza a radicalização política.

O ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o presidente Jair Bolsonaro exacerbam essa característica da política brasileira. Ambos têm um viés populista; constroem suas alianças a partir de relações afetivas e, ao mesmo tempo, pragmáticas. Não é outro o sentido da aliança de Bolsonaro com Valdemar Costa Neto, presidente do PL; a escolha do ex-governador Geraldo Alckmin como vice por Lula tem o mesmo significado.

No conceito de Buarque, o “homem cordial” é sinônimo de passionalismo, personalismo e irreverência, um transgressor das normas institucionais. Age mais pela emoção do que pela razão, sua cordialidade está associada ao domínio da esfera privada na vida brasileira. O Estado é sua segunda casa, povoada por familiares e amigos. Não é preciso um grande esforço retrospectivo para constatar esse fenômeno na vida política brasileira, muito menos revisitar as páginas de Raízes do Brasil, quase centenárias, e resgatar a nossa herança colonial lusitana.

Terceira via

O semideus grego da Ilíada de Homero tinha uma existência verdadeira, voltava para casa, tinha uma vida normal, até que a situação exigisse outro gesto glorioso e individual. A filósofa judia alemã Hanna Arendt associava-o ao que hoje muitos chamariam de “lugar de fala”. Sua disposição de agir e falar pode mudar o curso na história. O herói pode ser um indivíduo comum que se insere e se destaca no mundo por meio do discurso, se move quando os outros estão paralisados. Precisa fazer aquilo que outro poderia ter feito, mas não fez; ou melhor, o que deixaram de fazer.

O “homem cordial”, na atual cena eleitoral, se apresenta como o herói semideus da Ilíada de Homero, cujos pilares são a grandiosidade e a singularidade, além da aspiração à imortalidade. Em 2018, Bolsonaro saiu do leito da morte para o Palácio do Planalto sem fazer campanha; nestas eleições, Lula deixou a cadeia e pavimentou a estrada para voltar ao poder sem deixar os ambientes fechados. Agora, outro candidato a semideus prepara sua volta à cena eleitoral: o ex-juiz Sergio Moro, personagem central da ascensão e queda da Operação Lava-Jato.

Moro se tornou uma personalidade nacional graças à Lava-Jato, na qual só se pronunciava nos autos. Mas era aplaudido e cumprimentado nas ruas. Representava os órgãos de controle do Estado e a ética da responsabilidade, que zelam pela legitimidade dos meios empregados na ação política. Cumpriu um papel estratégico na luta em defesa da ética na política, vetor decisivo para o resultado das eleições passadas. Contra Moro, Lula não teve a menor chance; seria preso, como foi, pelo juiz durão.

Depois das eleições, convidado por Bolsonaro para ser ministro da Justiça, Moro deixou de ser o juiz “imparcial”. Esse atributo foi posto em xeque pela revelação das mensagens que trocou com os procuradores da Lava-Jato em Curitiba. O cristal foi trincado por conversas banais nas redes sociais. Moro virou um político, sujeito a todos os ritos da luta política e do jogo democrático. Filiou-se ao Podemos, trocou-o pelo União Brasil, sem garantia de legenda. Agora ensaia uma volta à ribalta, como um herói noir, em disputa pela Presidência. Moro pode recuperar o espaço que ocupava no campo da chamada terceira via.

2018, O ANO QUE NÃO TERMINOU

E ainda há quem pense que em 2022 haverá uma eleição normal

Fernando de Barros e Silva

É repórter da **piauí** e apresentador do podcast *Foro de Teresina*-
https://piaui.folha.uol.com.br/materia/2018-o-ano-que-nao-terminou/?fbclid=IwAR2-JASn16qhSqFoxVh-oVSpNL9ZT5ORVXfhLhzq-dFe12w4YZ43k3Av7ao

Orisco de ruptura da ordem democrática deixou de ser uma miragem já faz tempo. Os que ainda insistem em dizer que as instituições etc. etc. etc., já não sabem muito bem como explicar isso às crianças. Não sabemos mais se podemos chamar sem ressalvas o que temos hoje de democracia – e a partir de quando será impossível fazê-lo. Esse lusco-fusco ainda ilude otimistas renitentes, confunde a todos e favorece uma única pessoa. Quando anoitecer será tarde demais para descobrir que Jair Bolsonaro cortou a energia da democracia e mergulhou o país na escuridão do autoritarismo.

A eleição de outubro não irá decidir apenas quem governará o Brasil pelos próximos quatro anos. Não é mais uma disputa rotineira entre propostas políticas, algumas mais progressistas, outras mais conservadoras, todas elas enraizadas no solo comum da democracia. Este regime, consagrado pela Constituição de 1988, vigorou entre nós da eleição de 1989 à eleição de 2014. Não existe mais.

Em 2018, as coisas já haviam desandado. O consenso democrático começou a periclitar em 2014, quando Aécio Neves contestou na Justiça o resultado das urnas, e implodiu dois anos depois, quando PMDB e PSDB se aliaram às forças conservadoras para derrubar Dilma Rousseff. A observância às formalidades da destituição cobriu o processo de cinismo, mas não logrou esconder o arbítrio e a violência perpetradas contra Dilma, é claro, mas sobretudo contra a democracia. Esse aspecto essencial ficou gravado na história pela fala de Bolsonaro, figura então periférica, que dedicou seu voto pelo impeachment à memória de Brilhante Ustra, o torturador que fora carrasco da própria Dilma na ditadura militar. Naquela cena abjeta de poucos segundos está condensado o que seria o futuro sombrio do país.

Àquela altura, porém, durante o reinado afônico de Michel Temer, todos fingiam respirar ares democráticos, com exceção da esquerda, obviamente, apeada do poder na mão grande, com o apoio da imprensa e do pato da Fiesp. Dançavam todos no ritmo da Lava Jato, embalados pela papagaiada da Ponte para o Futuro.

Quando o general Walter Braga Netto foi nomeado por Temer interventor no Rio de Janeiro, no início de 2018, o jornal O Globo festejou em editorial a chegada dos militares para pôr ordem na casa. O mesmo Braga Netto que agora, depois dos serviços prestados a Bolsonaro, deve ganhar como prêmio a vaga de candidato a vice-presidente. Numa de suas últimas obras como ministro da Defesa, divulgou, no aniversário do golpe de 1964, um documento em nome das Forças Armadas fazendo a apologia do período ditatorial – "marco histórico da evolução política brasileira".

Foi também em 2018, durante a encarnação de Braga Netto como interventor, que Daniel Silveira, então candidato a deputado federal, exibiu orgulhoso a placa com o nome de Marielle Franco partida ao meio, logo depois do assassinato da vereadora pela milícia do Rio. Assim como a fala de Bolsonaro dois anos antes, aquela imagem de Silveira exprimia, de forma sintética e brutalmente didática, qual seria o *Zeitgeist* brasileiro dali em diante.

Agora, Silveira se vê transformado por Bolsonaro em mártir da liberdade de expressão. É o supremo escárnio, mas é o que temos para hoje. Na distopia bolsonarista, é Silveira, e não Marielle, quem simboliza o futuro desta nação. Bastaria isso para entendermos por que outubro não terá uma eleição qualquer. Um segundo mandato para Bolsonaro é um passaporte para a autocracia, como mostra a experiência dos países que inspiram a cartada do presidente.

Existe quase um consenso de que Bolsonaro já comprou seu bilhete para o segundo turno. O outro bilhete está nas mãos de Lula, há tempos num patamar alto e estável. A expectativa de que o presidente pudesse derreter, abrindo o caminho para a *soi-disant* terceira via, se desfez. Ainda falta chão, mas há pelo menos uma certeza: essa não será uma campanha política normal.

Em 2018, o processo eleitoral já foi marcado por anomalias gritantes. Lula, que liderava todas as pesquisas, foi preso e impedido de concorrer. Bolsonaro, que se elegeu, sofreu um atentado a um mês do primeiro turno. E Sergio Moro, responsável pela prisão do petista, se tornou ministro da Justiça daquele que se beneficiou da ausência do favorito. A presença nociva dos militares na política já se fazia sentir. Em abril, na véspera do julgamento do *habeas corpus* a Lula pelo STF, o então comandante do Exército, general Villas Bôas, soltou na praça a famosa nota para intimidar a Corte.

As coisas desde então não melhoraram. Em junho passado, o então comandante do Exército, general Paulo Sérgio de Oliveira, resolveu fingir que seu colega de farda, Eduardo Pazuello, não havia participado de um comício ao lado de Bolsonaro no encerramento de uma dessas motociatas mussolinianas que se tornaram um símbolo da virilidade de Bolsonaro. Oliveira fez, por assim dizer, uma graça, concedendo a Pazuello, o mais relapso ministro da Saúde da história republicana, um perdão camarada. Com seu gesto, consagrou o entendimento de que o braço forte e a mão amiga do Exército estavam a serviço de um governante, e não do Estado brasileiro.

Pouco depois, em agosto, realizou-se a pedido de Bolsonaro um desfile de veículos militares na Praça dos Três Poderes, horas antes da votação sobre a incorporação do voto impresso ao sistema eleitoral, medida por fim rejeitada pela Câmara. A exibição do poderio militar naquele dia resultou um tanto cômica, com tanques soltando fumaça negra conforme avançavam do nada a lugar nenhum. A despeito do anticlímax, o brocholão dos blindados configurou o esforço de Bolsonaro para usar as Forças Armadas em benefício de suas intenções antidemocráticas.

O ministro Luís Roberto Barroso, do STF, estava, portanto, coberto de razão quando disse, no final de abril, que há um empenho para se levar as Forças Armadas para o "varejo da política", orientando-as a "atacar o processo" eleitoral e "tentar desacreditá-lo", o que seria, segundo ele, "uma tragédia" para o país.

A tragédia está em curso. Pautado por Bolsonaro, o general Paulo Sérgio de Oliveira, agora na Defesa, qualificou a fala de Barroso como "irresponsável". Viu nela uma "ofensa grave a essas instituições nacionais permanentes do Estado brasileiro" e disse que isso "afeta a ética, a harmonia e o respeito entre as instituições". As declarações ecoam o tom intimidador que se tornou regra entre os fardados. Mas, sobretudo, não param em pé à luz da atuação do próprio ministro, que deixou de punir Pazuello quando era comandante do Exército.

A afronta de Bolsonaro ao STF, anulando com uma canetada a condenação de Daniel Silveira, é um gesto provavelmente irreversível na direção da esculhambação do país. A normalização desse episódio gravíssimo não deixa de ser igualmente espantosa e serve como termômetro do momento atual. Apesar das reações indignadas, o que fica como saldo no fim é um misto de paralisia e indiferença, impotência e passividade, como se à legião de aviltados restasse apenas a esperança de que os dias do inominável estão contados. E se não estiverem? Bolsonaro comanda a máquina do Estado, tem o Exército a seu favor, casou em comunhão de bens com o Centrão e entupiu a população civil de armas. Parte do eleitorado – homens, sobretudo – se identifica profundamente com o que ele tem de pior.

Quatro anos de desmanche do país não bastaram para recompor o chamado campo democrático. Ele a rigor não existe. Como em 2018, os candidatos estão tocando o serviço, indiferentes à gravidade da hora histórica. A terceira via – e a imprensa – segue brincando de dois extremos. O PT, por sua vez, não cansa de espezinhar a aliança com Geraldo Alckmin, o que nas atuais circunstâncias é como reclamar do tempero da comida numa casa que está pegando fogo. Com Lula e Bolsonaro no segundo turno, corremos o sério risco de ver os erros de 2018 reeditados em nova versão.

Em 2018, o mercado editorial brasileiro foi inundado por uma série de livros sobre o fim da democracia. Era preciso entender a nova onda autoritária no mundo, conhecer suas causas e seu *modus operandi*, a despeito das particularidades de cada país. Essa bibliografia segue muito atual, mas deixou de ser uma novidade. O Brasil está escrevendo o seu próprio livro, basta olhar em volta para ver como acaba uma democracia. Se ganhar, Bolsonaro não convidará seus adversários para a noite de autógrafos.

Por **VLADIMIR SAFATLE***

Lutar contra o golpe passa por fazer a política operar no que ela tem de mais forte, a saber, sua capacidade de ampliar o horizonte dos possíveis

A fragilidade institucional do Brasil não é algo que possa, nessa altura, ser objeto de dúvida. Como um trem em direção ao choque e que nada parece conseguir parar, o país descobre a cada dia situações que apenas explicitam como seu processo eleitoral e sua possível transferência de poder não será algo “normal”, independente do que esse termo possa realmente significar. Durante os anos Bolsonaro, não foram poucas as ocasiões nas quais vimos tentativas de desestabilização e de criação de condições para algo próximo a um golpe.

A última delas ocorreu em 7 de setembro do ano passado. Depois disso, Jair Bolsonaro soltou uma carta à nação assinando-a com o lema integralista. Alguns de seus apoiadores mais entusiastas receberam mandados de prisão. Boa parte dos analistas disse que essa era a expressão de que ele fora obrigado a recuar, demonstrando sua fraqueza. Quem disse à ocasião que o golpe já havia começado parecia ter se equivocado.

No entanto, o país voltou nesses últimos dias ao mesmo ponto, agora graças às Forças Armadas atuarem de forma explícita como agente desestabilizador, questionando junto ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) procedimentos eleitorais. Como se às Forças Armadas fosse dada alguma forma estranha de legitimidade para se colocar como instituição que pode exigir de outras instituições da República explicação, “sugerir” modificações de procedimentos, mesmo em se tratando de assunto que em nada concerne aos militares. Ou seja, as Forças Armadas assumiram claramente o que hoje são, ou seja, o

governo. Concretamente, esse é um governo militar, como não poderia deixar de ser um governo que tem sete mil militares em postos do primeiro e do segundo escalão.

Sendo governo, os militares mostraram como estão completamente alinhados aos desejos do sr. Bolsonaro. Há mais ou menos um ano, ele havia trocado o comando das Forças Armadas e houve analistas que entenderam, mais uma vez, que se tratava de expressão de fraqueza e desespero do governo em sua tentativa de submeter os quarteis a seus interesses. Um ano depois, está evidente que não havia fraqueza alguma, que o processo de alinhamento transcorreu de forma consistente. Ou seja, o Brasil se prepara para uma crise institucional.

Um golpe clássico é apenas um dos cenários possíveis, sempre ao alcance da mão, caso seus atores entendam que as condições estão dadas para tanto. Mas, entre um golpe e o respeito ao resultado das eleições, há múltiplos cenários possíveis. O Brasil sabe muito bem fazer remendos institucionais quando suas elites julgam isso necessário, haja vista a invenção *prêt-à-porter* do parlamentarismo nos anos 1960.

A verdade é que muitos de nós insistimos que não havia outra coisa a fazer do que lutar e exigir o *impeachment* de Bolsonaro o mais rápido possível, antes do processo eleitoral, pois justificativas não faltavam, seus desejos de ruptura institucional nunca precisaram ser escondidos. No entanto, em nome do respeito institucional e da recusa em fazer o país passar por mais outro "trauma", estamos agora diante de um trauma que chega até nós em câmera lenta.

Insistiria que esse comportamento dos atores políticos governistas é fundamentado, entre outros, na compreensão de que haverá apoio popular relativo a tudo que Bolsonaro tentar. Depois de uma gestão criminosa da pandemia, com suas mais de 650 mil mortes, depois de uma gestão econômica de pauperização e depois de ser o primeiro governo em décadas a entregar a nação à diminuição do poder de compra do salário mínimo, o ocupante atual da presidência detém algo em torno de 30% das intenções de voto.

Se levarmos em conta que sequer começamos a campanha eleitoral e que, em campanha, ocupantes do governo que tentam reeleições têm a tendência natural de subir, uma vez que contam com o apoio da máquina governamental, podemos perceber uma impressionante resiliência que mereceria ser estudada mais a fundo e de forma mais analítica.

"Mais analítica" não está aí de maneira gratuita. Seria o caso de salientar que de nada adianta afirmar que a luta contra Bolsonaro é uma luta "da civilização contra a barbárie", "da ciência contra o obscurantismo", "da alegria contra o ódio" e coisas dessa natureza. A afirmação de nossa pretensa superioridade moral e intelectual nunca serviu de nada, apenas para compensar nossa dificuldade em compreender como a extrema direita e governos protofascistas se consolidam.

Fascistas se viam como os reais representantes da grande cultura ocidental pretensamente degradada devido à sua instrumentalização pelo “bolchevismo cultural”. Os livros didáticos da Alemanha nazista tinham citações de Platão para justificar o racismo, pareceres a favor da eutanásia vinham com citações de Sêneca. Isso serve, entre outras coisas, para nos lembrar de que nossa civilização não é garantia alguma contra a barbárie. Ela a porta em seu coração como uma de suas potencialidades. Estaremos mais aptos a lidar com regressões sociais e políticas se compreendermos o quanto de sombra há em nossas luzes.

Da mesma forma, seria o caso de dizer que “ódio” é uma categoria teológico-moral. É a figura sucedânea do “mal”, do “irracional”, do “diabólico”. E não está nítida qual pode ser a função de categorias teológico-morais dessa natureza dentro de um embate político. Bolsonaristas também nos descrevem como seres impulsionados pelo ódio.

Por isso, seria mais útil nesse momento se perguntar como a extrema direita cresce a partir de nossas próprias contradições e silêncios, como ela captura desejos reais de mudança e ruptura. Bolsonaro mobilizou seus eleitores durante toda a pandemia utilizando o discurso da liberdade como propriedade que cada indivíduo teria sobre seu próprio corpo. Ele falou a todo momento da capacidade de assumir riscos e não esperar alguma forma “paternalista” de segurança em relação ao Estado. Bem, quantas vezes discursos dessa natureza foram usados por quem se diz progressista? Continuamos a acreditar neles?

De fato, o discurso político da oposição ao governo tem um movimento pendular que oscila entre os chamados a “dialogar” com setores da população fieis a Bolsonaro e a descrição de que nossa luta é contra a “barbárie”. Essa polaridade não tem como funcionar. Melhor seria lembrar que mobilizações políticas que se organizam de forma eminentemente negativa, a partir da recusa a um candidato (“agora, somos todos contra Bolsonaro”), tem fôlego curto. Quebrar a força popular do bolsonarismo exige mais, exige impedir que a imaginação política passe pela atrofia.

Em várias partes do mundo, vemos o exercício de construir novos horizontes de luta através da produção de inovações políticas e criações institucionais. O Chile discute a implantação do Estado Paritário e do estado Plurinacional, Berlim luta por aprovar uma lei que tabela e diminui o preço dos alugueis, a França discute a criação de um salário máximo e de uma limitação da diferença salarial no interior das empresas (como forma de forçar subir os menores salários), os Estados Unidos, através de Bernie Sanders, discutiram a implementação de uma cota obrigatória de trabalhadoras e trabalhadores no conselho de gestão de todas as empresas.

E nós? Estamos a criar unidade a partir do quê? A partir do medo a Bolsonaro? O quanto isso pode efetivamente funcionar e por quanto tempo? Lutar contra o golpe passa por fazer a política operar no que ela tem de mais forte, a saber, sua capacidade de nos fazer criar futuros, ampliando o horizonte dos possíveis.

***Vladimir Safatle** *é professor titular de filosofia na USP. Autor, entre outros livros, de* Maneiras de transformar mundos: Lacan, política e emancipação *(Autêntica).*

Política é disputa, disse Lula

"Lutar para ganhar essa disputa significa, antes de tudo, ganhar votos para triunfar no primeiro turno e impedir qualquer aventura golpista", escreve Emir Sader

13 de maio de 2022, 14:37 h

A coisa mais fácil – e preguiçosa – a fazer é dizer: Vai haver golpe. Ninguém pode jurar que não vai haver. Ele quer. Mas ele pode? A realidade é tão linear? Se não, ele já teria dado o golpe.

Ele quer? Certamente. Por mais que se engane, já se deu conta, pela reiteração das pesquisas nos últimos meses, que no voto ele perde. Lula com 45% e ele com 31% no primeiro. Diferença de 20 pontos, se houver segundo turno. No primeiro e/ou no segundo turno, ele perde. Resta o golpe para ele. Mas de querer a poder, há um trecho, às vezes intransponível.

Com quem ele conta? Com os grandes empresários, que tem grana, mas não tem voto. Com militares, que não tem voto, mas têm armas. Com evangélicos, divididos pela metade.

Custa especular? Custar, não custa. Mas tem um preço. Povoar a internet com certezas de que haverá golpe, contribui para que haja golpe. Naturaliza o golpe. Porque desmoraliza e desmobiliza.

A realidade é sempre contraditória. E, como recordou o Lula, a política é disputa. As forças a favor e contra o golpe estão em disputa. O golpe tem a força das manipulações que ele promove e conta - conforme as versões -, com maior ou menor apoio militar. Mesmo este, pode se comprometer com um

golpe sem o apoio dos Estados Unidos? Que não são democráticos, mas na cabeça do Biden ronda o fantasma do Trump, aliado do cara daqui. Está, por isso, contra um golpe por aqui.

A democracia brasileira é ainda frágil. Mas as forças democráticas e antibolsonaristas têm grande peso já. O ato do Lula e seus efeitos – inclusive o da atualização da linda música da campanha – demonstraram essa força. Lula é forte para convocar mobilizações e resistência a tentativas de golpe.

Na política, ninguém ganha de véspera. Ainda mais numa realidade dinâmica como esta. Até antes do ato do Lula predominava o pessimismo. O ato levantou de novo uma onda de otimismo que faz que mais e mais gente acredite que o Lula vai ganhar, governar e mudar o Brasil para melhor.

Provavelmente ele tentará todas as formas de golpe, mas muito provavelmente não terá as condições para colocá-lo em prática. Denunciar sempre suas tentativas de golpe. Mas nunca dar o golpe como seguro, nem como provável.

A política é a arte da disputa. O destino do Brasil está em disputa. A convergência entre as denúncias de golpe, a certeza – de alguns – de que haverá golpe – e a vontade do governo de dar o golpe, criou um clima de naturalização do golpe. Há mesmo quem diga que há tradição golpista no Brasil. Outros que recomendam guardar dinheiro diante do golpe que vem por aí.

Tudo favorece o golpe, o clima do golpe, os projetos do golpe? E no entanto há força mais do que suficiente para resistir e derrotar o golpe. Para eleger o Lula, garantir sua posse e seu governo. E para que o país volte a mudar, a mudar para melhor. Lula tem liderança popular e nacional para convocar a resistência e a derrota do golpismo.

Subestimar essas forças é não se dar conta dos avanços que o Brasil teve quando, em democracia, conseguiu eleger e reeleger governos que colocaram em prática políticas que favoreceram a grande maioria da população. É não confiar na força da democracia.

Uma vez mais, a esperança se enfrenta à direita, ao golpe, ao desânimo, ao desalento. É hora da política como capacidade de convencimento da massa da população de como a democracia é indispensável para que a maioria decida o futuro do Brasil. Hora de derrotar a força, a violência, a truculência, as ameaças.

Uma disputa que decidirá quem presidirá o Brasil, com que apoios, com que força. Nada está decidido, embora nem tudo seja possível. Lutar para ganhar essa disputa significa, antes de tudo, ganhar votos para triunfar no primeiro turno e impedir qualquer aventura golpista.

247]

Luiz Sérgio Henriques*: Esquerda e questão democrática

***O Estado de S. Paulo* - https://gilvanmelo.blogspot.com/.../luiz-sergio-henriques...**

Desarmar as armadilhas do terreno novo em que pisamos, e pacificar o País, representará um feito histórico.
Vastas emoções e pensamentos imperfeitos certamente gostariam de nos conduzir para um cenário de duelo fatal entre direita e esquerda, ou entre o bem e o mal, na sucessão próxima, instalando um clima de roleta-russa e conflagrando ainda mais o País. Para tanto, teriam a seu favor a rarefação do centro político e a dificuldade de afirmação de um campo que se quer, por princípio, distante de polos extremos, seja lá o juízo que fizermos sobre a simetria, ou não, de tais polos.
Expulsa pela porta, a questão do centro costuma retornar pela janela, ainda mais num contexto desequilibrado por um governo de extrema-direita, com raso apreço pela institucionalidade. E retorna de variadas formas, traduzindo-se até de modo “filosófico”. O centro, como querem alguns, é menos

“aristotélico” do que “hegeliano”, definindo-se antes como relação de forças em tensão do que como termo médio espacialmente definido. Nada muito distante do elo que políticos sagazes agarram e, a partir daí, controlam toda a corrente, por discernirem o problema decisivo de uma conjuntura. Ou, se quisermos, o centro desta mesma conjuntura.

O cerne das nossas atribulações é o perigo autoritário que põe em risco a convivência civil. Não se trata de perigo inédito na História recente. Sem nos alongarmos, há não mais do que uma ou duas gerações configurou-se, de fato, uma questão democrática de natureza que ao menos lembra a de agora. Tempos certamente mais sombrios, uma vez que a anarquia institucional, típica de todo regime de força, parecia requerer soluções radicais para sua superação: por exemplo, o voto nulo, a autodissolução do MDB e, consequentemente, a denúncia da via eleitoral.

Políticos de envergadura incomum, como Ulysses, Tancredo e Montoro, souberam interpretar o seu momento. Eram o “centro” em sentido estrito, com interlocução à esquerda, especialmente a que se reunia em torno do velho PCB, debilitado e clandestino, mas ainda influente. O fato de que efetivamente tinham nas mãos o elo mais forte da corrente se evidenciaria nas memoráveis eleições de 1974, reveladoras de que o ponto de equilíbrio da sociedade havia se deslocado positivamente. As eleições daquele ano valiam pelos números que traziam e pelas mudanças que expressavam. Por isso, prenunciavam outros acontecimentos auspiciosos, como a anistia e a Constituinte, e se firmavam como forma superior de luta, como é justo que seja na rotina das sociedades civilizadas.

A esquerda petista, hoje, está desafiada a repetir em sentido inverso o caminho trilhado pelos pais-fundadores do Brasil politicamente moderno. Nela, como sabemos, convivem elementos díspares que nem sempre se consegue decifrar com facilidade. Não há no código genético do partido informação que induza à ruptura institucional. Nem de longe o PT é um partido antissistema, como o foram os partidos comunistas ocidentais antes da progressiva incorporação de vários deles ao jogo político convencional. (Aliás, pode-se supor que, não fosse a proscrição de 1947, teria sido este o percurso do PCB, com grandes vantagens para a higidez do sistema partidário vigente até 1964. Sobre especulações desse tipo, porém, cabe ter a cautela de praxe.)

Estando o PT vocacionado a estratégias sociais reformistas, de que um programa bem-sucedido como o Bolsa Família é uma amostra, a retórica petista nem sempre acompanhou essa vocação. Em política, a linguagem conta, e muito. Ela nunca é inocente e contribui para moldar, em adeptos e militantes, a compreensão das coisas e o próprio comportamento. Nada mais nocivo, nesse sentido, do que a adoção de lemas equívocos, como o “nós contra eles”, “o povo contra as elites”, sinais da praga nacional-populista que corrói democracias liberais até mais consolidadas do que a nossa. Uma esquerda moderna digna do nome deveria combater a praga, desviando-se de tal léxico e assumindo seu posto na trincheira das democracias realmente existentes.

Rarefeito o centro, cumpre restaurá-lo a partir da esquerda, cujos partidos mais expressivos, como PT e PSB, têm uma função nacional a realizar, mais além dos seus interesses imediatos. A agregação de quadros e partidos moderados terá sentido estratégico, e não apenas simbólico. Uma agregação, de resto, que respeite a integridade dos aliados, sem a tentação de cooptá-los total ou

parcialmente. Em contextos como o atual, a força dirigente precisa observar – conforme a lição clássica – uma altíssima consciência do próprio papel e, também, do papel dos aliados, de modo que mobilize articuladamente a capacidade de todos e solape o consenso dos extremistas, enfraquecendo-os como fator real de poder.

Sob vários aspectos, as tarefas aqui descritas foram equacionadas no árduo período da resistência capitaneada pelo MDB de Ulysses. Sob outros, pisamos em terreno novo e cheio de armadilhas, algumas das quais decorrentes de limites da própria esquerda. Desarmá-las, e pacificar o País, representará um feito histórico, com a inevitável ressalva de que, antes, como agora, não há margem para emoções desencontradas.

*****_Tradutor e ensaísta, é um dos organizadores das Obras de Gramsci no Brasi_l

O casamento da barbárie com o atraso

Havia no Brasil uma grande agenda de modernização pela frente, só que o bolsonarismo interrompeu este processo civilizatório

Por Fernando Luiz Abrucio

O governo Bolsonaro é o casamento do atraso com a barbárie. Este projeto está levando o país a um enorme retrocesso, que já pode ser contado em termos de décadas. O Brasil tinha tido vários avanços institucionais e sociais desde a redemocratização, especialmente com a Constituição de 1988, mas também por meio de melhorias ocorridas em diversos mandatos. Ainda havia uma grande agenda de modernização pela frente, só que o bolsonarismo interrompeu este processo civilizatório e se corre o risco agora de sobrar apenas um Estado destruído e uma sociedade dominada pela lógica da violência.

A modernização brasileira ocorreu em múltiplas dimensões desde o final do regime militar. O primeiro ganho foi político. O país tornou-se democrático, realizando oito eleições presidenciais livres e com alternâncias de poder. Houve uma ampliação dos mecanismos de participação popular e fiscalização dos governantes, de modo que o Estado se tornou mais aberto à sociedade e transparente. A democracia brasileira tinha ganhado uma forma inédita, pois escolhia livremente os seus representantes por um método limpo de seleção e podia controlá-los para evitar o arbítrio, o pior dos males de qualquer regime político.

O segundo ganho desse processo civilizatório foi social. Houve enormes avanços em indicadores de saúde, num país historicamente marcado pela desassistência aos mais pobres, especialmente as crianças, mulheres e idosos. Sinal disso foi a melhora substancial nas taxas de mortalidade infantil, expectativa de vida, saúde materna, entre outros.

Tão ou mais expressivo foram as conquistas educacionais, uma vez que antes da Constituição de 1988 boa parte da população infantil e juvenil estava fora da

escola ou era expulsa dela ao longo dos anos. O conjunto dos mais vulneráveis começou a completar o ensino fundamental e chegar ao ensino médio, coisa muito rara até a década de 1980.

A inclusão chegou a grupos como as pessoas com deficiência e fez-se uso de políticas afirmativas no acesso à universidade, gerando a primeira geração de negras e negros que em larga escala podem ocupar empregos e lideranças dos quais foram alijados desde o final da escravidão.

A redução da miserabilidade foi outra conquista social significativa. O Brasil reduziu em duas décadas a fome, que era endêmica no país, e o percentual de pessoas em situação de pobreza absoluta. Políticas como o Plano Real, o Bolsa Família, o BPC, o crescimento dos equipamentos da assistência social, entre os principais fatores, foram essenciais neste processo civilizatório, ao que se soma uma maior articulação do Estado com a sociedade e do governo federal com as prefeituras.

No campo econômico os avanços foram menores, mas não podem ser desprezados. Em primeiro lugar, o país foi, pouco a pouco, até a rebelião do Centrão, arrumando o orçamento público. Os gastos até o regime militar tinham poucas amarras institucionais e se podia ter, inclusive, orçamentos paralelos como a Conta Movimento do Banco do Brasil - imagine se o presidente Bolsonaro pudesse hoje utilizar esse tipo de recurso, que provavelmente ainda seria secreto por 100 anos...

Muitas reformas institucionais das contas públicas foram feitas e pouca gente lembra disso hoje. Tudo isso foi relevante para o combate à inflação, uma praga que assolou o Brasil por mais de 20 anos. Houve sim alguns sobressaltos depois do Plano Real, mas de magnitude bem menor do que na época áurea de instabilidade. Também ocorreram modernizações no campo das concessões, das privatizações, da legislação de parceria público-privado, da regulamentação do crédito e mais recentemente com a Lei das Estatais.

O maior problema dessa era de reformas foi, sem dúvida alguma, a combinação de crescimento econômico com garantia de emprego de qualidade. É verdade que em certos momentos conseguiu-se esse resultado virtuoso, com mais vigor durante quase dez anos desse século (2004-2013), que foi um período áureo de ascensão social mais ampla no Brasil. Entretanto, esses espasmos não foram suficientes para gerar um ciclo duradouro de desenvolvimento.

Boa parte dos analistas debita os fracassos da redemocratização ao pacto dos governantes eleitos com o atraso, representado não só por congressistas geralmente vinculados ao Centrão, mas também por grupos sociais e econômicos que parasitam o Estado.

Essa visão ajuda a entender a manutenção de proteções e privilégios, a continuidade de bolsões de clientelismo e corrupção, a ausência de reformas

em áreas estratégicas. Porém, pelo menos desde Itamar Franco e ao longo da era tucanopetista, os governos tinham, com maior ou menor sucesso, uma perspectiva de modernização do país, de modo que procuravam barganhar com os setores atrasados, mas lutavam para não ser comandados por eles.

Bolsonaro acabou com essa era de modernização fazendo um casamento perverso entre o atraso e a barbárie. A junção com o patrimonialismo arcaico (e arcaizante) tem seu símbolo máximo na aliança com o Centrão, numa mistura diferente das anteriores por duas razões.

A primeira é que o comando da pauta legislativa e do orçamento livre foi dado integralmente ao presidente da Câmara, Arthur Lira. Nem FHC, nem Lula e mesmo Temer, que deu os primeiros passos neste sentido, não chegaram nunca a esse ponto. Lira manda e desmanda na República como nem Eduardo Cunha conseguira.

Ele pula todos os ritos processuais básicos da democracia para aprovar temas de interesse comum para a reeleição de seus pares e do presidente da República, recebendo de presente a chave de um cofre com mais de R$ 30 bilhões - um valor anual maior do que dez anos de petrolão!

Mas é a segunda especificidade do pacto macabro de Bolsonaro com o Centrão a mais relevante. Essa aliança tem gerado uma enorme desestruturação do Estado brasileiro, num processo de enfraquecimento de políticas públicas vitais como saúde, educação, meio ambiente e direitos humanos, além de desinstitucionalizar regras básicas de governança das instituições democráticas. O cenário é de terra arrasada, com a Federação vilipendiada, o sistema de controle dominado ou colocado sob fogo cruzado, a politização e redução da autonomia da burocracia federal e um aumento descomunal da opacidade dos atos governamentais.

O desespero em relação à reeleição presidencial levou a um comportamento ainda mais predatório na busca por recursos públicos. Lira e Bolsonaro perderam qualquer pudor que porventura tivessem e não estão se importando se vão quebrar e destruir o Estado.

Vão tirar dinheiro dos estados, dos municípios, da educação, da saúde, da segurança pública, da Eletrobras vendida, do BNDES e de onde mais for possível, inclusive descumprindo a legislação eleitoral. A aliança com o atraso chegou ao seu ponto máximo: não há mais modernização possível enquanto estiverem juntos os atores principais da novela bolsonarista.

O mais impressionante é que o pacto macabro com o atraso não é a pior característica do bolsonarismo. O seu caminho orientador é alimentar a barbárie na sociedade. Isso passa tanto pelo apoio a soluções violentas frente aos conflitos públicos, como pela disseminação do ódio contra grupos e atores sociais considerados inimigos.

Daí o apoio a garimpeiros ilegais que destroem a Amazônia e assassinam seus defensores, a haters misóginos e racistas da internet, a juízes e ocupantes de cargos públicos que pregam a desobediência às leis em nome da pureza moral, a políticos que defendem a repressão da criminalidade matando indiscriminadamente os pobres e pretos, a pastores de araque que saqueiam o orçamento público tirando dinheiro das crianças e jovens que ficaram sem educação remota por quase dois anos.

Essa selvageria é o núcleo das ideias de Bolsonaro, e o atraso trazido pelo Centrão é apenas um meio para se garantir o poder de disseminação da barbárie. Na verdade, ter mais dinheiro para jogar pelo helicóptero por alguns meses, procurando eleitores que aceitem migalhas, é um instrumento secundário na lógica política bolsonarista. O discurso principal não será esse. O radicalismo será a tônica da campanha de reeleição, e os coronéis da política, sempre patrimonialistas, mas geralmente moderados, foram engolidos, inadvertidamente ou não, pelo bolsonarismo.

Agora, o Centrão estará ao lado de um palanque que defende a humilhação e a violência contra crianças e mulheres estupradas, o assassinato dos muitos heróis como Marielle, Dom e Bruno que defendem os mais vulneráveis, o desprezo em relação aos indígenas e negros, a falta de empatia com os mortos pela covid-19.

Toda vez que um político aliado de Lira - ou ele próprio - for pedir voto, poderá ser lembrado dos vários episódios nos quais o bolsonarismo espalhou o ódio e a violência contra os mais diversos grupos sociais. O peso negativo de curto prazo do apoio de Bolsonaro pode estar mais na economia, mas essa companhia pode afetar mais profundamente a imagem dos políticos tradicionais.

De todo modo, a manutenção do casamento do atraso com a barbárie torna impossível o retorno ao caminho da modernização do país. É preciso que a sociedade brasileira perceba logo isso, antes que a lógica da violência bolsonarista enterre qualquer possibilidade civilizatória.

Merval Pereira: Retrocesso criminoso - *O Globo*

https://gilvanmelo.blogspot.com/.../merval-pereira...

Os Tenentes de 1922, o Centrão de 2022

A tentativa de golpe que completa um século hoje nos ensina: novos grupos sociais precisam de representação política. E há dois grupos carentes de líderes no Brasil atual

Pedro Doria

Há quem conte História como uma força movida pelo ímpeto de grandes líderes, aquelas personagens quase sobre-humanas pelo carisma, pela habilidade, pelo senso de tempo. Mas há outra forma de interpretar — a história das tecnologias, da economia, daquilo que de alguma forma afeta e move a sociedade. Hoje, dia 6 de julho, 2022, faz exatos cem anos que quatro tenentes lideraram um grupo de soldados em marcha pela Praia de Copacabana, no Rio de Janeiro, em missão suicida para derrubar a Primeira República. Os Dezoito do Forte. Pois compreender o Tenentismo pelo ângulo da sociedade ajuda, muito, a compreender também o momento atual da política brasileira.

Eram muitos os tenentes, mas eles todos viam em três seus principais líderes. Três homens que bem se adequariam à Teoria do Grande Homem, atribuída ao filósofo escocês Thomas Carlyle no século 19. Luís Carlos Prestes, Eduardo Gomes e Antônio de Siqueira Campos ascenderam socialmente através do único curso superior que dava roupa, livros, moradia e ainda pagava um salário para gente pobre no Brasil daquele tempo. Entrar para a Escola Preparatória de Oficiais não era trivial, e as vagas, tão poucas. Eles, porém, eram especiais. Disputaram entre si até o fim do curso a posição de melhor aluno da primeira turma de oficiais profissionais que o Exército formou. (Prestes levou.)

Era curso superior mesmo — formação equivalente à de engenheiro. Seu principal desafio era conhecer mecânica clássica e trigonometria para calcular carga de pólvora, peso de projéteis, inclinação de canhões, bater com o rumo dos ventos e assim calcular cada tiro que se dava. Do Forte de Copacabana, no dia 5 de julho, Siqueira Campos acertou o prédio do Ministério da Guerra, no centro do Rio, além de casas bem próximas ao Palácio do Catete, sede da Presidência, e ao Senado Federal. O vento e a chuva salvaram muitos políticos. Siqueira morreu afogado quando trazia da Argentina dinheiro para fazer a Revolução de 1930. Prestes e Gomes mantiveram-se personagens influentes da política brasileira por todas suas vidas. É verdade que, depois do movimento que iniciaram, abraçaram ideologias tão distintas que a amizade se desfez. O respeito de um pelo outro nunca foi perdido, mesmo quando Prestes se tornou secretário-geral do Partido Comunista e Gomes, um dos principais líderes conservadores. Entraram para a História já protagonistas, em 1922. De lá nunca saíram.

Mas a Primeira República teria caído mesmo sem Prestes, Gomes e Siqueira. Mesmo sem os Dezoito do Forte. Mesmo sem os tenentes. Teria caído ou teria se transformado, pois o pacto de equilíbrio de forças que sustentava o regime

havia se tornado obsoleto. E a pista para compreender o Brasil de hoje está neste pacto.

Era, a Primeira República, um acordo. As elites tecnocráticas de São Paulo e Minas Gerais dividiam a presidência, alternando-se. Em troca, não se metiam com os chefes políticos regionais no resto do Brasil. Por uns vinte anos, este regime deu certo o suficiente a ponto de dar estrutura para o Estado brasileiro, criando uma classe média urbana de funcionários públicos, assim como iniciou o processo de industrialização — criando, também, uma classe operária. Funcionários públicos e operários têm poder. Podem, por meio de greves, paralisar o Estado ou um bom pedaço da economia. Como podem, no caso dos funcionários públicos militares, se rebelar com armas nas mãos — pois é: os tenentes eram parte deste Brasil que surgia.

Às vezes é tentador ceder à impressão de que um regime é formado pelos que têm poder político e apenas, como se não precisassem prestar contas à sociedade. Como se não sofressem pressões diversas da população.

A ilusão atinge com frequência até políticos — e aqueles que mandavam na Primeira República não perceberam que tinham de abrir espaço para novos grupos. Congelaram uma percepção de Brasil do passado sem enxergar que eles próprios haviam transformado o país.

Foi exatamente isto que ocorreu com a Nova República. Ela nasceu ainda seguindo a estrutura de compartilhamento de poder que Getúlio Vargas criou. Partidos fisiológicos, principalmente PMDB e PFL, representando os chefes políticos regionais. Oligarcas. Um grupo dedicado à técnica da governança, representante de profissionais liberais, como eram de certa forma os presidentes da Primeira República, como foi a UDN — como foi o PSDB. E aquilo que PTB foi nos tempos da Segunda República e o PT, até bem recentemente. Um partido de operários e funcionários públicos.

Estão faltando na equação os dois grupos que nasceram na Nova República, nascida em 1985. De um lado uma classe média baixa que vive nas periferias urbanas, que já chamamos Classe C. Não raro, são evangélicos. Conservadores. Com sonhos de ascensão social pelo empreendedorismo via Teologia da Prosperidade. Do outro, o grande Brasil Agro, que está em processo de desoligarquização. Nos últimos trinta anos, entre o interior do Paraná e de São Paulo, no Triângulo Mineiro e no Centro Oeste, se formou uma sofisticada e moderna indústria do agronegócio. Esta nova economia criou um novo mundo com classe média, ricos e até milionários.

Há, em ambos os casos, ascensão social. Estes dois ‘Brasis’ ergueram, também, indústrias culturais próprias, com seus ídolos musicais, influenciadores das redes, podcasters e youtubers. Ambos têm moda própria — das roupas aos acessórios. O R retroflexo típico do sotaque agro ocupou a televisão, tão influente se tornou este público no mercado de consumo. Da mesma forma, o vocabulário evangélico e do rap está presente por toda parte.

Ao longo da história da República, estas duas partes da sociedade brasileira foram representadas pelo partido oligárquico — o Centrão é sua versão contemporânea. A fórmula de equilíbrio da Primeira República foi um acordo de não agressão entre as elites dos profissionais liberais, que governavam, e as oligarquias, que não eram perturbadas em suas áreas de influência. A da Nova República foi similar — PSDB e PT se alternavam no poder, ambos contando com o apoio do braço fisiológico-oligárquico.

O fisiologismo não dá conta destes dois Brasis das periferias urbanas e do interior agro. E ambos os grupos sentem, de formas distintas, que o mundo político não os representa.

Quem deseja se consolidar na classe média urbana e crescer mais precisa de um Estado que de fato funcione — escolas, hospitais, segurança. Migalhas não dão mais conta — e o fisiologismo oferece isso. Ambulâncias, praças, tratores resolvem problemas pontuais mas não criam os caminhos necessários para que venham oportunidades. O fisiologismo dá ainda menos conta das complexas questões que o Brasil agro precisa encarar, que passam por diplomacia, ampliação de mercados, adequação à política verde que é necessária mas que também servirá como pretexto para parte do mundo impor barreiras comerciais.

A percepção de não ser representada, pela nova classe média urbana, esteve nítida nas ruas, em 2013. A do Brasil agro ficou clara em 2016. O mundo político não ofereceu saída, e a única saída possível é um novo pacto de compartilhamento de poder. Uma nova organização da política. Por um tempo, a Lava Jato pareceu sugerir que o problema do Estado que não funciona para estas pessoas era de corrupção. Como tenentes modernos, os procuradores de Curitiba eram representantes destes Brasis eles próprios. Bolsonaro, então, apareceu como uma visão radicalizada do que a Lava Jato oferecia — a implosão do sistema por dentro. Mas em nenhum dos dois casos se resolve aquilo que realmente importa.

Representatividade política. Voz nas tomadas de decisão. Influência na definição de políticas públicas.

Para eleitores tradicionais da esquerda e dos tucanos, o conservadorismo deste novo grupo chega como remédio amargo. Mas eles fazem também parte do Brasil. De certa forma, o modelo antigo que simplesmente negociava com o Centrão era mais fácil. Para haver novamente Democracia no Brasil, no entanto, só há um caminho. O da política.

Assim como o Brasil precisou de um partido de esquerda para estabilizar sua democracia ao fim do Estado Novo, agora é o oposto. O Brasil precisa de um partido de direita não fisiológico e democrático. E quem acha que o PSDB foi isso nos tempos de Fernando Henrique ainda não conseguiu ouvir o que dizem estes brasileiros que pedem voz.

domingo, 3 de julho de 2022

Entrevista | José Murilo de Carvalho:'Tenentismo levou ao generalismo dos anos 60'

Pesquisador aponta que jovens oficiais que queriam reformar a República passaram mais tarde ao campo conservador e apoiaram golpes em 45, 54 e 64

Por Wilson Tosta / O Estado de S. Paulo - https://gilvanmelo.blogspot.com/2022/07/entrevista-jose-murilo-de.html?fbclid=IwAR3VAHeSSaLucz4qAYTZpCYS-YSwMyMNxOotJokmHsF_7JjfOC9E9dAOcxs

RIO – O tempo e os expurgos domaram o ímpeto reformista dos tenentes dos anos 1920 e os levaram ao campo conservador, aponta o historiador José Murilo de Carvalho, no aniversário de cem anos do dramático massacre dos 18 do Forte, marco inicial do tenentismo. Adesões à esquerda e à direita e expulsões causadas por mais de 80 revoltas afastaram muitos jovens oficiais da corrente reformadora, aponta. Quem daquela corrente ficou na vida militar ativa aderiu ao projeto do general Pedro Aurélio de Góes Monteiro – repressor dos oficiais reformistas em 1924 e chefe da Revolução de 1930 – de fazer do Exército um ator político.

"A maioria dos tenentes enquadrou-se e passou a fazer parte do establishment militar", explica. Segundo ele, muitos desses oficiais "foram escalando a hierarquia militar" e passaram a atuar no campo conservador. "Vários deles estiveram presentes nos golpes de 1945, 1954, 1961, 1964."

José Murilo lembra que o presidente Arthur da Costa e Silva, segundo presidente da ditadura militar e um ex-tenente dos anos 20, ligava explicitamente o golpe de 1964 a 1922. Expoente da "linha dura", Costa e Silva foi contra devolver o poder aos civis após a derrubada do presidente João Goulart – em 1968, assinou o Ato Institucional Número 5. Como ele, outros ex-tenentes apoiaram o movimento civil-militar que destruiu a República populista e implodiu o regime democrático pós-1945 no Brasil.

“O tenentismo fez um logo percurso cujo ponto final foi o “generalismo” dos anos 60, incluindo o golpe de 1964 que teve o apoio de vários deles”, diz ele.

A seguir, a entrevista de José Murilo ao Estadão.

Os oficiais que lideraram o tenentismo eram um grupo relativamente pequeno de jovens militares, que se voltaram contra o sistema político dominante há um século. O que explica que tenham tido tanta influência no Brasil, nos anos seguintes à Revolta de 22?

Como reconheceu Góes Monteiro, os “tenentes” da década de 1920 incluíam capitães para baixo. Foram derrotados em 1922 e em 1924. Centenas foram expulsos da corporação, mas pegaram carona na revolta de 1930, cujo chefe militar era o próprio Góes que os combatera em 1924. Muitos voltaram à corporação, onde de início eram chamados de melancias, verdes por fora, vermelhos por dentro. Permaneceram atuantes até o golpe de 1964 que apoiaram.

O que diferenciava aquele grupo de tenentes e capitães que participaram da Revolta de 1922 de seus antecedentes que derrubaram o Império, mais de 30 anos antes?

Os “tenentes” de 1889 formavam um grupo de sonhadores enfeitiçados pela doutrina positivista que lhes era ensinada pelo tenente-coronel Benjamin Constant. Passadas as turbulências da década de 1890, causadas pela Revolta da Armada, pela Revolta Federalista e pela guerra de Canudos, um delírio do fanatismo dos tenentes endossado por Floriano Peixoto. Campos Sales organizou as oligarquias estaduais e restabeleceu a hegemonia civil num pacto que durou três décadas.

Qual foi a relação, se é que existiu, entre o movimento militar que derrubou o Império, a República da Espada, com Deodoro e Floriano, o militarismo político de Hermes da Fonseca e o tenentismo dos anos 20 e 30?

A única relação era familiar: Hermes era sobrinho de Deodoro. Ele não era militarista, como Rui Barbosa tentou pintá-lo – fake-news... Em política, era pau mandado de Pinheiro Machado. Mas, no que se refere ao Exército, adotou política de modernização e profissionalização da corporação mandando oficiais estagiarem no Exército alemão.

Em quais aspectos desses eventos podemos identificar uma continuidade, se é que ela existiu?

O tenentismo fez um logo percurso cujo ponto final foi o “generalismo” dos anos 1960, incluindo o golpe de 1964 que teve o apoio de vários deles. Entre as lideranças golpistas estavam Juarez Távora, Eduardo Gomes, Cordeiro de Farias, Juraci Magalhães, Nelson de Melo, os dois Etchegoyen, João Alberto, para citar alguns. Sobretudo, estava Costa e Silva, líder da linha dura, que se opôs a devolver o governo aos civis após a derrubada de Goulart. Ele chegou a ligar explicitamente 1964 a 1922. Os tenentes, então generais, opunham-se ao trabalhismo de Vargas e tinham aderido ao anticomunismo incentivado pela Guerra Fria.

Há quem identifique a ascensão dos tenentes com a emergência das classes médias urbanas no Brasil. O senhor concorda?

As revoltas tenentistas dos anos 1920 foram exclusivamente militares. O que se pode alegar é que o arranjo oligárquico estava fazendo água, sobretudo nas cidades. Arthur Bernardes, eleito em 1922, teve que tomar posse com apoio da Polícia Militar de Minas e governou boa parte do tempo sob estado de sítio. Em

termos de imagem pública, havia admiração pela coragem dos jovens que lutaram até a morte na areia de Copacabana e dos que compuseram a Coluna Miguel Costa-Prestes que girou pelo País sem ser derrotada.
Relatos sobre a Revolta de 22 transcrevem declarações que mostram um certo messianismo dos oficiais que participaram do levante. Enquanto iam para o confronto suicida com as tropas do governo, em Copacabana, os militares diziam que se dirigiam para a morte, que precisavam resgatar a honra da farda etc. O que explica essa disposição?
Não diria messianismo. Boa parte da reação dos tenentes teve a ver com a ideia de honra – dizia-se pundonor – que faz parte do ethos militar de qualquer exército. No exército alemão, resolviam-se questões de honra pelo duelo. Morria tanto oficial que tiveram que proibir a prática. Em 1922, houve enorme agitação entre jovens oficiais contra uma carta atribuída falsamente a Artur Bernardes na qual o autor se referia ao marechal Hermes como um "sargentão sem compostura" e mandava comprá-lo com todos os seus galões. O reformismo pregado por Juarez Távora misturou-se ao revanchismo contra Artur Bernardes, representante da república oligárquica.
Esse messianismo continuou com os militares ao longo da República?
O ímpeto dos tenentes de reformar a República oligárquica continuou por um tempo em união com civis no Clube e 3 de Outubro. Mas o Clube logo perdeu força, muitos tenentes foram sendo promovidos, uns aderiram à Ação Integralista Brasileira, outros à Aliança Nacional Libertadora. Os que ficaram foram aderindo ao projeto de Góes Monteiro de fazer do Exército um ator político relevante, se não hegemônico, e foram escalando a hierarquia militar passando a atuar no campo conservador. Vários deles estiveram presentes nos golpes de 1945, 1954, 1961, 1964.
Em quais outros episódios esse messianismo ou sentido de missão se manifestou, na atuação dos tenentes? Esse sentimento ainda está presente nos militares brasileiros de hoje?
Entre 1930 e 1939, houve 88 manifestações de militares, incluindo generais, tenentes e praças. Os sargentos lideraram várias delas. Como consequência, houve grandes expurgos de alto a baixo da hierarquia, facilitando a tarefa reformista de Góis. A maioria dos tenentes enquadrou-se e passou a fazer parte do establishment militar. Uns poucos mantiveram a postura reformista, se não revolucionária, nas revoltas de 1935, de cunho comunista, da Aliança Nacional Libertadora, ANL, e de 1938, fascista, Ação Integralista Brasileira. Foram derrotados. Não vejo messianismo no comportamento dos tenentes. Há hoje no Exército um senso de tutela sobre a República que proclamou no golpe de 1889, sem participação popular e contra a posição da Armada.
Quais foram as consequências políticas da Revolta de 1922?
Foi indício e fator de agravamento da crise da Primeira República, dominada pelas oligarquias estaduais. A década apresentou vários outros sintomas de malaise, como a Semana de Arte Moderna, a fundação do Partido Comunista, ambos em 1922, o uso do Estado de Sitio. O arranjo oligárquico fazia água. O movimento de 1930 foi liderado por dois estados importantes que venceram usando suas polícias militares. A República era um fruto maduro, como o era o Império em 1889.
Há quem diga que o Império só foi encerrado pela eclosão do tenentismo, que atingiu em cheio a política da Primeira República, que guardaria

elementos oligárquicos remanescentes do regime imperial. O senhor concorda?
Não concordo. O Império caiu por esgotamento do sistema do Poder Moderador que não servia mais às oligarquias agrárias. Se a República não fosse proclamada por golpe militar, ela o seria por uma Constituinte, como queriam os republicanos civis. O golpe adiou por alguns anos (até Campos Sales) a consolidação do novo regime. O Exército, avesso aos políticos, não tinha força para sustentar um governo só com base militar.
Podemos dizer que a República brasileira nasceu tardiamente, em 1922, em Copacabana?
A República brasileira ainda está por nascer, se vai nascer algum dia.
.

Caetano, Marisa Monte e outros artistas mostram que algo se move no lodaçal

FERNANDA TORRES

Em criança, eu costumava ser arrastada pelos meus pais para o Canecão, para assistir aos shows de Chico, Bethânia, Caetano, Gil, Gal e Milton. Pequena demais para entender a situação do país, eu percebia a importância de estar presente, tanto pela insistência paterna quanto pela comoção da turba. Era ato de resistência. Jamais esqueci.

Cinquenta anos depois, numa mesa do Vivo Rio, sou tomada pelo mesmo sentimento de relevância histórica, de potência da arte, frente à brutalidade geral, com "Meu Coco", de Caetano Veloso. A noite me despertou do coma das últimas estações.

"Meu Coco" é contundente, sóbrio, direto, duro, maduro e manemolente. "Meu Coco" é político. O rigor do cenário póstumo de Hélio Eichbauer —cujo esboço foi descoberto por Luiz Henrique Sá no acervo do artista—, somado ao drama da iluminação de Fernando Young emolduram a formação em V dos músicos, com tambores da Bahia e do Rio em confronto com o naipe de teclado e cordas. No centro, a voz, o farol.

O espetáculo traz canções do exílio e do Brasil cu do mundo, para sempre fora da ordem. O "não vou deixar" de uma das composições do último álbum traça o norte do roteiro. A excelência de Caetano em cena, de Kainã do Jêje, Pretinho da Serrinha e Thiago da Serrinha, Lucas Nunes, Hélio e Haroldo de Campos nos lembra de que somos também aquilo, que possuímos poesia, beleza e bossa. Sem samba não pode, ninguém ali ia deixar.

Eu tinha me esquecido da sensação de assistir a um show com público, e cheguei a crer que o hábito se perderia, nesse mundo entocado da peste. As manifestações de rua reduzidas ao alívio cômico dos panelaços, à solidão virtual. Sentada na plateia de "Meu Coco", em meio a outros tantos civis combatentes, senti se firmar o ato de resistência do Canecão da infância.

Algo se move no lodaçal, pensei.

"Portas", de Marisa Monte, marcou meu retorno aos anfiteatros lotados. Mais de 3.000 pessoas encheram o HSBC Arena para cantarem em uníssono os 30 anos de repertório da artista. Marisa voltava para a estrada depois de longa ausência, acompanhada de extraordinária banda, cenário, projeções e figurino de ópera. Cleópatra de "Asterix" em cortejo, ela decretava o fim de um ciclo nefasto.

E muitas das canções de amor da diva, revistas nesses tempos odientos de agora, ganharam sentido diverso. Uma angústia grave, nunca vista, implodiu no salão, ao término do segundo bis. Marisa desapareceu pela coxia, deixando a multidão entregue à própria voz, e a Barra da Tijuca do Vivendas ecoou à capela: "o que a gente fez da nossa vidaaaaaa?". A rotina não nasceu com esse show, mas soou diferente na ocasião.

Algo se move no lodaçal, eu já havia pensado então.

Uma mudança de vento que Renato Terra detectou em "No Entanto, Ela Se Move", no seu blog da Folha. O fim da apatia crônica, depois da surra eleitoral de 2018 e do nocaute da praga de 2019.

Entre os exemplos citados por Terra estão as vitórias da jornalista Patrícia Campos Mello, de Gregorio Duvivier e das deputadas Sâmia Bomfim e Talíria Petrone em ações de injúria e difamação movidas contra Jair, o MBL e Carla Zambelli. Acrescento à lista o afastamento de Pedro Guimarães da presidência da Caixa, a investigação do mercado das bíblias do Ministério da Educação de Milton Ribeiro e o repúdio ao espancamento da procuradora Gabriela de Barros, à conduta da juíza Joana Ribeiro Zimmer e ao assassinato de Bruno Pereira e Dom Phillips.

Para os que procuram os sinais de vida inteligente na Terra, sugiro ouvir Mano a Mano, podcast de Mano Brown que traz, entre tantas pérolas, um papo reto sobre racismo, domesticação, liberalismo e cotas com a filósofa, escritora e ativista Sueli Carneiro.

No horário nobre da novela tem perspectiva ameríndia para milhões, com a mulher onça e o velho sucuri de Pantanal.

Para os que zelam pela família tradicional, é mister conferir o documentário da família Gil, no Prime Video.

Nas letras, Laurentino Gomes lança o último volume de "Escravidão"; Machado de Assis reencarna no Sérgio Rodrigues em "A Vida Futura", e Marcos Nobre disseca a ascensão da extrema direita de Jair em "Limites da Democracia".

Outras bolhas, eu sei, organizam motociatas, difamam as urnas e abrem clubes de tiro. Na melhor das hipóteses, vai ser horrível. Trato, aqui, da ressurreição da bolha à qual pertenço. Depois de quatro anos na UTI, algo se move no lodaçal.

Atriz e roteirista, autora de “Fim” e “A Glória e Seu Cortejo de Horrores”.

FSP 6.07.2022

'Não queria que meus filhos vivessem na bolha no Brasil'

Daniela Pinheiro, do UOL

Em março passado, o ex-banqueiro e empreendedor social Paulo Dalla Nora Macedo, 47, despachou dois contêineres com toda sua mobília, uma preciosa coleção de obras de arte — que inclui 65 quadros de artistas plásticos de renome nacional e internacional —, toda biblioteca de clássicos e se mudou com a mulher e os dois filhos para Lisboa. Diferentemente da leva de brasileiros que ruma para Portugal, ele não estava fugindo da violência, nem da crise econômica, também não era por conta da corrupção endêmica no país ou porque estava preparado para desfrutar a aposentadoria. Sua questão foi o bolsonarismo. Ou melhor, o que sobrará dele.

Para Dalla Nora, foi a impossibilidade de continuar lidando com um jeito de ser, de pensar, de agir, de um grupo de pessoas que se identifica com o atual mandatário e que deve manter o protagonismo mesmo com Bolsonaro fora do governo. "Aquelas pessoas que saíram do armário, na acepção ruim da expressão, e se sentiram autorizadas a expressar o racismo, a misoginia, o preconceito, a desfaçatez e até a falta de educação sem pudor, elas não vão desaparecer do dia para a noite". Ele acha que o Brasil piorou, e a elite — da qual participa — tem sua responsabilidade.

Dalla Nora era herdeiro de uma empresa de transportes e seguros no Nordeste, comprada pela gigante Prosegur, e foi um dos sócios do Banco Gerador, vendido em 2016. Desde então, passou a investir em diferentes negócios, dedicar-se a causas sociais e tentar elevar o debate político nacional. É vice-presidente do Instituto Política Viva, um grupo ativo nas discussões e ações para mudar o rumo do país. Também criou o Poder do Voto, que ajuda cidadãos a acompanhar e entender votações no Congresso. Em Lisboa, vai ser restaurateur. Em breve, inaugura um bistrô francês, cujas receitas levam ingredientes brasileiros e que é decorado com obras de artistas modernistas. Não será para todo mundo: um prato de moqueca com dendê e carabineiro (um tipo de camarão) vai custar 48 euros. Em uma hora de conversa, ele contou por que os ricos ainda apoiam o governo, como o bolsonarismo afetou sua vida e mais. O depoimento foi condensado e editado para melhor compreensão.

'Saí do Brasil por uma conjunção de fatores motivados por um gatilho específico. Primeiro, não queria mais que meus filhos vivessem na bolha que vivemos lá'

Em São Paulo, capital financeira, opções de lazer privadas, tudo é fechado: é clube, praia, escolas, academia. Queria que eles tivessem um pouco o que eu tive no Recife até os meus 20 anos: mais liberdade, mais diversidade. Outro dia, fomos aqui na piscina pública de Oeiras. Foi ótimo, mas vários amigos meus ficaram chocados. Por que eu fui para uma piscina pública? A elite não conhece e não se interessa em conhecer o Brasil. Sabem mais da ruazinha em Nova York ou em Miami do que um entroncamento no Pina. O cara entra no carro e vai para o trabalho. Quando vai para a praia, vai de helicóptero, chega lá e vive na bolha. O que é aquele Epcot Center que se chama Trancoso? Aquilo não é Nordeste, aquilo não é o Brasil. Isso sempre me incomodou muito. Uma vez em Recife, eu estava em um jantar em torno de Jarbas Vasconcelos onde estava também o vice-presidente do Bradesco. De repente, ele sugeriu que se acabassem com as escolas públicas e se distribuíssem vouchers escolares para a população. Assim, cada um poderia escolher onde estudar. Ele não sabe que na maioria das cidades só tem uma escola pública?

A segunda razão foi que eu também queria ter uma experiência de vida mais longa no exterior. E a terceira foi a piora no ambiente no Brasil. O bolsonarismo é latente e não está só no governo. Está espalhado por todo canto. Hoje é impossível empreender no país sem se relacionar com o bolsonarismo. É do cara que vai ser seu fornecedor ao prestador de serviços jurídico, administrativo, financeiro. E é muito difícil lidar com essa mentalidade. O bolsonarismo é a maneira como esse grupo pensa estrategicamente, como eles são, como eles tocam a vida pessoal e os negócios. A maneira como tratam as mulheres ou subalternos no elo mais fraco da cadeia, a moral elástica, a falta de empatia total pelo outro. Basta ver as piadas que continuam fazendo. Claro que o machismo, a falta de educação e respeito sempre existiram no Brasil. Mas piorou muito. Esse comportamento deplorável aflorou. Quem tinha um pouquinho de pudor e se continha não tem mais. Isso me incomodava demais. Até porque o lado profissional sempre transborda para o pessoal nos negócios. Você acaba saindo para almoçar, convive com a pessoa, não tinha como evitar.

Durante a pandemia, ficou mais visível. Discutia muito com essas pessoas. Saí de três e fui expulso de outros três grupos de WhatsApp de empresários, prestadores de serviços, investidores. As conversas, a lógica como encaravam uma questão humanitária de saúde pública, como é a pandemia, os argumentos de por que iam manter os negócios abertos quando o mundo inteiro pregava o confinamento, era tudo absurdo.

Invisto em alguns negócios, como uma empresa que fabrica película solares para vidros e outra de softwares para o sistema financeiro. Conversava com muita gente. A maioria absoluta dizia que não ia obedecer confinamento, que ia manter seus negócios abertos porque só ia morrer pobre e velho e "então foda-se". Ouvi isso inúmeras vezes. Um deles até disse: "Se eu pegar, eu vou para o Einstein [referindo-se ao Albert Einstein, instituição de excelência no país] e então foda-se". Você começa a pensar: eu quero fazer negócio com gente assim? Se eu faço, eu não estou colaborando com esse pensamento? Eu não quis mais.

Tenho uma filha de 10 anos com paralisia cerebral. E eu também percebi como o ambiente piorou para ela nos últimos dois anos. Na escola, mas principalmente no clube. O incômodo das pessoas com a presença dela, uma postura clara para explicitar que ela não pertencia àquele grupo, que a presença dela causava desconforto nas outras crianças e, obviamente, nos pais. Isso não era assim, mudou muito rapidamente. E se piorou no meu nível, imagina para as pessoas que têm muito menos do que eu.

Persio Arida (ex-presidente do BNDES e do Banco Central no governo FHC) disse que os ricos ainda apoiam Bolsonaro por medo de retaliações econômicas, como uma dura da Receita Federal, algo assim. Eu não acho que seja só isso. Existe um compartilhamento de valores de grande parte da elite com o bolsonarismo. Apoiam Bolsonaro porque compartilham e compactuam com valores que ele prega. Eu estava naquele almoço no BTG Pactual, que reuniu Bolsonaro, Paulo Guedes, com o crème de la crème da elite financeira ainda na campanha de 2018. Sabe quando ele foi mais aplaudido? Não foi quando ele falou de economia, de finanças. Foi quando ele fez "arminha" com a mão. Saiu aplaudido de pé. Isso não tem nada a ver com bolsa, com câmbio, com medo da Receita Federal, não é?

Há também uma reação frente à perda de poder social da elite brasileira. Não posso mais dar uns tapas na minha mulher, não posso não pagar minha empregada, tenho que conviver com um bando de gays, o que está acontecendo aqui? Veja o caso do ex-presidente da Caixa Econômica, o Pedro Guimarães, o caso do Neymar, ambos com denúncias graves de assédio sexual. Vai falar com esse pessoal e ver o que eles acham disso de verdade. Para eles, aquilo é um monte de mulher interesseira atrás de dinheiro. Não existe sequer a reflexão de que estavam cometendo um crime, fazendo algo absurdo. Essa gente quer viver como seus avós. E o engraçado é que essa revolta é de um bando de homem branco de 60 anos que está se sentindo oprimido, coitadinhos, não é? Uma vez, ouvi de um conhecido desses de quem perdi a amizade que "o bolsonarismo é libertador". Isso explica tudo. É como se fosse possível voltar a falar e agir como trogloditas impunemente.

Tudo isso para dizer que o gatilho que me fez sair do Brasil foi o ambiente para a minha filha. É um incômodo muito forte. Eu sou economista, não sou sociólogo, antropólogo, mas sabe-se que vai levar anos para sairmos desse retrocesso civilizatório pelo qual estamos passando no Brasil. Põe aí dez anos, no mínimo. Meus filhos são pequenos, e não queria que eles vivessem esse clima nos anos mais importantes de formação. Minha grande frustração é ver pessoas bem-intencionadas e inteligentes que não perceberam o tamanho do buraco em que nos metemos e como vai ser difícil sair dele. Exigem de Lula posicionamentos absolutamente secundários, terciários até, para o momento em que vivemos. Ficam repetindo: "Ah, o Lula tem que ter uma agenda mais ampla", "Ah, o Lula tem que ser menos à esquerda", "Ah, e a economia digital, a ESG, as criptomoedas, a responsabilidade fiscal" e, claro, "Ah, a terceira via!". Que terceira via? Que economia digital nessa hora? É como se você estivesse com um paciente na UTI com a aorta estourada, está saindo sangue pela boca e pelo nariz, e o médico sugere que ele se trate com alimentação saudável da horta!

Percebam: estamos no fundo do poço da merda. Parem com essa baboseira, com essas prioridades equivocadas. Não adianta ficar cobrando o impossível. E mais: Lula não é Emmanuel Macron (presidente da França). Não vai ser ele quem vai guiar o país para a economia digital. A elite cobra dele uma coisa que ele não sabe e não está capacitado para fazer. É preciso salvar o paciente primeiro. Isso é que é fundamental. É preciso sair desse buraco civilizatório e normalizar um pouco as instituições. Depois, vê-se o resto.

Eu nunca votei no Lula, será a primeira vez. O mercado financeiro ganhou dinheiro demais no governo dele, nem compara com o que ganha hoje com Bolsonaro. Tenho dificuldade de entender qual é o ponto de parte da elite ao dizer que Lula e Bolsonaro são iguais. Por isso, acho que essa briga se dá toda no campo da simbologia. É o que Lula é, é o que Bolsonaro é, o que eles defendem e o que eles representam. Não tem nada a ver com a economia. Eu não deixei de acreditar no Brasil. Por isso, estou abrindo um restaurante 100% brasileiro, com arte brasileira, que vai valorizar a cultura brasileira, que vai mostrar o Brasil bom, não o que machuca. Outro dia me perguntaram se vou receber bolsonaristas no restaurante. Bom, não é o dono que escolhe os clientes, mas assim como é difícil encontrar bolsonaristas em livrarias, imagino que será raro tê-los aqui.

Bolsonarismo para além das eleições

20/07/2022 - https://aterraeredonda.com.br/bolsonarismo-para-alem-das-eleicoes/?utm_source=newsletter&utm_medium=email&utm_campaign=novas_publicacoes&utm_term=2022-07-20

Por **LUIZ FELIPE F. C. DE FARIAS***

O bolsonarismo é a expressão de transformações mais profundas na estrutura da sociedade de classes no Brasil

Atualmente, a maior parte do discurso dito crítico ao bolsonarismo interpreta este fenômeno exclusivamente a partir da dinâmica eleitoral, creditando sua resiliência a ferramentas de desinformação em massa ou a programas públicos de transferência de renda em momentos políticos decisivos.

Nesta leitura, o bolsonarismo é reduzido a uma expressão pontual e passageira de irracionalidade política, algo como um pesadelo de que acordaremos após uma eventual vitória eleitoral de Luiz Inácio Lula da Silva, capaz de restaurar a normalidade dos pactos sociais e do quadro institucional vigentes após 1988. Silencia-se assim sobre a possibilidade de o bolsonarismo ser a expressão de transformações mais profundas na estrutura da sociedade de classes no Brasil, minimizando-se os impasses radicais da chamada “Nova República” e

ocultando-se desafios do embate contra este fenômeno para além das eleições.

O pacto social estabelecido pela Constituição de 1988 expressou as potências e os limites do conjunto de forças sociais que tiveram relativo protagonismo no processo que levou ao fim da ditadura civil-militar no Brasil. Construído de modo a preservar importantes estruturas de poder consolidadas durante a ditadura, nosso atual quadro institucional formalmente democrático ainda assim possibilitou a ampliação de canais de pressão popular sobre o poder público e a criação de ferramentas de relativa redução de desigualdades sociais.

Simultaneamente, entretanto, durante as últimas quatro décadas de "Nova República" intensificaram-se transformações estruturais na sociedade brasileira, que levaram à emergência de novas forças dotadas de inquietações e horizontes que parecem transbordar aquele pacto social estabelecido em 1988. Contrariando ilusões passadas e presentes acerca do alcance e da solidez que a democracia liberal enfim teria alcançado em nossas terras, a "Nova República" parece ter gestado em seu interior impulsos que hoje que a colocam em xeque.

Desindustrialização e esgotamento dos projetos de modernização social

Dentre as transformações na estrutura da sociedade de classes no Brasil nas últimas quatro décadas destaca-se o processo de desindustrialização. Segundo carta do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (IEDI) publicada em junho/2021, entre 1980 e 2020, a parcela da manufatura no PIB do Brasil recuou constantemente, enquanto o grau de industrialização da economia mundial aumentou durante as últimas quatro décadas impulsionado especialmente pelas transformações na economia e na sociedade chinesas.

Enquanto a manufatura brasileira reduziu sua participação no PIB nacional de 21,1% em 1980 para 11,9% em 2020, o grau de industrialização em escala mundial elevou-se de 15,6% para 16,56% do PIB global no mesmo período. Trata-se de uma mudança estrutural de longo prazo do padrão de articulação do Brasil com o mercado internacional, com profundos desdobramentos sobre a dinâmica da sociedade de classes no Brasil.

Esta profunda transformação co-determinou o relativo esgotamento das forças sociais e dos projetos de modernização concorrentes que ergueram e animaram a chamada Nova República no Brasil a partir da década de 1980. Primeiramente, este processo de desindustrialização tem sido acompanhado de uma erosão dos aparelhos de hegemonia que permitiram às frações das classes dominantes no Sudeste e à intelectualidade orgânica especialmente em São Paulo consolidarem um relativo consenso na sociedade civil em escala nacional. Órgãos de imprensa escrita, emissoras de televisão, universidades públicas, federações industrias e aparelhos partidários sediados prioritariamente na região sudeste, cada um com sua dinâmica própria, tem

perdido capacidade de dirigir interesses, elaborar valores e orientar expectativas no país como um todo.

Destaca-se neste processo o esgotamento do projeto característico do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) de liberalização e internacionalização da economia brasileira, com o pretenso objetivo de corrigir distorções e quebrar privilégios de elites oligárquicas no interior de um Estado patrimonialista. Contrariamente às ilusões características dos anos 1990, a inserção do Brasil na chamada globalização não promoveu uma racionalização econômica e social, mas antes desgastou os próprios fundamentos da sociedade moderna no país. Chama a atenção neste contexto o fracasso crescente da *intelligentsia* paulista em torno deste partido em apresentar nas últimas duas décadas candidaturas presidenciais minimamente capazes de se afirmar em escala nacional.

Paralelamente, o processo de desindustrialização também co-determinou uma acelerada transformação da morfologia da classe trabalhadora brasileira, com destaque para a quebra do protagonismo social do operariado da região sudeste que esteve a frente do ascenso de lutas populares da década de 1980. As redes de solidariedade animadas pelo catolicismo popular que estiveram na gênese da Central Única dos Trabalhadores e do Partido dos Trabalhadores perderam sua capacidade de interpretar as inquietações e orientar as esperanças de uma juventude trabalhadora distante do chão de fábrica, dispersa pelo espaço urbano, movida a motocicletas e articulada por plataformas online. Trata-se de uma juventude trabalhadora marcada por um grau relativamente mais alto de escolarização formal em comparação com as gerações passadas, atravessada por maiores expectativas de ascensão social e pela inquietação perante a permanência crônica de sua subalternidade econômica e política.

Perante estes sujeitos, o Partido dos Trabalhadores (PT) parece ainda capaz de mobilizar interesses por meio de programas pontuais de transferência de renda, mas parece incapaz de oferecer horizontes estratégicos que criem novo valores. Isso decorre do completo esgotamento do discurso dito (neo)desenvolvimentista, que apostava na (re)industrialização brasileira capitaneada pelo poder público e por empresários elevados à condição de “players globais” como condição para maior autonomia nacional e para a extensão da cidadania salarial às massas. Se nas décadas de 1950 e 1960 a estratégia desenvolvimentista e a aposta em uma burguesia nacional culminaram em uma tragédia, nas décadas 2000 e 2010 a reedição desta tradicional retórica da esquerda brasileira foi apenas uma farsa.

Reprimarização e protagonismo crescente do agronegócio e do neoextrativismo

A despeito de sua retórica modernizante, tanto os governos da social-democracia quanto os governos do Partido dos Trabalhadores estimularam um acelerado processo de reprimarização da pauta de exportações brasileiras,

buscando responder aos constrangimentos e instabilidades de crises financeiras globais que ampliaram sua frequência e intensidade a partir da década de 1990. Com isso, a posição do Brasil na divisão internacional do trabalho alterou-se rapidamente, provocando mudanças na correlação de forças dentre as frações das classes dominantes que compõem o bloco no poder que dirige este país.

Em uma transformação geopolítica de consequências ainda imprevistas, a parcela dirigida à China (incluindo Hong Kong e Macau) das exportações brasileiras aumentou de 2,8% em 2000 para 27,9% em 2018, enquanto a participação dos EUA dentro do conjunto caiu de 23,9% para 12% neste período. Este incremento das relações comerciais com a China levou a um aumento da exportação brasileira de produtos básicos como minério de ferro e soja em grãos e ao aumento de importações especialmente de produtos manufaturados, intensificando o enfraquecimento de cadeias produtivas industriais nacionais e fortalecendo cadeias produtivas ligadas às commodities minerais e agrícolas. Dentro deste contexto, segundo o Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, a participação dos produtos manufaturados nas exportações totais do Brasil caiu de 59% em 2000 para 36% em 2019, enquanto a participação dos produtos básicos aumentou de 23% para 51% no mesmo período.

Consolidou-se assim um novo protagonismo político, econômico e cultural no século XXI de frações das classes dominantes vinculados à produção e comercialização de commodities minerais, agrícolas e agroprocessadas no país. Trata-se de setores econômicos que possuem algumas características comuns: (1) cadeias produtivas pouco densas com capacidade limitada para impulsionar relações sociais crescentemente complexas, diversificadas e dinâmicas; (2) baixa geração de empregos formais e horizontes estreitos de extensão de cidadania salarial às massas trabalhadoras; (3) apropriação voraz de terras com desdobramentos degradantes sobre territórios sob sua influência; (4) mobilização direta ou indireta de violência paramilitar como ferramenta de controle social. Formaram-se sob estas bases centros de poder em espaços urbanos de médio porte pelo interior do Brasil que demandam novos canais de representação, ainda incapazes de exercer hegemonia em escala nacional, mas com capacidade crescente de pautar as decisões do poder público e mesmo parcela significativa da produção cultural do país.

Especificamente o complexo soja vem mostrando uma capacidade impressionante de reorganização de ampla parcela do território nacional: segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, entre 2000 e 2018 a produção de soja no Brasil saltou de 32,8 milhões de toneladas em 13,7 milhões de hectares para 117,9 milhões de toneladas em 34,8 milhões de hectares. Segmento central do chamado agronegócio, o complexo soja tornou-se decisivo para o atual padrão de articulação do Brasil com o mercado internacional: segundo as séries históricas do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, as exportações brasileiras de soja em grãos, farelo e óleo saltaram de US$ 4,2 bilhões (equivalentes a 7,5% de toda exportação do país em 2000) para US$40,7 bilhões (equivalentes a 17% de toda exportação do país em 2018).

Impactos socio-ambientais desta expansão avassaladora da sojicultura são ilustrados pela obra *Geografia do uso de agrotóxicos no Brasil e conexões com a União Europeia*, de Larissa Mies Bombardi. Segundo Bombardi, o consumo de agrotóxicos no Brasil saltou 135% em 15 anos passando de 170.000 toneladas no ano 2000 para 500.000 toneladas em 2014, liderado pela sojicultura que consumiu 52% dos agrotóxicos do país em 2015. Ainda segundo a autora, entre os anos de 2007 e 2014 houve no Brasil cerca de 25 mil intoxicações por agrotóxicos notificadas ao Ministério da Saúde (equivalentes a 3.125 casos notificados por ano ou ainda 8 intoxicações diárias). Contudo, devido à taxa de subnotificação estimada na ordem de 1 para 50, a autora considera possível dizer que houve 1.250.000 intoxicações por agrotóxicos no país durante este período.

Similarmente, a cadeia produtiva de minério de ferro também se tornou um elo fundamental de articulação do Brasil com o mercado internacional. Segundo as séries históricas do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, exportações brasileiras de minério de ferro saltaram de US$3 bilhões (equivalentes a 5,5% das exportações totais do Brasil em 2000) para US$44,6 bilhões (equivalentes a 15,9% das exportações totais do Brasil em 2021). De acordo com o *Dossiê desastres e crimes da mineração em Barcarena*, *Mariana e Brumadinho*, organizado por Edna Castro e Eunápio do Carmo e publicado no ano de 2019, tal crescimento econômico vertiginoso vem sendo acompanhado de diversas externalizações dos riscos socio-ambientais sobre “zonas de sacrifício”.

Os autores constroem um balanço crítico das políticas públicas e das práticas empresariais da mineração nos estados do Pará, Maranhão e Minas Gerais, destacando três eventos que simbolizam os impasses do Brasil contemporâneo: o rompimento em 2015 da barragem de rejeitos da mina do Fundão da empresa Samarco, provocando diretamente o óbito de 19 pessoas em Mariana (MG); o vazamento em 2018 de rejeitos de bauxita da barragem da mineradora Hydro Alunorte, contaminando rios e imenso território no município de Barcarena (PA); o rompimento em 2019 da barragem de rejeitos da mina do Córrego Feijão da empresa Vale do Rio Doce, matando 272 pessoas em Brumadinho (MG).

Acumulação primitiva permanente e significado estratégico da região amazônica

O que parece unificar e dar sentido às forças que dirigem tais cadeias de commodities minerais e agroprocessadas é o aprofundamento da acumulação primitiva permanente na região amazônica, um dos maiores bolsões de recursos comuns ainda não reduzidos à condição de propriedade privada no mundo hoje. Historicamente, a apropriação ultra-concentrada de terras públicas (e, consequentemente, de renda da terra) no interior do Brasil foi um dos fundamentos para a formação de capital urbano industrial durante o século XX.

Períodos de impasse na acumulação de capital foram assim respondidos durante ciclos ditatoriais pela aceleração do avanço sobre a fronteira amazônica, com destaque para a Marcha para o Oeste durante o Estado Novo varguista na década de 1940 e para incentivos fiscais e creditícios da *Superintendência para o Desenvolvimento da Amazônia (Sudam)* durante a ditadura entre 1964 e 1985. A particularidade do atual flerte com um novo período de exceção não é, portanto, uma intensificação do regime de espoliação sobre a região amazônica, mas sim o fato de que esta acumulação primitiva permanente não parece hoje servir de alavanca aos processos de industrialização do país.

Parece antes ter se tornado um horizonte estratégico por si só capaz de unificar parcela das frações das classes dominantes que compõem o bloco no poder, em um contexto de aborto das pretensões de um Brasil moderno e de regressão a um padrão primário-exportador de articulação com o mercado internacional.

Segundo mapa publicado pelo jornal *Nexo* em abril de 2017, cerca de 47% do território brasileiro ainda é composto de terras públicas concentradas sobretudo na região norte, incluindo áreas militares, terras indígenas, unidades de conservação e terras públicas ainda não destinadas pelo poder público. Segundo a publicação, terras indígenas representam hoje 13% da área do país, com destaque para três unidades da federação com maiores percentuais de áreas indígenas em seus territórios: Roraima (46%), Amazonas (28%) e Pará (22%).

Por sua vez, as unidades de conservação ambiental correspondem a 12% da área do país, em que mais uma vez se destacam 3 estados pela proporção destas unidades em suas terras: Amapá (63%), Acre (32%) e Pará (26%). Especialmente vulneráveis a disputas, grilagens e desmatamentos ilegais, terras públicas não destinadas ou "desprotegidas" (às quais o governo federal ainda não deu nenhum destino) correspondem a 10% do território nacional (maior que as áreas somadas de São Paulo e Minas Gerais) e concentram-se especialmente nos estados do Amazonas (35%), Acre (19%) e Roraima (17%).

A unidade estratégica dos setores vinculados ao agronegócio e ao neoextrativismo decorre do objetivo comum de transformar estas reservas de recursos públicos em renda da terra, ainda que existam dentre estes setores importantes divergências táticas quanto à maneira como isso deve ser realizado.

O relatório *Cartografias das violências na região amazônica*, publicado em 2021 e produzido pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública em parceria com o Instituto Clima e Sociedade e com o Grupo de Pesquisa Terra – UEPA, registra a dimensão da violência mobilizada por esta acumulação primitiva. Segundo este relatório, entre 2011 a 2020 houve um salto de 47,3% nas mortes violentas intencionais (MVI) na região amazônica com destaque para o crescimento de homicídios nos municípios rurais e intermediários amazônicos, em contextos de intensificação de crimes ambientais e conflitos fundiários.

Comparando taxas de Mortes Violentas Intencionais por zonas de ocupação em 2020, o relatório aponta que os municípios com as maiores taxas são aqueles sob pressão de desmatamento (37,1 por 100 mil habitantes), seguidos por municípios desmatados (34,6) e por municípios não florestais (29,7), enquanto municípios florestais apresentaram a menor taxa de letalidade da região (24,9). O relatório também aponta que a violência decorrente da grilagem de terras, do desmatamento, do mercado ilegal de madeira e do garimpo ilegal tem sido potencializados pela presença de facções do crime organizado e pelas disputas entre elas por rotas nacionais e transnacionais de drogas que cruzam a região. Tal crescente protagonismo de mercados ilegais e sua complexa articulação com as redes de poder relacionadas aos crimes socio-ambientais fizeram com que entre 1980 e 2019 a taxa de mortalidade por homicídio tenha crescido 260,3% na região norte, enquanto na região sudeste ela caiu 19,2% no mesmo período.

Os povos originários na região amazônica são um alvo preferencial desta escalada de violência, mas também um importante foco de resistência às irracionalidades socio-ambientais desta aceleração da acumulação primitiva. O relatório *Violência Contra os Povos Indígenas do Brasil – dados de 2020*, publicado pelo Conselho Indigenista Missionário (Cimi) identificou naquele ano 263 casos de "invasões possessórias, exploração ilegal de recursos e danos ao patrimônio" em pelo menos 201 terras indígenas, de 145 povos, em 19 estados. Segundo a mesma fonte, trata-se de um aumento em comparação com o ano de 2019 quando foram contabilizados 256 casos e um acréscimo vertiginoso de 137% em comparação com o ano de 2018 quando foram identificados 111 casos.

Por sua vez, o relatório *Fundação Anti-indígena: Um retrato da Funai sob o governo Bolsonaro*, publicado em 2022 e produzido pelo Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc) e Indigenistas Associados (INA), faz um balanço crítico da "Nova Fundação nacional do Índio" especialmente a partir de 2019 quando assumiu a presidência do órgão o delegado da Polícia Federal Marcelo Xavier. O relatório destaca a presença crescente de militares e policiais na instituição: 27 das 39 Coordenações Regionais da Funai tiveram chefes nomeados de fora dos quadros do órgão, sendo dezessete militares, três policiais militares, um policial federal e seis pessoas sem vínculo prévio com a administração pública.

A despeito dos esforços da "Nova Funai" para impedir que processos demarcatórios pendentes alcancem a etapa de homologação, para enfraquecer mecanismos de proteção e atuação nas TIs não homologadas e para regularizar formas veladas de arrendamento em TIs para exploração agropecuária, mineradora e madeireira, o relatório destaca que o anti-indigenismo ruralista da era Bolsonaro não logrou nenhuma efetiva mudança legislativa até o momento. Especificamente o julgamento paradigmático sobre o marco temporal das terras indígenas segue até o momento uma batalha inconclusa, indício da capacidade de resistência dos povos originários perante a ofensiva da acumulação primitiva.

Conclusão

Este texto propôs-se levantar a hipótese de que o bolsonarismo não pode ser considerado uma expressão pontual e passageira de irracionalidade política. Propomos interpretar o bolsonarismo como a expressão de uma profunda transformação da acumulação de capital e da sociedade de classes no Brasil, primeiro ensaio hegemônico de setores vinculados às cadeias produtivas de commodities minerais e agrícolas galvanizados em torno do horizonte estratégico de intensificação da acumulação primitiva sobre a região amazônica.

De acordo com esta leitura o bolsonarismo é radicalmente distinto tanto dos regimes nazi-fascistas na Itália e na Alemanha nas décadas de 1920 e 1930, quanto das ditaduras militares na América Latina nas décadas de 1960 e 1970. Todos estes regimes impulsionaram processos acelerados de industrialização cuja força centrípeta foi fundamental à consolidação dos estados de exceção. Ao contrário, o bolsonarismo é resultado do crônico processo de desindustrialização que levou ao aborto dos projetos de modernização social que haviam animado a construção da “Nova República” a partir da década de 1980.

Marcado pela força centrífuga dos novos centros de poder que se fortaleceram pelo interior do país com a reprimarização da pauta de exportações brasileiras, o bolsonarismo não parece capaz de consolidar um novo pacto social que estabeleça mínimo consenso dentre as classes no interior da sociedade civil, mas parece capaz de acelerar a erosão das bases da institucionalidade vigente.

Por sua vez, forças ditas à esquerda no Brasil não oferecem horizonte estratégico que reconheça o impasse civilizatório em que mergulhamos. Aprisionada em cálculos de caráter pragmático restritos à dinâmica eleitoral, estas forças ditas à esquerda tomam como dado inquestionável um quadro institucional formalmente democrático em franco processo de decomposição. Assim, restringem-se a um discurso de caráter nostálgico com potencial decrescente de mobilizar a inquietação de uma juventude trabalhadora imersa em relações de trabalho e espaços urbanos crescentemente precarizados.

Este discurso nostálgico parece suficiente para angariar votos dentre as camadas mais afetadas pela crise econômica e com memória viva da estabilidade recente, mas um eventual terceiro governo Lula possuirá menos fichas e terá de pagar mais caro para implementar mecanismos mínimos de redução da desigualdade e neutralização dos conflitos sociais como os que vigoraram na década de 2000. Poderemos então ver o bolsonarismo derrotado nas eleições de 2022 porém ainda assim com capacidade de mobilização estável ou crescente em um contexto de ingovernabilidade crônica e de crise institucional aguda.

***Luiz Felipe F. C. de Farias** *é doutor em sociologia pela Universidade de São Paulo (USP)*.

Referências

BOMBARDI, Larissa Mies. *Geografia do uso de agrotóxicos no Brasil e conexões com a União Europeia*. São Paulo: FFLCH – USP, 2017.

CASTRO, Edna; CARMO, Eunápio. *Dossiê Desastres e Crimes da Mineração em Barcarena, Mariana e Brumadinho*. Belém: NAEA – UFPA, 2019.

CENTRO INDIGENISTA MISSIONÁRIO. *Violência contra os povos indígenas no Brasil*: Dados de 2020. Disponível em **https://cimi.org.br/wp-content/uploads/2021/11/relatorio-violencia-povos-indigenas-2020-cimi.pdf**.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. *Cartografias das violências na região amazônica:* Relatório final. Disponível em **https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2022/03/violencia-amazonica-relatorio-final-web.pdf**.

IEDI, *Carta 1085.* Disponível em **https://iedi.org.br/cartas/carta_iedi_n_1085.html**. Acesso em 10/07/2022

INSTITUTO DE ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS. *Fundação anti-indígena:* Um retrato da Funai sob o governo Bolsonaro. Disponível em **https://www.inesc.org.br/wp-content/uploads/2022/06/Fundacao-anti-indigena_Inesc_INA.pdf**. Acesso em 10/07/2022.

NEXO. *Públicas e privadas*: A divisão de terras no território brasileiro. Disponível em **https://www.nexojornal.com.br/grafico/2017/04/07/P%C3%BAblicas-e-privadas-a-divis%C3%A3o-de-terras-no-territ%C3%B3rio-brasileiro**. Acesso em 10/07/2022

***Didaticamente o porquê tudo ser resolvido no 1o turno**.*

JULHO FSP **=**Elio Gaspari:

A eleição para a Presidência da República este ano tem um componente diferente. É a civilização contra a barbárie, estes 3 últimos anos têm sido terríveis para qualquer pessoa com o mínimo de bom senso, e isso não se aplica a ser de direita ou de esquerda. Isso se aplica a ser civilizado. Eu adoraria estar num processo eleitoral "normal" para escolher entre aquele que eu acredito plenamente no seu projeto de governo e os outros.

Mas infelizmente, a barbárie instalada neste país nos últimos 3 anos faz com que a escolha definitiva seja logo no primeiro turno.

São 33 Milhões de brasileiros passando fome, são mais de 60 milhões em insegurança alimentar média e leve, são milhões de desalentados, inflação de dois dígitos, o país sucateado, o "orçamento secreto" (a corrupção oficializada) fazendo a festa de deputados que eram "antissistema" (sabe-se lá o que isso é na cabeça dessa gente tosca), a Educação sem um projeto definido, a Saúde pessimamente administrada como nunca aconteceu, o Meio Ambiente destruído, até o Itamaraty conseguiu ficar desmoralizado na atual gestão.

Isso sem falar no aumento do número de feminicídios, crimes homofóbicos, racismo escancarado, misoginia e agora até crimes por motivação política escancarados.

A barbárie não pode vencer, a barbárie não pode sequer ter a chance de um segundo turno. Sei que para muitos votar no Lula seja difícil,mas temos que ver as composições políticas e extremamente pragmáticas ele está fazendo. Não haverá muita possibilidade de uma reviravolta, Lula já foi presidente por duas vezes, a sordidez e a perversidade não fazem parte de seu perfil.

A "Marcha para Jesus" ontem no ES que tinha uma arma como símbolo mostra exatamente o que esse governo é. Nunca a fé foi tão perversamente explorada.
Repetir que as coisas estão mal no mundo inteiro e no Brasil não seria diferente revela uma incapacidade de reflexão sobre o todo assustadora, a total falta de conhecimento sobre o processo histórico, a eliminação da capacidade de observação, é a barbárie fazendo o seu papel, minando pouco a pouco o que resta do civilizatório.

Não é histeria, não é messianismo, é pragmatismo. Eu não vou dar chance para a barbárie.

Balanço e perspectivas - Por JEAN MARC VON DER WEID

A oposição vai ter que sair dos embates virtuais para ocupar as ruas e praças

Durante os quase 30 dias em que dirigi, na Escola de Química da Universidade do Brasil (hoje UFRJ), a maior greve estudantil dos anos 1960, escrevi a frase do título no quadro negro da sala em que fazíamos nossas frequentes assembleias gerais. Está na hora de repetir o exercício, depois da espetacular jornada do 11 de agosto de 2022.

Para começar, é preciso lembrar que a proposta não era levar as grandes massas para as ruas e sim levar um público qualitativamente amplo do ponto de vista político a se manifestar, isolando o energúmeno em seus muxoxos contra as Cartas pela democracia. Para quem criticou a linguagem “elitista” das Cartas, é bom lembrar quem as escreveu e a quem elas estão dirigidas. Não era para ser uma manifestação do ou para o povão, mas sobretudo do e para o “andar de cima”. Feitas estas considerações, o resultado não podia ser melhor, uma pajelança das elites com apoio de setores organizados da sociedade civil para exorcizar as ameaças de golpe.

Em segundo lugar, os atos foram totalmente pacíficos e sem disputas entre os atores presentes, representando um amplo arco de posições políticas e sociais. Os organizadores, conservadores na maior parte dos eventos mais importantes, foram abertos e plurais, chamando para falar representantes de todo o espectro político e só excluindo os abertamente identificados com os partidos políticos, garantindo o caráter não eleitoral dos eventos.

Não houve a temida disputa de identidade via bandeiras, faixas, camisas e palavras de ordem. Não houve uma invasão de vermelho, abafando o branco e o verde e amarelo. A esquerda se comportou adequadamente, embora a ampla maioria dos presentes certamente estava nessa faixa do espectro político. Em apenas duas ocasiões, no Rio e em São Paulo, o público entoou palavras de ordem que fugiam a pluralidade das identidades políticas, cantando o Lula Lá. Foi rápido e não chegou a gerar embaraços. O coro mais potente de Fora Bolsonaro não destoou, pois apenas explicitou para quem as Cartas pela democracia estavam dirigidas e isto, sem dúvida, correspondia à opinião unânime dos participantes nos atos.

Os oradores não apenas se referiram às ameaças à democracia, mas aos problemas sociais que afligem cada um dos segmentos representados e cujo enfrentamento exige a existência do Estado de Direito para poderem chegar a uma solução. Foi uma importante qualificação do significado da democracia para cada um e para todos. Não podia ser melhor inclusive na comparação com a Carta de 1977, que ficou bem mais restrita no seu conteúdo.

Jair Bolsonaro continuou atacando as Cartas e passando o recibo de que a ameaça à democracia é ele mesmo. Embora as menções críticas dos bolsominions nas redes sociais tenham sido mais numerosas do que as favoráveis, os especialistas nesta área comentam que elas se restringiram à "bolha" da extrema direita e que em um público mais amplo e disseminado, fora de qualquer "bolha", o apoio às Cartas dominou amplamente.

O dia 11 terminou, sem qualquer dúvida, com uma derrota retumbante do presidente, cuja única resposta foi indicar que a Petrobras baixou de novo o preço do diesel. Foram 0,20 centavos a menos no preço nas refinarias, aproveitando a queda das cotações internacionais. Isto deve significar uma diminuição minúscula para os usuários, talvez sequer isto, pois os revendedores estão desesperados para recompor seus lucros e podem não fazer o repasse.

Feito o balanço, olhemos para o futuro.

Não acho que a jornada do dia 11 barrou o golpe. Apenas tornou-o mais difícil. Digo isso porque os agentes deste golpe (paremos de comparar com 1964, por favor) são as FFAA, as polícias militares, os bandos fascistóides armados e organizados nos Clubes de Tiro e o que já se convencionou de chamar de "gado", as bases fanáticas do bolsonarismo, agitadas por uma parcela minoritária, mas muito ativa das igrejas protestantes e, ainda menor, da igreja católica. É claro que quanto mais isolado estiver Bolsonaro, mais difícil ficará para os militares e policiais atravessarem o Rubicão da ruptura da legalidade. Sem eles os bolsominions, armados ou não, são impotentes para dar o golpe.

Podemos esperar ameaças e arreganhos da generalada (incluindo nesta expressão os oficiais superiores de todas as forças) para adiar as eleições ou anulá-las no caso da perspectiva de derrota ou a derrota de Jair Bolsonaro nas eleições, mas se não conseguirem coagir ou comprar o Congresso, o passo fatal de fechar Câmara e Senado é bem mais difícil de ser dado. É claro que os

6 a 7 mil oficiais empregados pelo governo, alguns deles com salários milionários, vão agir sobre seus pares da ativa, até pela promessa de que podem alcançar um dia esta *bocona*. Mas não é o mesmo que a situação das FFAA da Venezuela, onde os oficiais da ativa estão entranhados na administração direta e na própria economia.

Como já escrevi várias vezes em outros artigos, toda esta pressão sobre o Congresso não funcionará “a seco”, em uma situação de normalidade. Mas em uma situação de caos político e/ou social, a pressão pode funcionar, sobretudo se for assegurada a continuidade de um legislativo que só olha para seus interesses individuais.

A campanha eleitoral vai proporcionar inúmeras oportunidades para provocações, desde agressões a ativistas e eleitores de Lula e de candidatos da oposição pelas ruas e praças das cidades do país até atentados contra comícios e comitês eleitorais em uma escala mais elevada de violência. Provocar enfrentamentos nas ruas que propiciem a intervenção de polícias favoráveis ao energúmeno, com muito gás lacrimogênio, balas de borracha, espancamentos e prisões é uma tática a se esperar nas próximas semanas, até o dia 2 de outubro.

Como vão atuar os conservadores, o “andar de cima”, que se manifestaram nas Cartas? Eles são bons em preparar manifestos, mas não têm poder de convocatória e, provavelmente, tem pouca disposição para ir para as ruas enfrentar estes riscos. Podemos esperar outras declarações, mais amplas e veementes, deste setor, mas quem vai estar nas ruas se arriscando vai ser a militância da oposição. Podemos contar com a ativa atuação da mídia convencional para denunciar a violência e os abusos e isto ajuda a isolar o bolsonarismo. Isto contribui para criar um clima político contra o golpe, mas não é decisivo.

Tudo isso pode ser superado se Jair Bolsonaro recuperar competitividade nas pesquisas eleitorais, resultado da derrama de dinheiro para a massa de desesperados que constituem a maioria do eleitorado. Se Jair Bolsonaro encostar ou ultrapassar Lula nas pesquisas, ele pode passar a seguir a linha da bandidagem do Centrão, disposta a ganhar com a força da grana e não com a violência das armas. Jair Bolsonaro poderia orientar seu gado para evitar confrontos com a oposição, mas sendo quem ele é, parece difícil que isto ocorra.

A oposição não pode se intimidar e entregar as ruas e praças para os bolsominions e vai ter que correr os riscos de se manter presente e, ao mesmo tempo, não comprar as provocações. Não vai ser uma coisa fácil, pois a tendência é “partir para o pau”. Apanhar sem reagir e seguir nas ruas vai ser o maior desafio para a oposição, mas são os agressores e violentos que são condenados pela opinião pública, sejam eles *black blocks* ou bolsominions. A manutenção da tática mais agressiva de Jair Bolsonaro e seus asseclas pode se voltar contra o energúmeno, quando os eleitores colocarem seus votos nas urnas.

De toda forma, a oposição vai ter que sair dos embates virtuais para ocupar as ruas e praças. Vai ter que buscar o corpo a corpo miúdo, conversando muito com os eleitores e buscando convencer e não hostilizar. Defendo que a militância dos movimentos sociais e dos partidos se dedique a este convencimento, que André Janones chamou de “sentar no chão das fábricas”. Isto não impede de se fazerem grandes comícios, que tem seu lugar na campanha, mas o corpo a corpo me parece mais eficaz.

Finalmente, Lula vai ter que oferecer saídas muito concretas para o desespero em que vive o povão. Definir políticas sociais muito concretas que possam ser percebidas como esperança de dias melhores. Um programa Fome Zero bem definido e fácil de defender vai ser o pivô desta campanha.

Lula também terá que denunciar todos os descalabros do governo Jair Bolsonaro, com ênfase nos horrores da crise da pandemia de Covid, nas denúncias da corrupção rasgada da família e de seu governo e, sobretudo, na crise alimentar, melhor dizendo, na calamidade da fome que é o efeito mais evidente de seu desgoverno.

Teremos que ter a cabeça fria e os corações ardentes.

***Jean Marc von der Weid** *é ex-presidente da UNE (1969-71). Fundador da organização não governamental Agricultura Familiar e Agroecologia (ASTA).*

Luiz Werneck Vianna* - A senha do 11 de agosto

domingo, 14 de agosto de 2022 - https://gilvanmelo.blogspot.com/2022/08/luiz-werneck-vianna-senha-do-11-de.html?fbclid=IwAR1e6HdTcZcTWSOJnQ1kx5pBW6r9X0oqBBM_WwZgnx-06VsdCti0V1G1vss

Falta pouco para que nos livremos da miserável situação a que estamos expostos em longos três anos, embora não haja como prever se vamos nos despedir dela em meio a graves perturbações ou sem elas. O retorno ao regime do AI-5, projeto *in pettore* dos que ainda detém as rédeas do poder, não é mais uma hipótese plausível e a sociedade demonstrou à saciedade sua rejeição ao fascismo e enfrenta seu destino pela via democrática do processo eleitoral. Nesse terreno inóspito ao bolsonarismo, ancorado no Centrão, é que ele joga sua última cartada com a derrama de dinheiro entre os mais pobres que ora se inicia visando capturar seus votos, iniciativa de resultados imprevisíveis.

Tal iniciativa, formulada de afogadilho para efeitos eleitorais de curto prazo, não deixa de revelar, com independência das intenções dos seus atores, que se aposta também no caminho das urnas, em que pese o alarido promovido cotidianamente delas não serem confiáveis. De qualquer forma, num texto de análise como este, admitindo-se por hipótese, que essa turva orientação leve a sucessão a um desfecho favorável, não se teria uma nova edição do governo

Bolsonaro, mas um inédito governo do Centrão, cogitação burlesca que povoa a imaginação dos seus mentores.

Essa hipótese, contudo, está bem longe de ser confiável, como evidente no levante da consciência democrática na defesa que se alastrou entre a inteligência e ponderáveis setores das elites econômicas dos valores e instituições que conformam o Estado democrático de direito, nos vigorosos manifestos lidos em 11 de agosto na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, o dos juristas e dos empresários da FIESP , a que dezenas de outras, de vários estados da federação se acrescentaram replicando o inteiro teor do texto dado a público nesse simbólico dia de agosto subscrito por um milhão de pessoas e inúmeras entidades, entre as quais as mais representativas do capital e do trabalho e de movimentos sociais.

No caso, é de especial relevância o fato de que tal manifestação optou por estabelecer uma linha de nítida convergência com as manifestações de 1977 em oposição ao regime ditatorial da época, tanto no texto, como no lugar em que ambas vieram a público. Nesse sentido, bem mais do que um protesto tópico contra os descaminhos do atual governo e sua índole autocrática a poderosa manifestação dos dias de hoje se endereça à intenção de levar a cabo a democratização inconclusa da sociedade brasileira.

Essa é uma alvissareira oportunidade que não pode ser perdida, como a que deixamos de escapar das mãos por incúria política ao permitir a separação entre os temas da questão social com os da democracia política. A tentativa do PT de conduzir por cima, a partir de ações do Estado para fins de atender a agenda social, levou à desconsideração dos limites institucionais, e, mais grave ainda, a práticas nocivas na composição de suas articulações políticas que, em muitos casos, desrespeitou princípios incontornáveis da ética republicana. Esse tipo infeliz de intervenção, na tentativa de acelerar o avanço de temas sociais, em especial no governo Dilma, favoreceu a irrupção de um largo movimento de denúncias que tomou forma na chamada operação Lava Jato, cujas ações erodiram as bases de sustentação da coalizão liderada pelo PT, abrindo caminho para cavaleiros da fortuna na sucessão presidencial, vencida com folgas por Bolsonaro.

O novo governo nasce sob a inspiração revanchista da falange autoritária derrotada pela larga coalizão democrática dos anos 1980, tendo como alvo as conquistas civilizatórias acumuladas nos governos de FHC e nos de Lula, particularmente nos terrenos das questões sociais e ambientais, numa versão predatória de capitalismo vitoriano que em política admite, ora de modo velado, ora abertamente, sua adesão ao fascismo, intervenção malévola até então rejeitadas por nossas instituições democráticas.

Agora, com a sucessão presidencial de 2022, chegou o momento do ajuste de contas da sociedade com os malfeitos que lhes foram infringidos, repondo-a nos seus trilhos naturais de busca de ideais civilizatórios. Não será tarefa fácil, seus adversários pretendem se opor com todos os recursos de que puderem dispor. Os feitos do último 11de agosto devem servir de régua e compasso em seus próximos passos. Eles nos fornecem a senha – avançar unidos em amplas alianças – para que voltemos ao leito das nossas melhores tradições, democracia sempre como eles bradaram em alto e bom som.

*Luiz Werneck Vianna, Sociólogo, PUC-Rio

É hora de o povo entrar em cena

Roberto Amaral*

"Falta o rugido do povo"
Manuel Domingos Neto

Finalmente, "liberais" dos mais variados sotaques saíram de sua bolha e vieram à tona com a nova "Carta aos Brasileiros", bem-vinda e aplaudida; foram acompanhados de manifestos de empresários, de banqueiros e dos locatários da Avenida Paulista. A única ausência notável deve-se ao Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil. Na contramão o manifesto protofascista dos grileiros da Confederação Nacional da Agricultura.

A recente pulsão democrática, cujo epicentro foi a vetusta faculdade de direito da USP, teve continuidade na simbologia da posse do novo presidente do TSE, procedimento burocrático, protocolar, transformado em ato político. Registro, confiando que não cairá no vazio, o discurso do ministro Alexandre Moraes: direto, claro, sem as tergiversações parnasianas de seu antecessor.

A reação democrática foi calorosamente bem recebida pela grande imprensa. Falou o andar de cima, e desta vez em defesa da soberania do voto, pela qual tanto se batem, hoje mais do que nunca, as esquerdas e as forças progressistas de um modo geral. O que se costuma chamar de "sociedade brasileira" diz aos buliçosos ministro da defesa e comandante do exército que não será admitida a anunciada tentativa de questionamento do processo eleitoral. E o candidato do projeto militar-empresarial protofascista, deslocado e constrangido, foi advertido de que a justiça eleitoral, tão comprometida com as irregularidades do processo de 2018, desta feita estará vigilante quanto às ameaças de conturbar a campanha eleitoral. Esperamos que sim. Falou, enfim, o andar de cima.

A novidade é benfazeja, eis que o histórico de intervenções do baronato na vida política brasileira despreza o viés legalista. Não será demais lembrar o 1º de abril de 1964. A viabilidade do golpe militar decorreu da participação ativa dos liberais das arcadas do Largo de São Francisco, do empresariado e da grande imprensa, ademais da notória e fartamente documentada intervenção do Departamento de Estado dos EUA e de

sua execrável CIA. Como é sabido, o *Estado de São Paulo*, líder da "imprensa liberal", funcionou (através de Júlio de Mesquita) como centro arrecadador de recursos junto ao empresariado, que, já na ditadura, financiou a famigerada "Operação Bandeirantes", centro militar-policial de tortura e assassinatos. Ao lado dos Mesquitas atuava o notório Adhemar de Barros. Está registrado nas memórias do General Cordeiro de Farias (Camargo-Góes. *Diálogo com Cordeiro de Farias*. Nova Fronteira, 1981, pp 552-3). No primeiro dia da fratura do regime, o golpe foi recepcionado pelo presidente do STF, ministro Ribeiro da Costa, depois do ato arbitrário do presidente do Congresso, senador Auro de Moura Andrade, declaratório da vacância da presidência, quando era notório que Jango estava no Rio Grande do Sul, onde seria instado por Leonel Brizola a uma resistência que pela segunda vez refugou. Ou seja, todas as instâncias do poder participaram do golpe. É assim, e só assim, que os golpes têm sucesso e se consolidam.

Nos idos preparatórios de 2016 (e, a partir do impeachment, da tragédia programada de 2018), tendo como pano de fundo o silêncio dos liberais, a omissão dos "democratas" e o apoio dos autodenominados "socialdemocratas" (o "centro" que tem sido, sempre, na política brasileira, uma variante da direita), a articulação golpista não foi diversa, nem outros seus agentes. Em suas lamentáveis memórias, o general Villas Bôas narra seus entendimentos com o vice-presidente perjuro, ainda como comandante do exército no governo Dilma, nas articulações golpistas. A sabotagem do Departamento de Estado chegou ao cúmulo de intervir na Petrobras e grampear o telefone da presidente da república! Agia o grande capital, temeroso do que supunha ser a emergência dos humilhados e ofendidos, dos deserdados da terra e da cidadania. Quem operou o golpe? Os herdeiros da colônia latifundiária e escravocrata, o passado que ainda nos molda, decantado por Gilberto Freyre como idilicamente patrimonial, ibérico e católico: os capitães da grande imprensa (cuja guinada hoje saudamos); a FIESP, chefiada por um lobista desprezível; o conluio peçonhento de juiz inescrupuloso e procuradores desonestos (sobre os quais pesa denúncia de corrupção ditada pelo plenário do TCU) com a grande imprensa e o poder judiciário em suas diversas instâncias.

Para asfaltar o caminho que levaria à eleição do genocida – impune graças à solidariedade de um congresso pusilânime, auxiliado por um procurador-geral da república sem compromissos com a ordem constitucional –, foi decisiva a atuação do STF (na preparação do golpe e na decretação da inelegibilidade de Lula). A justiça, genuflexa, não carecia mais de admoestações, mas o comandante do exército cuidou de dizer como o STF deveria votar no *habeas corpus* impetrado pela defesa do petista. Como se sabe, foi atendido. Ao papel do exército, lastimosamente reincidente, deve-se, aliás, o único registro de gesto digno que se pode atribuir ao capitão: logo após a posse na presidência, agradeceu de público ao general Villas Bôas pelos serviços prestados à sua eleição.

Imprensa, grande empresariado, ministério público, poder judiciário não mediram mãos, pois chegaram à ignomínia da prisão ilegal de Lula, da qual são cúmplices.

Essas observações visam a pôr de manifesto uma obviedade que, todavia, precisa ser lembrada às forças populares: se, passados esses duros últimos anos, temos o que comemorar na abertura da campanha eleitoral, é preciso ter em conta que ainda não atravessamos o Rubicão. Há, ainda, pelo menos duas tarefas inconclusas: a garantia do processo eleitoral livre e a eleição de Lula. Por uma e por outra é preciso lutar todo dia até a última hora. Para só então, podermos superar os desafios que perseguirão o novo governo, que enfrentará a resistência, a sabotagem e a insurgência protofascista permanente, a radicalização reacionária das forças armadas, das instituições policiais e das milícias, além da composição conservadora e reacionária do próximo Congresso, decerto ainda mais conservador e reacionário do que o atual, deformado pela corrupção de origem: a manipulação do poder público posto a serviço da eleição dos asseclas do bolsonarismo.

Saudemos, repito, a reação de setores ponderáveis da classe dominante e a anunciada disposição de resistência institucional à baderna neofascista. Mas será suicídio confiar ao sistema a sobrevivência do processo democrático, da qual depende o avanço das forças democráticas e progressistas.

As eleições são fundamentais e as esquerdas apostam nelas, mas a consolidação da atual democracia e seu aprofundamento com vistas à justiça social não são, nem jamais foram em toda a nossa história, mera decorrência da ordem institucional. Dependemos, como sempre, mas agora mais do que nunca, da mobilização popular. Dependemos de as esquerdas compreenderem que, se a conquista do voto é fundamental, não é, porém, fim único do processo eleitoral: toda eleição, para a esquerda, e esta mais do que qualquer outra, é o momento privilegiado da organização popular, da politização das massas e do proselitismo socialista. Jamais a classe dominante, ou a caserna, seu braço armado, foram fiadoras da democracia, dos direitos individuais, e do império da ordem constitucional. Muito menos da justiça social. Só grandes massas organizadas e mobilizadas, na campanha, no pleito eleitoral e na defesa de princípios políticos, podem enfrentar a ameaça protofascista, o atraso, a alienação. Só a organização popular pode assegurar governos democráticos, comprometidos com a soberania nacional e o combate às desigualdades sociais. Foi a mobilização popular que 1961 impediu o golpe que pretendia impedir a posse de João Goulart e em 1985 (no rastro da campanha pelas eleições diretas) abreviou o ciclo militar. Mas a mobilização popular ainda é a grande ausente do cenário político atual, e não há sinais de que a campanha de Lula-Alckmin venha a elegê-la como seu eixo tático-político.

Só o rugido do povo, “um rugido forte o suficiente para deixar salvadores da

pátria de rabo entre as pernas", como observa o professor Manuel Domingos Neto, pode assegurar a democracia, derrotar o projeto militar-empresarial protofascista e, amanhã, garantir o governo Lula. Mas, isolado, o "rugir do povo", ponto de partida, pode levar ao vazio político – como em 1954 nas horas seguintes ao suicídio de Getúlio Vargas e em 1961, quando o levante popular se encerrou que havia assegurado a posse capenga de Jango se encerrou na fraude da emenda parlamentarista –, se não desaguar na organização das forças populares. Naqueles momentos, como agora, faltou-lhes, como nos falta agora, a liderança de partidos revolucionários.

O que precisamos aprender com André Janones

Ele é um outsider na elite política; por isso, alguns na esquerda o subestimam. Mas em suas falas há saídas para os três grandes problemas da campanha Lula: salto alto, esquecimento da "pauta do povo" e ausência de apelo à mobilização popular

OUTRASPALAVRAS = ESTADO EM DISPUTA - Publicado 15/08/2022

O deputado André Janones é, assim como as cantoras Anitta e Pablo Vittar, ou comunicador Felipe Neto, um destes personagens singulares, cuja aparição desafia as interpretações do mundo que construímos ao longo do tempo. Como pode surgir um estrategista político longe de ambientes como os partidos institucionais, as melhores universidades e os sindicatos ou movimentos sociais conhecidos? Janones tem apenas 38 anos, e emergiu do precariado. Sua mãe foi empregada doméstica. Cursou Direito na singela Fundação Educacional de Ituiutaba, no Triângulo Mineiro. Para custear os estudos, trabalhou como cobrador de ônibus. Deixou o PT, ao qual foi filiado, por considerá-lo semelhante a "uma seita". Em seus textos, não são raros pequenos deslizes de concordância e regência verbal.
Mas sua sensibilidade política e capacidade de comunicação são extraordinárias. Em sua primeira eleição (2018), quase sem recurso algum, foi o terceiro deputado federal mais votado de MG (pelo Avante), com 188 mil votos. Envolveu-se em movimentos de enorme impacto social – como a greve dos caminhoneiros – com os quais a esquerda jamais soube dialogar. Ninguém associou-se tanto quanto ele, desde o início da pandemia, à luta pelo Auxílio Emergencial. Como resultado, explodiu nas redes sociais. Com uma estrutura e uma visibilidade de mídia incomparavelmente menor, tem, no Facebook, quase tantos seguidores quanto Bolsonaro – e o dobro de Lula.

Foi com a autoridade conferida por estes feitos que André Janones aplicou, nos últimos dias, um primeiro choque-despertador na campanha Lula. Em 4/8, ele havia renunciado à sua candidatura presidencial (tinha 2% nas

pesquisas, empatando com Simone Tebet), em favor da do ex-presidente. Uma semana depois, no momento preciso em que os R$ 600 começaram a ser pagos a 18 milhões de famílias, o deputado começou a demonstrar, empregando o método do exemplo, que o PT e seus aliados não podem permanecer prostrados diante da tentativa de estelionato eleitoral.

A ação teve ritmo de blitzkrieg. A partir de 10/8 (quarta-feira), Janones sacudiu as redes sociais num vídeo em que denunciou o caráter limitado e eleitoreiro do "novo" benefício. Lembrou (você vai perder seu auxílio!) que, segundo a proposta apresentada pelo governo e aprovada pelo Congresso, será cortado em dezembro. Nos dias seguintes, manteve o combate, mas algumas de suas postagens (1 2 3 4) dirigiram-se à própria esquerda ao apontar seu elitismo e sugerir que ela abre flanco muito perigoso para a reeleição de Bolsonaro. Finalmente, no sábado, o deputado reuniu-se ao vivo com Lula e obteve deste a promessa de que manterá ao menos os R$ 600, estendendo-o às mães solteiras e a todos os integrantes do Cadastro Único. Suas falas sobre o tema tiveram sempre audiência superior às do "capitão" e seus filhos, e Janones fez questão de frisá-lo. A mesma observação, com números mais detalhados, foi feita por analistas reconhecidos de redes sociais como Pedro Barciela e Fábio Malini. Este último notou: "Na última semana, André Janones alcançou o primeiro lugar da categoria 'post político em português' no Facebook" (link abaixo). Seus vídeos atingiram 3,5 milhões de visualizações puxado pelas suas lives. Nos últimos três meses, já são 25 milhões de views.

* * *

As eleições de 2022, talvez a disputa política mais importante da história do Brasil, será difícil e tensa ao extremo. Da ação-relâmpago de André Janones e dos grandes sustos que as pesquisas dos últimos dias pregaram, brotam três lições. É preciso assimilá-las sem demora, promovendo mudanças em, pelo menos, três aspectos da campanha:

1. Sem salto alto em campo… de lama:

Numa de suas postagens, Janones alertou com clareza para algo que a campanha de Lula parece muitas vezes subestimar. Bolsonaro não está morto; suas chances de ser reeleito são reais – porque, em crises profundas, a "normalidade" assegurada pelo velho centro se dissolve e o que era inusitado torna-se possível. A campanha Lula lembra, às vezes, um time de futebol que acredita tanto na vantagem parcial do placar que deixa o tempo correr, recusa-se a qualquer jogada de ousadia e usa chuteiras de salto alto. Ainda não percebeu que o campo é de lama, e o adversário está disposto a tudo. O sinal mais evidente desta tendência foram as portas abertas, no Congresso, para que a emenda do estelionato eleitoral passasse sem nenhuma resistência. É claro que não se tratava de votar contra os R$ 600. Mas havia vasto espaço, que foi desperdiçado, para denunciar o caráter parcial e eleitoreiro da medida – e em especial para propor alternativas. Um valor mais alto. A garantia do caráter permanente do dinheiro. A inclusão de novos públicos beneficiários. Nada disso foi feito, até que o deputado mineiro entrasse em cena. Sozinho, ele fez mais para desmascarar a trama que os 82 parlamentares do PT, PCdoB e PSOL juntos; e do que toda a comunicação da campanha.

2. Oferecer saídas ao pesadelo brasileiro:
“Enquanto a esquerda não trocar “renda mínima” por “dinheiro pro povo”, “carta em defesa a democracia” ao invés de “carta em defesa do povo”, e “nossas diretriz de programa [sic]” por “nossas propostas para os brasileiros”, o bolsonarismo continuará nadando de braçadas”, escreveu André Janones em 12/8. Talvez fosse uma referência ao fato de a campanha parecer às vezes muito mais voltada ao passado que ao futuro. Os anos de Lula foram de fato muito melhores, mas as maiorias parecem saber que o saudosismo e a melancolia não são afetos capazes de mobilizar para as transformações. O que fazer agora diante do pesadelo em que a vida do povão se transformou? Que saídas oferecer ao desamparo daqueles que se abrigam sob as marquises, nas praças, embaixo dos viadutos? Que dizer aos enforcados em dívidas e esfolados por juros; aos que arregalam os olhos com os preços nos mercados e os boletos no final do mês? Que propor a quem deseja cidades livres da ditadura do automóvel, a limpeza dos rios urbanos, um SUS recomposto, a transição para energias limpas, a reconstrução da indústria brasileira?
A pouca disposição da campanha para dar respostas a estas questões abre uma brecha gigantesca para Bolsonaro. Se não há um horizonte de mudanças reais pelo qual lutar, então qualquer pequena oferta pode fazer diferença – e quem está no poder pode mostrar-se mais capaz de cumpri-las. Duzentos reais a mais, para uma família inteira, no final do mês? Um real a menos por litro de combustível? Tudo isso é tão pouco – mas é tanto quando o pesadelo parece interminável, porque ninguém propõe que políticas permitirão viver sob uma perspectiva menos mesquinha…
3. Tirar da passividade milhões de ativistas:
Em 12/8, quando uma pesquisa em Minas Gerais mostrou que a diferença entre Lula e Bolsonaro caira de 18 para 9 pontos percentuais em poucos dias, Janones tuitou, em desabafo: “Ou a esquerda senta no chão da fábrica pra conversar com os operários ou já era”. Completou com uma frase questionável, mas que convoca a disputar o terreno em que o bolsonarimos é mais forte: “O chão da fábrica atualmente são as redes sociais, em especial o Face”. A angústia tinha endereço: a ausência, por parte da campanha de Lula, de apelo à mobilização popular; a uma campanha em que a sociedade (em especial, os ativistas) não se limitem a depositar um voto em uma urna, ou a torcer pelo resultado da próxima pesquisa.
Há milhões de brasileiros conscientes dos riscos que uma nova vitória do fascismo representa – e dispostos a enfrentá-la. Eles o fizeram de distintas maneiras, nos últimos quatro anos: das manifestações gigantescas do Ele Não, em 2018, aos seguidos panelaços durante a pandemia e aos atos que pediam o impeachment do presidente. Mas uma campanha eleitoral tem dinâmica própria. O centro são os candidatos e os projetos para os quais eles apontam. Para dialogar com o povo, é preciso ter materiais e orientações que indiquem em quem votar – e por quê.
Falta isso, até o momento, na disputa de 2022. A necessidade é reconhecida. Ainda em fevereiro, num encontro do PT, a presidente do partido, Gleisi Hoffmann, falava em formar “milhares de Comitês Populares de Luta”, que mais tarde se transformariam em Comitês de Lula. Mais

adiante, em maio, a tarefa foi assumida, com contornos um pouco diferentes, por uma articulação de cem movimentos sociais, que se reuniu na Escola Florestan Fernandes, do MST, em Guararema-SP.

Mas por algum motivo, que é preciso investigar em maior profundidade, ela ainda não se realizou. Terá sido institucionalizada demais? Numa campanha muito curta, em que apenas 49 dias nos separam do primeiro turno, uma mobilização assim precisaria ser muito diversa, decentralizada, incentivadora de espontaneidades. Qualquer pessoa disposta a fazer uma panfletagem, levar informação aos vizinhos, familiares, ao trabalho ou à escola, deveria ser incentivada a fazê-lo e abastecida de material. O mesmo em relação à internet. Há por certo um contingente enorme de pessoas dispostas a travar a luta de ideias nas redes sociais. Elas podem ser muito mais efetivas que os exércitos de robôs bolsonaristas. Carecem das peças adequadas, e de orientação para usá-las ou produzi-las de forma autônoma. Nada disso está, por enquanto, presente.

* * *

Quem examina a saga realizada por André Janones nos últimos dias não pode deixar de observar também a adoção de um método incomum entre a esquerda. Ao aplicar um choque-despertar na campanha de Lula, ao mostrar as possibilidades de uma disputa sem salto alto, ligada às pautas do povo e mobilizadora, o deputado fugiu das duas formas mais comuns de fazê-lo: a luta autofágica e o silêncio obsequioso. Ele não abriu um confronto interno (o que a esta altura seria desagregador), mas também não se calou (o que ajudaria a manter o imobilismo). Fez com que suas posições prevalecessem pelo efeito-demonstração. Será um estilo derivado de seu temperamento mineiro? Terá a ver com sua origem no precariado?

É cedo para dizer. De qualquer forma, no momento em que a disputa pelo futuro do Brasil entra em sua etapa decisiva, e em que será preciso conviver com sustos como os de São Paulo e Minas, na semana passada, é bom lembrar que há recursos para superá-los. E que, deste país de onde afloraram nos últimos anos tantos horrores, podem também surgir ventos de varrição

Neutralização do terror

20/08/2022 - https://aterraeredonda.com.br/neutralizacao-do-terror/?utm_source=newsletter&utm_medium=email&utm_campaign=novas_publicacoes&utm_term=2022-08-20

Por **MANUEL DOMINGOS NETO***

Diante da previsível derrota eleitoral de Jair Bolsonaro, suas hostes podem entrar em modo doidice cruel

As apreensões com a baderna anunciada para o dia 7 de setembro foram atenuadas. O repúdio à quebra da institucionalidade tem sido vigoroso. Além da manifestação da Faculdade de Direito da USP, houve o espetáculo da posse de Alexandre Morais na presidência do STE. Muitos assistiram o vexame do presidente da República no auditório. Foi um lance de recuperação da moralidade institucional.

A repercussão das reportagens de Guilherme Amado sobre empresários golpistas também

desestimulou a baderna. Os milionários com devem estar com as barbas de molho. Com o bom desempenho eleitoral de Lula, sentem que em breve pode lhes faltar proteção. É fundamental que respondam por seus atos. A impunidade anima malfeitores.

Um dos fatores de desestímulo às manobras golpistas baseadas na contestação às urnas eletrônicas foi o posicionamento das autoridades de Washington. Quais as razões para os Estados Unidos, com seu histórico de patrocínio de golpes em muitos países, não endossar os sonhos do baderneiro alojado do Planalto?

Washington talvez queira reduzir a imprevisibilidade do quadro político latino-americano. Os Estados Unidos estão em guerra para evitar ou retardar a perda da hegemonia na ordem mundial. Não lhes interessa uma América Latina convulsionada, agravando as incertezas.

Além disso, os Estados Unidos vivem dramáticas tensões internas decorrentes da atuação da extrema direita. O FBI alertou na última sexta-feira, dia 12, sobre o perigo de atentados por parte de apoiadores de Donald Trump.

Depois de a polícia realizar busca na casa do ex-presidente, agentes federais e outros funcionários da segurança pública foram ameaçados. Na rede social de Donald Trump, ativistas são convocados para matar. Um homem foi preso na Pensilvânia depois de postar que abateria muitos agentes do FBI antes de morrer.

Nos Estados Unidos, não há coesão entre os republicanos. Muitos temem o ambiente de terror, mas os que apoiam Donald Trump são ativos e perigosos. Pedem a extinção do FBI e o desmonte do Departamento de Justiça. Já mostraram audácia no Capitólio. Lobos solitários podem deixar o país em pane. Práticas violentas são costumeiras na política estadunidense, mas as instituições deste país se empenharam mais em exportar o terrorismo do que em estimular seu uso interno.

Tendências políticas dos Estados Unidos sempre rebatem no Brasil, penetrando na sociedade e nas instituições. As técnicas da Lava-jato foram importadas, assim como o neoconservadorismo das fileiras. No Exército, o introdutor do neoconservadorismo radical no foi o general Avelar Coutinho, copiador de autores estadunidenses. Seu discurso foi endossado por oficiais destacados, como o ex-comandante Villas-Boas.

Diferentemente das instituições estadunidenses, que praticam o terrorismo além-fronteiras, as brasileiras têm longo histórico de uso interno do terror. Esta semana, inclusive, as labaredas do inferno receberam um dos mais sanguinários terroristas da história brasileira, Sebastião Curió, que fez carreira no Exército.

O hábito de práticas violentas contra opositores explica o apoio castrense à candidatura de um conhecido terrorista à presidência da República. Esse homem, desde novinho, defende o choque e o pavor. Diante de sua previsível derrota eleitoral, suas hostes podem entrar em modo doidice cruel.

Se registramos nos últimos dias um desanuviamento de tesões, não cabem descuidos. A defesa da democracia deve ser permanente. Não há outra forma de neutralizar a índole terrorista da extrema direita.

***Manuel Domingos Neto** *é professor aposentado da UFC/UFF, ex-presidente da Associação Brasileira de Estudos de Defesa (ABED) e ex-vice-presidente do CNPq*

Golpista brasileiro em palanque alemão

05/10/2020 - https://aterraeredonda.com.br/golpista-brasileiro-em-palanque-alemao/

MANUEL DOMINGOS NETO*

O fascismo vai tomando conta de todos os espaços

Apologia à truculência política é proibida na Alemanha, mas a embaixada alemã em Brasília promoveu debate virtual entre um militar defensor da tortura e dois professores, um alemão e um brasileiro. O evento está disponível na página eletrônica da Embaixada.

O oficial começou exibindo legitimidade hereditária, atributo incompatível com o Estado democrático: teria "nascido" no Exército. O recrutamento endógeno é anti-republicano e fere a "meritocracia" castrense. A Corporação proclamou a República sem admitir seus pressupostos. O general revelou ainda a separação nebulosa entre militares da ativa e da reserva. Em traje civil, disse continuar "vivendo no Exército".

Assumindo ares de porta-voz do "pensamento das Forças Armadas" afirmou não admitir que civis "tenham que mandar nos militares". Com isso resumiu a longeva crise de identidade dos enfileirados: vestem-se como militares, pensam como políticos e não abandonam a vocação policial. Comunicou que seus camaradas defendem a ideologia liberal: ao Estado, caberia o papel de "facilitador", não de "gestor do progresso nacional". E proclamou a isenção ideológica das corporações!

Disse que a nação é credora do Exército, mas logo desdisse: a corporação salvou a sociedade! O golpe de 1964 teria sido patriótico. (Não mencionou o conluio dos golpistas com Washington). Justificou e minimizou a bestialidade da ditadura. Os ditadores teriam permitido eleições livres e liberdade de expressão. A redemocratização teria sido concedida pelo quartel. Mas a democracia fracassou: "após 35 anos da chamada redemocratização ainda não somos uma democracia de fato". A ditadura teria afastado a política dos quartéis e interrompido a rotina de crises político-militares.

Para o general, as instituições públicas, em particular o Judiciário, são corrompidas, carentes de "responsabilidade política e cívica". Os líderes do país interpretam e manipulam as leis "segundo interesses pessoais e grupais". Para não perder o poder e suas "injustas regalias", atuam unidos contra "as atuais forças da mudança". Há "um notório movimento" de juízes e políticos para barrar a apuração de crimes.

Vaticinou iminente anomia e a necessidade de as Forças Armadas atuarem como poder moderador nos moldes da monarquia brasileira do século XIX. Interpretando o artigo 142 da Constituição, disse que uma "intervenção militar" poderia não ser legal, mas seria necessária e legítima diante da "falência dos poderes da República". Só um golpe garantiria "a estabilidade impedindo que o país mergulhasse no estado de anomia".

Tal um carbonário convicto de que chegou a hora da revolução, falou em nome do povo: “É triste, mas a sociedade perdeu a esperança na transformação moral e ética política por vias legais”.

Os professores ficaram desconcertados. Como contrapor a chuva de disparates?

O acadêmico alemão, desajeitado, disse que em seu país os militares não exprimem posicionamentos políticos e são proibidos de agir no âmbito doméstico, excetuados os casos de catástrofes naturais ou atentados terroristas. Isso ocorrendo, auxiliariam as instituições da Lei e da Ordem. Militares alemães respeitariam a Constituição e as leis internacionais.

O professor brasileiro contraditou o general citando literalmente outros militares. Registrou surpresa com a atuação das Forças Armadas na conformação do quadro político brasileiro. Revelou que um colega do general conclamara a tropa para o engajamento na eleição de Bolsonaro. Ironizou a propensão dos oficiais para interpretar a Constituição. Lembrou suas pesquisas sobre as contendas nos quartéis. Registrou o confronto entre Geisel e Silvio Frota. Poupando maior vexame ao general, não declinou a luxuriante produção de jornalistas e acadêmicos que o desmentia. Assinalou ainda a identidade ideológica entre o alto comando e o governo.

O general se ateve a passagens secundárias de seus interlocutores. Disse que o professor alemão desconhecia os méritos do almirante que comanda o ministério de Minas e Energia. Ao brasileiro, falou que Carlos Prestes estava a um passo do poder em 1964.

Do rol de aleivosias, uma se destaca por ser assacada em ambiente virtual da embaixada germânica: as Forças Armadas “rechaçam ideologias radicais e utópicas de qualquer matiz” que comprometam a paz interna e dividam a “nação”. “Somos patriotas e nacionalistas”. Ignorou que entre seus anfitriões as palavras “nação” e “nacionalismo” evocam o esmagamento dos mais frágeis e o massacre de vizinhos. Na última vez em que germanos se mobilizaram pela pátria o planeta foi encharcado de sangue. Muitos alemães pronunciam com cuidado as palavras “pátria” e “nação”. Repudiando utopias desagregadoras, o general exaltou a utopia que mais desagregou na história!

Este evento ocorreu no dia 15 de setembro. Os protagonistas foram o general Luis Eduardo Rocha Paiva e os professores Carlo Masala (University of the German Armed Forces – Munique) e João Roberto Martins Filho (Universidade Federal de São Carlos).

O general não foi preso nem o embaixador alemão recebeu pedido de explicações.

O fascismo é assim, vai tomando conta de todos os espaços. A Embaixada pode não ter agido com más intenções, mas em muito contribuiria evitando armar palanques para inimigos jurados da civilização.

***Manuel Domingos Neto** *é professor aposentado da UFC. Foi presidente da Associação Brasileira de Estudos de Defesa (ABED) e vice-presidente do CNPq.*

Carta do povo brasileiro em defesa da democracia

Muito tem se falado sobre democracia. Mas afinal, o que é democracia para nós, o povo?

Democracia é termos o direito do voto, do livre pensar, de professar nossa fé e nosso credo. É vivermos livres de ameaças autoritárias e do medo da fome e do desemprego.

A democracia que exigimos é aquela em que uma mãe não tenha que empurrar, com os olhos marejados, o próprio prato de comida para matar a fome de seu filho.

Nossa democracia só será para valer quando cuidarmos de todos os pequenos, os miúdos, os fragilizados, e não deixarmos ninguém para trás. Uma democracia com direitos para todos, mas que olhe especialmente para os mais vulneráveis.

A democracia que buscamos é a democracia das oportunidades, onde um agricultor possa celebrar o abraço carinhoso da filha, que conseguiu, com sua dedicação e esforço, entrar numa boa universidade. Para estudar o que desejar, construir seu próprio caminho e vencer na vida.

A democracia que buscamos todos os dias, é uma em que pais e mães não fiquem com o coração apertado toda vez que seus filhos saírem para estudar, trabalhar ou se divertir, por medo da violência que mata. E que castiga ainda mais a população pobre e preta das periferias.

A democracia que almejamos é aquela onde lazer e cultura sejam verdadeiramente direito de todos. Ir ao cinema, assistir a uma peça de teatro, ouvir uma boa música, não podem ser privilégios de poucos.

O Brasil democrático não aceita que crianças sejam abandonadas à própria sorte, com dificuldade de ler e escrever aos 10 anos. Democracia é ter direito a escola de qualidade e ter professores reconhecidos.

Democracia é ter direito ao descanso merecido depois de décadas de trabalho duro. Ter aposentadoria decente, para poder aproveitar os netos e tudo aquilo que foi sacrificado durante a jornada da vida.

A democracia que queremos para o Brasil cuida de cada indígena e preserva cada pedaço de terra, pois entende que o respeito à natureza e aos nossos povos originários dizem muito sobre nosso passado e ainda mais sobre o futuro que queremos.

Democracia é garantir que todos tenham o direito de ser como são e amar quem quiser. Livre do preconceito, da opressão e do julgamento dos outros.

A democracia do povo brasileiro só será verdadeira quando todos tiverem não somente um teto, mas também um lar para descansar o corpo e a alma depois de um dia duro de trabalho.

Na democracia desta nossa terra onde tudo que se planta prospera, o Estado precisa estender as mãos aos que têm os pés rachados, as mãos grossas e o rosto marcado pelo trabalho de sol a sol. Aos que usam a enxada e o arado para levar comida à mesa de todos.

A democracia que exigimos garante água em cada torneira e saneamento em cada morada. Não tolera crianças brincando em valas cheias de esgoto e lixo.

Democracia é o direito ao amparo na hora da doença. Não deixa faltar leitos, remédios e vacinas. Não aceita que filhos e filhas, pais e mães, tenham que chorar ao leito de um ente querido que tenha partido pelo descaso do Estado.

Democracia é o direito a ter a carteira profissional assinada e direitos trabalhistas garantidos. É ter apoio e dinheiro para empreender e montar o próprio negócio. Fazer da própria criatividade e perseverança o seu ganha pão. Direito a ver o imposto que pagamos ser revertido em benefícios para todos, e não apenas para poucos.

Democracia é valorizar quem nos protege. Quem pede bênção pela manhã e vai à luta, fardado ou não, com honra e coragem, para garantir a segurança de nosso povo.

Democracia é o direito de conhecer as belezas deslumbrantes do Brasil. Levar a família para a praia, brincar na areia e ver o mar. E vez ou outra, o Pantanal, a Amazônia, a Serra Gaúcha, os Lençóis Maranhenses e o Cristo Redentor.

Liberdade, cuidado, direitos e oportunidades. É disso que é feita a democracia. É o que nós, o povo, acreditamos.

QUERO ASSINAR A CARTA DO POVO

E se a agricultura favorecer a reindustrialização?

Sob a lógica do agronegócio, campo tem regressão produtiva: devasta, não emprega e depende de insumos importados. Mas com novas políticas, ela pode ser mercado garantido para produção de máquinas, fertilizantes e tecnologias agrícola

OUTRASPALAVRAS - Por **Marcio Pochmann** Publicado 15/08/2022 às 14:42

O neoliberalismo rompeu a conexão interna que havia entre a produção industrial e o atendimento das necessidades do conjunto da economia brasileira. A crise do modelo primário-exportador durante a grande depressão capitalista de 1929 veio junto com a ascensão de uma nova maioria política na Revolução de 1930, responsável pela condução do projeto nacional desenvolvimentista que conduziu a industrialização no país, no século XX, só comparável a da Coreia do Sul.

Desde 1990, o movimento passivo e subordinado da abertura comercial, financeira e produtiva favoreceu a liberação das importações, em substituição ao conteúdo nacional da produção, e enfraqueceu a exportação de produtos manufaturados. A regressão produtiva impactou o emprego e a remuneração da mão de obra, bem como colocou em marcha a ruína da sociedade industrial.

O símbolo desta mudança foi a frase dita pelo então presidente Fernando Collor à Alemanha, quando declarou o seguinte: *Comparados aos carros do primeiro mundo, os carros brasileiros são verdadeiras carroças."* Naquela época, a indústria brasileira respondia por 2,5% da produção mundial e quase 1,2% do total global das exportações de manufaturas.

Três décadas depois, o encolhimento da indústria brasileira foi significativo. Do total do valor adicionado pela indústria no mundo, o Brasil contribuiu, em 2020, com somente 1,3% (52% menor que em 1990), enquanto no total global das exportações de manufaturas, país respondeu com menos de 0,8% (35% inferior de 1990).

Da mesma forma, a partir de 1990, o parque produtivo complexo, diversificado e integrado que o país possuía definhou quando a Lei de Informática foi posta abaixo e foram abertas as portas para importações. Isso porque a demanda de bens e serviços manufaturados foi deslocada por força do receituário neoliberal da produção interna para a compra externa.

Em síntese, o que até então era produzido internamente, gerando emprego, renda e tributação no Brasil, inclusive com a colaboração do sistema nacional de ciência e tecnologia, foi sendo trocado pela compra do exterior. Com a desconexão imposta por políticas governamentais no interior do sistema produtivo, a dependência do exterior aumentou, acompanhada por déficits na balança do comércio externo de manufatura.

O vazio ocupacional, da renda e da tributação interna resultaram na perda do dinamismo da economia, provocando a estagnação da renda *per capita,* junto com um crescente aumento nas transferências de divisas, ocasionado pelo pagamento dos bens de maior valor agregado importados, royalties e pacotes tecnológicos das corporações transnacionais.

O futuro do país hoje depende da reindustrialização nacional. Isto não significa dizer que o Brasil deve deixar de ser uma potência agrícola. Pelo contrário, o retorno à condição de ascendência manufatureira é possível e condizente com o êxito agropecuário nacional.

Para tanto, requer o estabelecimento de novas conexões no interior do sistema produtivo, que integrem e articulem as relações entre os diferentes complexos setoriais com as bases industriais do país. Nesse sentido, por exemplo, cabe perfeitamente uma orientação dos financiamentos ao complexo do agronegócio ligados à aquisição de equipamentos e implementos de produção de conteúdo nacional.

Da mesma forma, outros importantes complexos produtivos como a saúde, cujas compras do Sistema Único de Saúde estariam direcionadas ao conteúdo nacional, por exemplo, para aquisição de equipamentos médico-hospitalares, de produtos fármacos, segmentos de biotecnologia e outros. Também os complexos dos bens de consumo e da infraestrutura urbana e de energia poderiam estar melhor conectados com a base produtiva nacional.

Ademais de impulsionar o nível interno do emprego e renda (lucros, salários e arrecadação tributária), o sistema de educação, ciência e tecnologia e formação para o trabalho teriam maior efetividade, rompendo com o processo em curso da fuga de cérebros, empresas e empresários do país. Somente outra maioria política pode ter a força de reverter o sentido de Brasil subdesenvolvido e dependente do exterior que se aprofundou desde a dominância neoliberal nos últimos tempos. Contra isso, a reindustrialização já.

MARCIO POCHMANN –M Economista, pesquisador e político brasileiro. Professor titular da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Foi presidente da Fundação Perseu Abramo de 2012 a 2020, presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, entre 2007 e 2012, e secretário municipal de São Paulo de 2001 a 2004. Concorreu duas vezes a prefeitura de Campinas-SP (2012 e 2016). Publicou dezenas de livros sobre Economia, sendo agraciado três vezes com o Prêmio Jabuti.

Desindustrialização e subsídios - *Valor Econômico*

Pedro Cavalcanti e Renato Fragelli* -

https://gilvanmelo.blogspot.com/.../pedro-cavalcanti-e...

Subsídios para "setores estratégicos" e proteção comercial vão na direção oposta do que o Brasil precisa para crescer

Até pouco tempo atrás, economistas heterodoxos e representantes da indústria costumavam apontar a China como exemplo de políticas industriais bem sucedidas e indicação da necessidade de subsídios para o setor. Ainda hoje muitos deles defendem a volta dos velhos (e

lucrativos) esquemas de financiamento do BNDES como condição necessária para o desenvolvimento nacional. Essas crenças, entretanto, ignoram dois fatos importantíssimos: a explosão do financiamento privado de longo prazo no Brasil, ocorrida desde que o financiamento estratégico do BNDES foi reduzido e a perda recente e acelerada da importância relativa da produção industrial na economia chinesa, com o aumento relativo da participação dos serviços.

Entre 2011 e 2014, no auge da Nova Matriz Econômica, os desembolsos do BNDES - subsidiados em sua maioria - ultrapassavam os financiamentos no mercado de capital privado doméstico e se mantinham acima de 3% do PIB. Os privados, em 2011 por exemplo, eram somente 2,57% do PIB. Após o fim da TJLP e a introdução da TLP, os financiamentos do banco passaram a se dar a taxas próximas das de mercado e, ao contrário do que previam os desenvolvimentistas e lobistas da indústria, não houve escassez de fundos.

Ao contrário, o aumento das captações privadas mais que compensou a redução dos desembolsos do BNDES. Mesmo depois de duas recessões e choques como o da covid, o financiamento total - privado e do BNDES - é hoje maior do que antes das mudanças nas regras de financiamento do banco e o mercado privado representa hoje 6,8% do PIB e os desembolsos do BNDES, 0,74% do PIB.

Por décadas, os auto-intitulados desenvolvimentistas afirmavam que, como não havia um mercado privado que provesse financiamento de longo prazo, a atuação do BNDES era necessária para sustentar o investimento. Mas a causalidade era exatamente a oposta: não havia um mercado privado de financiamento de longo prazo porque o BNDES oferecia financiamentos subsidiados. Com efeito, logo após a redução dos empréstimos do banco, o mercado privado imediatamente ocupou o espaço deixado, e hoje as empresas conseguem emitir dívida de longo prazo, financiando-se privadamente sem problemas.

Preconizar a volta do “BNDES de antigamente” e de políticas industriais ativas, como ainda fazem muitos desenvolvimentistas, é simplesmente advogar que o Estado deva atuar numa área onde o mercado privado já cumpre seu papel adequadamente. Apesar de não haver falta de financiamento, eles continuam defendendo que o contribuinte brasileiro transfira recursos para os acionistas e trabalhadores das empresas com acesso ao BNDES.

A insistência em políticas industriais também ignora o fato de que toda economia capitalista, ao longo de seu processo de desenvolvimento, se transforma gradualmente em uma economia de serviços. Nesta, a acumulação de capital humano, além de tecnologia e inovação, são os fatores determinantes do crescimento. A China, antes um contra-exemplo, agora tornou-se mais um bom exemplo.

Artigo recente de Chen, Pei, Song, e Zilibotti (Tertiarization Like China, NBER WP #30272) mostra que, nos últimos anos, a economia chinesa rapidamente se ajustou à norma. Hoje, os setores de serviços já correspondem a mais de 60% do PIB chinês, cifra semelhante à média dos países da OCDE com mesmo nível de renda per capita. A tendência da indústria é a oposta: sua participação na economia chinesa, que era muito superior àquela de países da OCDE com renda per capita similar, hoje está ligeiramente abaixo da norma.

O crescimento não é só de serviços intermediários para indústrias, mas também em serviços pessoais - restaurantes, comércio, saúde etc - e não tem qualquer ligação com serviços públicos. Aqui dois fatos chamam atenção e trazem lições para este debate: 1) no período, a produtividade do trabalho chinês e a produtividade total dos fatores, uma medida de eficiência, cresceram muito mais rápido nos serviços que na indústria; 2) o aumento da educação média da mão de obra foi também mais forte nos serviços. Esse setor é hoje o mais intensivo em mão de obra altamente qualificada.

Os obcecados pela indústria erram no foco setorial, pois a indústria não terá grande impacto sobre a economia como um todo, mas deixarão bem contentes os que voltariam a receber subsídios. Se a economia brasileira, assim como a chinesa e outras, se tornarão inexoravelmente economias de serviços, a prioridade deveria ser políticas educacionais

agressivas de qualificação da mão de obra, de melhoria da qualidade do que se ensina, de investimento em pesquisa, bem como de reformas institucionais que diminuam as distorções na economia como um todo. Subsídios para “setores estratégicos” e proteção comercial vão na direção oposta do que o Brasil precisa para crescer. Não são um “projeto de nação” ou de desenvolvimento, mas sim de continuidade do atraso e da desigualdade.

Pode-se ignorar os fatos e continuar defendendo políticas industriais que não funcionaram no passado e só pioram a distribuição de renda. Isto é o esperado de lobistas e representantes da indústria, que só têm a ganhar privadamente com elas. São os capitalistas que não gostam do capitalismo. Mas por que nossos desenvolvimentistas, economistas heterodoxos e dos partidos de esquerda continuam a defendê-las é algo que nunca nos deixa de surpreender.

**Pedro Cavalcanti Ferreira é professor da EPGE-FGV e diretor da FGV Crescimento e Desenvolvimento.*

Renato Fragelli Cardoso é professor da Escola Brasileira de Economia e Finanças (EPGE-FGV).

Desmorona o castelo das cartas marcadas

"O MP das cartas marcadas vem erodindo a imparcialidade e dignidade do órgão", aponta

27 de agosto de 2022, 09:58 h

por Weiller Diniz, Jornalista especializado em cobertura política, ganhador do prêmio Esso de informação Econômica (2004) com passagens pelas redações de Isto É, Jornal do Brasil, TV Manchete, SBT. Também foi diretor de Comunicação do Senado Federal e vice-presidente da Radiobrás, atual EBC.

O Ministério Público recebeu da Carta Cidadã estratégicos coringas, antes manuseados apenas pelo Poder Judiciário: vitaliciedade, inamovibilidade, irredutibilidade de vencimentos e autonomia administrativa. Trunfos para ser o guardião do baralho democrático, o defensor do carteado jurídico e o protetor do patrimônio da banca pública. O constituinte não fortaleceu o Parquet para esconder cartas, trapacear, roubar, blindar poderosos ou aliados de governos. No Brasil as jogadas do MP vêm oscilando entre a perseguição, omissão ou acoitamento. Um grupo mal-intencionado degradou a instituição transformando-a em braço auxiliar de interesses político-partidários. Para eleger Bolsonaro descartou Lula de maneira desonesta em 2018 e, para sustentar o capitão, se

omite reiterada e despudoradamente. O MP das cartas marcadas vem erodindo a imparcialidade e dignidade do órgão.

O procurador-geral agora se insurgiu contra uma investigação rotineira envolvendo apreensões, quebra de sigilos e bloqueio de ativos de 8 empresários, grandes apostadores das teses autoritárias de Jair Bolsonaro, o golpe de estado. Em um golpe de azar foram flagrados. O PGR alegou não ter ciência da operação. Puro jogo de cena. Ofícios e cartas foram colocados na mesa desmentindo-o. Na mão seguinte soube-se que Aras, como em um clube de pôquer entre amigos, é parceiro de um daqueles que blefam contra a democracia nas jogatinas clandestinas, à sombra da lei. Homenageou no discurso de posse o empreiteiro da Tecnisa, um dos integrantes do grupo golpista: “Ficaria difícil para mim nominar cada amigo. Então peço vênia para, em nome de Meyer Nigri, cumprimentar a todos presentes…”.Nigri, sem vênia alguma, escreveu no grupo golpista “que o STF será o responsável por uma guerra civil no Brasil”. As próximas cartas a serem viradas mostrarão o grau de envolvimento e eventuais trocas de mensagens entre eles. Reina um pânico que antecede os maus presságios nas consultas às cartomantes.

Não é a primeira aposta arriscada de Aras no sinuoso jogo da proteção. O Procurador-Geral vem perdendo em seguidas mãos ruins e demonstra ser péssimo em prognósticos. Ameaçou sair no braço com um desafeto em uma sessão do Conselho Superior do Ministério Público Federal. Também foi flagrado combinando o descarte de um depoimento do ministro Paulo Guedes em um processo que corre no STF. Guedes pede dispensa da oitiva, como algo natural, ao que Aras aquiesce: “Sim. Falaremos por celular e ajustaremos”. Simples assim e Guedes, que tinha esclarecimentos a dar, foi poupado. Aos amigos tudo, aos inimigos o rigor da lei. O capitão tem o “seu” Exército, a sua “Abin”, o seu Ministério Público. Os “seus” mentecaptos. Todos apartados de suas funções institucionais para atender jogadas particulares. Em

4 agosto de 2021, Bolsonaro divulgou, em uma transmissão ao vivo, a íntegra de um inquérito da Polícia Federal que apurava fictícias invasões a sistemas e bancos de dados do TSE em 2018. Naquela rodada trucava, outra vez, para deslegitimar a urna eletrônica. Aras disse que o inquérito não estava sob segredo de Justiça e não tramitava reservadamente dentro da PF. O inquérito, certificou a própria Justiça Federal, estava sob sigilo. Bolsonaro, portanto, cometeu mais um crime.

Aras também é criticado no abafa de quase todo relatório final da CPI sobre a Pandemia, o pior resultado do mundo com mais de 682 mil mortes. A PGR também jogou no lixo a investigação sobre a interferência de Bolsonaro no Iphan após o órgão ter interditado casas de outro apostador do grupo golpista, Luciano Hang. A mesma PGR, através do vice-procurador-geral, Humberto Jacques de Medeiros, pediu o arquivamento da investigação contra 11 deputados aliados de Bolsonaro por apostas antidemocráticas. O pedido para investigar “atos contra o regime da democracia brasileira por vários cidadãos, inclusive deputados federais, o que justifica a competência do STF” foi feito por Aras. Curiosamente, a PGR recuou e pediu o arquivamento, assim como “desdenunciou” Arthur Lira, que casa dinheiro do orçamento secreto na parceria com Bolsonaro. Em maio de 2020, o PGR se manifestou contra a apreensão do celular de Bolsonaro. A quartelada de 7 de setembro de 2021, ensejou uma nota digna da embriaguez enfumaçada das noites de jogatina: “Acompanhamos ontem uma festa cívica com manifestações pacíficas, que ocorreram hegemonicamente de forma ordeira pelas vias públicas do Brasil”, disse Aras. Um grupo de 30 subprocuradores da República rebateu duramente o blefe golpista. Sempre que é contrariado, Aras ameaça surrar ou processar os críticos entulhando a Justiça com bagaços jurídicos inconsequentes e persecutórios.

A torre de Curitiba, onde funcionou o primeiro bunker sombrio do MP na Lava Jato, foi anunciada ao país como a mais inexpugnável no combate à corrupção e aos desvios públicos. Capturada pelos hackers, soube-se que ela encobria uma fachada ética trincada e uma moral gelatinosa. Em seus subterrâneos ocultava-se um cassino clandestino, dominado por uma máfia jurídica de 'bookmakers' inescrupulosos, operando jogatinas políticas ilegais, movimentando muita grana, ambições desmedidas, apostas contra a democracia, conluio entre os principais 'crupiês' da Justiça e sinais combinados entre órgãos do Judiciário em um agitado truco político. No tugúrio do vício foram perpetrados delitos, transgressões, contravenções, descaminhos e crimes mais graves contra a Nação, o Estado Democrático de Direito e as liberdades individuais. Depois de operar impunemente, desrespeitando as leis e desafiando as autoridades dos poderes constituídos, o castelo das cartas marcadas começou a ruir diante da própria inconsistência. Os principais 'dealers' da banca de ilicitudes se embaralham, cada vez mais, em processos, tropeços e condenações pelas trapaças nos áureos tempos das fraudes judiciárias.

Deltan Dallagnol, que posava de paladino da moralidade e distribuía as cartas sujas para a "equipe" de Moro no MP, sofreu sucessivas derrotas da Justiça por ter gerenciado a roleta russa contra o favorito da eleição presidencial em 2018 além de outras vítimas alvejadas por seus dardos seletivos. Dallagnol, inconfiável contador do lavajatismo, já sofreu condenações pelos abusos de suas funções no MP e também em outras instâncias. Foram duas derrotas no Conselho Nacional do Ministério Público e duas indenizações na Justiça por perseguição aos seus alvos escolhidos a dedo. Foi sentenciado pela unanimidade de uma das câmaras do TCU a reembolsar, junto com Rodrigo Janot, a farra das diárias e das viagens, pagas com dinheiro público, durante a Lava Jato. Depois do estouro da banca da Lava Jato, que reunia outrora uma

multidão de aventureiros, Dallagnol, Janot e Moro arriscam alto em mandatos para obter a barbada protetora da imunidade parlamentar. Deltan está duplamente inelegível. Pela lei da Ficha Limpa, a rejeição de contas por “irregularidade insanável que configure ato doloso de improbidade administrativa, e por decisão irrecorrível”, caracteriza a inelegibilidade. Pela mesma lei, ao pedir exoneração com representações pendentes no CNPM ele também estaria inabilitado. É vedado a magistrados e membros do MP disputar eleições nos oito anos seguintes ao pedido de exoneração de seus cargos, caso respondam a algum processo administrativo disciplinar.

Outros jogadores compulsivos, todos do mesmo naipe, receberam diárias e passagens para se esbaldar nos salões de Curitiba. No pano verde das apostas a féria total, espetada no bolso do contribuinte, foi de R$ 2,8 milhões em diárias e passagens pagas entre 2014 e 2021, com direito a casa, comida e roupa lavada. Economicidade e impessoalidade não faziam parte do baralho ilusionista dessa trupe, que fingia representar a moralidade. Nas masmorras de Curitiba montou-se um programa ‘vip’ de milhagens com dinheiro público. A sorte grande conquistada em um caça níquel milionário bancado pelos impostos é de fazer inveja a qualquer trabalhador. Entraram nos radares investigativos do TCU os procuradores Antônio Carlos Welter (R$ 506 mil em diárias e R$ 186 mil em passagens), Carlos Fernando dos Santos Lima (R$ 361 mil em diárias e R$ 88 mil em passagens), Diogo Castor de Mattos (R$ 387 mil em diárias), Januário Paludo (R$ 391 mil em diárias e R$ 87 mil em passagens), Orlando Martello Junior (R$ 461 mil em diárias e R$ 90 mil em passagens), Jerusa Viecili (R$ 196 mil em diárias e 64 mil em passagens). Uma bolada que muitos cobiçam em loterias, bingos ou outros jogos de azar. Para os que foram pegos com na mão leve, foi um jogo de muito azar.

O primeiro demitido pelo CNMP foi o procurador Diogo Castor, que bancou os ‘outdoors’ cinematográficos para promover os “intocáveis” de Curitiba. Outros 11 procuradores da Lava Jato, dos cassinos cariocas, respondem a um processo administrativo no CNMP. Por 8 votos a 3, os conselheiros entenderam que há elementos para apurar a divulgação de informações sigilosas contra investigados, a famosa publicidade opressiva, a indefectível carta na manga da Lava Jato, sempre sacada contra as vítimas na jogatina jurídica desonesta. O relatório elaborado pelo corregedor-nacional Rinaldo Reis sugeriu a demissão de todos. Outra prova de que o MP usava dados viciados é Januário Paludo. O doleiro Dario Messer, em mensagens trocadas com a namorada, Myra Athayde, disse que pagou propinas mensais ao procurador. Os diálogos de Messer foram capturados pela PF. O doleiro afirma à namorada: “Sendo que esse Paludo é destinatário de pelo menos parte da propina paga pelos meninos todo mês”. A quantia seria de R$ 50 mil/mês entre 2005 e 2013, por suposta proteção. Paludo foi chamado a prestar depoimento por um advogado do doleiro. Aceitou e o inocentou em juízo. A investigação contra o procurador foi arquivada pela PGR apesar das evidências. Outro jogo de pura quiromancia.

Sérgio Moro era o gerente da boca na primeira instância. Trapaceou, roubou o monte e foi desmascarado. Deltan Dallagnoll era o chefe dos guarda-costas do capa-preta. No tarô federal, Rodrigo Janot fazia o lobby indecoroso na Corte Suprema para tentar lavar o jogo sujo da Lava Jato. Venceu algumas mãos, mas o bunker clandestino foi estourado a partir de meados de 2019, quando explodiram os diálogos promíscuos da operação, expondo os dedos leves do maior escândalo judicial brasileiro. Nas conversas, o ex-juiz aparece sugerindo inversão de fases da operação, escalando procuradores para oitivas, ditando notas ao MP para desacreditar o “showzinho” da defesa, blindando políticos de sua preferência e indicando fontes para encorpar a acusação contra Lula. Moro

comandava o jogo como acusador, investigador e juiz, trapaceando contra o sistema judiciário. Várias conversas mencionam a participação de apostadores externos em troca de uma estia dos eventuais recursos repatriados. Entre eles os R$ 2,5 bi da Petrobrás, cancelados pelo Ministro Alexandre de Moraes. O rateio desse bolão da delinquência colocaria todas as fichas nos candidatos da Lava Jato nos estados e na aposta frustrada de Sérgio Moro como presidenciável. Essa primeira mão ele perdeu e pode fracassar na seguinte, na tentativa de ser senador.

Moro é um ás do crime que foi protegido por valetes da delinquência e se transformou no rei de uma quadrilha que ainda blefa no tabuleiro do combate à corrupção. Depois de transgredir, abusar e conspirar na 13 Vara de Curitiba para eliminar o principal “player” de 2018, o azarão Moro foi servil durante 14 meses ao projeto fascista que entronizou. No governo fez vistas grossas para delitos graves de seus amigos. Nesse período mostrou ser um blefe da ética. “Absolveu” Onyx Lorenzoni pelo crime de caixa 2, silenciou sobre a execução covarde de Marielle Franco, desprezou o laranjal do PSL e capitulou diante das denúncias contra Flávio Bolsonaro. Na corrupção indisfarçável das rachadinhas se apressou em passar o pano: “Sobre movimentação financeira atípica do senhor Queiroz (Fabrício), o senhor presidente eleito já esclareceu a parte que lhe cabe no episódio”, absolveu o ex-juiz universal. Humilhado pelo capitão cuspiu no prato onde antes se refestelou. Depois de perder fichas estratégicas (COAF, PF e PGR), o então ministro foi enxotado do salão e saiu trucando, mas fracassou de novo.

Após ser expelido do clube dos infames, o crupiê da vileza correu para os EUA e virou ‘joker’ de uma banca que faturou muito alto com a Lava Jato. Confessou, já como pré-candidato a presidência, ter embolsado um prêmio espúrio de US$ 45 mil por mês da consultoria americana Alvarez & Marsal.

Renda de R$ 10 mil/dia ou R$ 3,7 milhões em 10 meses. Ainda hoje não se sabe qual foi o trabalho realizado para embolsar essa mega-sena acumulada. O bolão milionário foi admitido – como estratégia política suicida para tentar constranger adversários – para uma nação de famintos e vítimas da fraude jurídica que ele perpetrou para quebrar empresas, paralisar milhares de obras e desempregar em massa. A companhia internacional Alvarez & Marsal obteve 78% do faturamento (R$ 65 milhões) a partir de empresas investigadas pela Lava Jato. A pretensão presidencial, que já era um truque, esfarelou de vez. Moro embaralhou novamente suas cartas viciadas e resolveu rebaixar as aspirações. Rodou em muitas mesas: presidenciais, senador por São Paulo e, por fim, senador pelo Paraná. Sem trunfos está fragilizado. Corre um risco duplo: perder a eleição para o banqueiro político que traiu, Álvaro Dias, e/ou se tornar inelegível como seu colega Dallagnol. Os dados ainda estão rolando para ambos, política e juridicamente. A pilha de mortos da canastra política os espreita.

Sérgio Moro manipulou com as mãos sujas os mesmos naipes fascistas da operação Mãos Limpas: deslegitimar a classe política, relativizar a sagrada presunção da inocência, prender para delatar, “vazar como peneira”, abusar da publicidade opressiva para antecipar a culpa e, com ela, obter o consentimento social descartar os alvos previamente escolhidos. A diferença é que operação na Itália não nasceu como projeto político. Pela exposição de seus atores alguns conquistaram mandatos. Aqui, os diálogos da Vaza Jato escancaram o jogo político. Outra diferença: Antônio di Pietro, antes de cair em desgraça, conseguiu ser eleito (deputado, senador) e até fundou o próprio partido, o IdV. Moro rasteja de porta em porta e se embaralha cada vez mais. As transgressões do ex-juiz e do MP expõem crimes que envolvem denunciação caluniosa, fraude processual, falsidade ideológica, prevaricação e outras. Deveriam estar presos pelos delitos já admitidos, além das mensagens que

negaceiam. Moro fez uma aposta muito alta e perdeu todos os coringas depois de sujar a toga. Sem eles se tornou um reles viciado que ronda, indigente, as mesas de apostas sem cacife para jogar. Golpistas nunca são bem-vindos ao tabuleiro democrático. Em breve a trinca – Aras, Moro e Dallagnol -, será carta fora do baralho.

Este artigo não representa a opinião do Brasil 247 e é de responsabilidade do colunista.

Paraíso Brasil – 247 DIA 29 AGO 2022

Está tendo dificuldades em ver este email? Veja em seu navegador. Não está interessado mais em receber? Cancele sua inscrição.

O desafio de 2 de outubro

Roberto Amaral*

Jamais será exaustivo insistir sobre a real disputa que nos aguarda o

próximo 2 de outubro, aquela que será, sem dúvida, a mais importante eleição republicana, pois estaremos optando entre civilização e barbárie, entre desenvolvimento e atraso, entre passado e futuro, entre democracia (essa que temos como referência) e o projeto protofascista em curso. E esta decisão, qualquer que seja, delineará as décadas vindouras. O quadro, assim posto, repele a neutralidade: a busca insólita por uma terceira via inexistente é a tentativa de disfarce de uma aliança envergonhada.

Consciente desse processo, Ciro Ferreira Gomes assume, faticamente, o papel de cabo eleitoral do bolsonarismo, que diz rejeitar. A insistência na candidatura inviável, na contramão dos interesses do país, ameaçando o processo democrático, criando condições para um possível segundo turno, será a pá-de-cal do que restou do nobre legado de Leonel Brizola, e o PDT, sequestrado pelas escolhas paranoicas de seu candidato, periga juntar-se ao PTB, que, com a ajuda do general Golbery do Couto e Silva, viajou de Vargas a Roberto Jefferson, e hoje não passa de um excremento da má política.

O ponto de partida, imposto pelos fatos, é, pois, eleger Lula, preferentemente no primeiro turno. Isto, embora necessário, ainda não é tudo. Se Lula não pode ter sua eleição contestada, nem sua posse questionada (e o antídoto de ambas as ameaças, reais, é uma grande maioria), é de igual modo preciso evitar que seu governo seja inviabilizado, como foi o de Dilma Rousseff, por uma Câmara dos Deputados chefiada a rédeas curtas por um meliante de longa carreira que terminaria por comandar a deposição da presidente. Sai de cena Eduardo Cunha, e a liderança do "centrão" é assumida pelo deputado Arthur Lira, bandalho como Cunha, professor, porém mais competente e violento naquilo que é seu mister. Já está em campanha para a recondução à presidência de uma Câmara que controla o orçamento da União, e assim controla os recursos do Executivo. A manipulação abre caminho para a chantagem e a prevaricação, uma história conhecida em suas mais variadas nuanças - e consequências indesejáveis.

Ganhar, no pleito, nem sempre é a segurança de poder governar, e, principalmente, poder governar seguindo os compromissos de campanha. O governante muitas vezes chega ao poder manietado pelos arranjos que costuram alianças heterodoxas para possibilitar o bom êxito eleitoral, fim de qualquer candidatura que se dê respeito. E não raro é manietado pela oposição em maioria no Congresso, pelas contingências internacionais e pela onipotência do grande capital, também chamado de "mercado".

Lula, repito, precisa ganhar, e ganhar bem, isto é, com larga margem de votos, sepultando de vez os sonhos continuístas do capitão e de sua retaguarda de militares golpistas (portanto, maus militares, que emporcalham a farda), além das hordas alimentadas pelo ódio fabricado. E, assim, acumulando força política e popular para enfrentar os obstáculos

que já lhe são antepostos, e que só crescerão em volume e periculosidade na medida em que se confirme seu governo. Para a resistência (ou sobrevivência, aquela a que não lograram Vargas, Jango e Dilma) é fundamental que, com o presidente, sejam eleitos parlamentares progressistas que, primeiro, assegurem apoio ao seu governo, e, no limite, impeçam as tentativas de impeachment de que direita e extrema-direita, unidas, forçosamente lançarão mão. Foi sempre assim, e agora não será diferente. Não é ocioso lembrar que Dilma foi deposta porque não conseguimos, num colégio de 513 deputados, reunir 171 votos para trancar a proposta carente de fundamento. Seis anos passados, o MPF solicitou o arquivamento do inquérito sobre as falaciosas "pedaladas fiscais" que serviram de argumento para o pedido de impeachment do jurista Miguel Reale Jr, prócer socialdemocrata hoje arrependido.

Qual será, porém, nossa base de apoio parlamentar e popular, quando os partidos do campo progressista vivem grave crise, terminal em alguns casos, e o movimento sindical se debate com o esvaziamento da força do trabalho? Sinal dos novos tempos: o projeto neoliberal-protofascista restringiu os direitos trabalhistas, promoveu a reforma precarizante da previdência, privatizou a Eletrobras e deu início ao fatiamento da Petrobras, sem enfrentar uma só greve.

O projeto da direita (no momento associada à extrema-direita civil e militar) é conservar o poder que controla desde a colônia. O capitão (o “mau militar”, na sentença de Ernesto Geisel) é o cavalo que passou encilhado e no qual montou quando seu mando parecia ameaçado em 2018. Investiu nele, ganhou com ele e sustentou seu governo, tanto quanto investe em sua reeleição como projeto preferencial, mas não o acompanhará no féretro.

A derrota do capitão foi sempre uma possibilidade considerada pelos seus estrategistas, que de há muito investem na manutenção de um Congresso reacionário, mediante o qual procurarão condicionar o governo Lula, senão derroga-lo, como lograram contra Dilma. E não estão de braços cruzados. A campanha dos candidatos a deputado federal começa irrigada com os R$ 19,4 bilhões do escandaloso “orçamento secreto” operado por Arthur Lira, o jagunço de terno e gravata. Sua evidente inconstitucionalidade será julgada pelo STF, anuncia a ministra Rosa Weber, “após as eleições”, isto depois da consumação do crime anunciado. Junte-se a esse “reforço” o usual concurso do financiamento empresarial direto e o emprego da máquina pública em todos os seus níveis, a ação dos setores mais atrasados das seitas neopentecostais e a vasta teia de apoios, os mais variados, tecida pelas forças armadas e pelas polícias civis e militares. Não é pouca coisa

O voto em Lula, portanto, não pode estar politicamente desvinculado do voto em parlamentares, em todos os níveis, sobretudo o federal.

Por inumeráveis razões, cuja análise não cabe nesses comentários, tivemos, porém, uma campanha despolitizada e com baixa mobilização popular. Afora a questão democrática, retomada pelos segmentos de centro-esquerda, o debate, escasso, não atingiu as questões fundamentais que respondem pelo atraso e pela concentração de renda, o desemprego e a fome, a queda de renda das famílias e a desnacionalização da economia. Ou seja, desperdiçamos excepcional oportunidade de politização e mobilização das massas, de cujo apoio careceremos seja na sustentação do mandato de Lula, seja no fortalecimento, no governo, de sua porção de centro-esquerda, que terá de conviver com as concessões impostas pela correlação de forças requerida para a estabilidade política.

Cresce a convicção de que o melhor para o país é a resolução eleitoral já no primeiro turno. Em torno desse objetivo devem estar mobilizadas todas as forças populares, espancando o medo que a extrema-direita tenta impingir para nos afastar das ruas, do debate, das manifestações de massa. Além de, possivelmente, assegurar a eleição de Lula, essa mobilização é o ponto de partida tanto para a sustentação política do governo quanto para o enfrentamento político-ideológico da extrema-direita, hoje organizada, preparada (inclusive contando com apoio nas fileiras) e ciente de seu apelo popular.

A eleição de Lula, entenda-se, é fundamental para apear a extrema-direita civil-militar governante, criando condições políticas, sociais e institucionais para o seu enfrentamento, a tarefa política primordial dos próximos tempos. Derrotado eleitoralmente, Bolsonaro permanecerá em cena como o grande líder da direita/extrema-direita brasileira, o maior líder popular que o campo reacionário formou neste país, dispondo hoje de algo como 35% do apoio nacional. Será o líder extremista de base popular que jamais tivemos, investindo no confronto e no conflito, no extermínio da divergência e dos divergentes. Este fenômeno não pode ser negligenciado pelas forças democráticas e progressistas.

O bolsonarismo (chamemos assim a emergência da extrema-direita popular e organizada) é o adversário fundamental que nos cabe enfrentar, o que nos cobra organização e firmeza ideológica que, possivelmente, nossos partidos, condicionados pelas consequências da opção puramente eleitoral (que muitas vezes implica concessões políticas e ideológicas, como, por exemplo, a batalha ideológica) não estão em condições de assegurar. A eleição de Lula não é, pois, o ponto de chegada, mas é só a partir dela que nosso país terá condições de promover a recuperação de seu projeto como nação independente, a construção de uma sociedade politicamente democrática, capaz de enfrentar a estrutura de classe, de natureza autoritária, amante do totalitarismo.

O futuro governo Lula, democrático-popular, haverá de voltar-se para a organização dos movimentos populares, de que muito dependerá para

atender às expectativas depositadas pelo país majoritário em seu líder.

 Com a colaboração de Pedro Amaral

Os dias depois de amanhã

Paulo Metri

Em 2 de outubro próximo, pelo que as pedras movimentadas recentemente nos tabuleiros político, econômico e social, pelo desempenho dos dois únicos candidatos competitivos e pelas pesquisas de opinião, Lula sairá vitorioso já neste primeiro turno. São favas contadas. Mas, se também não forem, não quero nem discutir.

Desejo me ater ao que acontecerá nos dias do novo mandato de Lula, ou seja, durante os quatro anos, após o 1º de janeiro de 2023. Há certa precipitação da minha parte, mas, posso garantir que o assedio do capital já deve ter ocorrido, há algum tempo. De novo, as palavras "*centrão*" e "*governabilidade*" serão ouvidas a exaustão.

Betinho dizia que "*quem tem fome tem pressa*". Ele lutava por um Natal sem fome. Nós conseguimos chegar a todos os dias do ano sem fome. Mas, regredimos e, hoje, diariamente, a fome está na nossa calçada.

Obviamente, Lula dará prioridade para acabá-la, por sinal pela segunda vez, o que é muito justo. O velho refrão volta a ser citado: "*O presidente terá que formar uma base parlamentar.*" Sugiro ao presidente que, se algum canalha quiser se aproveitar da dificuldade criada para oferecer facilidade, coloque-o em confronto direto com a própria sociedade, o que será benéfico também para esta, pois estará sendo politizada.

A penetração atual da mídia social é a grande vantagem deste novo mandato. Uma comunicação direta do presidente com a sociedade sem censores, com menos filtros e interferências tendenciosas, é alvissareira. O desenvolvimento da tecnologia, mais uma vez, vem ao encontro da sociedade. O vencedor do pleito usou muito a tática de conversar frequentemente com a sociedade.

A decisão mais difícil que Lula terá que tomar, em todo seu novo mandato, ocorrerá no primeiro momento, se já não ocorreu. Trata-se do velho "*honrar contratos*", corroborado pelo adendo, que diz: "*contratos estes que são atos jurídicos perfeitos*". A minha posição sobre essa questão é simples. "*Podem ser juridicamente perfeitos, mas são perfeitos social e eticamente?*"

Se, hoje, uma expressiva maioria dos eleitores acata a tese que não existiram "*pedaladas fiscais*" e este foi o argumento utilizado para usurparem o mandato presidencial, e como Temer, dolosa ou culposamente, foi o maior

usufrutuário deste golpe, ele pode ser considerado como principal usurpador do mandato presidencial.

Não venham me dizer, encarecidamente, que ele foi eleito para substituir a presidente em caso de vacância do cargo. Todos sabem que Dilma não recebeu votação expressiva de "*eleitores do Temer*". Ele foi o poste encontrado para fechar a chapa junto aos integrantes do "*balcão de negócios*" da eleição de 2014.

Assim, as decisões socialmente mais impactantes tomadas no período do principal usurpador estão sub judice e podem ser revistas. Senão, por que existem decisões judiciais que são revogadas depois de serem constados erros? Por que os processos contra Lula foram todos anulados? Por que os carrascos argentinos foram julgados e muitos condenados a prisão perpétua? Por que Chávez conseguiu renegociar contratos de exploração de petróleo com petrolíferas estrangeiras, assinados pelo seu antecessor, que eram danosos para a sociedade venezuelana?

Ninguém garante que muitas petrolíferas beneficiadas com a isenção de pagamento de tributos pela vida útil de determinados campos precisavam do incentivo fiscal. Pelo cálculo de técnico da Câmara dos Deputados, a evasão de tributos durante a vida útil dos campos beneficiados é da ordem de um trilhão de reais.

Sei que sou uma das poucas vozes, mas insisto em ecoá-la com todo o ar dos meus pulmões: "*É preciso rever muitas das reformas desta época, incluindo a trabalhista e a previdenciária, licitações da ANP, a privatização da Eletrobrás, o saqueio do patrimônio da Petrobrás em diversas áreas, et caterva*". Para isto, é preciso eleger deputados e senadores comprometidos com a sociedade, que formarão a base de apoio do presidente, a sua sustentação política.

http://paulometri.blogspot.com/ -- r que não o Paraíso? https://paraisobrasil.org/

Bolsonaro pode cometer crime ao impor condição para aceitar derrota, diz professor

ANGELA PINHO - Ontem 23:30

Reagir3 Comentários|

https://www1.folha.uol.com.br/poder/2022/09/bolsonaro-pode-cometer-crime-ao-impor-condicao-para-aceitar-derrota-diz-professor.shtml

SÃO PAULO, SP (FOLHAPRESS) - Não é preciso esperar para ver qual a conduta de Jair Bolsonaro (PL) diante de uma eventual derrota na eleição para saber se ele comete crime contra o Estado de Direito.

Para Alaor Leite, professor de direito penal da Universidade Humboldt (Alemanha), o fato de o presidente ter imposto condições para aceitar o resultado, em meio a uma campanha de desinformação contra o sistema eleitoral, é suficiente para que seja investigado por eventual enquadramento no Código Penal.

Incluído no ano passado na legislação que substituiu a Lei de Segurança Nacional, o artigo 359-L prevê reclusão de quatro a oito anos para quem "tentar, com emprego de violência ou grave ameaça, abolir o Estado Democrático de Direito, impedindo ou restringindo o exercício dos Poderes constitucionais".

Leite e o professor de direito constitucional Ademar Borges tratam do tema em parecer a pedido das organizações Artigo 19, Comissão Arns e Conectas. A dupla avalia que a tática de desinformação com a imposição de condições para aceitar o resultado bastam para configurar a "grave ameaça" citada na lei.

O parecer versa sobre representação ajuizada pelo Ministério Público Eleitoral ao TSE para apurar suposta propaganda eleitoral antecipada no discurso com ataques ao sistema eleitoral feito por Bolsonaro a embaixadores em julho. À Folha Leite analisa possíveis ilegalidades no 7 de Setembro, a operação do STF contra empresários bolsonaristas e a interlocução do tribunal com as Forças Armadas às portas do pleito.

O professor da Universidade Humboldt traça também um paralelo com o debate sobre liberdade de expressão na Alemanha, país com histórico de preocupação em traçar regras claras para separar o legítimo direito à manifestação de pensamento do discurso de ódio.

Folha - Bolsonaro tem proferido seguidos ataques ao sistema eleitoral. Já falou em passar a faixa, mas também em aceitar o resultado desde que as eleições sejam limpas, sem deixar claro o que quer dizer com isso. Do ponto de vista legal, como analisa essas falas?

Alaor Leite - Todo cidadão, inclusive o presidente, pode professar a sua crença ou descrença nas instituições. A situação se altera visceralmente quando essa manifestação de descrença ocorre a partir de uma campanha discursiva

arquitetada meticulosamente para atingir um processo eleitoral, não em sua conformação abstrata, mas já em curso.

E a situação se altera ainda mais quando o emissor dessa campanha de desinformação assume uma dúplice função de candidato e presidente da República. O conceito de transparência ou de pureza das eleições não depende do capricho pessoal de nenhum emissor, depende do formato decidido pelo Parlamento brasileiro um ano antes das eleições. Nesse sentido, arquitetar uma campanha de desinformação para substituir essas regras por caprichos pessoais é muito mais do que uma sugestão de melhoria do sistema. É uma tentativa de perturbar um processo eleitoral já em curso.

Folha - Há algum crime nisso?

Alaor Leite - A integridade do processo eleitoral é um bem essencial ao Estado de Direito. Uma das cláusulas pétreas da Constituição é a periodicidade do voto. Os novos crimes contra o Estado de Direito também tutelam a integridade do processo eleitoral, e, assim, quando essa narrativa mentirosa industrialmente produzida atinge esse bem caro ao Estado de Direito, é possível que tenhamos um ilícito.

Se essa campanha contra a integridade do processo eleitoral vier acompanhada de uma condição, ou seja, "se o meu capricho não for atendido as eleições não ocorrerão", pode ser que esteja realizado o delito de tentativa de abolição violenta do Estado de Direito. Porque esse método de agressão constituiria uma grave ameaça, um delito que todas as ordens jurídicas democráticas modernas conhecem.

O legislador brasileiro foi sábio ao mencionar que basta, nesse caso, a tentativa de abolição. Nenhum legislador esperaria a efetiva abolição do Estado de Direito para atuar. E esse é o dilema do direito penal. Ele tem de proteger o Estado de Direito e a democracia nem tarde demais, quando já não haverá mais o Estado de Direito a ser protegido, nem cedo demais, a ponto de garrotear a liberdade de expressão.

Folha - A frase "serão respeitados os resultados das urnas desde que as eleições sejam limpas", dita por Bolsonaro no Jornal Nacional, é um exemplo do condicional que o sr. mencionou?

Alaor Leite - Este é o exemplo mais límpido. Há métodos de impugnar eleições se houver suspeitas graves de fraude na contagem dos votos. Esses meios podem ser acionados por todos os candidatos que se sentirem prejudicados por alguma fraude identificada. O que não pode ser feito é substituir o conceito de transparência, que é da lei, por um conceito pessoal de transparência e colocar no horizonte uma ruptura na periodicidade do voto.

Folha - Como uma declaração dessa seria vista na Alemanha?

Alaor Leite - Precisamente pelo passado que carrega, a Alemanha produziu o maior número de estudos a respeito da proteção do Estado de Direito por meio do direito penal. Isso porque, depois da debacle da República de Weimar (1919-1933) e com a edificação da Constituição alemã do pós-guerra, construiu-se um conceito que depois se tornou muito divulgado de democracia militante ou democracia combativa. Uma democracia que professa a sua fé, mas não descarta que haja inimigos internos acolhidos pela própria democracia e cujo desejo é apunhalá-la a partir de dentro.

A preocupação dos países em proibir determinados ataques às instituições do Estado de Direito não é proibir a adoção de uma estratégia de convencimento institucional a respeito de um novo modelo de Poderes, ou um novo modelo de Justiça eleitoral. O direito só entra em cena quando essas estratégias não se expressam mais em convencimento, mas em constrangimento da outra instituição. Quando há coação, grave ameaça e violência, todas as ordens jurídicas democráticas hoje proíbem essas condutas. Não teria dúvida em dizer que, tivesse o que vimos ocorrido em outros países, não só na Alemanha, mas em quase todas as democracias modernas, alguns tipos penais já teriam sido ativados.

Folha - Como vê a interlocução do TSE com as Forças Armadas para a eleição?

Alaor Leite - Uma interlocução sobre o melhor desenho do sistema eleitoral, seja com as Forças Armadas, seja com outros setores da sociedade civil, seria, em geral, benfazeja. Ocorre que o que se vê não é um debate sobre o melhor sistema eleitoral. Qualquer alteração brusca de percurso a 20 dias das eleições pode ser mal compreendida, no sentido de demonstrar uma eventual

fragilidade das regras. As sugestões podem compor o que será o próximo pleito eleitoral. Eleições limpas são as que respeitam a lei, não o capricho individual de agentes transitórios.

Folha - No 7 de Setembro, o presidente fez um comício que se misturou às comemorações da Independência. Como analisa o episódio?

Alaor Leite - Naturalmente, há ali todos os elementos para que se mova uma ação por abuso do poder econômico. Porém, as chances de que essa ação prospere, seja pelo tempo que demanda esse tipo de investigação, seja por um caráter contraproducente que pudesse ter pela legitimidade popular de que goza o presidente, talvez indiquem que, apesar da realização formal de todos os pressupostos do abuso de poder econômico, uma ação dessa natureza não tenha como prosperar.

Folha - E a operação contra empresários que postaram mensagens a favor de um golpe em grupo de WhatsApp?

Alaor Leite - Professar entre amigos autoritários com virulência não constitui ilícito. Há um exercício pleno da liberdade de expressar seus pensamentos antissistema. O que talvez esteja em causa seja a exteriorização dessas ideias em forma do financiamento de um projeto de ataque à integridade do processo eleitoral. Se as investigações revelarem a exteriorização dessas ideias autoritárias em projetos concretos que se destinam a agredir instituições do Estado de Direito, pode-se constituir um ilícito.

Folha - Esta eleição tem sido marcada por episódios de violência e ameaças. Muita gente vê em falas do presidente Bolsonaro, como a sobre "fuzilar a petralhada", uma incitação à violência. Como avalia?

Alaor Leite - Também houve esse debate na Alemanha, sobre como ligar movimentos discursivos que insuflam a população e os atos violentos efetivamente praticados quando um político foi assassinado após manifestações nas redes sociais que incitavam a violência contra ele.

Parece-me que a forma mais eficiente que o direito tem é punir já o discurso como uma incitação, não apenas o fato praticado --que, evidentemente, também será punido. Seria muito difícil criar um vínculo jurídico que pudesse

responsabilizar o emissor desse discurso por todo e qualquer ato praticado por um cidadão, ainda que se possa indicar como um dos motivos do cidadão o discurso anteriormente proferido seja pelo presidente da República, seja por qualquer líder de partido.

Folha - No caso do "fuzilar a petralhada", o sr. arriscaria uma opinião?

Alaor Leite - Teríamos aqui uma incitação. Não é possível admitir que o presidente da República profira um discurso dessa natureza, apenas há que se distinguir o que é uma incitação punida por si mesmo e a punição do fato concreto.

ALAOR LEITE, 35 - Docente-assistente junto à Cátedra de Direito Penal, Direito Processual Penal, Direito Penal Estrangeiro e Teoria do Direito Penal da Faculdade de Direito da Universidade Humboldt, de Berlim. Doutor e mestre pela Universidade Ludwig-Maximilian, em Munique.

A questão nacional em 2022

Publicado em 30/09/2022 Escrito por Pedro Pinho

Estamos a três dias de eleições gerais para o Governo Nacional e Governos Estaduais.

As opções se radicalizam nos comportamentos e discursos dos candidatos e dos eleitores, há certo receio de violência e de golpe no ar. Porém o que está em discussão, em exame no País? Sua condição de colônia, aprofundada por sucessivos governos desde o último do período militar?

Não, caros leitores, discute-se o comunismo (!), a distribuição de armas, o aborto, a corrupção, até a existência de Deus, lembrando o século XV, com os monges discutindo se os anjos tinham sexo e qual seria, enquanto os turco-otomanos conquistavam Constantinopla.

O Brasil passa por gravíssimo momento em que suas instituições estão propositalmente sendo demolidas, suas riquezas alienadas a empresas e Estados estrangeiros, por questão ideológica, pela submissão ao neoliberalismo e à religião neopentecostal.

E neste momento, quando se constata profunda mudança no poder mundial, da situação unipolar, dos últimos 30 anos, para a multipolar, deste século XXI, que

toma o mais populoso continente, a Ásia, e já se espalha pela África, Europa do leste e países latino-americanos.

Por que esta alienação nacional, à direita e à esquerda?

Não buscaremos respostas filosóficas, bastam-nos os fatos. Depois de Getúlio Vargas e da vitoriosa revolução pela soberania nacional em 1930, dos empreendedores governos de JK, na industrialização e transporte, e Jango, na educação e cultura, e dos três governos gaúchos (1967-1980) do período militar, o Brasil surgia como potência emergente.

E, tendo toda gama de recursos naturais para crescer autonomamente, era visto como concorrente indesejável ao poder mundial.

O mundo também se transformava com o domínio das finanças apátridas, fortemente constituído por capitais ilícitos e marginais. E os conceitos de soberania são questionados tanto na teoria do poder neoliberal quanto na prática de ações que transcendem os territórios nacionais.

Tratemos brevemente de duas destas ações: as alavancagens financeiras e os bloqueios e embargos ao livre comércio entre as nações.

A soberania dos Estados é atingida quando o capital, em paraísos fiscais, se multiplica sem o correspondente respaldo de ativos comercializáveis. Muitas crises ocorridas desde 1987 tiveram suas origens em títulos financeiros, verdadeiros papeis pintados, sem o suporte de bens reais. A denominada “crise do subprime” estadunidense de 2008, espalhando-se pela Europa até 2010, teve no risco dos títulos que não ofereciam garantias suficientes, para se beneficiar da taxas de juros mais vantajosas, sua origem e expansão, levando bancos centrais a disponibilizarem recursos que garantiam suas próprias moedas.

Ora, como fica a soberania de um país, qualquer país, que por jogada irresponsável e incobrável de capitais em paraísos fiscais, coloca sua própria moeda, expressão de soberania em risco. E o que dizer então de países, por um ideal inatingível de paz e prosperidade, que abdicam da soberania monetária como os da “zona do euro”?!

E os embargos comerciais, os bloqueios ao livre comércio entre as nações por disputas que acabam prejudicando outros que nada tem com estas pendências. Veja a situação européia, do oriente próximo, do norte da África, diante da disputa dos Estados Unidos da América (EUA), carregando com eles a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), em luta contra o multilateralismo da Federação Russa e seu poderio tecnológico militar. Até mesmo o Brasil está sendo atingido por estes embargos, no suprimento de fertilizantes, pois o neoliberalismo levou ao fechamento e alienação as nossas fábricas.

Mas onde está a Questão Nacional, a discussão sobre a SOBERANIA brasileira nesta eleição?

Pesquisem caros amigos, é o que verdadeiramente está em questão não é a raça, no país inteiramente miscigenado, nem o sexo, que é fruto de condições fisiológicas e psicológicas pré-natais, nem a fé, que é questão íntima de cada um. O que está em questão é a possibilidade de trabalhar, de educar-se e aos seus filhos, de ter atendimento de saúde na melhor rede do mundo que é o Sistema Único de Saúde (SUS), e para isso o Brasil tem que ser Soberano, livre de amarras ideológicas que o escravizem.

A Questão Nacional é a verdadeira questão eleitoral.

Pedro Augusto Pinho, administrador aposentado e presidente da AEPET -

Transcrito do AEPET Direto